

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

A UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS E A LUTA CONTRA O  
CONTROLE NEGOCIADO DAS FAVELAS CARIOCAS (1954-1964)

MARCO MARQUES PESTANA DE AGUIAR GUEDES

NITERÓI  
2013

A UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS E A LUTA CONTRA O  
CONTROLE NEGOCIADO DAS FAVELAS CARIOCAS (1954-1964)

MARCO MARQUES PESTANA DE AGUIAR GUEDES

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História, da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre  
em História.

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCELO BADARÓ MATTOS

NITERÓI

2013

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

P476 Pestana, Marco M.

A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964) / Marco M. Pestana. – 2013.

237 f. ; il.

Orientador: Marcelo Badaró Mattos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 219-237.

1. Classe trabalhadora. 2. Favela. 3. Movimento social. 4. Rio de Janeiro (RJ). 5. Negociação. I. Mattos, Marcelo Badaró.

II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 322

A UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS E A LUTA CONTRA O  
CONTROLE NEGOCIADO DAS FAVELAS CARIOCAS (1954-1964)

MARCO MARQUES PESTANA DE AGUIAR GUEDES

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História, da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre  
em História.

Aprovado em

de 2013.

BANCA EXAMINADORA

---

PROF. DR. MARCELO BADARÓ MATTOS  
UFF

---

PROF. DR. RAFAEL SOARES GONÇALVES  
PUC-RJ

---

PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. VIRGÍNIA MARIA GOMES DE MATTOS FONTES  
UFF

## RESUMO

Essa dissertação tem como objeto principal as mobilizações dos favelados cariocas construídas por meio da União dos Trabalhadores Favelados, fundada em 1954. Descartando categorias imprecisas, como a de “pobres”, parte da caracterização da imensa maioria dos favelados como membros da classe trabalhadora e, portanto, sujeitos às condicionantes estruturais impostas a essa classe pelo modo de produção capitalista. A partir daí, a análise volta-se para a compreensão do papel da organização de base constitutiva da UTF na produção da alternativa elaborada pelos trabalhadores favelados ao modelo de “controle negociado” imposto pelo Estado e pelas classes dominantes. Por fim, analisa a evolução das políticas públicas implementadas entre os anos de 1945-1964 com o fito de adequar esse modelo de controle negociado a cada novo avanço surgido da organização e da luta dos trabalhadores favelados.

**Palavras-chave:** Classe trabalhadora – Favelas – União dos Trabalhadores Favelados – Rio de Janeiro – Controle Negociado

## ABSTRACT

This dissertation's main goal is to analyze the mobilizations brought about by Rio de Janeiro's favelados in the frame of the União dos Trabalhadores Favelados, founded in 1954. Dismissing some inaccurate categories, such as that of “poors”, it characterizes the majority of favelados as members of the working class and, as such, subjects to structural determinations derived from the capitalist mode of production. From that point on, the analysis is aimed to the comprehension of the grassroots organization that was constitutive of UTF, as a pre-condition to the development of an alternative to the “negotiated control” system imposed by the state and the ruling classes. At last, it frames the incarnations assumed by that system in the 1945-1964 period, as responses to constant victories obtained by the favelados in their struggles.

**Keywords:** Working class – Favelas – União dos Trabalhadores Favelados – Rio de Janeiro – Negotiated control

A Aida Marques, que ensina  
muita coisa a muitos, mas  
me ensina a ser eu mesmo.

A Juliana Lessa, que me  
ajuda a ser eu mesmo.

## Agradecimentos

Mais do que mera formalidade, os agradecimentos de um trabalho acadêmico constituem um reconhecimento não só de que é impossível conduzir uma pesquisa em termos absolutamente individuais, como também de que qualquer pesquisa é cercada por uma infinidade de relações que a ultrapassam e, ao fazê-lo, ajudam-na a adquirir sentido. Por isso, sinto-me sempre revigorado ao escrevê-los.

No caso dessa pesquisa específica, muitas são as pessoas a quem agradecer. Começo por Marcelo Badaró Mattos, que aturou com notável paciência minha prolixidade e os sistemáticos estiramentos de prazos na reta final. Além das indicações bibliográficas e dos comentários e críticas ao texto, foi o responsável por me convencer a aproveitar todo o material que tinha levantado, aprofundando a análise e alargando o leque de temáticas abordadas.

Rafael Soares Gonçalves e Virginia Fontes aceitaram participar das bancas de qualificação e defesa, com muitas palavras de incentivo, mas também apontando limites e trazendo à tona questões que me escaparam. Rafael ainda me forneceu valiosas indicações bibliográficas e me auxiliou a localizar algumas fontes primárias.

Com Carlos Nelson Coutinho, Marcelo Badaró, Márcia Motta e Mauro Iasi, cursei disciplinas que abordaram de forma instigante temas variados, no bojo das quais pude discutir elementos que ajudaram na elaboração desse trabalho. Especialmente significativa foi a oportunidade de participar das aulas de Carlos Nelson, um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do pensamento marxista brasileiro. Sua falta já é, sem dúvida, muito sentida por todos os marxistas e progressistas.

Com os grupos de discussão de *O Capital* e *Mundos do Trabalho* – UFF e seus respectivos agregados, aprofundei a interlocução construída ao longo dos anos anteriores à minha entrada no curso de mestrado. Da diversidade de objetos de estudos, enfoques e preocupações dos componentes de ambos os coletivos, saíram riquíssimas discussões teóricas, historiográficas, políticas e aleatórias. Mais do que isso, os encontros periódicos ajudaram a sedimentar relações de amizade que os transbordaram largamente rumo a outras situações e encontros. Por isso e muito mais, agradeço a Artur Henriques, Demian Melo, Fábio Frizzo, Felipe Demier, Flávio Amieiro, Giovanna Antonaci, Ivan Martins, Lucas Von Der Weid, Mariana Bedran, Paulo Pachá, Renato Silva, Romulo Mattos, Wesley Rodrigues e todos os demais membros dos dois grupos.

O início da construção do projeto de pesquisa que resultou nessa dissertação coincidiu com o começo de minha atuação como professor do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), a qual perdurou por todo o processo de pesquisa. No INES, encontrei os antigos novos amigos Adriano Zão e Luana Sidi, que se tornaram indispensáveis dentro e fora daquela instituição. Luana ainda me proporcionou a oportunidade de me aproximar do Rafael e da Maiá, pela qual sou muito grato. Também lá, fiz novos amigos, dentre os quais destaco Aline Dias, Diogo Colossi, Guilherme Arruda, Marise Porto e Thabata Fonseca. Ainda nessa seara, não poderia deixar de mencionar todos os que passaram pela diretoria da Associação dos Servidores do INES (ASSINES) ao longo desses anos, bem como todos aqueles, dentro e fora do INES, que não se omitiram nas greves da educação básica federal de 2011 e 2012.

Felizmente, nem só de estudos e trabalho foram feitos os últimos dois anos. Muitas foram as pessoas que, não tendo preocupações acadêmicas e profissionais em comum, comigo dividiram momentos de diversão fundamentais para a quebra da rotina e a retomada do trabalho. Entre os familiares, incluo meu avô, minha tia-avó, meus tios, tias e primos. Representando os amigos dessas bandas – e correndo o risco de cometer alguma injustiça por esquecimento –, cito Alexandre Iachan, Andrew Reed, Daniel Edler, Duda Chagas, Izabela Pitta, João Pedro Medeiros, Julia Resende, Júlio Molica, Lucas Faulhaber, Manuela Lopes e Márcio Alvarenga.

Meus pais, Aida Marques e Paulo Pestana, merecem um parágrafo à parte. Desde muito antes de eu sequer imaginar o que seria um mestrado, estiveram sempre presentes, me apoiando de todas as formas possíveis. Meus exemplos para muitas coisas, foram e são, acima de tudo, um porto seguro. Especialmente nos últimos anos, minha mãe esteve sempre me lembrando da importância de – a despeito do acúmulo de tarefas e obrigações – manter um olho na literatura, a qual os dois me ensinaram a respirar.

À Juliana Lessa, acho não ser possível agradecer por tudo o que partilhamos e por todas as formas em que me ajudou. Em nossa relação, as fronteiras entre amor, amizade, diversão, preocupações artísticas, historiográficas e políticas se confundem num caldeirão. Quando passamos a dividir o mesmo teto, em meados de 2012, tudo isso ficou ainda mais intenso e descobrimos novas experiências que partilhamos com prazer e cumplicidade. Aguardo ansioso pelo que essa saborosa mistura vai nos proporcionar nos próximos muitos anos.



Por fim, agradeço especificamente a algumas pessoas que me ajudaram, por indicação, empréstimo, ou qualquer outra modalidade, a conseguir livros, artigos e fontes: Alexandre e Felipe Iachan, Brodwyn Fischer, Dácia Ibiapina, Daniel Edler, Demian Melo, Edgar Mendoza, Fábio Frizzo, Giovanna Antonaci, Lucas Faulhaber – que ainda teve a gentileza de me ceder o mapa do anexo A –, Lucas Von Der Weid, Márcia Motta, Márcio Alvarenga, Maria Lais Pereira da Silva, Mauro Amoroso, Nísia Lima, Pollyana Labre, Rafael Saliés, Romulo Mattos e Wesley Rodrigues. Esse agradecimento é, obviamente, estendido aos funcionários do PPGH/UFF e de todas as instituições em que pesquisei, como Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto Pereira Passos e Instituto Brasileiro de Administração Municipal, além das bibliotecas do Ministério da Fazenda, Central do Gragoatá/UFF, do IFCH/UNICAMP e do IFCS/UFRJ.

O CNPq financiou parcialmente a pesquisa por meio da concessão de uma bolsa de estudos.

## Índice

<b>Introdução: De ontem a hoje, ou de hoje a ontem? A pesquisa histórica no contínuo temporal.....</b>	<b>1</b>
1- Estado, favela e organização do espaço urbano no Rio de Janeiro atual.....	2
2- Construção da hipótese de trabalho.....	7
3- Organização dos capítulos.....	9
<b>Capítulo 1: Favelas e favelados no Rio de Janeiro da República Populista.....</b>	<b>12</b>
1.1- Transformações econômicas, reestruturação urbana e crise habitacional....	12
1.2- A expansão das favelas cariocas no pós-1930.....	21
1.3- Os favelados no pensamento social brasileiro: em busca de uma categorização adequada.....	29
1.4- Explorando as sendas mais profícuas: os favelados como trabalhadores.....	47
<b>Capítulo 2: A União dos Trabalhadores Favelados.....</b>	<b>62</b>
2.1- Uma nova etapa do movimento dos favelados.....	62
2.2- O acúmulo de experiências de luta anterior à UTF.....	67
2.3- A fundação da UTF: das lutas contra a expropriação à constituição de uma solidariedade interfavelas.....	71
2.4- A capilarização da UTF no cotidiano das favelas.....	76
2.5- A articulação dos trabalhadores favelados com a totalidade do proletariado.....	87
2.6- A presença de elementos mediadores do desenvolvimento da consciência de classe: intelectual orgânico e partido político.....	99
2.7- Os contornos sócio-espaciais da consciência de classe.....	109
<b>Capítulo 3: O I Congresso dos Trabalhadores Favelados e a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro.....</b>	<b>116</b>
3.1- O PTB entra em cena.....	116
3.2- A construção da legitimidade da atuação do PTB.....	119
3.3- O I Congresso dos Trabalhadores Favelados: inflexão no movimento dos	

favelados.....	124
3.4- A fundação da Coligação dos Trabalhadores Favelados: oficialização da conexão com o Ministério do Trabalho.....	127
3.5- O rápido esvaziamento da Coligação dos Trabalhadores Favelados.....	132
3.6- O PTB e os novos caminhos abertos para o movimento dos favelados.....	140
<b>Capítulo 4: As políticas públicas de controle dos favelados.....</b>	<b>145</b>
4.1- Escovando o Estado a contrapelo.....	145
4.2- Do controle autoritário ao controle negociado.....	146
4.3- Os anos 1950: primeiros ajustes do modelo do controle negociado.....	154
4.4- Os anos 1950: formulação de alternativas.....	165
4.5- A primeira etapa do governo Lacerda na Guanabara: o Estado como responsável direto pelo controle negociado.....	171
4.6- O caso da Maré: competição política ou fragmentação da organização da classe trabalhadora?.....	179
4.7- A demissão de José Arthur Rios: início da segunda etapa do governo Carlos Lacerda.....	195
4.8- Evolução e sentido do sistema de controle negociado.....	203
<b>Considerações finais: Sobre encruzilhadas históricas.....</b>	<b>209</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>215</b>
Anexo A: distribuição geográfica das UPP's.....	215
Anexo B: favelas no Rio de Janeiro em 1960.....	216
Anexo C: mapa do município do Rio de Janeiro dividido por seus bairros.....	217
<b>Bibliografia e fontes.....</b>	<b>219</b>
Bibliografia.....	219
Fontes.....	232

## Introdução

### De ontem a hoje, ou de hoje a ontem? A pesquisa histórica no contínuo temporal

Para o historiador, analisar o passado de determinado objeto ainda existente em seu presente constitui um desafio especial, que implica em um constante esforço para estranhar aquilo que parece, de alguma forma, familiar. Somente partindo desse procedimento de desnaturalização da percepção, se torna possível apesá-lo em sua historicidade, isso é, em seu percurso de simultânea transformação e permanência ao longo do tempo. Tal é, sem dúvida, o caso das favelas cariocas para um pesquisador que sempre viveu no Rio de Janeiro.

Afirmar a necessidade desse procedimento, no entanto, não equivale a dizer que devem ser cortados os laços entre o passado escrutinado e o presente vivido. Pelo contrário, o antropólogo Luiz Antonio Machado da Silva salientou que é justamente a compreensão do objeto no bojo da totalidade sócio-histórica do momento em que a análise secciona o curso da história que possibilita a observação das especificidades que marcam sua feição contemporânea<sup>1</sup>. De dentro dos limites da história-disciplina, Marc Bloch apontou ainda duas outras formas – para além do contraste proposto por Machado da Silva – pelas quais a combinação de passado e presente torna possível a análise social.

Em primeiro lugar, o francês salientou a existência de liames causais de longa duração, atuando mesmo quando qualquer traço de continuidade já tenha sido aparentemente abandonado pelos acontecimentos e processos que se sucedem, o que, evidentemente, não deve ser confundido pela busca do “ídolo das origens”. Em segundo lugar – e talvez de forma ainda mais fundamental –, apontou para a impossibilidade de se escapar do presente como suscitador das questões lançadas ao passado<sup>2</sup>.

Se na construção da problemática da pesquisa e no processo de seu desenvolvimento o presente desempenha papel tão proeminente, talvez seja prudente iniciar essa apresentação pelo quadro atual.

---

<sup>1</sup> **SILVA, Luiz Antonio Machado da.** “A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje”. In: **MELLO, Marco Antonio da Silva [et al.].** *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp.51-63.

<sup>2</sup> **BLOCH, Marc.** *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. pp.56-68.

## ***1- Estado, favela e organização do espaço urbano no Rio de Janeiro atual.***

Em dezembro de 2008, foi inaugurada, pelo governo do estado do Rio de Janeiro capitaneado por Sérgio Cabral Filho (PMDB), a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela Santa Marta, em Botafogo. Tal iniciativa consistiu, basicamente, na instalação de um posto policial na favela – após anúncio prévio da instalação, a qual foi acompanhada da mobilização de grande aparato policial e, em outros casos, das forças armadas –, tornado responsável pelo policiamento local, para o qual é solicitada ampla colaboração dos moradores. Rapidamente, a UPP da Santa Marta e as subsequentemente instaladas<sup>3</sup> tornaram-se o principal esteio dessa administração estadual, garantindo a reeleição de Cabral no pleito de 2010 com cerca de 66% dos votos válidos. Apresentadas por seus promotores a partir da retórica da garantia da “preservação de vidas e liberdades dos moradores”<sup>4</sup> das favelas ocupadas, por meio da eliminação do jugo dos traficantes de drogas pesadamente armados<sup>5</sup>, o que possibilitaria àqueles o acesso à cidadania por esses negada, torna-se cada vez mais patente que esse projeto traz em seu bojo uma série de outros objetivos e consequências.

Na prospecção desses objetivos, a observação da distribuição geográfica (ver anexo A) das UPP’s pode fornecer importantes pistas. Concentradas majoritariamente no eixo que vai da Zona Sul à região da Grande Tijuca, passando pelo Centro, a geografia das unidades evidencia que, aos olhos do governo estadual, a liberdade dos moradores de determinadas favelas é mais importante do que a dos demais. Tratam-se, precisamente, daqueles favelados que habitam as regiões mais valorizadas da cidade e, portanto, ocupadas primordialmente pelas classes médias e extratos da burguesia. Sendo assim, tem-se já aqui um primeiro indicativo de que a localização das UPP’s não é aleatória, obedecendo a um padrão.

---

<sup>3</sup> Até 19 de fevereiro de 2013, já haviam sido inauguradas as seguintes 29 unidades: Santa Marta; Chapéu Mangueira; Babilônia; Pavão, Pavãozinho e Cantagalo; Tabajaras e Cabritos; Escondidinho e Prazeres; Rocinha; Vidigal; Borel; Formiga; Andaraí; Salgueiro; Turano; São João, Matriz e Quietos; Macacos; Coroa, Fallet e Fogueteiro; Mangueira e Tuiutú; Nova Brasília; Adeus e Baiana; Alemão e Pedra do Sapo; Chatuba; Fé e Sereno; Parque Proletário; Vila Cruzeiro; Cidade de Deus; Batam; Providência; São Carlos; e Manguinhos. Dados obtidos em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/policiais-da-upp-de-manguinhos-recuperam-moto-roubada-7312595.html> e <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acessos em 19/02/2013.

<sup>4</sup> [http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp). Acesso em 19/02/2013.

<sup>5</sup> Eventos recentes ocorridos na Mangueira sugerem que, em algumas favelas, nem mesmo esse objetivo tem sido alcançado. Veja-se, por exemplo, “Uma inteligência que chega atrasada”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 22/02/2013. p.14.

Esse padrão, além de priorizar a segurança dos segmentos mais abastados da população, pela minimização dos conflitos à bala envolvendo traficantes e policiais nas cercanias de suas residências, opera, também, como dinamizador do mercado imobiliário da cidade. A título de ilustração, consultei o índice FIPE-ZAP<sup>6</sup> para a variação dos preços de apartamentos no Rio de Janeiro em alguns bairros no período que se estende de janeiro de 2008 ao mesmo mês de 2013. Os resultados encontrados estão apresentados no quadro a seguir:

<b>Bairro</b>	<b>Variação</b>
Centro	240,4%
Copacabana	184,8%
Méier	156,4%
Penha	146,8%
Rocha Miranda	130,3%
Santa Cruz	92%
Tijuca	212,9%
Toda a cidade	196,7%

Pelos números encontrados, torna-se evidente que regiões cujas favelas tenham recebido UPP's, como Centro, Copacabana, Penha<sup>7</sup> e Tijuca, experimentaram grandes aumentos, sendo eles em dois casos (Centro e Tijuca) bastante superiores à média verificada pra a cidade toda. Especial atenção deve ser conferida à valorização verificada em Copacabana, que, mesmo estando ligeiramente abaixo da média total, foi construída com base em imóveis já mais valorizados que os dos demais bairros, por sua localização na Zona Sul da cidade.

A diferença nas variações apresentadas pelo Méier e pela Penha – apesar dessa ter recebido UPP's e aquele, não – explica-se pelo fato do primeiro ser um bairro sem favelas expressivas e mais próximo do polo de maior valorização da cidade do que a segunda. Por fim, note-se que as áreas que não receberam unidades policiais e são mais afastadas do centro da cidade (Rocha Miranda e Santa Cruz) apresentaram níveis de variação bem mais reduzidos.

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap/>. Acesso em 19/02/2013.

<sup>7</sup> Embora não se localize no eixo prioritário de instalação das UPP's, o bairro da Penha foi contemplado com a instalação de unidades nos chamados complexos do Alemão e da Penha, ambos localizados em seus arredores. Quanto às razões para a escolha dessas áreas, é bastante provável que a ocupação dos dois complexos apenas tenha assumido uma posição proeminente no cronograma das UPP's como reação a uma série de ações violentas perpetradas, nos últimos meses de 2010, por criminosos baseados, principalmente, no Complexo do Alemão. Um breve histórico dessas ações criminosas está disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/desde+inicio+dos+ataques+foram+272+presos+e+51+mortos/n123783704797.html>. Acesso em 19/02/2013.

Passando da análise da localização das UPP's para a observação dos impactos de seu funcionamento, outras questões interessantes emergem. Desse ponto de vista, as UPP's não aparecem apenas como instrumentos de reprodução da hierarquização da distribuição das condições de usufruto da cidade, o que é alcançado pela priorização de sua instalação nas regiões mais abastadas. A essa função é agregada outra, a de aprofundar a segregação das classes sociais no espaço urbano.

Esse segundo processo opera, em grande parte, por meio do que se convencionou denominar “remoção branca”. Trata-se de um mecanismo de pressão econômica, que obriga os moradores a deixarem seus lares por não poderem arcar com os custos envolvidos na permanência, rumando para regiões menos valorizadas. Alguns exemplos desses mecanismos foram descortinados na mesma semana em que foi inaugurada a unidade da favela da Rocinha, quando circularam notícias acerca do aumento dos preços dos imóveis, além da elevação dos valores a serem desembolsados por serviços dali em diante legalizados, como é o caso do chamado gatonet, substituído pelas empresas regularizadas de televisão por assinatura<sup>8</sup>.

Em trabalho recentemente publicado, Lucas Faulhaber indicou também a grande incidência de formas mais diretas de remoção, decorrentes de ações do poder público. Entre abril de 2010 e março de 2012, por exemplo, em 27 localidades de favelas servidas por UPP's foram removidos 1721 domicílios, sob a justificativa de estarem em áreas de risco ou para viabilizarem obras da Secretaria Municipal de Habitação<sup>9</sup>. Partindo de um exaustivo cruzamento de dados, o mesmo autor demonstrou, ademais, que a imensa maioria dos moradores removidos pela gestão de Eduardo Paes à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro – também eleito pelo PMDB e grande aliado do governador Sérgio Cabral –, o que inclui os favelados obrigados a deixar suas casas, foi reassentada em áreas da Zona Oeste, bastante distantes de seus locais de origem. Note-se que tal afastamento reveste-se de ares quase compulsórios, na medida em que a alternativa, o

---

<sup>8</sup> “Em três dias, preço de imóvel na Rocinha aumenta 50%”. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/em-tres-dias-preco-de-imovel-na-rocinha-aumenta-50-3255212>; “Fim do ‘gatonet’ nas favelas faz venda de assinaturas se multiplicar”. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/fim-do-gatonet-nas-favelas-faz-venda-de-assinaturas-se-multiplicar-3265146>. Acessos em 29/02/2012.

<sup>9</sup> **FAULHABER, Lucas.** *Rio Maravilha*. Práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo. Niterói: EAU, 2012. pp.72-74. Disponível em: [http://www.issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg\\_lucasfaulhaber](http://www.issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg_lucasfaulhaber). Acesso em 22/01/2013.

recebimento de indenizações pelos imóveis destruídos, representa valores irrisórios, dada a trajetória recente do mercado imobiliário, já vista<sup>10</sup>.

Mesmo para aqueles que permanecem nessas favelas, as UPP's também representam a imposição de novos desafios. No que diz respeito à regulação da vida comunitária, é inegável que o êxito na eliminação do tráfico ostensivamente armado de algumas das favelas ocupadas representa a abertura de canais para o possível florescimento de uma vida associativa mais plural e participativa, já que muitas das associações de moradores têm sido dirigidas, nas últimas décadas, em estreita observância aos ditames dos traficantes<sup>11</sup>. Entretanto, num contexto de triunfo ideológico do individualismo mais exacerbado, em que a cidadania, muitas vezes, é reduzida ao acesso a serviços públicos e a bens de consumo, o espaço aberto tem sido preenchido pela UPP. Com efeito, em muitas das favelas, os comandantes das unidades têm atuado como reguladores autoritários da vida local, o que ficou explícito, por exemplo, na proibição da realização de bailes funk na favela Santa Marta, uma das opções de lazer preferidas dos jovens moradores e acessível a seus bolsos<sup>12</sup>. Outras dificuldades enfrentadas pelos moradores estão relacionadas à demora na concretização das melhorias locais prometidas (edificação de habitações, fornecimento de serviços públicos, etc) pelos governos municipal, estadual e federal (englobando as duas últimas administrações capitaneadas pelo PT, com Lula da Silva e Dilma Rousseff) como prioridades para o momento subsequente à instalação de cada UPP<sup>13</sup>.

À demora na realização desses investimentos, deve ser contrastada a rapidez com a qual a instalação das UPP's proporciona significativas oportunidades de investimento de capital para as classes dominantes, algo ainda mais valioso em face da crise econômica internacional. Aproveitando-se do movimento de elevação do poder de consumo dos setores mais pauperizados do proletariado verificado nos últimos anos, diversos setores da burguesia têm instalado novos negócios nas favelas “pacificadas”,

---

<sup>10</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.50-59.

<sup>11</sup> Em sua tese de doutorado, Marcos Alvito demonstrou como uma breve ocupação policial em Acari deu azo, nos anos 1990, à emergência de novo ímpeto participativo nos moradores daquela região. **ALVITO, Marcos.** *As cores de Acari: uma favela carioca.* Rio de Janeiro: FGV, 2001. pp.163-164.

<sup>12</sup> “Santa Marta: atuação da UPP levanta discussão sobre proibição de bailes”. Disponível em <http://www.sidneyrezende.com/noticia/141936+santa+marta+atuacao+da+upp+levanta+discussao+sobre+proibicao+de+bailes>. Acesso em 29/02/2012.

<sup>13</sup> “Rocinha: um ano após ocupação, integração com asfalto avança”. *O Globo.* Rio de Janeiro. 12/11/2012. p.9.; “Rocinha: PAC em ponto morto”. *O Globo.* Rio de Janeiro. 17/11/2012. p.12. Note-se, ainda, que efeitos perversos decorrentes da implantação das UPP's são sentidos também em áreas bastante distantes daquelas privilegiadas pelas unidades, nas quais os índices de criminalidade têm aumentado pela migração dos bandidos fugidos das favelas ocupadas pela polícia. “PRF diz que assaltos em estradas da Baixada aumentaram com UPPs”. *O Globo.* Rio de Janeiro. 02/10/2012. p.17.



chegando já a planejar a instalação de um shopping no Complexo do Alemão<sup>14</sup>. Em função dessas oportunidades criadas, as UPP's são entusiasticamente apoiadas pela maior parte da burguesia. Quando esse apoio assume a forma de doações financeiras para a implantação e manutenção das UPP's, as recompensas oferecidas têm sido polpudas. Indubitavelmente, essa relação é hoje melhor exemplificada pelas empresas do grupo EBX, do empresário Eike Batista, que, entre 2011 e 2014, se prepararam para doar R\$ 20 milhões por ano para o programa das UPP's<sup>15</sup>. Essa parceria, no entanto, não se iniciou nesse quadriênio. Em 2009 e 2010, o governo estadual concedeu renúncias fiscais a duas empresas do grupo EBX no valor de R\$ 75 milhões. O favorecimento ficou ainda mais evidente em novembro de 2012, quando dirigentes da IMX, uma das empresas ligadas ao grupo EBX, participaram de uma reunião com autoridades estaduais para traçar metas de utilização do Maracanã, mesmo antes de ser lançado o edital da licitação que privatizará a gestão do estádio. A generosidade, por fim, não ficou restrita ao executivo estadual, uma vez que até outubro de 2011, o Hotel Glória, de propriedade de Eike, havia recebido 66% (ou R\$ 146,5 milhões) do total das verbas destinadas pelo BNDES ao Programa ProCopa Turismo<sup>16</sup>.

Sintetizando todas as questões até aqui levantadas, é possível afirmar que as UPP's conformam a face mais recente de uma secular trajetória de atuação do Estado no sentido de segregar e hierarquizar a ocupação do espaço urbano carioca e estabelecer formas de controle sobre as mobilizações, organizações e o cotidiano da classe trabalhadora da cidade, além de desenvolver novos mecanismos e oportunidades de valorização do capital<sup>17</sup>. Historicamente, no entanto, as favelas constituíram uma das principais contratendências a esse processo de segregação e hierarquização. Desde seu

---

<sup>14</sup> “Nas favelas, das TVs ao cartão de crédito”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 11/11/2012. p.40.; “Shopping na favela”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 12/02/2013. p.13.

<sup>15</sup> [http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp). Acesso em 19/02/2013.

<sup>16</sup> <http://www.ricardo-gama.blogspot.com.br/2011/06/eike-batista-que-cedeu-jatinho-sergio.html>; <http://www.copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/07/empresa-de-eike-negocia-projetos-para-maracana-antes-de-governo-licitar-estadio.htm>; <http://www.esporte.uol.com.br/futebol/copa-2014/ultimas-noticias/2011/11/14/hotel-gloria-de-eike-batista-recebe-66-da-verba-liberada-do-programa-bndes-procopa-turismo.htm>. Acessos em 19/02/2013.

<sup>17</sup> É importante perceber que, cumprindo essas tarefas de segregação e controle, as UPP's contribuem para a firmamento de um projeto mais amplo destinado à transformação de toda a cidade de acordo com padrões empresariais. Trata-se, grosso modo, do aprofundamento de sua adequação à forma de empresa, em que a preocupação central da administração da cidade deve ser a atração de investimentos. Embora esse projeto já estivesse em gestação desde o início da década de 1990, a conquista, pelo Rio de Janeiro, de sediar nos próximos anos megaeventos esportivos como as Olimpíadas de 2016, além de jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e da Copa das Confederações de 2013, conferiram a oportunidade ideal para a sua efetiva implementação. Sobre o histórico desse projeto, cf. **VAINER, Carlos**. “*Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*”. Disponível em: <http://www.br.boell.org/web/51-1266.html>. Acesso em 22/06/2012.

surgimento, representaram uma possibilidade dos trabalhadores pior remunerados permanecerem próximos a importantes fontes de emprego, aparatos culturais e espaços de lazer, concentrados, grosso modo, na Zona Sul, na Tijuca e no Centro. Conforme Marcelo Burgos, durante décadas a favela tem sido uma “ferramenta de luta pelo direito à cidade”<sup>18</sup>.

## ***2- Construção da hipótese de trabalho.***

Portanto, se atualmente a preservação do espaço da favela e a afirmação de determinadas representações pretensamente positivas – como a de “celeiro de empreendedores”, por exemplo – acerca dela têm convivido com um acelerado movimento de *gentrificação* daquelas áreas ocupadas por UPP’s, em outras quadras históricas o quadro foi diverso. Com efeito, entre os anos de 1945 e 1964, a permanência da favela esteve diretamente associada ao fato de ser ela habitada majoritariamente por parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora, tanto por sua funcionalidade sistêmica, quanto pelo acionamento, pelos seus moradores, dessa “ferramenta de luta”.

Muitos são os trabalhos que já se debruçaram sobre esse período, apontando a conexão entre essa permanência e as dinâmicas assumidas pelo regime político e pelo sistema econômico-social então vigente. Aqueles que o fizeram pelo fechamento do foco de observação em torno das favelas tenderam, quase sempre, a operar a partir de uma categorização de seus moradores que enfatiza sua especificidade em relação ao conjunto dos demais habitantes da cidade. Provavelmente, a mais frequente dessas abordagens é aquela que os conceitua, sem maiores debates em torno das características do capitalismo periférico, como um grupo heterogêneo, distinto da “classe operária tradicional”, quase sempre rotulado como “pobres”<sup>19</sup>.

Por outro lado, os estudos acerca da trajetória da classe trabalhadora e suas lutas ao longo do regime de 1946, ano em que foi promulgada a Constituição que vigeu até o fim daquele intervalo histórico, as observaram, prioritariamente, em espaços sindicais e partidários. Desde os anos 1960, os principais debates acadêmicos em torno dessa trajetória têm se estruturado pelo conceito de populismo, para defendê-lo, relativizá-lo

---

<sup>18</sup> **BURGOS, Marcelo Baumann.** “Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade”. In: **MELLO, Marco Antonio da Silva [et al.]**. Favelas cariocas... Op. Cit. p.374.

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, **FISCHER, Brodwyn.** *A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro.* Stanford: Stanford University Press, 2008. pp.2-4.

ou criticá-lo inteiramente. Mesmo nas recentes polêmicas em torno do conceito, cujo desenvolvimento tem se dado, em larga medida, em espaços de pesquisa sediados no Rio de Janeiro e tomando a mesma cidade como marco geográfico de análise, as dimensões extrassindicais e extrapartidárias da experiência dos trabalhadores têm merecido pouca atenção no âmbito desse debate<sup>20</sup>.

Diante desse quadro, o objetivo imediato do presente trabalho é analisar algumas entidades e lutas conduzidas pelos favelados cariocas naquele período, conceituando-os como partícipes da classe trabalhadora. Minha hipótese inicial foi a de que, por meio de sua vivência cotidiana e dessas organizações e lutas, os favelados teriam participado de um processo mais amplo de formação de uma consciência de classe pelo proletariado carioca.

Para investigar sua pertinência, optei por concentrar a pesquisa no ciclo de mobilizações que se inicia em 1954, com a fundação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), e se encerra com o golpe empresarial-militar de 1964<sup>21</sup>. A escolha desse objeto imediato de análise, em função do caráter eminentemente classista das manifestações conduzidas por meio da UTF, do enraizamento de seus núcleos de base no cotidiano dos trabalhadores favelados e da relativa radicalidade de suas demandas, possibilitou que a permanência e a expansão das favelas ao longo do período 1945-1964 fossem enxergadas de forma pouco usual na bibliografia atualmente disponível acerca do tema.

---

<sup>20</sup> A interpretação “canônica” sobre o populismo foi formulada por Francisco Weffort em diversos trabalhos, dentre os quais destaco **WEFFORT, Francisco Corrêa**. *O populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Um movimento de revisão do conceito – pela valorização da ação dos trabalhadores – foi iniciado, no final dos anos 1980, pela publicação original de **GOMES, Angela de Castro**. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. No contexto atual, alguns pesquisadores têm proposto o completo abandono do referencial analítico do populismo em favor de uma abordagem que enfatiza a coincidência de interesses entre trabalhadores e Estado. Uma amostra dessa posição pode ser encontrada em **FERREIRA, Jorge**. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: \_\_\_\_\_ (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp.59-124. Tal proposição, no entanto, não se tornou consensual, havendo estudos que, apesar de criticarem certos aspectos do conceito, continuam enfatizando a natureza dúplice – posto que calcada em concessão e repressão – da relação Estado-trabalhadores no período 1945-1964, como **MATTOS, Marcelo Badaró (coord.)**. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003. Em estudos voltados para algumas outras regiões do país, parece já estar mais avançada a incorporação desses espaços de reprodução da força de trabalho, notadamente o da moradia, ao debate em torno do populismo, independentemente da avaliação que se faça dos resultados obtidos por trabalhos como o de **DUARTE, Adriano Luiz**. *Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no Bairro da Mooca, 1942-1973*. Tese de Doutorando em História. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

<sup>21</sup> Sobre a ampla participação de importantes setores do empresariado brasileiro no golpe de 1964, ver a obra clássica de **DREIFUSS, René Armand**. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

Trabalhos recentes voltados para a observação das ações dos favelados em suas organizações e mobilizações têm enfatizado a sua capacidade de intervir ativamente em prol de seus próprios interesses numa intrincada rede clientelística, envolvendo o Estado e suas agências, políticos, frações da burguesia, entre outros agentes<sup>22</sup>. A ênfase no percurso da UTF, associada à abordagem, já mencionada, dos favelados como trabalhadores, me permitiu analisar o papel de suas lutas na contínua conformação da moldura no bojo da qual essa rede era trançada. Com efeito, tanto as ações do Estado em seu sentido restrito, quanto aquelas de entidades da sociedade civil vinculadas a outras classes sociais, foram, naqueles anos, conduzidas em larga medida como respostas aos avanços obtidos pelas mobilizações dos favelados. Longe, portanto, de apenas se inserirem em um mecanismo já em funcionamento para dele tentar tirar o melhor proveito possível, a parcela favelizada da classe trabalhadora pressionou os limites dessa interação, conceituada por Luiz Antonio Machado da Silva em termos de um *controle negociado*<sup>23</sup>. Em alguns momentos, essa pressão chegou, inclusive, a apontar para a constituição de alternativas ao modelo vigente de “gestão pública” das favelas.

### ***3- Organização dos capítulos.***

Na construção dessa argumentação, julguei pertinente organizar o trabalho em quatro capítulos. O primeiro está dividido em dois momentos distintos. Inicialmente, recuperei parte da bibliografia existente sobre as favelas para sintetizar os debates acerca de sua inserção nas estruturas econômica, social e urbana do Rio de Janeiro de 1945-1964. Na sequência, historicizei algumas das representações sobre os moradores das favelas produzidas ao longo do século XX, para defender a compreensão dos mesmos como integrantes da classe trabalhadora carioca. Para isso, foram fundamentais os censos demográficos produzidos entre 1948 e 1960 por diferentes instâncias governamentais, bem como os trabalhos de alguns autores que se dedicaram a estudar as especificidades da anatomia assumida pelo modo de produção capitalista, e

---

<sup>22</sup> **BURGOS, Marcelo Baumann.** “Favela... Op. Cit.”.; **BITTENCOURT, Danielle Lopes.** “O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2012.

<sup>23</sup> **SILVA, Luiz Antonio Machado da.** “A continuidade do ‘problema da favela’”. In: **OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.).** Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp.228-229.

consequentemente, pela classe trabalhadora, em regiões periféricas, com destaque para a América Latina.

No segundo capítulo, a UTF entra em cena, sendo analisada desde sua fundação até o término do primeiro momento de sua atuação, em 1958. A recuperação desse itinerário teve como principal esteio a documentação coligida pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS) e pelo Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB), atualmente custodiada pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Se o intento dos agentes das polícias políticas quando da organização desse material foi produzir a desagregação histórica das classes subalternas, hoje, o mesmo pode ser utilizado com grande proveito na tarefa de reconstruí-la analiticamente<sup>24</sup>. No caso em tela, especialmente relevantes foram os dois dossiês intitulados “União dos Trabalhadores Favelados”, os quais são compostos por recortes de jornais, relatórios e comunicações internos à polícia e material produzido pelo movimento dos favelados. Também importantes foram outros dossiês da documentação policial, bem como o único relato publicado em livro de um dirigente da UTF, escrito por Manoel Gomes. Por meio desse apanhado de fontes e com auxílio da bibliografia consultada, enfoquei não apenas o percurso da UTF propriamente dito, mas suas conexões com outras organizações e movimentos de distintas naturezas, igualmente ligados à classe trabalhadora.

O capítulo de número três concentra-se no ano de 1959, quando foi realizado o I Congresso dos Trabalhadores Favelados, a partir do qual se fundou a Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro (CTF), acompanhando, também, a atuação posterior dessa entidade. Fundada, principalmente, por setores já envolvidos com a UTF, essa nova federação e o congresso no bojo do qual foi formada consolidaram o envolvimento do Ministério do Trabalho no movimento dos favelados, com apoio de parte importante de seus partícipes. Essa penetração, por sua vez, representou uma significativa mudança na perspectiva segundo a qual os favelados mais combativos, inicialmente organizados pela UTF, encaravam suas próprias relações com o Estado. Na reconstrução desses episódios, recorri, uma vez mais, à documentação das polícias políticas, principalmente, aquela constante do dossiê intitulado “I Congresso dos Trabalhadores Favelados”. Outras fontes acionadas foram os periódicos *Última*

---

<sup>24</sup> **GRAMSCI, Antonio.** *Cadernos do cárcere. O Risorgimento.* Notas sobre a história da Itália. Vol.5. Trad. de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp.135-136.

*Hora e Novos Rumos*, além do depoimento de José Talarico, o funcionário do Ministério do Trabalho mais diretamente envolvido com o movimento dos favelados naquela conjuntura.

No quarto e último capítulo, foi conferido destaque à atuação estatal em sua relação com os favelados, suas mobilizações e organizações. Recuperando as principais intervenções do poder público nas favelas desde os anos 1940 até o golpe de 1964, acompanhei a passagem do modelo de *controle autoritário* para o de *controle negociado*, investigando as diversas formas assumidas por esse em resposta aos diferentes momentos do movimento dos trabalhadores favelados. Nesse variado leque, especialmente importantes foram as políticas públicas implementadas no início dos anos 1960, aproveitando as brechas ideológicas e organizacionais geradas pelo advento da CTF, com o claro intuito de eliminar a já enfraquecida UTF e desorganizar a parcela favelizada da classe trabalhadora, tornando-a vulnerável ao retorno de intervenções marcadas por um autoritarismo mais aberto. Para tal, recorri tanto à documentação policial já analisada nos capítulos anteriores, quanto a recortes de jornais, artefatos legais, depoimentos de ocupantes de importantes cargos estatais e estudos produzidos – por órgãos ligados ao Estado, ou por associações da sociedade civil – com o propósito de subsidiar e justificar essas políticas públicas.

Ao final desse percurso, espero não só conseguir demonstrar a combatividade presente nos movimentos de favelados organizados em torno da UTF e seu nítido caráter classista, como também apontar para algumas possíveis explicações da dinâmica assumida por suas relações com o Estado. Ao mesmo tempo, tais proposições podem indicar alguns potenciais caminhos para o desenvolvimento futuro das pesquisas em torno da trajetória como um todo da classe trabalhadora carioca nos anos 1945-1964.

## Capítulo 1

### Favelas e favelados no Rio de Janeiro da República Populista

#### *1.1- Transformações econômicas, reestruturação urbana e crise habitacional.*

Na história brasileira, a passagem do polo agrário-exportador para o urbano-industrial como eixo estruturador do capitalismo nacional deu-se de forma relativamente dilatada no tempo, sendo localizada entre as décadas de 1930 e 1960<sup>25</sup>. Esse processo de ampla transformação da fisionomia da acumulação capitalista nacional implicou em uma série de outras profundas mutações correlatas, de naturezas diversas (políticas, sociais, culturais, etc) e relativamente simultâneas. Entretanto, uma dimensão que geralmente é negligenciada ou tratada superficialmente nas análises mais amplas acerca dessas mudanças é aquela relativa à organização espacial da sociedade e sua produção. Nesse trabalho, por outro lado, maior ênfase deve ser conferida a esse aspecto, em função do objeto proposto para a investigação. Afinal, se o foco da análise é dirigido a movimentos políticos e sociais que tiveram como centro gravitacional a dinâmica urbana do Rio de Janeiro e, especificamente, suas favelas, sua interpretação só poderá revestir-se de pleno sentido caso essa mesma dinâmica seja compreendida, ao menos em seus traços mais gerais.

Um profícuo ponto de partida para essa compreensão são as indicações teóricas do geógrafo David Harvey. Em seu conjunto de artigos publicado sob o título de *A produção capitalista do espaço*, Harvey aborda tanto a articulação de espaços geográficos distintos como um dos traços característicos do desenvolvimento histórico do capitalismo, quanto os mecanismos de transformação que esse sistema social tendente à globalidade coloca em ação em cada localidade específica. Embora tratem-se de dimensões inextrincavelmente relacionadas, são os comentários de Harvey relativos ao segundo tópico que permitem a introdução da problemática especificamente tratada aqui. Quanto a isso, o geógrafo inglês, sempre partindo e propondo-se a aperfeiçoar o arcabouço conceitual marxiano, afirma que o desenvolvimento industrial sob o

---

<sup>25</sup> Uma síntese fundamental dessa transição pode ser encontrada em **OLIVEIRA, Francisco de**. “Crítica à razão dualista”. In: \_\_\_\_\_ . *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. Especialmente o capítulo II, “O desenvolvimento capitalista pós-anos 1930 e o processo de acumulação”.

capitalismo tende a gerar grandes concentrações urbanas como forma de reduzir custos e facilitar a circulação das mercadorias<sup>26</sup>. Entretanto,

“O surgimento de uma estrutura espacial diferente com a ascensão do capitalismo não é um processo livre de contradições. Para superar barreiras espaciais e ‘anular o espaço pelo tempo’, criam-se estruturas espaciais que, no fim, agem como barreiras contra a acumulação adicional. Essas estruturas espaciais se manifestam na forma fixa e imóvel de recursos de transporte, instalações fabris e outros meios de produção e consumo, impossíveis de serem movidos sem seres destruídos. (...) Assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada à sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível. A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à ‘derrubada de barreiras espaciais’ e, no fim, até à ‘anulação do espaço pelo tempo’.

(...)

O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação (...)<sup>27</sup>.

Vê-se, portanto, que, num segundo momento, as formas geográficas criadas com o fito de facilitar o processo de acumulação do capital tendem a converter-se em entraves à passagem desse mesmo processo a um novo patamar. Origina-se, dessa forma, uma situação em que as possibilidades de ganho inerentes às formas existentes devem ser comparadas aos resultados projetados como decorrência de radicais reformulações do espaço.

Nos anos compreendidos entre 1930 e 1964, o Rio de Janeiro, enquanto experimentava um vertiginoso crescimento populacional, acompanhado de um adensamento de sua ocupação, atravessou, justamente, um longo processo de readequação de sua estrutura urbana à nova dinâmica do processo de acumulação capitalista, como meio de potencializá-la. Dessa forma, a configuração anterior, voltada prioritariamente para o escoamento da produção agrária e a internalização dos produtos manufaturados importados, ela mesma produto em grande medida de outro ciclo de intervenção urbana, a reforma Pereira Passos (1902-1906)<sup>28</sup>, foi progressivamente

---

<sup>26</sup> HARVEY, David. “A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista”. In: \_\_\_\_\_, *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. Trad. de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006. pp.52-53.

<sup>27</sup> IDEM. *Ibidem*. pp.53-54.

<sup>28</sup> A obra que aborda de forma mais completa essas transformações no início do século XX é BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria



substituída por formas mais adequadas à crescente centralidade adquirida pela produção industrial. A melhor síntese já publicada acerca desse processo pode ser encontrada na seminal obra de Maurício de Abreu, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*.

Partindo da hipótese central de que o século XIX marcou o início de uma longa trajetória de segregação espacial das classes sociais no Rio de Janeiro – concentrando no núcleo da região metropolitana a imensa maioria dos recursos, serviços e infraestrutura urbanos<sup>29</sup> –, Abreu alcança o período aqui focado, compreendendo-o como um novo momento desse percurso, marcado por flagrantes contradições. Em suas palavras,

“Em 1930 a cidade já se encontrava bastante estratificada, isto é, classes altas predominantemente na ‘nova’ Zona Sul; classes médias na antiga Zona Sul e a Zona Norte; e classes pobres nos subúrbios. (...) O paradoxo, entretanto, é que tal forma espacial passa a ser contraditória com as necessidades de acumulação do capital. E grande parte dessa contradição é determinada pela natureza mesma do espaço.

O crescimento tentacular da cidade, em parte determinado por condicionantes físicos, havia resultado no aumento das distâncias entre local de trabalho e residência, exigindo deslocamentos cada vez maiores da força de trabalho. Tal crescimento não foi acompanhado, entretanto, da melhoria do transporte coletivo de massa, principalmente do transporte ferroviário. E mesmo quando isso aconteceu, com a eletrificação da EFCB no final da década de 30, os subúrbios já estavam de tal modo ocupados (ou mantidos como reserva de valor), que a população pobre só poderia se radicar em áreas longínquas, para além da fronteira do Distrito Federal. A contradição aparecia, entretanto, na necessidade dessa população vir a se localizar em áreas mais próximas, para satisfazer à demanda crescente de força de trabalho por parte da indústria e dos serviços”<sup>30</sup>.

Seguindo a argumentação do autor, percebe-se que essa separação entre locais predominantemente ocupados pelas moradias dos trabalhadores e os pontos de maior concentração de empregos, produzida pelas formas anteriormente predominantes de acumulação, foi superada nessa nova fase por meio de dois mecanismos de sentido inverso e complementar. De um lado, as favelas existentes nas áreas de antiga concentração industrial e desenvolvimento do setor de serviços experimentaram um crescimento populacional. De outro lado, as próprias indústrias passaram a se deslocar paulatinamente para as regiões onde se concentrava sua potencial força de trabalho, ou seja, as zonas periféricas.

---

Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

<sup>29</sup> **ABREU, Maurício de A.** *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2008. p.17.

<sup>30</sup> **IDEM.** *Ibidem*. p.94.

Na análise desse movimento de adequação espacial às novas demandas da acumulação capitalista, Abreu opta por priorizar a observação das diversas instâncias de atuação do Estado, compreendido como representante das diferentes frações do capital. Desse ponto de vista, o Decreto 6.000 de 1937 (também conhecido como Código de Obras) reveste-se de grande importância, por ter definido, pela primeira vez, um zoneamento para as indústrias da cidade. Grosso modo, pode-se dizer que a partir desse momento a expansão industrial da cidade passou a acompanhar bastante de perto os trajetos das estradas de ferro que cortavam a cidade (principalmente Central do Brasil e Leopoldina), alcançando progressivamente as *periferias imediata e intermediária* da Área Metropolitana do Rio de Janeiro<sup>31</sup>. Como complemento a essa determinação, algumas importantes obras viárias também foram empreendidas, com destaque para a abertura da Avenida Brasil, inaugurada em 1946, com o duplo objetivo de abrigar mais indústrias e reduzir os custos de circulação das mercadorias. Quanto aos terrenos anteriormente ocupados por indústrias no *núcleo* da metrópole, doravante interditados para a atividade industrial e altamente valorizados no mercado imobiliário, os mesmos tenderam a ser loteados e vendidos, redundando em significativos ganhos para seus proprietários<sup>32</sup>.

Ainda de acordo com o trabalho de Abreu, essa reorganização do espaço metropolitano continuou em curso até o final dos anos 1940, sendo complementada, ainda, por diversas obras de saneamento que tornaram possível a ocupação das regiões mais afastadas do núcleo. Naquele momento, o delineamento dos contornos básicos da área metropolitana já se encontrava virtualmente concluído. Na sequência, um segundo período foi identificado pelo autor como correspondente aos anos 1950-1964. Marcados por um progressivo adensamento desse espaço já delimitado, esses anos foram, também, palco de um novo movimento da adequação da área urbana às necessidades da acumulação capitaneada pela indústria, doravante assentada em novas bases.

Com efeito, essa conjuntura, especialmente a partir da posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República em 1956, deve ser compreendida como de marcante aceleração da transição – estando esta completa apenas no pós-1964 – para a

---

<sup>31</sup> “Núcleo”, “periferia imediata” e “periferia intermediária” são as três regiões em que Abreu subdivide a área metropolitana do Rio de Janeiro, com o fito de facilitar o entendimento de sua organização e dinâmica. Compõem-se, respectivamente, por Zona Sul e Centro do Rio de Janeiro (estendido até Tijuca, Vila Isabel, São Cristóvão e Caju) e Zona Sul e Centro de Niterói; subúrbios mais antigos do Rio de Janeiro, que acompanham as estradas de ferro, Barra da Tijuca, parte de Jacarepaguá e zona norte de Niterói; e o resto do espaço da cidade do Rio de Janeiro, bem como Nilópolis, São João de Meriti, partes de Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu e Magé. **IDEM. Ibidem.** p.18.

<sup>32</sup> Sobre o Decreto 6.000 e a nova distribuição espacial das indústrias, cf. **IDEM. Ibidem.** pp.99-103.

fase monopolista do capitalismo brasileiro<sup>33</sup>. Esta etapa caracterizou-se por profundas transformações na estrutura industrial brasileira em múltiplos níveis: seus agentes (ampliação da participação do capital estrangeiro), seus ramos (crescimento da produção de bens de consumo duráveis), suas formas de financiamento (cada vez mais dependente do capital estrangeiro e do aumento da taxa de exploração da força de trabalho), entre outros<sup>34</sup>. Nessa fase, beneficiando-se da estrutura concentradora de renda e do estabelecimento anterior da indústria de bens intermediários, com destaque para a siderurgia, o setor de bens de consumo duráveis emergiu como o mais dinâmico da economia nacional, capitaneado pela produção automobilística.

Esse novo momento da produção industrial, por sua vez, funcionou como catalisador das transformações do espaço físico do país já em curso, adaptando-as às suas próprias necessidades como mecanismo de superação das barreiras legadas por etapas anteriores do desenvolvimento capitalista. Tratava-se, de um lado, de cortar o território nacional por rodovias capazes de fazer dos caminhões e ônibus em produção o principal instrumento de circulação das mercadorias e da força de trabalho entre as diversas regiões do país, num processo concomitante à formação das redes urbanas nacionais e da integração dos mercados regionais em um único, nacionalizado, quebrando, assim, a antiga lógica dual estruturada por meio de grandes cidades e pequenos povoados<sup>35</sup>. De outro lado, fazia-se igualmente necessária a reestruturação do espaço intraurbano de forma a comportar o fluxo crescente de automóveis particulares. Exemplo do primeiro procedimento foi a abertura da nova rodovia Rio-São Paulo, completada em 1951, ao passo que a retomada da prática de “cirurgias urbanas” para dotar o Rio de Janeiro de mais túneis e vias expressas (Túnel Rebouças, Avenida Radial Oeste, Aterro do Flamengo, entre outras grandes obras) como forma de solucionar o chamado “problema viário”, corporifica o segundo<sup>36</sup>. Desse mesmo movimento de monopolização da economia resultariam, no entanto, novas contradições relativas ao aproveitamento do espaço urbano da área metropolitana do Rio de Janeiro, que, só

---

<sup>33</sup> Boa parte da vasta obra do sociólogo Francisco de Oliveira dedicou-se a demonstrar a continuidade entre o ensaio de certas políticas econômicas pelo governo de JK e seu aprofundamento pela Ditadura iniciada em 1964. A título de exemplo, veja-se **OLIVEIRA, Francisco de.** *“Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro”*. IN: \_\_\_\_\_, *A economia da dependência imperfeita*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980. pp.116-120.

<sup>34</sup> Uma precisa e sucinta caracterização da forma que a economia brasileira começa a assumir com JK pode ser encontrada em **MENDONÇA, Sonia Regina de.** *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. pp.53-68.

<sup>35</sup> **COELHO, Franklin Dias.** *História urbana e movimentos sociais: o movimento de reforma urbana (1950-1990)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 1996. p.83.

<sup>36</sup> Cf. **ABREU, Mauricio de A.** *Evolução urbana... Op. Cit.* Respectivamente, pp. 121; 133-134.

tendo sido solucionadas pelo regime instalado pelo golpe de 1964, ultrapassam o escopo desse estudo.

Retomando o período aqui priorizado, cabe destacar que, ainda nos anos 1950, verificou-se uma importante reorganização da estrutura de transportes coletivos que serviam à população carioca, com objetivos complementares aos das obras referidas. Exemplo disso é que os bondes, que circulavam pela cidade desde meados do século XIX, foram extintos na segunda metade da década de 1950, com o fito de liberar espaço nas vias para a circulação de automóveis e ônibus, cuja importância como meio de transporte aumentou continuamente naqueles anos. Por fim, cabe destacar que as décadas de 1950 e 1960 foram igualmente marcadas por um aumento da participação do trem no deslocamento populacional, embora sua frota fosse continuamente sucateada, principalmente por atender as parcelas mais pobres da população, que residiam nas periferias<sup>37</sup>.

Conforme o acima exposto, pode-se afirmar seguramente que o contínuo processo de reordenamento do espaço urbano carioca entre os anos de 1930 e 1964 ocorreu, prioritariamente, no sentido de propiciar condições mais adequadas à acumulação industrial, garantindo as melhores condições de uso da terra “como suporte da produção e circulação de mercadorias”. Simultaneamente, no entanto, estruturou-se definitivamente no Rio de Janeiro outro ramo do capital, para o qual a terra funcionava como “suporte da produção dos objetos imobiliários”, o capital construtor<sup>38</sup>.

Luiz César de Queiróz Ribeiro, partindo do conceito de “formas de produção da moradia”, rastreou em sua tese de doutoramento o processo de emergência da produção especificamente capitalista da moradia (isso é, o capital construtor), a partir da superação do predomínio inicial da produção não-mercantil (ou seja, como valor de uso para proveito próprio) e, posteriormente, da produção pequeno-burguesa (em que o capital investido na construção opera em busca de uma remuneração sob a forma de renda). No arcabouço conceitual desenvolvido pelo autor, essa produção capitalista é identificada com a ação do capital incorporador, que se assenhora da totalidade do processo de produção e circulação da moradia, desde a organização do processo de

---

<sup>37</sup> **SILVA, Maria Lais Pereira da.** *Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro: tensões e conflitos.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. pp.59-62.

<sup>38</sup> A distinção, aqui empregada, das formas pelas quais os capitais industrial e construtor se relacionam com a terra foi elaborada por **RIBEIRO, Luiz César de Queiróz.** *Dos cortiços aos condomínios fechados.* As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR, UFRJ; FASE, 1997. pp.72-73.

trabalho (com a compra do terreno e a mobilização da força de trabalho, dos insumos e dos instrumentos de trabalho), até o financiamento da compra do produto final por terceiros, completando, assim, o percurso de valorização do valor inicialmente despendido<sup>39</sup>.

No percurso histórico descrito pela argumentação de Ribeiro desde a segunda metade do século XIX, é precisamente entre os anos de 1937 e 1964 que emerge e se consolida o capital incorporador. Entretanto, longe de constituir solução para o problema da demanda de moradia, o capital incorporador tornou-se, naquele período, mais um fator de agravamento da crise habitacional que assolava a cidade desde a virada do século XIX para o XX. Nesse intervalo inicial, no entanto, enfrentou, também o capital incorporador, ciclos de expansão e retração, bastante coincidentes com as oscilações da totalidade da economia nacional. Entre 1937 e 1964, os ciclos por ele identificados são:

“- um ciclo de expansão, que se inicia nos anos imediatamente anteriores à Segunda Grande Guerra, mais precisamente em torno do ano de 1937; - um período de depressão, com uma formidável queda na produção durante o período de guerra, ou seja, entre 1945/1949; e – um ciclo de forte expansão constante até 1952, sucedido por uma queda até 1955, seguida de uma breve retomada e de uma expansão mantida até o ano de 1964”<sup>40</sup>.

A crise habitacional no Rio de Janeiro, por seu turno, apesar de suas raízes anteriores, foi consideravelmente ampliada pelo processo migratório detonado no pós-30, o qual sofreu outra grande inflexão a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Para Maurício de Abreu, tal trajetória se explica pela atração exercida pelas grandes cidades, então marcadas por um robusto crescimento da atividade industrial, o que implicava na oferta de empregos que possibilitavam não só ganhos pecuniários maiores que aqueles auferidos no meio rural, como garantiam o usufruto dos direitos trabalhistas em processo de codificação legal<sup>41</sup>. A magnitude do movimento em tela pode ser aferida pela observação de que ao longo dos anos 1950, auge da onda migratória em direção ao

<sup>39</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.92-101.

<sup>40</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.173-176; 251.

<sup>41</sup> **ABREU, Maurício de A.** *Evolução urbana... Op. Cit.* pp.96; 117-121. Em uma pesquisa de grande fôlego, Mike Davis argumentou que essa associação entre industrialização e urbanização na atração de migrantes para as cidades marcou a anatomia da maioria dos países do chamado Terceiro Mundo (o que, evidentemente, inclui o Brasil) desde o pós-Segunda Guerra Mundial até o advento do neoliberalismo nos anos 1980, quando a repulsão exercida pela nova configuração do campo passou a responder pela maior parte do êxodo rural. **DAVIS, Mike.** *Planeta Favela.* Trad. de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006. pp.22-26. Francisco de Oliveira, no entanto, chama a atenção para a vigência de alguns mecanismos de expulsão dos trabalhadores do campo brasileiro ainda antes da década de 1980. **OLIVEIRA, Francisco de.** *Crítica à razão... Op. Cit.* pp.42-47.

Rio de Janeiro (potencializada, ainda, pela ocorrência de grandes secas no Nordeste no mesmo momento)<sup>42</sup>, chegaram à área metropolitana 1.291.670 migrantes, que respondiam por 27,6% (desconsiderando os migrantes com mais de uma década de residência) dos 4.671.534 habitantes da metrópole verificados em 1960<sup>43</sup>.

Nesse contexto, o Estado, já orientado segundo concepções intervencionistas, passou a tentar, pelo menos, mitigar o déficit habitacional, especialmente no que se refere aos trabalhadores pior remunerados. Uma de suas medidas mais significativas foi a promulgação da Lei do Inquilinato (Decreto-lei 4598/1942), que, congelando os aluguéis, impedia que o crescimento progressivo da demanda de moradia continuasse alimentando a majoração de seus preços, visto que essa ainda constituía a principal forma de acesso à habitação. Por um lado, a medida mostrou-se relativamente funcional em relação aos seus propósitos declarados, o que foi atestado por suas sucessivas prorrogações até 1964, sempre objeto de campanhas favoráveis por parte dos setores mais progressistas do espectro político. Por outro lado, o mecanismo acabou por fornecer novo combustível para a crise habitacional, ao contribuir para a redução da oferta de moradias para aluguel.

Como a estagnação das rendas obtidas pela locação de imóveis, o setor de produção da moradia qualificado por Ribeiro como pequeno-burguês passou a manter muitas casas e apartamentos vazios – desencadeando, para isso, um movimento de aumento significativo dos despejos a partir do início dos anos 1950<sup>44</sup> –, na expectativa de vendê-los. Raciocínio similar se aplicava à construção de imóveis para locação, também tornada menos atrativa como investimento. Por fim, foram adotados, por parte dos locadores, uma série de mecanismos contratuais (como a cobrança de elevadas “luvas”) que objetivavam ampliar seus ganhos, contornado o objetivo que animava as sucessivas versões da Lei do Inquilinato<sup>45</sup>.

A contraparte do resultante desestímulo à circulação e à produção da moradia segundo os padrões pequeno-burgueses foi o estímulo à ascensão da produção incorporadora, de fundo tipicamente capitalista, conforme já visto. Desde 1933, o

---

<sup>42</sup> **PARISSE, Luciano.** *Favelas do Rio de Janeiro*. Evolução – Sentido. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969. pp104-105.

<sup>43</sup> Números retirados de **ABREU, Mauricio de A.** *Evolução urbana... Op. Cit.* pp.117-121. A população total da área metropolitana foi alcançada por meio da soma de todos os habitantes recenseados nos seguintes municípios: Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti e São Gonçalo.

<sup>44</sup> **COELHO, Franklin Dias.** *História urbana e... Op. Cit.* p.123.

<sup>45</sup> Sobre a Lei do Inquilinato e suas consequências, veja-se **SILVA, Maria Lais Pereira da.** *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. pp.41-42; 59-60.

Estado já sinalizava no sentido de apoiar esse setor do capital com a edição do Decreto 22.626, que limitava a 10% os juros cobrados em empréstimos hipotecários, tornando-os acessíveis a uma maior parcela da população<sup>46</sup>. Com efeito, a conjugação desses instrumentos legislativos impulsionou significativamente tanto o rápido crescimento do número de empresas de construção, quanto sua participação na edificação do parque imobiliário, especialmente entre os anos de 1940 e 1950<sup>47</sup>.

No entanto, apesar do aumento percentual de domicílios próprios, a estruturação do capital incorporador tampouco foi capaz de solucionar o problema habitacional, por duas ordens de problemas enfrentados. Em primeiro lugar, mesmo essa produção incorporadora atravessou momentos de crise, especialmente no final dos anos 1950, dentre outros fatores, pela disputa travada com outros setores da indústria pelos recursos disponíveis e pela ausência de um sistema de financiamento habitacional consolidado<sup>48</sup>, o que só seria logrado no pós-1964, mesmo que formatado de maneira a não se aproximar muito das demandas dos setores mais pauperizados.

Em segundo lugar, a própria estrutura econômico-social do Brasil daquele período, que tinha na concentração extrema da riqueza social um dos principais pilares de seu funcionamento<sup>49</sup>, impunha severos limites ao acesso de grandes parcelas da classe trabalhadora aos financiamentos disponíveis. Evidência disso é que a principal fonte de valorização do capital incorporador, especialmente ao longo da década de 1950, foi o processo de verticalização de Copacabana, Leme, Ipanema e Leblon (a “nova” Zona Sul). Nesse caso, a introdução do concreto armado tornou possível a construção de imóveis multifamiliares, cujas unidades eram vendidas a preços acessíveis a grande parte dos estratos médios – que, dessa forma, realizavam o alentado sonho de viver na Zona Sul –, redundando em empreendimentos de significativos lucros, como resultado da soma dos valores arrecadados pela venda de cada apartamento<sup>50</sup>.

Os ganhos obtidos nessas empreitadas, no entanto, não teriam sido possíveis sem o suporte da ação estatal, seguidamente pleiteado pelas associações representativas dos interesses do setor de construção civil (Sindicato da Construção Civil, Clube de

---

<sup>46</sup> **RIBEIRO, Luiz César de Queiróz.** *Dos cortiços...* Op. Cit. p.265.

<sup>47</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.258-263. Outra importante análise do papel da Lei do Inquilinato como instrumento de política econômica pode ser encontrada em **BONDUKI, Nabil Georges.** “*Origens da habitação social no Brasil*”. In: *Análise Social*. Lisboa, Vol. XXIX (127), 1994 (3º). pp.719-721.

<sup>48</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.269-278.

<sup>49</sup> **OLIVEIRA, Francisco de.** “*Crítica à razão...* Op. Cit. ”. pp.87-92.

<sup>50</sup> **ABREU, Mauricio de A.** *Evolução urbana...* Op. Cit. p.112.

Engenharia, entre outros), pelo menos, desde os anos 1940<sup>51</sup>. Ao longo dos anos aqui tratados, atravessados por gestões de diferentes prefeitos, esse suporte se materializou em formas diversas, dentre as quais se pode destacar: concentração de obras públicas e de infraestrutura – que valorizavam sensivelmente os bens imobiliários – nas áreas privilegiadas pelo capital incorporador, com destaque para a “nova” Zona Sul<sup>52</sup>; liberação, até 8, 10 ou 12 andares, dos gabaritos dos prédios de Copacabana<sup>53</sup>; e facilitação do acesso rodoviário a áreas passíveis de incorporação imobiliária, como o Alto da Tijuca e a Gávea<sup>54</sup>.

### ***1.2- A expansão das favelas cariocas no pós-1930.***

Em função dessas configuração assumida pelo capital privado construtor e de injunções políticas, desde 1930, o Estado começou a se envolver de forma mais direta com a questão da chamada “moradia popular”<sup>55</sup>. Destacam-se, nesse sentido, as ações das Caixas Econômicas, dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e da Fundação da Casa Popular (criada em 1946) no financiamento habitacional que, se traziam juros mais baixos que aqueles praticados pelas entidades privadas, apresentavam uma série de dificuldades de ordem econômica, política e administrativa que limitaram o escopo de sua ação<sup>56</sup>.

Nesse cenário de crise habitacional crônica e incapacidade do capital privado e do poder público de suprir o déficit de moradias, agravado pelos altos índices de inflação e baixos salários, os próprios trabalhadores viram-se compelidos a produzir suas soluções habitacionais por meio da autoconstrução, configurando o que Ribeiro denominou como formas de produção não mercantil da moradia. Uma das estratégias amplamente acionadas pelos trabalhadores que recorriam à autoconstrução foi o

---

<sup>51</sup> **RIBEIRO, Luiz César de Queiróz.** *Dos cortiços...* Op. Cit. p.289.

<sup>52</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.283.

<sup>53</sup> **ABREU, Mauricio de A.** *Evolução urbana...* Op. Cit. p.126.

<sup>54</sup> **SILVA, Maria Lais Pereira da.** *Favelas cariocas...* Op. Cit. pp.63-64.

<sup>55</sup> Apesar desses esforços, Bonduki apontou que, no pré-1964, “Seria equivocado considerar que o governo Vargas e os que se lhe seguiram chegaram a formular uma política habitacional articulada e coerente. Não houve, efetivamente, a estruturação de uma estratégia para enfrentar o problema nem a efetiva delegação de poder a um órgão encarregado de coordenar a implementação de uma política habitacional em todos seus aspectos (regulamentação do mercado de locação, financiamento habitacional, gestão dos empreendimentos e política fundiária). E, menos ainda, uma ação articulada entre os vários órgãos e ministérios que de alguma maneira interferiram na questão”. **BONDUKI, Nabil Georges.** *“Origens da habitação...”* Op. Cit.”. p.717.

<sup>56</sup> Para maiores detalhes acerca da atuação desses órgãos, cf. **SILVA, Maria Lais Pereira da.** *Favelas cariocas...* Op. Cit. pp.42-44; **ABREU, Mauricio de A.** *Evolução urbana...* Op. Cit. pp.116-118; e **RIBEIRO, Luiz César de Queiróz.** *Dos cortiços...* Op. Cit. pp.269-273.



deslocamento, em um primeiro momento, rumo aos subúrbios mais distantes (ainda na *periferia imediata*) do centro da cidade e, em seguida, aos municípios da Baixada Fluminense (já na *periferia intermediária*). Com ampla participação dos migrantes, esse processo resultou na constituição de um dos principais vetores da expansão da área e da população metropolitanas, que acompanhava de perto o traçado das estradas de ferro desde os anos 1930, com notável aceleração a partir da década de 1950<sup>57</sup>.

Apesar da explosão demográfica dessas áreas, a alternativa do afastamento em relação ao centro apresentou, também, entraves àqueles que efetuavam esse percurso. Para tal, destaca-se o fato de que grande parte das terras suburbanas eram mantidas como reserva de valor, pelo menos, desde os anos 1930, o que limitava o acesso dos trabalhadores à terra<sup>58</sup>. Nesse contexto, os loteamentos apareciam como uma boa oportunidade de lucro para os detentores do espaço, ao mesmo tempo em que possibilitavam a autoconstrução de moradias pelos compradores dos lotes. Mesmo estando equacionado o problema da moradia para milhares de trabalhadores por meio desses loteamentos, as dificuldades relativas ao deslocamento permaneciam, dada a já mencionada precariedade do transporte ferroviário naqueles anos.

Outra solução encontrada pelos próprios trabalhadores para minorar o déficit habitacional foi a massiva favelização (tão difundida que não se restringiu às encostas dos morros, atingindo, também, áreas de mangue e alguns outros terrenos planos, como foi o caso, por exemplo, da Favela da Praia do Pinto, no Leblon<sup>59</sup>). Presentes no cenário da cidade, pelo menos, desde a última década do século XIX, as favelas já experimentavam um processo de contínuo crescimento e difusão especialmente a partir das décadas de 1910 e 1920<sup>60</sup>. No pós-1930, apesar da continuidade de certas motivações gerais para a favelização dos trabalhadores – com destaque para a proximidade em relação às principais fontes de empregos<sup>61</sup> –, sua disseminação adquiriu

---

<sup>57</sup> **ABREU, Mauricio de A.** *Evolução urbana... Op. Cit.* pp.99-111; 118-125.

<sup>58</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.94.

<sup>59</sup> O anexo B deste trabalho traz um mapa com a localização de todas as favelas cariocas em 1960. O anexo C, por sua vez, é composto por um mapa apresentando a divisão do município do Rio de Janeiro por bairros (tal como essa organização se dava em 2004), com o fito de auxiliar o leitor não familiarizado com a geografia da cidade a compreender as referências a ela feitas ao longo do texto.

<sup>60</sup> **IDEM.** “*Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro*”. In: *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: NERU, Nº 37, 1994. pp.36-38. Sintetizando a bibliografia acerca do tema das origens das favelas, Rafael Soares Gonçalves demonstrou a existência, desde meados do século XIX, de construções que poderiam ser consideradas “formas embrionárias de favelas”. **GONÇALVES, Rafael Soares.** *Les favelas de Rio de Janeiro – histoire et droit XIX<sup>e</sup>–XX<sup>e</sup> siècles*. Paris: L’Harmattan, 2010. pp.33-35.

<sup>61</sup> **ABREU, Mauricio de A.** “*Reconstruindo uma história esquecida... Op. Cit.*”. p.38.

novo ritmo e significado sócio-político. Analisando esse último período, Maurício de Abreu afirmou que o adensamento e a proliferação das favelas se deu

“(…) numa época em que os controles urbanísticos formais cada vez mais se acentuavam, sendo entretanto pouco afetadas por eles. Isto se explica, de um lado, pelo forte fluxo migratório que então se verificava, o que em si, já comprometia a concretização de qualquer ação coercitiva por parte do poder público. Por outro lado, essa mão-de-obra barata era necessária para que a indústria, o comércio e a burguesia em geral acumulassem capital. Ademais, os terrenos ocupados pelas favelas, ou eram públicos ou eram pouco valorizados pela empresa imobiliária organizada, que estava empenhada em construir edificações em áreas planas ainda desocupadas, ou em adensar áreas já construídas através da substituição do uso unifamiliar pelo multifamiliar. Some-se ao que foi exposto acima o caráter populista do período e, a partir de 1945, o advento de uma fase ‘democrática’, na qual as favelas, se eram ainda consideradas ‘chagas’ da cidade no discurso formal, eram também o manancial de uma infinidade de votos e, portanto, ‘intocáveis’.

Todas essas razões explicam porque, de uma fase caracterizada pela estratificação social crescente, a forma urbana do Rio de Janeiro passa a apresentar, no período 1930-64, características menos segregadoras ou, segundo alguns, ‘mais democráticas’<sup>62</sup>.

Para o autor, é evidente que a disseminação das favelas coadunava-se com as necessidades da nova forma assumida pela acumulação capitalista na cidade, constituindo a segunda maneira de superação do paradoxo que opunha a ascensão industrial ao afastamento entre locais de trabalho e moradia da classe trabalhadora, produzido no período anterior a 1930 (como já explicitado, o deslocamento paulatino das indústrias para fora do *núcleo* urbano constituiria a primeira maneira de superação). Para um aproximação acerca da dimensão desse processo, parece útil mencionar alguns dados pontuais: partindo de 169.305 favelados<sup>63</sup> em 58 núcleos recenseados em 1950, os dez anos seguintes viram a população favelada alcançar 335.063 pessoas (um aumento de 97,9 %), distribuídas por 147 favelas. Por sua vez, o peso da migração, já mencionado, nesse crescimento populacional foi bastante significativo, havendo, em 1960, 178.656 (ou 53,3% do total) residentes em favelas que não eram naturais do

---

<sup>62</sup> **IDEM.** *Evolução urbana...* Op. Cit. p.95.

<sup>63</sup> Em um importante artigo, Anthony Leeds fez uma sensível distinção entre as expressões “favelados”, no “sentido de um estado permanente,” e “moradores da favela”, entendidos como “pessoas que, em sua maioria, moram nas favelas por escolha, no desenvolvimento de estratégias de vida”. **LEEDS, Anthony.** “Tipos de moradia, arranjos de vida, proletarização, e a estrutura social da cidade”. In: : \_\_\_\_\_; **LEEDS, Elizabeth.** *A sociologia do Brasil urbano.* Trad. de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.156. Embora a observação de Leeds aponte para elementos importantes, mantenho o emprego do termo “favelado” como sinônimo de “morador de favela”, uma vez que esse era o vocábulo utilizado por esses moradores para construir a identificação política de suas organizações próprias, conforme ficará claro no capítulo 2.

Estado da Guanabara<sup>64</sup>. Embora correta em linhas gerais, essa abordagem de Abreu, centrada na ação estatal e dos organismos ligados às classes dominantes, acaba por se revestir de um viés excessivamente funcionalista, na medida em que deixa de lado o papel das mobilizações dos trabalhadores favelados para a permanência das favelas naqueles anos. Essas lutas, no entanto, constituirão o objeto prioritário do capítulo 2, não cabendo, ainda, maiores referências a elas.

Por ora, cumpre observar que a conexão, analisada por Abreu, entre industrialização, migração e favelização foi pioneiramente estabelecida, ao menos no âmbito das abordagens dotadas de um viés acadêmico, por Luciano Parisse. Foi esse autor quem, por exemplo, primeiro chamou a atenção para o processo de difusão das favelas margeando as estradas de ferro e a Avenida Brasil rumo aos subúrbios (num percurso mimético em relação àquele desenvolvido pelas indústrias), principalmente entre os anos de 1940 e 1960, momento em que se encerra sua investigação<sup>65</sup>. A obra de Parisse destaca-se, também, pela percepção de que as favelas tendiam a se instalar prioritariamente em áreas razoavelmente consolidadas da urbe e em acelerada expansão, o que explicaria a dinâmica das favelas cariocas ao longo dos anos 1950: enorme percentual de crescimento da população favelada da zona São Cristóvão-Leopoldina, estagnação relativa do litoral sul e da faixa Centro-Tijuca e princípio de favelização do que denomina periferia (o autor cita diretamente apenas o bairro de Campo Grande), *pari passu* ao adensamento populacional dessa área<sup>66</sup>. Dessa forma, conclui que a favela, de modo geral, não funcionava como ponta de lança da ocupação territorial (expansão da “fronteira urbana”), mas tendia a complementar outras facetas do processo de ocupação da cidade, ou, em suas palavras:

“Poder-se-ia dizer que a favela cresce de modo significativo, quando a urbanização ultrapassa o estágio de primeira implantação de casas modestas, de um ou dois pavimentos, e antes que o adensamento atinja um ritmo acelerado que caracteriza o crescimento vertical”<sup>67</sup>.

É apenas com a elaboração de Abreu, no entanto, que os preciosos *insights* de Parisse adquiriram maior densidade teórica, sendo trabalhados em associação a uma

---

<sup>64</sup> **IBGE**. *Censo Demográfico de 1960. Favelas do Estado da Guanabara*. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Especial. Volume IV. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1968. pp.VI; 40-41 (Tabela 24). Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD\\_1960\\_Favelas\\_do%20Estado%20da%20Guanabara.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_Favelas_do%20Estado%20da%20Guanabara.pdf). Acesso em 09/02/2012.

<sup>65</sup> **PARISSE, Luciano**. *Favelas do Rio...* pp.100-102; 108-110.

<sup>66</sup> **IDEM**. *Ibidem*. pp.161-168.

<sup>67</sup> **IDEM**. *Ibidem*. p.169.

compreensão solidamente fundamentada acerca da dinâmica global da sociedade brasileira daquele período, alicerçada sobre uma oposição de classes sociais, bem como das transformações pelas quais passava a configuração espacial do Rio de Janeiro como um todo. Dessa interação entre os dados empíricos levantados por Parisse e a abordagem interpretativa de Abreu resulta, por exemplo, a percepção deste de que a vitalidade das favelas da zona sul (apesar da proibição de construção de casas de madeira em diversos morros da região pelo Código de Obras<sup>68</sup>) manteve-se, mesmo com a debandada das indústrias desse quinhão da cidade, por conta do crescimento do setor de serviços nessa região da cidade, o que corrobora os apontamentos teóricos de Francisco de Oliveira acerca da centralidade do terciário na estruturação do espaço urbano e da dinâmica capitalista do Brasil daquele período<sup>69</sup>. Com efeito, mesmo alguns anos após a exclusão da Zona Sul da área industrial da cidade, as favelas ali continuavam a se expandir, tendo dobrado o número desse tipo de núcleo entre 1942 e 1950<sup>70</sup>.

Partindo de uma compreensão geral do período bastante próxima àquela desenvolvida por Maurício de Abreu, Maria Lais Pereira da Silva, em sua tese de doutoramento orientada pelo próprio Abreu, tornou a fechar o foco em torno das favelas, levantando novas fontes primárias, mas agora conceitualmente equipada para a superação dos limites identificados no estudo de Parisse. A importância de sua pesquisa evidencia-se em diversos pontos, dentre os quais cabe mencionar sua investigação acerca do processo de ocupação dos terrenos pelos favelados.

De modo geral, a bibliografia acerca do tema tendeu a identificar a formação de favelas com a ocupação ilegal de terras de propriedade de outrem, fossem eles instâncias do Estado, ou investidores privados. De forma complementar, quando não se ressalta sua ilegalidade, a ocupação é justificada pelo desinteresse do mercado imobiliário em determinadas áreas<sup>71</sup>. Contrapondo-se a esse lugar comum, Silva afirma que

“(…) é cada vez maior o número de autores que falam de uma ocupação legal, em vários sentidos, na origem de muitas favelas. A ocupação pode ter sido autorizada ou mesmo ‘estimulada’ pelos proprietários, privados

---

<sup>68</sup> **SILVA, Maria Lais Pereira da.** *Favelas cariocas... Op. Cit.* p.88.

<sup>69</sup> **OLIVEIRA, Francisco de.** “*Crítica à razão... Op. Cit.*”. pp.54-55.

<sup>70</sup> **ABREU, Mauricio de A.** *Evolução urbana... Op. Cit.* p.112.

<sup>71</sup> Veja-se, por exemplo: **ABREU, Mauricio de A.** *Evolução urbana... Op. Cit.* p.95.; **PARISSE, Luciano.** *Favelas do Rio... Op. Cit.* p.33; **RIBEIRO, Luiz César de Queiróz.** *Dos cortiços... Op. Cit.* pp.197-198.

ou públicos; segue-se a essa autorização, feita muitas vezes a título precário, o pagamento de aluguéis ou de taxas, com a utilização de recibos ou ‘papéis’, o que parece estabelecer um vínculo ‘legalizador’. Em alguns casos, observados pelo registro na imprensa, o proprietário suspendia o aluguel para criar uma situação favorável ao despejo – quase sempre por via judicial – dos moradores. Ou, ainda, havia o estatuto jurídico dos favelados no âmbito do direito que regulamentava a posse e a propriedade.

Em cerca de 40% das 379 favelas surgidas antes de 1964 havia fortes indicações de que, na origem, houve uma ocupação autorizada por supostos proprietários das terras, privadas ou públicas, com ou sem pagamento de taxas e aluguéis. Várias indicações, de fontes diversas, corroboram esses dados, especialmente para as favelas mais antigas<sup>72</sup>.

Essa perspectiva, sem dúvida, coloca a possibilidade de elevação da observação de Parisse de que “(...) o crescimento horizontal e vertical da Cidade (sic) e o aumento das favelas correspondem a três facetas de um processo global (...)” a um novo patamar analítico. Observando os padrões de ocupação das favelas surgidas antes de 1930, Silva verificou que os casos de incentivo à ocupação por proprietários não só eram muito comuns, como se coadunavam com a forma predominante de acesso à moradia na cidade como um todo, baseada no aluguel. Nem mesmo o fato de em alguns episódios, ter-se verificado, posteriormente, que os supostos proprietários dos terrenos favelizados não possuíam qualquer documento comprobatório dessa condição invalida o argumento, na medida em que, de um lado, os favelados efetivamente acreditavam estar diante dos legítimos proprietários e, de outro, esses falsos proprietários operavam da mesma forma que os efetivos, isso é, pela cobrança de aluguéis. Fica, dessa forma, descartado o raciocínio de que as favelas surgiam “à margem” do mercado imobiliário, uma vez que a formalidade ou não do vínculo entre locador e locatário constitui apenas um elemento acessório, que reveste a relação fundamental, alicerçada – como a maior parte dos empreendimentos imobiliários do período – sobre um padrão rentista de exploração dos bens imóveis<sup>73</sup>.

A partir de meados da década de 1930 – sendo a passagem para os anos 1950 mais uma vez o momento chave do processo –, tendeu a declinar a obtenção da moradia nas favelas via aluguel e a aumentar esse acesso como casa própria, houvesse reconhecimento legal ou não dessa propriedade<sup>74</sup>. Tal evolução estatística reafirma categoricamente a inserção das favelas no processo geral de alteração do padrão de acesso à moradia na cidade, posto que mesmo com as diferenças entre os percentuais de domicílios alugados nas favelas e na totalidade da cidade sejam significativas, o

---

<sup>72</sup> SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas... Op. Cit.* pp.100-101.

<sup>73</sup> IDEM. *Ibidem.* pp.102-104.

<sup>74</sup> IDEM. *Ibidem.* p.106.

movimento de sua redução expressou-se em ambos os casos. Analisando os resultados de diversos Censos municipais e federais, Maria Lais Pereira da Silva encontrou os seguintes números<sup>75</sup>:

	<b>Domicílios da cidade toda</b>	<b>Domicílios nas favelas</b>
<b>1950</b>	33,7% próprios X 60,4% alugados	62% próprios X 38% alugados
<b>1960</b>	46,4% próprios X 48,2% alugados	78,77% próprios X 21,23% alugados

Essa sincronia é evidenciada, outrossim, pela difusão, no mesmo momento, das tentativas de remoção de favelas por parte de particulares interessados em “(...) vender, lotear ou incorporar suas terras para os empreendimentos imobiliários (...)”, então em franca expansão, conforme já demonstrado<sup>76</sup>. De acordo com a interpretação proposta pela autora, essa mudança não poderia ser encarada sob a ótica de um novo interesse do mercado imobiliário por essas terras, sendo, ao contrário, evidência de uma alteração na forma prioritária de operação dos agentes desse segmento do mercado.

A partir dessas informações e retomando as indicações teóricas de David Harvey expostas no início do capítulo, é possível esboçar uma síntese do percurso argumentativo desenvolvido até este ponto. Salientando o papel do espaço urbano no processo de valorização de capitais, o geógrafo inglês argumentou que as formas determinadas assumidas por esse processo em cada conjuntura histórica tendem a se cristalizar em uma paisagem específica. No caso do Rio de Janeiro dos anos 1930-1964, a paisagem urbana construída a partir dos elementos naturais e daqueles legados pelos momentos anteriores do desenvolvimento capitalista tinha por objetivo facilitar a acumulação lastreada na industrialização acelerada.

Naqueles anos, o crescimento das favelas anteriormente existentes e a disseminação dessa forma de produção da moradia por parte significativa da área metropolitana mostraram-se bastante adequados às demandas desse modo de acumulação, até que passassem, já no final dos anos aqui enfocados, a obstaculizar a emergência de uma nova forma do processo social de valorização. Nesse sentido, estabelecendo um paralelo com a interpretação de Francisco de Oliveira para a totalidade da economia brasileira naqueles anos, é possível afirmar que, também no

<sup>75</sup> Dados extraídos de **IDEM**. *Ibidem*. pp.68; 105.

<sup>76</sup> **IDEM**. *Ibidem*. p.108.

campo da produção da moradia, as categorizações duais mostram-se equivocadas, tendo o “atrasado” (as favelas) fornecido a base para o desenvolvimento do “moderno” (uma economia industrializada e um ramo propriamente imobiliário do capital, tendo como suporte os agentes incorporadores)<sup>77</sup>. Longe de estar à margem da economia e do mercado imobiliário, as favelas contribuíram para o seu desenvolvimento em, pelo menos, três sentidos significativos<sup>78</sup>:

- permitindo a manutenção do preço da força de trabalho (o salário) em níveis baixos, já que tornava os gastos com moradia e transporte bastante limitados (pela possibilidade de apropriação não paga de espaço, ou de sua aquisição, ou locação, por valores menores do que os praticados em outras áreas da cidade e pela proximidade entre locais de moradia e de trabalho). Dessa forma, era possível para a indústria e os serviços extraírem uma parcela adicional de mais-valor, por meio da elevação da taxa de exploração, expressa pelo aumento da proporção da jornada de trabalho devotada ao trabalho excedente e, conseqüentemente, na redução da participação do trabalho necessário na composição dessa jornada<sup>79</sup>;

- gerando um segundo mecanismo de compressão salarial, que operava por meio do grande contingente de favelados que, não conseguindo se inserir em relações de trabalho formais, acabavam por se dedicar esporadicamente a atividades domésticas e reparos sob a forma de “bicos”. Assim, os trabalhadores favelados assalariados – e outros trabalhadores residentes em áreas próximas às favelas – podiam acessar esses serviços (como lavagem de roupas, consertos em equipamento elétricos, etc) a preços

---

<sup>77</sup> “No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’ [tal como nas formulações cepalinas], não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia”. **OLIVEIRA, Francisco de.** “Crítica à razão... *Op. Cit.*”. pp.32.

<sup>78</sup> Quanto a isso, é importante frisar, uma vez mais, que a obra pioneira de Parisse foi capaz de apreender a forma aparente de parte significativa desses fenômenos – conforme evidencia sua percepção da simultaneidade do crescimento dos arranha-céus e das “latolânidas” –, sem, no entanto, revesti-los de uma compreensão teórico-política capaz de explicá-los em articulação com a dinâmica social mais ampla. **PARISSE, Luciano.** *Favelas do Rio... Op. Cit.* p.172.

<sup>79</sup> **MARX, Karl.** *O Capital.* Crítica da Economia Política. Livro I. Vol.1. 22ª ed. Trad. de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. pp.249-256.

mais baixos do que os praticados por empresas desses ramos, o que contribuía para reduzir ainda mais a média do custo de sua reprodução como força de trabalho<sup>80</sup>;

- abrigando parte significativa da força de trabalho que atuou na própria construção civil, levantando os modernos edifícios de apartamentos da zona sul, que marcaram, principalmente, os anos 1950. Note-se, ainda, que a existência das favelas tendia a reduzir as pressões para que o capital incorporador atuasse na construção das chamadas moradias populares, liberando-o para aproveitar-se da grande concentração de riqueza característica daquela sociedade, produzindo predominantemente imóveis voltados aos estratos de maior renda (burguesia e camadas médias técnicas).

Entretanto, para que desempenhassem essas funções, era necessário que as favelas fossem efetivamente ocupadas por trabalhadores que desempenhassem as tarefas necessárias à acumulação do capital. O próximo tópico será, portanto, dedicado à análise do perfil dos favelados cariocas.

### ***1.3- Os favelados no pensamento social brasileiro: em busca de uma categorização adequada.***

Diversos autores perceberam que as favelas cariocas, desde seu surgimento e difusão inicial ainda na última década do século XIX, foram acompanhadas por representações sociais extremamente desabonadoras de seus moradores. Alba Zaluar e Marcos Alvito, por exemplo, apontaram como nos primeiros anos do século XX já era corrente a associação entre os habitantes dessas áreas e a criminalidade, fomentada tanto por instituições de caráter estatal, com destaque para a polícia, quanto por entidades privadas, campo em que sobressaía a atuação dos periódicos de extração burguesa. Na sequência de seu argumento, os autores afirmaram que entre os anos de 1897 e 1997 advieram diversas outras caracterizações dos favelados, sucessivamente reduzidos a incubadores de epidemias, malandros avessos ao trabalho, promíscuos e amorais, imigrantes rurais inadaptados à vida urbana e traficantes de drogas, donde concluem que

“(…) a despeito de diferentes roupagens, sempre de acordo com um conteúdo histórico específico, o favelado foi um fantasma, um outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava

---

<sup>80</sup> **PERLMAN, Janice.** *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro.* Trad. de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.303.



sendo elaborada, presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recentemente, pelas relações auto-reguláveis do mercado e pela globalização”<sup>81</sup>.

Tratando do mesmo objeto em estudo de maior fôlego, Lícia do Prado Valladares identificou os principais elementos de continuidade que atravessaram essas diversas representações sociais acerca das favelas até a passagem para o século XXI. Dentre eles, a autora destacou como central a concepção da favela como “lugar da pobreza”, que sustentou as primeiras representações surgidas ainda na Primeira República sob a influência da obra *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha. Influenciando igualmente a intelectualidade e diversas instituições dos anos 1950 e 1960, período tido pela autora como de transição para a produção acadêmica sobre a favela, essa representação sobreviveu até tornar-se um dos “três dogmas” (ao lado das noções da especificidade e da unidade intra e interfavelas) que alicerçam a construção do que denominou de “favela das ciências sociais”. Tal expressão é empregada por Valladares para designar a produção intelectual desenvolvida, principalmente, no âmbito das universidades a partir da década de 1970, período que marca a aceleração do desenvolvimento dos programas de pós-graduação no Brasil, e que predominou até o momento em que concluiu seu trabalho<sup>82</sup>.

No argumento desenvolvido por Valladares, o delineamento dessa intrincada genealogia serve de suporte para sua crítica à manutenção desses dogmas pelos estudos acadêmicos do alvorecer do século XXI. Partindo da análise do caso da Rocinha dos últimos anos da década de 1990, a autora enfatiza a pujança da economia local, a produção de conteúdos para internet por moradores daquela favela, o acesso dos moradores a serviços como televisão por assinatura, entre outros fatores para concluir que

“Frente a esse desenvolvimento e à realidade da vida cotidiana (da qual a Rocinha é um exemplo) torna-se difícil fazer funcionar uma análise fundamentada nos dogmas acima evocados. De que especificidade estamos falando? Em que reside exatamente o corte com a cidade? É possível considerar pobre um empresário local? As diferenças sociais entre esse ‘pobre’ e seu vizinho desempregado impedem qualquer amálgama que permita considerar a população das favelas uma categoria social única. A

---

<sup>81</sup> ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. “Introdução”. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *Um século de favela*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.15.

<sup>82</sup> VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

miséria não é, pelo menos, não é mais, uma característica geral e a precariedade dos equipamentos deve ser fortemente relativizada”<sup>83</sup>.

Nesse ponto, a posição da autora conduz a dois importantes impasses não enfrentados no texto em questão. Em primeiro lugar, há que indagar se é possível imputar a pesquisadores de um período tão dilatado – os 30 últimos anos do século XX – parcelas equivalentes de responsabilidade pela sobrevivência do que considera como dogmas prejudiciais à pesquisa. Ou, em outras palavras, como esperar que trabalhos de princípios da década de 1970 identificassem fenômenos que só se delineariam com maior clareza no nos anos 1990? Em segundo lugar, se a heterogeneidade entre as favelas é tão acentuada (havendo, inclusive, aquelas que atualizam o padrão de associação entre favela e pobreza extremada, especialmente em determinadas regiões da Zona Oeste do Rio de Janeiro), o que justificaria a continuidade do emprego de uma mesma categoria – favela – para dar conta de fenômenos tão marcadamente díspares?

Apesar dessas lacunas, o trabalho de Valladares chama atenção para um elemento de suma importância: a afirmação de que as representações sociais acerca das favelas foram elaboradas sempre em estreita vinculação à percepção de que seus habitantes pertenceriam, em sua maioria, a um estrato definido da sociedade. Se, de um lado, como argumenta Valladares, a heterogeneidade das favelas atualmente existentes na cidade torna impossível tal identificação<sup>84</sup>, por outro, há razões para sustentar a hipótese de que no período 1954-64 o quadro fosse diverso, estando as favelas em uma etapa anterior de seu processo histórico de consolidação e diferenciação. Servindo-me do valioso *insight* da autora, a presente seção será dedicada à investigação do lugar social *predominantemente* ocupado pelos moradores das favelas cariocas do período 1954-64. Espero, com a argumentação abaixo apresentada, superar o emprego de categorias impressionistas, como a de “pobres”, em favor de uma caracterização analiticamente mais rigorosa e assentada numa compreensão holística da formação social em estudo.

A primeira associação entre os favelados e um lugar social específico a se difundir significativamente surgiu praticamente no mesmo momento em que as próprias favelas. Como não poderia deixar de ser, em um período, como a Primeira República,

---

<sup>83</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.157.

<sup>84</sup> A mesma autora apresentou, em outro trabalho, dados mais aprofundados que a conduziram a essa percepção. **PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Lícia do Prado.** “*A desigualdade entre os pobres – favela, favelas*”. In: **HENRIQUES, Ricardo (org.).** *Desigualdade e pobreza no Brasil.* Rio de Janeiro: IPEA, 2000. pp.459-485.

de vigência de uma estrutura política profundamente marcada pelo elitismo e de transposição das antigas suspeitas em relação aos escravos para o conjunto da população pauperizada, essa associação inicial trazia consigo inequívocos traços de estigmatização. Nas palavras de Maurício de Abreu, no início do século XX, o morro da Providência

“(…) assumiu um papel de destaque na crônica policial carioca.

É que logo começaram a ocorrer aí uma série de crimes, em nada diferentes daqueles que aconteciam nos densos bairros populares da cidade, mas que se distinguiam dos demais por duas razões: primeiro, pela localização exótica do aglomerado e pela inexistência, aí, do aparato de repressão preventivo que percorria as demais áreas; segundo, porque em função das características do local (acesso difícil, possibilidade de emboscada), a ida da polícia ao morro geralmente se revestia de um caráter verdadeiramente militar.

Em 1902, o morro da Providência já é visto pela imprensa como uma ‘vergonha para uma capital civilizada’, como ‘o perigoso sítio, que a voz popular denominou morro da Favela’. Não há como saber se foi mesmo a ‘voz popular ou, o que é mais provável, a ‘voz burguesa’, que acabou dando a esse morro a imagem de perigoso sítio. A verdade, entretanto, é que a alcunha ‘morro da Favela’ rapidamente tomou o lugar da toponímia anterior, e a associação do termo ‘favela’ às imagens do ‘perigo’, de ‘crime’ e de ‘descontrole’ generalizou-se pela imprensa”<sup>85</sup>.

Despontando as favelas como um dos lugares de maior evidência da presença da pobreza no ambiente urbano, esse estigma, na verdade, fazia pouco mais do que atualizar um procedimento ideológico típico das classes dominantes brasileiras desde, pelo menos, os últimos anos do Império. Conforme observou Sidney Chalhoub, foi nesse período que se difundiu no Brasil a utilização da expressão “classes perigosas”, que apresentava o comportamento criminoso como decorrência direta da pobreza e/ou da ausência de emprego<sup>86</sup>. Entretanto, nem mesmo a força adquirida por essa concepção, expressa pela extensão da associação de violência e criminalidade a todas as favelas<sup>87</sup> e materializada nas constantes investidas policiais contra os favelados, conseguiu impedir que nos anos seguintes fossem evidenciados outros ângulos de visão acerca do mesmo fenômeno. Sem negar a presença dos criminosos, Everardo Backheuser, engenheiro responsável por apresentar um relatório sobre a questão habitacional ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, delineou uma situação um pouco mais nuançada:

---

<sup>85</sup> **ABREU, Maurício de.** *“Reconstruindo uma história esquecida... Op. Cit.”*. p.39.

<sup>86</sup> **CHALHOUB, Sidney.** *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.* 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2001. pp.75-76.

<sup>87</sup> **ABREU, Maurício de.** *“Reconstruindo uma história esquecida... Op. Cit.”*. p.40.

“Ali não moram apenas os desordeiros e os facínoras como a legenda (que já a tem a Favela) espalhou; ali moram também operários laboriosos que a falta ou a carestia dos cômodos atira para esses lugares altos, onde se goza de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação”<sup>88</sup>.

A despeito da ponderação de Backheuser, a concepção que predominou nos anos subsequentes foi a que retratava os favelados como refratários às normas socialmente desejáveis e/ou aceitas de comportamento, ou, em outras palavras, como ameaças à ordem social.

Apenas na chamada primeira Era Vargas (1930-1945), contexto de maior valorização discursiva do trabalhador – especialmente nos anos finais do Estado Novo –, ganharia mais terreno a representação dos favelados como trabalhadores. No bojo desse processo, concepções higienistas vigentes no início do século XX foram ressignificadas de forma a justificar uma melhoria do tratamento dispensado pelo Estado aos trabalhadores. De acordo com essa perspectiva, constituiria obrigação do Estado a garantia de condições dignas de moradia ao trabalhador, que não comprometessem sua saúde e, por extensão, sua capacidade para a labuta<sup>89</sup>. Condenava-se, assim, o meio, como forma de salvar o homem. No Estado Novo, essa política ganhou corpo com o já mencionado Código de Obras de 1937, que preconizava a construção de núcleos habitacionais higiênicos para onde deveriam ser transferidos os favelados removidos da “imundície” da favela – atualizando, portanto, o sentido de propostas já debatidas publicamente desde a Primeira República<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> **BACKHEUSER, Everardo.** *Habitações populares.* In: Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. J. J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p.111. Citado por **VALLADARES, Lícia do Prado.** *A invenção da favela... Op. Cit.* p.38.

<sup>89</sup> Em trabalho que analisou a reforma hospitalar operada no Rio de Janeiro pelo prefeito Pedro Ernesto nos primeiros anos da década de 1930, Wesley Carvalho apontou como, desde muito cedo, as concepções de saúde predominantes ao longo da Era Vargas tenderam a se orientar pela insígnia da garantia de que a população se mantivesse produtiva pelo maior tempo possível. **CARVALHO, Wesley Rodrigues de.** *Saúde e política no Rio de Janeiro de Pedro Ernesto (1931-1936).* Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2012. pp.135-136. Note-se, ainda, que o próprio Pedro Ernesto foi, desde os primeiros anos da década de 1930, um pioneiro na reorientação do tratamento dispensado pelo Estado aos favelados, concedendo subvenções a Escolas de Samba e providenciando a instalação de determinados serviços públicos, como a primeira escola pública construída em uma favela, localizada na Mangueira. **CONNIFF, Michael L.** *Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925-1945.* Trad. de Myriam Campello. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006. p.147.

<sup>90</sup> **VALLADARES, Lícia do Prado.** *A invenção da favela... Op. Cit.* pp.50-52. Os debates anteriores a 1930 acerca dessas proposições e os interesses sociais envolvidos nas sucessivas disputas em torno da direção que a ação estatal deveria tomar foram analisados por **MATTOS, Romulo Costa.** *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República.* Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2008.

A nova orientação da ação estatal, entretanto, não foi suficiente para gerar outro consenso em torno da representação social predominante acerca dos favelados<sup>91</sup>. Como evidência da permanência de sua associação à criminalidade, à vadiagem e outros comportamentos tidos como antissociais, Parisse menciona uma série de reportagens publicada em 1940, em que o autor preocupou-se em acentuar a boa recepção que teve por parte dos favelados ao visitar seus locais de moradia, como forma de debelar os preconceitos então existentes e bastante arraigados<sup>92</sup>.

No pós-Segunda Guerra Mundial, articulou-se pela primeira vez uma abordagem acadêmica que associava teoricamente os temas da pobreza, criminalidade e favelização. Nessa conjuntura, principalmente nos Estados Unidos, proliferaram estudos que, tomando a América Latina como um objeto relativamente uniforme de análise, formularam uma síntese interpretativa acerca do processo de urbanização superacelerada então experimentada por essa região, a qual abarcava os fatores mencionados. Enfatizando a importância de fenômenos como a industrialização e o êxodo rural no que consideravam ser a transição de sociedades “tradicionais” para suas contrapartes “modernas”, tais autores salientaram a incapacidade desse processo, tal como efetivado na América Latina, de absorver a totalidade da população migrante. Essa, por sua vez, apartada do meio rural de onde provinha e impossibilitada de acessar plenamente a experiência urbana, passaria a ocupar uma condição “marginal”, dando assim origem ao que se denominou teoria da marginalidade.

Em linhas gerais, a condição de marginalidade urbana se caracterizaria pela incapacidade de influenciar os processos de tomada de decisões políticas, pelo não compartilhamento dos referenciais culturais típicos da vida na cidade, pela socialização restrita aos guetos da marginalidade (como as favelas) e pela dificuldade em

---

<sup>91</sup> Note-se, de passagem, que tal consenso não pôde ser alcançado nem mesmo entre aqueles políticos que circulavam por importantes postos governamentais na Era Vargas, conforme evidencia o pronunciamento de Salgado Filho, então deputado federal e ex-Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no Congresso Nacional em 1937: “E não se confundam os operários, os trabalhadores, com esses indivíduos que habitam as ‘favelas’ dos nossos morros. E sobre esse ponto quero chamar a atenção da Câmara porque é uma necessidade ser o assunto cuidadosamente estudado, de vez que vi, no parecer da Comissão de Justiça, referências àqueles habitantes das ‘favelas’ do Distrito Federal e verifico o pronunciamento daquele órgão técnico da Casa no sentido da concessão de terrenos para atender a essa população pobre. Mas será obra social atender-se a esses habitantes das ‘favelas’ do Distrito Federal, que não são, a rigor, operários? Talvez nelas habitam, excepcionalmente, operários da nossa capital. Todos os indivíduos que ocupam essas ‘favelas’, essas casas, já denominadas casas de cachorro, não são trabalhadores que vivem de um salário honesto. (...) Pergunto à Câmara: Será obra social fazer-se uma edificação para esses vadios?”. Citado por **BONDUKI, Nabil Georges**. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p.110.

<sup>92</sup> **PINHEIRO, Ybelmar Chouin**. *O que vimos nas favelas*. Correio da Manhã. Edições de 28/07, 04/08, 11/08, 18/08, 25/08, 08/09 e 06/10. Citado por **PARISSE, Luciano**. *Favelas do Rio...* pp.34-35.

desenvolver as habilidades exigidas pelos setores mais modernos do mercado de trabalho. Essa condição, por sua vez, poderia conduzir o indivíduo marginalizado a diversas formas de rejeição da sociedade à qual não conseguiria se integrar, dentre elas a opção pela criminalidade. Tamanha foi a difusão alcançada por essa teoria da marginalidade, que suas formulações alcançaram até mesmo os periódicos estadunidenses voltados para o grande público e, portanto, alheios aos procedimentos e regras do campo científico, como se pode observar no seguinte extrato:

“Premido pela inflação escorchante e pelo influxo de mais de 3.700 recém-chegados por mês, os *gangsters* da favela desceram para as ruas da cidade, fazendo crescer de modo alarmante a taxa de criminalidade... Nos recantos afastados onde os namorados costumavam encontrar-se com toda segurança, agora moças são estupradas e rapazes são assaltados, espancados ou assassinados”<sup>93</sup>.

Apesar de haver uma grande variedade de abordagens agrupadas sob o rótulo da teoria da marginalidade<sup>94</sup>, todas elas assentaram-se de forma mais ou menos direta na caracterização acima esboçada, o que redundou no compartilhamento de um horizonte político similar<sup>95</sup>. Apresentando em termos de marginalidade a situação dos migrantes rurais que situavam nas favelas e outros tipos de moradia ilegal e carente de infraestrutura, bastante disseminados na América Latina, era possível enxergá-la como produto de um mau funcionamento das estruturas sociais. Fosse abordada pela incapacidade de oferecer emprego estável, pela falta de uma política pública de habitação, ou pela restrição do acesso aos bens culturais, a marginalidade resultava de uma ausência, desvio, ou disfunção. Dessa forma, quando não culpabilizavam diretamente os marginais pela sua condição (como no caso da vertente da cultura da

---

<sup>93</sup> **TIME**. Sept. 23, 1957. p.38. Citada por **PERLMAN, Janice**. *O mito da marginalidade... Op. Cit.* p.172. Com sentido similar, a revista *Life* publicou, em junho de 1961, um ensaio fotográfico de autoria de Gordon Park que é analisado por **BONILLA, Frank**. “*Rio’s favelas: the rural slum within the city*”. In: **MANGIN, William**. *Peasants in cities: readings in the anthropology of urbanization*. Houghton Mifflins. New York, 1970. pp.72-73.

<sup>94</sup> Janice Perlman dedicou parte significativa de sua tese de doutorado a sintetizar a heterogeneidade das abordagens calcadas na noção de marginalidade, elaborando uma tipologia delas. **PERLMAN, Janice**. *O mito da marginalidade... Op. Cit.* p.130. Apresentando de uma classificação bastante semelhante, uma abordagem mais sintética do tema pode ser encontrada em **MANGIN, William**. “*Latin American squatter settlements: a problem and a solution*”. In: *Latin American Research Review*. Vol. 2, Nº 3, Summer 1967. pp.65-98.

<sup>95</sup> Nesse ponto, a única exceção se refere às abordagens da marginalidade que Perlman identifica com a noção de radicalismo, as quais imaginavam que os setores marginais teriam uma vocação política essencialmente disruptiva e/ou revolucionária. Para exemplificar essa tendência, o trabalho mais frequentemente citado é o de **FANON, Frantz**. *Os condenados da terra*. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

pobreza, capitaneada pelas obras do antropólogo Oscar Lewis<sup>96</sup>), defendiam a posição de que seria possível solucionar os problemas verificados por meio de reparos pontuais na estrutura social vigente. Sendo típicos de períodos de transição, em que coexistiam traços de dois sistemas sociais (tradicional e moderno) estruturalmente antagônicos, esses desvios seriam superados tão logo se consolidasse a modernização da América Latina, entendida, nos quadros da Guerra Fria, como emulação da organização política, social, econômica e cultural dominante nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Em termos de aplicação política imediata dessa formulação teórica, o exemplo mais marcante talvez seja o do DESAL (Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina), órgão ligado à tradição democrata-cristã, que foi criado na década de 1960 no Chile. Partindo da substituição conceitual da dualidade estrutural de desenvolvimento-subdesenvolvimento pela de integração-marginalidade, o DESAL apontava a falta de organização e participação política como causa principal da marginalidade vivenciada por vastos contingentes da população latino-americana. Com o objetivo de superar essa situação, o DESAL oferecia assessoria aos grupos marginalizados, para ensiná-los a se organizarem e exigirem dos órgãos públicos a assistência necessária para sua plena integração<sup>97</sup>.

Embora poucos desses autores vinculados à teoria da marginalidade tenham desenvolvido suas pesquisas empíricas no Brasil, não foi um procedimento incomum a generalização para o caso brasileiro de conclusões derivadas de estudos conduzidos em outros países, como o Chile, o Peru ou a Colômbia, entre outros. Uma exceção a essa regra geral pode ser localizada no trabalho de Andrew Pearse, que, ainda assim, não deixou de alcançar a mesma conclusão dos estudos conduzidos em nações vizinhas, enfatizando fortemente a especificidade da vida na favela e sua diferença em relação à realidade externa<sup>98</sup>.

Tendo os estudos da marginalidade convergido na afirmação do caráter marcadamente distinto dos grupos populacionais que se dedicavam a estudar em relação ao restante da sociedade, tem relativamente menor relevância o fato das abordagens se dividirem entre aquelas que apresentavam os marginais como uma ameaça muito direta à ordem social vigente, ao associá-los diretamente a atividades criminais, e as que os retratavam como vítimas passivas de uma situação de pobreza e subemprego da qual

---

<sup>96</sup> PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade... Op. Cit.* pp.148-153.

<sup>97</sup> IDEM. *Ibidem.* pp.153-158.

<sup>98</sup> PEARSE, Andrew. “Notas sobre a organização social de uma favela do Rio de Janeiro”. In: *Educação e Ciências Sociais*. Vol. 3, Nº 7, 1958. pp.9-32.

não conseguiriam escapar sem a necessária orientação. Importava, sobretudo, insistir nessa cisão, de forma a tanto preservar de críticas a estrutura social capitalista (levando, como se viu, à defesa do aprofundamento dessas estruturas – sob o signo da modernização – como solução para a marginalidade), quanto apartar politicamente os favelados e os demais segmentos subalternizados.

É interessante observar que essa forma de compreender a situação dos favelados cariocas, até então ancorada em relatos de caráter impressionista e preconceitos socialmente muito difundidos, foi consagrada por estudos acadêmicos justamente no momento em que começavam a abundar informações mais precisas acerca da real situação das favelas e seus moradores, que apontavam na direção contrária daquela preconizada pela noção de marginalidade. Com efeito, entre 1947 e 1948 a Prefeitura do Distrito Federal conduziu o primeiro recenseamento das favelas da cidade, o qual já trazia dados que esboçavam um quadro bastante distinto daquele delineado pelas interpretações calcadas na noção de marginalidade. Pouco depois, em 1950, as favelas cariocas figuraram pela primeira vez em uma seção específica do Censo Demográfico nacional, produzido pelo IBGE. Apesar da proximidade cronológica, esses dois primeiros inquéritos mais sistemáticos acerca da situação das favelas cariocas e seus moradores apresentaram resultados significativamente discrepantes, como consequência da adoção de diferentes definições do que fosse uma favela e do emprego de metodologias distintas. Por permitir mais facilmente uma comparação com os resultados apresentados pelo Censo Demográfico de 1960 para as favelas cariocas, privilegiarei, por ora, a análise dos dados coligidos pelo Censo do IBGE de 1950, deixando de lado o levantamento da Prefeitura.

Em 1950, em 58 favelas, foram recenseados 169.305 favelados. Destes, 45.170 possuíam menos de dez anos de idade, 48.103 dedicavam-se aos afazeres domésticos não remunerados e/ou a atividades discentes e, por fim, 11.130 encontravam-se em condição de inatividade. Na análise dessa inserção no mercado de trabalho, chama a atenção, em primeiro lugar, o número bastante reduzido de desempregados, possivelmente incluídos na categoria de inativos, ao lado de outros grupos, como os inválidos. Ainda mais reveladora é a observação dos dados daqueles favelados que estavam trabalhando. Subtraídos os três contingentes acima mencionados do total,



encontramos a cifra de 64.902 favelados (38,3% do total) em efetiva atuação econômica remunerada<sup>99</sup>.

Dentre esses, 28.292 (43,5%) trabalhavam no setor da indústria de transformação, o que já contribui para debelar a afirmação de que os favelados não conseguiam acessar os postos de trabalho nos setores mais avançados da economia. Ainda assim, é possível conjecturar, a partir do nível médio de instrução e dos salários percebidos pelos favelados<sup>100</sup>, que a imensa maioria desses trabalhadores industriais exercessem as atividades que demandavam menos qualificação nos seus respectivos ramos de atuação. Em termos do acesso à educação (um dos requisitos para o acesso aos postos de trabalho mais qualificados), basta afirmar que nem metade dos favelados estava alfabetizada, mesmo descontando-se aqueles menores de sete anos. Curiosamente, o Censo de 1950 não apresentou dados acerca dos vencimentos dos favelados. Nesse caso, parece útil recorrer ao recenseamento da Prefeitura, considerando as ressalvas já mencionadas acerca de suas diferenças em relação aos levantamentos conduzidos pelo IBGE. De acordo com aquele levantamento, em 1947-1948, dentre os favelados empregados, 77,2% recebiam até 2,5 salários mínimos (1.000 cruzeiros). Essa não era, entretanto, uma marca exclusiva da situação dos favelados, já que a indústria brasileira de meados do século XX caracterizava-se, precisamente, pelo emprego de força de trabalho qualificada apenas na medida de sua estrita necessidade, complementando seus quadros com um grande contingente de trabalhadores semiqualeificados e não qualificados<sup>101</sup>. Num sentido ainda mais amplo, não é destituído de significância o fato de que a semelhança entre as condições de trabalho, moradia e vida de modo geral experimentadas pelos favelados e outros segmentos da parcela mais

---

<sup>99</sup> **IBGE.** *As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950.* Documentos Censitários. Série C – Número 9. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1953. p.35 (Tabela 5). Disponível em: Consultado em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/doccensitarios\\_c/As%20favelas%20do%20Distrito%20Federal%20e%20o%20censo%20demografico%20de%201950.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/doccensitarios_c/As%20favelas%20do%20Distrito%20Federal%20e%20o%20censo%20demografico%20de%201950.pdf). Acesso em 09/02/2012.

<sup>100</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.43 (Anexo I).; **PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL.** *Censo das Favelas. Aspectos Gerais.* Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Interior e Segurança – Departamento de Geografia e Estatística, 1949. p.33 (Tabela 11).

<sup>101</sup> **KOVARICK, Lúcio.** *Capitalismo e marginalidade na América Latina.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. pp.116-117. Na obra de Ruy Mauro Marini, esse esforço para reduzir o patamar da remuneração do trabalho no capitalismo periférico foi entendido nos quadros de uma superexploração do trabalho. **MARINI, Ruy Mauro.** “Dialética da dependência”. In: **TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini.** Trad. de Marcelo Carcanholo. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp.154-161.

pauperizada da população do Distrito Federal – e mesmo do restante do Brasil – seja insistentemente apontada no texto de apresentação ao Censo de 1950<sup>102</sup>.

Por outro lado, a partir dos dados elencados por esse recenseamento, é bastante difícil precisar a quantidade de favelados economicamente ativos que não se encontravam inseridos em vínculos formais de trabalho. Apesar disso, alguns indícios podem ser apontados, de forma a estabelecer uma aproximação em relação a esse contingente. Em primeiro lugar, destaca-se a grande quantidade de mulheres (10.378) envolvidas com a prestação de serviços. Sendo esse grupo definido pelos “serviços de alojamento e alimentação, higiene pessoal, de conservação e reparação, diversos, atividades domésticas remuneradas, etc”<sup>103</sup>, pode-se especular que grande parcela daquelas mulheres trabalhasse – paralelamente a suas jornadas como donas de casa – de forma mais ou menos esporádica, como meio de complementar o orçamento familiar (lavando, passando ou cozinhando “para fora”). Quanto aos homens, é igualmente provável que muitos dos que se dedicassem a “conservação e reparação”, o fizessem como autônomos, vivendo dos chamados “biscates”. Por fim, mesmo entre os trabalhadores do ramo industrial, existiam aqueles que trabalhavam fora das fábricas, como artesãos, ou mesmo em formas domiciliares de indústria, frequentemente empregando força de trabalho da própria família.

Há, no entanto, fortes razões para argumentar que nem mesmo para esses trabalhadores (dos serviços ou da indústria) que não desfrutavam de um vínculo empregatício formal, a marginalidade – entendida como uma incapacidade de se adequar às instâncias da vida urbana – adquira validade explicativa. Em importante estudo, Lúcio Kovarick, seguindo as pegadas teóricas de Francisco de Oliveira em seu *Crítica à razão dualista*, argumentou que a dinâmica específica assumida pelo capitalismo industrial na América Latina se nutriria das formas e relações de trabalho “arcaicas” aqui encontradas, bem como criaria outras modalidades de trabalho não especificamente capitalista para impulsionar seu desenvolvimento. Em suas palavras,

“É necessário enfatizar, de imediato, uma questão central: a oposição entre trabalhadores marginais e assalariados nada tem a ver com uma suposta dualidade que confronta duas formas produtivas estanques, uma dinâmica e outra que constituiria um ‘peso morto’ no processo de geração de riquezas. Como apontado no capítulo anterior, trata-se de uma única lógica

---

<sup>102</sup> O referido texto foi redigido por Alberto Passos Guimarães, intelectual e militante do PCB, que àquela altura ocupava o cargo de Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento. **IBGE. As favelas do Distrito Federal... Op. Cit.** pp.8-9; 16-17.

<sup>103</sup> Dados e definições apresentados em **IDEM. Ibidem.** pp.21; 34-35 (Tabela 5).

estrutural, de tipo capitalista, que reúne formas desiguais e combinadas, e que, ao se expandir, recria as modalidades produtivas ‘arcaicas’ (principalmente o artesanato e a indústria à domicílio), criando também ‘novas’ formas ‘tradicionais’ na divisão social do trabalho (*notadamente o trabalho autônomo no setor terciário da economia: vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos ligados aos serviços de reparação e conservação, vigilância, limpeza e carga, empregos domésticos, bem como um conjunto variado de atividades mal definidas cujo executor pode ser designado de ‘tarefeiro’*)<sup>104</sup> (itálico meu).

Indo além, o próprio Kovarick percebeu que era bastante comum a circulação dos mesmos trabalhadores por empregos assalariados e marginais, relativizando até mesmo a percepção bastante difundida de que os trabalhadores mais qualificados conformariam uma casta descolada do restante dos trabalhadores, cujos vínculos empregatícios seriam dotados de extrema segurança, em função da suposta dificuldade do patronato para conseguir substitutos dotados das habilidades necessárias<sup>105</sup>. Vê-se, portanto, que uma análise de conjunto da estrutura produtiva latino-americana de meados do século XX inviabiliza a compreensão da marginalidade como uma disfunção. Muito pelo contrário, trabalhos como o de Kovarick nos apresentam, pelo menos, duas diferentes formas de inserção de uma mesma *classe trabalhadora* no processo produtivo, ambas contribuindo para o processo de reprodução ampliada do capital a nível social. Em seus próprios termos:

“Assim, os grupos marginais não dizem respeito, como pretende boa parte da literatura, ao conjunto de indivíduos englobados na categoria de lumpen. Ao contrário, o universo é outro. Engloba parcelas da classe trabalhadora que se encontram numa situação de exploração que a diferencia dos assalariados”<sup>106</sup>.

Embora confronte abertamente as teorias mais clássicas da marginalidade, Kovarick mantém o uso do termo “marginais” para designar a parcela da classe trabalhadora empregada em relações não assalariadas. Sem dúvida, esse argumento de Kovarick encontra apoio na mais completa análise da dinâmica capitalista de valorização do valor. Ainda que tenha empregado termos diferentes, Marx esclareceu de

---

<sup>104</sup> KOVARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade... Op. Cit.* p.83.

<sup>105</sup> IDEM. *Ibidem.* pp. 86; 107-108; 118-121. Ademais, conforme demonstrou Marcelo Badaró Mattos, o constante trânsito dos trabalhadores por diferentes tipos de vínculos trabalhistas, identificado por Kovarick, constituiu uma marca do mercado de trabalho carioca desde, pelo menos, a última década do século XIX, tendo se mantido como uma característica constante ao longo do século seguinte: “ (...) a resistência não organizada à inserção no mercado de trabalho assalariado persistiu ao longo do século, como persistiram as flutuações e as dificuldades de inserção permanente no mercado formal de trabalho”. MATTOS, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 1991. pp.63; 92; 121-124.

<sup>106</sup> KOVARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade... Op. Cit.* p.86.

que forma os mecanismos internos dessa dinâmica, ao mesmo tempo em que se nutriam da extração de mais-valor do trabalhador assalariado, tendiam a produzir contingentes cada vez maiores de pessoas sem lugar garantido nessas relações de produção. Dessa forma, era verdade que

“Com o próprio funcionamento, o processo capitalista de produção reproduz, portanto, a separação entre a força de trabalho [o trabalhador] e as condições de trabalho, perpetuando, assim, as condições de exploração do trabalhador. Compele sempre o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver, e capacita sempre o capitalista a comprá-la para enriquecer-se. Não é mais o acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e comprador. É o próprio processo que, continuamente, lança o primeiro como vendedor de sua força de trabalho no mercado e transforma seu produto em meio que o segundo utiliza para comprá-lo. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de si mesmo, pela sua troca de padrões e pelas oscilações do preço do trabalho no mercado”<sup>107</sup>.

Como se vê, a definição de Marx da condição do trabalhador passava centralmente por sua impossibilidade de possuir os meios de produção (“condições de trabalho”), a qual era continuamente reproduzida pelo próprio modo de funcionamento do modo de produção capitalista. Em face da necessidade de garantir a sua subsistência e a de sua família, o trabalhador seria, então, compelido a vender sua força de trabalho em troca do salário. Entretanto, a competição entre os diversos empreendimentos capitalistas funcionaria como um permanente mecanismo de geração de inovações técnicas, que aumentariam a produtividade do capital, por meio da diminuição da quantidade de trabalho vivo (força de trabalho diretamente empregada) necessária à reprodução do capital. Desse ciclo, surgiria uma dinâmica populacional especificamente capitalista, em que, tendencialmente, seriam produzidos mais trabalhadores do que postos de trabalho na produção, gerando uma *superpopulação relativa*, ou *exército industrial de reserva*<sup>108</sup>.

A pertença à superpopulação relativa, por sua vez, não configuraria uma situação necessariamente permanente, posto que, ainda segundo Marx, “a superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado”<sup>109</sup>. Quando lançados à

---

<sup>107</sup> **MARX, Karl.** *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I. Vol. 2. 21ª ed. Trad. de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp.672-673.

<sup>108</sup> **IDEM.** *Ibidem*. pp.732-733.

<sup>109</sup> **IDEM.** *Ibidem*. pp.744-748.

condição de superpopulação relativa, restaria aos trabalhadores buscarem outras formas de garantia de sua subsistência, que não o assalariamento, dentre as quais estariam contidas as formas de trabalho denominadas por Kovarick de marginais<sup>110</sup>. O conceito marxiano de trabalhador busca, portanto, dar conta de uma condição estrutural na qual os indivíduos se veem inseridos, marcada pela ausência de propriedade dos meios de produção e pela necessidade da venda da força de trabalho. Pouco importa, ao nível aqui discutido, se essa venda se concretizaria por meio de um assalariamento regular, ou de forma esporádica para distintos e ocasionais patrões (os chamados biscates). Ambos os grupos – assalariados e biscateiros, ou “operários” e “marginais” – seriam, portanto, parte de um mesmo *proletariado*, entendido pelo autor como sinônimo de *classe trabalhadora*.

Quanto à categoria de lumpen, igualmente referida por Kovarick, o problema adquire outros contornos. Com efeito, em seus estudos acerca da lógica de funcionamento do modo de produção capitalista, Marx jamais empregou o termo, o qual ficou restrito às suas obras devotadas à análise política de situações historicamente específicas, como *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Em determinados momentos desse texto, Marx o relacionou a um “refugio de todas as classes”<sup>111</sup>, como forma de agrupar os diferentes setores que hipotecaram seu apoio ao golpe de Estado liderado por Luís Bonaparte. Ao enumerar alguns dos elementos componentes desse refugio, Marx mencionou desde “rebentos arruinados e aventurecos da burguesia”, até “trapeiros, amoladores de tesouras, funileiros”, passando por “vagabundos (...) gatunos, trapaceiros, *lazzaroni* [lazarones], batedores de carteiras, prestidigitadores, jogadores”<sup>112</sup>. Misturam-se aí, portanto, elementos oriundos da burguesia, trabalhadores que poderiam ser qualificados como marginais e pessoas que viveriam de atividades consideradas ilícitas.

Por conta disso, não é possível afirmar que a categoria de lumpen jamais tenha recebido uma definição de contornos muito nítidos em termos da associação a alguma posição na estrutura da produção. Dessa forma, não parece haver muita utilidade em

---

<sup>110</sup> Em seu trabalho, Kovarick chegou a aprofundar a relação entre as formas de manifestação da superpopulação relativa e os tipos de trabalho marginal, chegando à seguinte correspondência tipológica: superpopulação estagnada = indústria a domicílio e artesanato; superpopulação latente = autônomos do terciário; superpopulação flutuante = esporadicamente vinculada à indústria **KOVARICK, Lúcio**. *Capitalismo e marginalidade... Op. Cit.* pp.107-108.

<sup>111</sup> **MARX, Karl**. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. p.91.

<sup>112</sup> **IDEM**. *Ibidem*. p.91.

empregar a categoria a partir da problemática aqui abordada, ainda restrita ao nível das relações imediatamente decorrentes da estrutura do modo de produção.

Se essa forma, derivada das análises de Marx, de encarar a dinâmica capitalista de produção das classes estivesse incorreta e a conceituação da marginalidade ancorada na dualidade estrutural (moderno X arcaico) efetivamente explicasse a dinâmica das sociedades latino-americanas, e particularmente a brasileira, ao aprofundamento da industrialização, deveria corresponder uma diminuição significativa do contingente de trabalhadores “marginais”. Entretanto, não foi isso o que se verificou, uma vez que mesmo com o grande avanço da indústria monopolista ao longo da década de 1950<sup>113</sup> a situação dos favelados no mercado de trabalho carioca pouco se alterou, como comprova a observação dos resultados do Censo do IBGE de 1960.

Nesse recenseamento, das 109.481 pessoas ocupadas, 15.492 declararam-se autônomas, perfazendo a significativa cifra de 14,1% daquele total<sup>114</sup>. Infelizmente, a ausência dessa informação como um dado desagregado no Censo de 1950 impede uma comparação direta com o quadro do início da década. Apesar disso, a simples constatação dessa quantidade de autônomos evidencia a incapacidade da economia carioca para absorver, em relações de trabalho assalariadas, a totalidade da força de trabalho disponível. De forma complementar, o próprio fato de um contingente tão significativo dos favelados ter conseguido extrair sua sobrevivência dessas atividades informais constitui um indicativo de que a dinâmica econômica adaptava-se bastante bem à atuação desses trabalhadores, mesmo numa conjuntura de acelerado crescimento industrial, como o foram os anos imediatamente anteriores ao Censo<sup>115</sup>. Por fim, é importante notar que mesmo com o crescimento econômico verificado, 98.564 pessoas (incluindo, certamente a imensa maioria dos 37.133 empregados na indústria de transformação) permaneciam recebendo até 1,66 salários mínimos (10.000 cruzeiros), o que correspondia a 94% do total de favelados que declararam rendimentos mensais, evidenciando, mesmo em termos de faixas de rendimento, a proximidade entre assalariados e marginais<sup>116</sup>.

---

<sup>113</sup> Uma síntese dessa etapa da industrialização brasileira pode ser encontrada em **MENDONÇA, Sonia Regina de**. *A industrialização brasileira*. 2ª ed. reformulada. São Paulo: Moderna, 2004. pp.67-79.

<sup>114</sup> **IBGE**. *Censo Demográfico de 1960... Op. Cit.* p.13 (Tabela 13).

<sup>115</sup> A título de exemplo, note-se que em 1960, a indústria brasileira cresceu 10%, e em 1959, 12%. **TÓRTIMA, Pedro**. “*A estrutura sindical e a ordem desenvolvimentista, 1956-1960*”. In: **LOBO, Eulália Maria Lahmeyer** (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe. 1930-1970*. Rio de Janeiro: Access, 1992. p.295.

<sup>116</sup> **IBGE**. *Censo Demográfico de 1960... Op. Cit.* p.13 (Tabela 13).

Sintetizando a análise acima esboçada dos dados apresentados pelos Censos de 1950 e 1960 – principalmente no que se refere ao nível de remuneração e à inserção dos favelados no mercado de trabalho –, é possível afirmar que os mesmos contribuem para corroborar as interpretações que salientam o caráter desigual e combinado da economia brasileira das décadas intermediárias do século XX, apontando ainda para a extrema concentração da renda social como um dos pilares de sustentação desse modelo. Nesse sentido, ficou patente a inserção da imensa maioria dos favelados nas faixas mais pauperizadas da classe trabalhadora carioca, fosse em sua parcela assalariada, ou por meio de outras relações de trabalho, o que permite o abandono das interpretações calcadas na noção de marginalidade.

Apesar disso, um dos autores mais críticos em relação à capacidade explicativa do conceito de marginalidade, Luiz Antônio Machado da Silva, apresentou, em artigo originalmente publicado em 1967, objeções de outra natureza à identificação dos favelados a uma única categoria social. Para ele, o problema residiria em ignorar a estratificação interna das favelas, uma vez que

“(…) a favela não é, de forma alguma, um grupo dentro de um estrato social; não obstante muitos de seus moradores poderem ser incluídos, embora com certa impropriedade, no que se poderia chamar de subproletariado, não se deve ignorar o fato de existirem, também, operários qualificados em quantidade, funcionários públicos, bancários, comerciários, etc, além de um bom número de proprietários – isso para só falar em características sócio-econômicas”<sup>117</sup>.

Caso suas preocupações se resumissem a esse ponto, poderiam ser respondidas pelas discussões já apresentadas acerca do generalizado baixo patamar salarial praticado pelo capitalismo brasileiro e da circulação dos trabalhadores pelos diferentes ramos e tipos de vínculos empregatícios, enquadrando quase todas as categorias mencionadas pelo autor (funcionários públicos, bancários, comerciários) no conceito já discutido de classe trabalhadora, com exceção de alguns daqueles que são identificados como “proprietários”. Entretanto, Machado da Silva entendeu, também, que as oportunidades disponíveis para o “acúmulo de capital” no interior da favela eram tantas – passando pela criação de animais, pela especulação imobiliária e pela produção manufatureira – que redundariam na formação de uma “burguesia favelada”<sup>118</sup>. Essa “burguesia favelada”, por sua vez, seria formada por aqueles favelados que ocupavam os postos

---

<sup>117</sup> SILVA, Luiz Antônio Machado da. “A política na favela”. In: *Dilemas*. Vol.4, Nº 4, outubro/novembro/dezembro de 2011. p.700.

<sup>118</sup> IDEM. *Ibidem*. pp.701-702.

mais elevados na estratificação social geral – como militares subalternos, funcionários públicos, operários qualificados e outros –, quando comparados com a maioria dos moradores das favelas<sup>119</sup>.

Partindo de suas ponderações, é preciso deixar claro que a existência de mecanismos de apropriação internos da riqueza típicos da favela dos anos 1950 e 1960 é inegável, sendo alguns dos exemplos mais evidentes o controle das redes informais de eletricidade, a posse de diversos barracos para locação e a venda de gêneros nas chamadas biroschas. Apesar disso, o emprego da categoria “burguesia favelada” apresenta uma série de dificuldades que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, como o próprio texto de Machado da Silva deixa evidente, os componentes dessa suposta “burguesia” não deixavam de ser assalariados (como, de fato, o eram militares, operários fabris e funcionários públicos), apenas por controlarem essas fontes de recursos. Embora não tenha sido possível localizar dados precisos quanto a isso, é razoável supor que, em muitos casos, a renda obtida por esses outros mecanismos não fosse suficiente para garantir a subsistência da família moradora de favela, funcionando muito mais como complemento. Nesse caso podem ser enquadradas, principalmente, as atividades relativas à criação de animais, uma vez que a sinuosidade do espaço da favela dificilmente deixaria margem para a criação de grandes rebanhos.

Em segundo lugar, se enfocarmos especificamente aqueles proprietários de negócios, veremos que, de acordo com o Censo de 1960, havia em todas as favelas cariocas apenas 183 pessoas que se enquadravam na categoria de empregadores (em comparação com 92.456 empregados e 15.492 autônomos)<sup>120</sup>. Apesar de se tratar de uma cifra obviamente deflacionada (uma vez que Andrew Pearse, em 1956, contabilizou apenas nas ruas principais da favela do Esqueleto 56 biroschas<sup>121</sup>), existe grande probabilidade de que a maioria das biroschas e outros negócios fossem tocados unicamente por seus proprietários – auxiliados, em alguns casos, pelos membros da família –, o que de forma alguma os retira da condição de trabalhadores, embora não haja aí uma relação de assalariamento. Passando do plano mais empírico para uma breve nota teórica, não é desimportante lembrar que, segundo Marx, o capitalista (ou burguês) só se estabelece propriamente a partir do momento em que comanda trabalho suficiente

---

<sup>119</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.706-707.

<sup>120</sup> **IBGE.** *Censo Demográfico de 1960... Op. Cit.* p.13 (Tabela 13).

<sup>121</sup> **PEARSE, Andrew.** “*Notas sobre a organização... Op. Cit.*”. pp.22-23.



para dispensá-lo das funções ligadas à produção, o que poderia não ser o caso de muitos desses “empreendedores” favelados<sup>122</sup>.

Assim, embora um importante contingente de favelados recorresse a outras formas de obtenção de dinheiro que não o próprio trabalho, pouquíssimos deles abandonavam completamente a posição de trabalhadores. Não é possível, portanto, afirmar a existência de uma “burguesia favelada” nos termos propostos por Machado da Silva, a não ser como uma categoria virtualmente residual tendo-se em conta o universo do total de favelados. Evidentemente, a proposta de abandono da categoria não implica em um apagamento do fenômeno a que busca responder, em especial no que se refere às formas de apropriação internas às favelas e suas consequências políticas, o que, diga-se de passagem, constitui o cerne do texto de Machado da Silva. Diante do quadro acima esboçado, parece mais apropriado afirmar que parcela do proletariado carioca favelizado tenha se valido de oportunidades de ampliação de seus proventos decorrentes da forma urbana específica a que correspondiam as favelas. Em alguns casos, que, na ausência de pesquisas sistemáticas acerca desse processo, julgo prudente considerar raros, tais indivíduos poderiam adquirir um diferente estatuto de classe, conformando, até mesmo, uma pequena burguesia.

Na transposição dessa diferenciação interna para o campo das disputas em que os favelados estiveram envolvidos, é preciso reconhecer que qualquer associação mecânica entre posição de classe e atuação política é insatisfatória. Quanto a isso, pode-se assinalar, por exemplo, que os trabalhadores favelados e os proprietários de inúmeros barracos que permaneciam habitando aqueles espaços teriam, por exemplo, um interesse comum na permanência das favelas, podendo unir-se na oposição aos intentos de despejá-los. Tal convergência de interesses poderia, no entanto, não se apresentar ainda que se considerem apenas indivíduos proletarizados. Nesse sentido, é marcante o exemplo dos favelados, por vezes chamados de capangas, que vendiam sua força de trabalho para os promotores dos despejos da favela onde eles mesmos habitavam<sup>123</sup>.

Em função dessa complexidade, uma discussão mais aprofundada das relações estabelecidas entre estratificação interna às favelas e comportamento político será

---

<sup>122</sup> **MARX, Karl.** *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I. Vol.1. Op. Cit. p.383.

<sup>123</sup> Quanto a isso, é importante perceber que o capitalismo não cessa de produzir mecanismos que permitam a contraposição entre distintos setores e indivíduos no bojo da classe trabalhadora. Em configurações mais recentes, pode-se observar, por exemplo, a difusão do acesso ao mercado de ações por parte das parcelas melhor remuneradas do proletariado. Nesse caso, aparecem trabalhadores tão melhor remunerados por seus pequenos investimentos quanto mais explorados são os trabalhadores da empresa da qual os primeiros tornam-se acionários.

levada a cabo no bojo das análises das lutas efetivamente travadas pelos favelados, ainda que seja possível adiantar minha radical discordância com a posição de que “Salvo raras exceções, os favelados dos estratos mais baixos representam apenas ‘massa de manobra’ (...)”<sup>124</sup>.

#### ***1.4- Explorando as sendas mais profícuas: os favelados como trabalhadores.***

Se, por um lado, a discussão anterior apresentou uma resposta ao problema enfrentado ao longo da seção anterior, apontando a pertinência da associação – em termos estruturais – da esmagadora maioria dos favelados do período focado a uma classe social bastante definida, o proletariado, por outro, trouxe à baila a necessidade de se buscar uma compreensão teoricamente acurada do pertencimento a essa classe.

Um dos primeiros trabalhos a defender inequivocamente – e sem se ater unicamente à análise de sua inserção no mercado de trabalho – a posição de que os favelados cariocas constituíam parcela da classe trabalhadora foi o de Janice Perlman, já mencionado. A partir de sua pesquisa de campo realizada nas favelas da Catacumba e Nova Brasília (respectivamente nas Zonas Sul e Norte do Rio de Janeiro), bem como em algumas favelas e bairros pobres do primeiro distrito do município de Duque de Caxias, ao longo dos anos de 1968 e 1969 – com a obtenção de dados complementares em 1973, quando também visitou conjuntos habitacionais que receberam ex-moradores de favelas removidas<sup>125</sup> –, Perlman buscou estabelecer uma ampla crítica às abordagens que fomentavam aquilo que foi por ela denominado como “mito da marginalidade”. Contrariamente ao que afirmavam tais análises – já sintetizadas em minha argumentação –, a autora entendeu que longe de marginalizados, isto é, privados da participação nas mais diversas esferas da vida da sociedade mais ampla, os favelados cariocas estariam a elas integrados em posições de desvantagem. Assim, seriam discriminados em suas tentativas de recorrer a serviços públicos e repartições burocráticas, teriam muito limitado seu acesso à escolarização, receberiam os empregos pior remunerados e mais instáveis, além de serem politicamente explorados e manipulados pelos estratos superiores da sociedade<sup>126</sup>. Apesar disso, sua conclusão é a de que os favelados não demonstrariam qualquer propensão a se rebelar contra sua

---

<sup>124</sup> **SILVA, Luiz Antônio Machado da.** “A política... Op. Cit.”. p.702.

<sup>125</sup> **PERLMAN, Janice.** *O mito da marginalidade... Op. Cit.* pp.21-22.

<sup>126</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp. 176-179; 187-188; 195-200; 231-232.

situação – algo bastante compreensivo, considerando-se que sua pesquisa foi conduzida no período de maior endurecimento da Ditadura que vigorou no Brasil entre os anos 1964-1985, bem como o mais que provável receio dos favelados em revelarem suas críticas ao regime a uma pesquisadora estadunidense<sup>127</sup> –, expressa na afirmação de que “em resumo, [os favelados] *têm as aspirações da burguesia, a perseverança dos pioneiros, e os valores dos patriotas*. O que eles não têm é uma oportunidade de satisfazer as suas aspirações” (itálicos da autora)<sup>128</sup>.

Alguns anos mais tarde, a antropóloga Alba Zaluar formulou uma importante crítica a essa posição de Perlman, a qual reproduzo abaixo, apesar da extensão do trecho:

“Assim posta a questão, a intenção de desmanchar as fronteiras arbitrárias entre as classes prósperas e os pobres urbanos ‘marginais’ acaba por criar, nessa tentativa de destruir o que Perlman chamou de ‘mito da marginalidade’, uma ideia talvez falsa da identificação positiva dos pobres com a sociedade nacional na sua versão da classe dominante. E a ideia de que existe uma cultura brasileira una, indivisa e disseminada em todas as manifestações da vida social de todas as classes e categorias de pessoas na sociedade brasileira é, no mínimo, discutível. Ao se denunciar o processo de estigmatização das populações pobres, especialmente os favelados e habitantes de conjuntos da CEHAB, acaba-se por negar qualquer sinal de alteridade nas concepções e práticas culturais destes, por oposição aos seus outros. Ao apresentar um modelo uno e coerente de sua ideologia, destrói-se a diversidade e tensões internas que marcam qualquer sistema cultural de qualquer sociedade e de qualquer classe social, tornando-nos cegos para as divisões, conflitos e tensões a esta categoria especialmente heterogênea dos pobres urbanos. Em nome da urgência de passar-lhes um diagnóstico, decide-se se são radicais ou conservadores, tradicionais ou modernos, passivos ou contestadores, clientelistas ou classistas. Ao sublinhar sua dependência em relação aos que dominam a sociedade, maneira de afirmar sua integração à sociedade, afasta-se no mesmo ato a possibilidade de que possuam formas autônomas de organização e pensamento. Isso me parece vir acompanhado de etnocentrismo, que se intromete por debaixo do pano nas afirmações de que os pobres urbanos são organizados socialmente porque são capazes de construir organizações burocráticas do gênero conhecido pelas classes médias letradas e ‘integradas’. Ou que são ativos politicamente quando participam do jogo parlamentar democrático, tal como definido pelas instituições políticas e pelos organismos partidários que buscam a direção da sociedade, desconhecendo suas formas próprias de protesto diante do sistema ou do Estado ou chamando-as de irracionais, cegas e espontaneístas”<sup>129</sup>.

---

<sup>127</sup> Essas limitações metodológicas das pesquisas por *surveys* foi levantada, dentre outros autores, por Alba Zaluar, ao afirmar que “(...) o diagnóstico de sua posição no espectro político-ideológico baseado em pesquisa de opinião num dado momento não leva em conta nem os constrangimentos à sua fala no momento da entrevista, nem a tensão entre as ideias divergentes que fazem parte da sua visão política (...)”. **ZALUAR, Alba.** *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p.45.

<sup>128</sup> **PERLMAN, Janice.** *O mito da marginalidade... Op. Cit.* p.286.

<sup>129</sup> **ZALUAR, Alba.** *A máquina e a revolta... Op. Cit.* pp.43-44.

Nessa excelente síntese dos limites do trabalho de Perlman, Zaluar salienta a conexão entre suas insuficiências teóricas – fundamentalmente, a conceituação da cultura como um ente homogêneo tanto ao nível da sociedade geral, quanto em meio aos “pobres urbanos” – e as consequências políticas que delas redundam – em especial, a incapacidade de reconhecer como válidas as formas próprias de organização e atuação nessa seara. Um importante contraponto a essa concepção consensualista da cultura foi erigido pelo casal Leeds, o qual efetuou parte significativa de suas pesquisas de campo no mesmo contexto em que Perlman. Sua conclusão, diametralmente oposta, foi a de que

“(...) os moradores da favela, em geral, não têm ideia do que é a vida da alta burguesia, das elites intelectuais, do escalão militar superior ou da Igreja, ou mesmo da pequena burguesia e da maior parte da burocracia. Eles não têm como conhecer esses padrões de vida, os valores internos essenciais que diferenciam cada categoria das outras, as tarefas e significados envolvidos em seus empregos e nos empregos de seus amigos, o conteúdo e os seus canais de comunicação. (...) essencialmente, a ‘mobilidade’ concebida, para a maioria [dos favelados], é uma expansão contínua do que eles têm hoje, e não uma mudança de estado”<sup>130</sup>.

Retornando ao texto de Perlman, é possível afirmar que as duas lacunas mencionadas derivam do modelo de sociedade subjacente ao tratamento dispensado pela autora ao objeto de sua análise (algo também percebido por Zaluar, ao mencionar o “etnocentrismo, que se intromete por debaixo dos panos”), o qual se expressa eloquentemente na metodologia empregado em seu estudo. Tendo derivado suas afirmações fundamentalmente de questionários aplicados a 250 moradores de cada uma das três áreas pesquisadas (Catacumba, Nova Brasília e Duque de Caxias), trata-se, em síntese, de uma concepção da sociedade – e dos seus segmentos, dentre os quais as classes sociais – como um conjunto de indivíduos atomizados. Operando a partir dessa modalidade de individualismo metodológico, supõe-se que, de um lado, cada indivíduo possui uma consciência completamente coesa, e ausente de contradições, acerca de todos os aspectos referentes à sua situação e, de outro, que a consciência de determinado grupo social, como o dos favelados, pode ser compreendida matematicamente a partir do somatório das consciências individuais. Embora não haja uma afirmação taxativa desta filiação no texto de Perlman, seu procedimento teórico-metodológico nos remete

---

<sup>130</sup> LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. “O Brasil e o mito da ruralidade urbana: experiência urbana, trabalho e valores nas ‘áreas invadidas’ do Rio de Janeiro e de Lima”. In: \_\_\_\_\_ . *A sociologia do Brasil urbano*. Op. Cit. p.124.

diretamente à obra do sociólogo alemão Max Weber, em que os “(...) interesses [de classe] só poderiam ser uma ‘média’ das pessoas sujeitas à ‘situação de classe’, uma certa probabilidade”<sup>131</sup>.

Tal posição tem como consequência o comprometimento de qualquer esforço de compreensão da dinâmica da sociedade em suas relações basilares, uma vez que essa nada mais seria do que uma imensa coleção de indivíduos. Encontrando esses indivíduos em diferentes posições no bojo de determinada hierarquia social, nada nos é dito acerca dos mecanismos que produzem e reproduzem essa estrutura hierarquizada. Ademais, termina-se por obliterar qualquer possibilidade de constituição, pelos subalternizados, de sujeitos coletivos autônomos, a partir de todas as contradições passíveis de emergirem de uma situação marcada, simultaneamente, pela integração ao funcionamento da sociedade e pela privação do acesso aos seus postos, bens e relações mais valorizadas. Sendo assim, o trabalho de Perlman, embora tenha o mérito de deslocar as conceituações dos favelados como elementos disfuncionais à estrutura econômico-social, pouco contribui para os objetivos aqui perseguidos, principalmente no que se refere à elaboração de uma conceituação solidamente fundamentada de sua posição em referência à dinâmica da totalidade social.

Uma alternativa ao beco sem saída a que conduziu a perspectiva de Perlman foi apresentada por Alba Zaluar no mesmo trabalho em que estabeleceu as bases para uma crítica à posição da antropóloga estadunidense. Partindo de um esforço de compreensão da categoria nativa utilizada por seus informantes da Cidade de Deus<sup>132</sup> para se auto-identificarem (“trabalhadores pobres”), a autora realizou uma sensível etnografia, a qual originou tanto um minucioso escrutínio das diversas formas pelas quais esse grupo já havia sido categorizado pela literatura acadêmica brasileira, quanto um exame do processo de constituição dessa auto-identificação coletiva. Nesse percurso, sua preocupação de fundo é a de explicar teoricamente a identidade construída (tanto em nível discursivo, quanto em termos de ação política conjunta) por trabalhadores mal remunerados envolvidos nas mais diferentes relações e ramos de trabalho, como

---

<sup>131</sup> **IASI, Mauro Luís.** *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência.* São Paulo: Viramundo, 2002. p.82.

<sup>132</sup> O conjunto habitacional da Cidade de Deus (com 6.658 unidades inicialmente previstas) teve sua construção iniciada durante a gestão de Carlos Lacerda como governador do Estado da Guanabara (1960-1965). Sua ocupação, efetivada após o término do mandato de Lacerda, teve a participação de favelados oriundos de 63 favelas de diferentes regiões do Rio de Janeiro, sendo 19,2% provenientes da remoção da favela da Praia do Pinto. **ZALUAR, Alba.** *A máquina e a revolta... Op. Cit.* pp.66-67.

“(…) os operários e assalariados do terciário semi ou não qualificados e que recebem baixos salários em virtude da política salarial vigente, bem como os trabalhadores por conta própria pouco ou não especializados, quer sejam estabelecidos ou não”<sup>133</sup>.

Num primeiro nível de resolução do problema que se colocou, Zaluar advogou a validade da categoria de “classes populares”, como capaz de abarcar os trabalhadores distintamente inseridos no processo produtivo – bem como da circulação dos mesmos trabalhadores por diferentes situações de trabalho e, mesmo, pelo desemprego –, como “operários industriais” ou “trabalhadores marginais”. Embora haja, nesse argumento, uma clara indicação do recurso aos polos definidos por Kovarick<sup>134</sup>, há que se ressaltar que a proposta de categorização dos trabalhadores como “classes populares”, não só retrocede em relação à conceituação desse autor, que percebeu a conjugação desses grupos na formação da *classe trabalhadora*, como parte de duas formas de incompreensão do arcabouço categorial marxiano. Em primeiro lugar, Zaluar percebe a distinção elaborada por Marx entre o exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa) e o operariado industrial como dotada de uma rigidez dificilmente localizada nos textos do autor. Em segundo lugar, a autora parece entender que o conceito de proletariado seria restrito às camadas trabalhadoras incapazes de alcançar os empregos dos setores mais dinâmicos da economia, em especial, o industrial, constituindo, portanto, um segmento apartado do operariado<sup>135</sup>.

Entretanto, conforme já debatido no tópico anterior desse capítulo, o conceito marxiano de proletariado, ou de classe trabalhadora, visa dar conta daquela mesma pluralidade de sujeitos (operários industriais, trabalhadores do terciário, autônomos, desempregados, etc) a que Zaluar se refere como “classes populares”, com a óbvia vantagem de descartar a imprecisão que acompanha o termo “popular”, uma vez que o mesmo não faz referência direta a uma posição social (como desprovido dos meios de produção), mas a uma distinção comparativa de fronteiras frouxamente demarcadas (popular X elite). Afinal, o único elemento presente no texto de Zaluar que nos permite vislumbrar uma demarcação mais rígida do que seriam os “trabalhadores pobres” componentes das “classes populares” é sua referência à sua faixa de renda, “até 3 a 5 salários mínimos”<sup>136</sup>. Creio, entretanto, que a autora não desejaria sustentar uma abordagem teórica da delimitação de determinada classe social nesses termos, uma vez

---

<sup>133</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.33.

<sup>134</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.39-40.

<sup>135</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.38-39; 53.

<sup>136</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.33.

que implicaria em uma redução a uma “pura e simples medida quantitativa”, vinculada a uma “difundida tradição sociológica, geralmente de cunho positivista”<sup>137</sup>.

Ademais, a contradição entre esse corte arbitrário balizado pela faixa de renda de determinado grupo de trabalhadores e o alcance real do processo analisado por Zaluar, que não se deixou confinar nesses estreitos limites, transparece no próprio texto da autora. As associações de moradores existentes na Cidade de Deus, por exemplo, funcionavam com participação ativa de trabalhadores dos mais diversos níveis de renda, desde o mais baixo enfatizado por Zaluar, até aqueles que recebiam mais de dez salários mínimos<sup>138</sup>. Além disso, é ela mesma quem reconhece que

“Como estamos falando de um conjunto habitacional da CEHAB, a relativa homogeneidade da população local não nos permite falar de diferenças de classe acentuadas. A mesma cultura, o mesmo nível educacional, as mesmas condições urbanas do conjunto homogeneizam essa população, apesar das diferenças de renda. Os comerciantes locais são meros birosqueiros, como nas favelas. Os ‘ilustres’ são aqueles que gozam de prestígio por serem diretores de associações ou por serem bons sambistas”<sup>139</sup>.

Assim, por mais que sua etnografia tenha se debruçado sobre o exame de indivíduos e famílias localizados nas faixas de renda mais baixas da Cidade de Deus, o percurso de sua pesquisa torna bastante problemático qualquer apartamento analítico mais profundo desses em relação ao restante dos habitantes da localidade. De qualquer forma, uma vez superada por Zaluar a etapa da busca de uma categoria capaz de abarcar a totalidade dos sujeitos analisados, o desafio da autora passou a ser o de estabelecer uma explicação consistente para o processo pelo qual essa condição de “classes populares” daria origem à ação política coesa, à organização de instituições comuns e à auto-identificação coletiva como “trabalhadores pobres”. Trata-se, em suma, de perseguir o trajeto de constituição daquilo que Edward Thompson denominaria “consciência de classe”, ou seja, “(...) a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”<sup>140</sup>.

---

<sup>137</sup> THOMPSON, Edward P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: \_\_\_\_\_, *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Trad. de Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva e Lígia Osorio Silva. Campinas: Unicamp, 2001. p.270.

<sup>138</sup> ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta... Op. Cit.* p.182.

<sup>139</sup> IDEM. *Ibidem.* p.215 (nota 11).

<sup>140</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.10.

Nesse segundo movimento, a autora trata de descartar uma miríade de correntes teórico-interpretativas (tais como a da cultura da pobreza, a perspectiva integracionista de Perlman e os estudos do populismo, entre outras) que, a seu ver, teriam se esquivado de análises empíricas do comportamento das “classes populares” pelo recurso a conceitos “universais abstratos” que reduziriam a multifacetada vivência política desses trabalhadores a um termo definidor único (tradicionalismo, individualismo, paternalismo, etc). A alternativa por ela proposta – construída a partir do recurso à História Social inglesa e, particularmente, à obra de E. P. Thompson – passa por uma percepção da comunhão de experiências desses diferentes trabalhadores em seu cotidiano (tanto pelo local de moradia, quanto pelas limitações às condições materiais de vida impostas pelos baixos salários) como base para o compartilhamento da auto-identificação. Em suas palavras,

“(…) é no local de moradia, nas associações reivindicatórias e agremiações recreativas, nas praças, esquinas e bares, na rua e na casa que transcorre este vasto processo dinâmico de formação cultural, tornando o mundo denso de significados nem fixos, nem finais, nem únicos. Sempre renovados, esses significados são inventados ou reinterpretados apelando-se para as novas experiências ou para antigas tradições. E é aí que a heterogeneidade econômica, do ponto de vista dos lugares que ocupam no processo produtivo, cede lugar à homogeneidade das múltiplas práticas cotidianas das classes populares, à troca de experiências de subalternos, aos múltiplos modos de oferecer resistência à dominação, à construção de uma identidade social mais ampla do que a de classe operária – a de trabalhadores pobres, assim como à ramificação de um vasto sistema de comunicação social que une as ruas do mesmo bairro, os bairros da cidade entre si e o Rio de Janeiro com outras cidades próximas”<sup>141</sup>.

Mesmo sem uma leitura mais detida, é possível perceber como essa postura constitui um grande salto qualitativo em relação aos pressupostos teóricos que sustentam o individualismo metodológico de Perlman, tornando mais complexa a análise de qualquer formação classista. Zaluar, com efeito, foi capaz de compreender que essa relação consciência-experiência, gerando instituições, práticas, valores, etc, não se esgota ao nível individual – não podendo ser decomposta em partes componentes autonomizadas –, nem se cristaliza, estando em permanente transformação e comportando múltiplas possibilidades, por vezes contraditórias, em um mesmo momento<sup>142</sup>.

---

<sup>141</sup> ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta... Op. Cit.* p.50.

<sup>142</sup> De forma a complementar essa análise, cf. **IDEM**. *Ibidem*. p.34., em que a autora afirma que “Aqueles que se identificam enquanto trabalhadores pobres e se reconhecem, segundo certos símbolos, como um igual entre vizinhos, referem-se justamente a essa homogeneidade social demarcada pelos limites da



Apesar de todos esses significativos avanços, seu trabalho encontra uma importante limitação na forma excessivamente estanque pela qual trata os locais de trabalho e de moradia. Efetivamente, todo seu argumento é construído como a busca de um espaço em que a heterogeneidade e a inconstância do trabalho sejam contrabalançadas por uma relativa estabilidade e homogeneidade. Ao identificar o local de moradia como tendo o potencial para ser esse espaço, a autora tem o inegável mérito de escapar às compreensões mais redutoras da natureza da situação da classe trabalhadora, que enxergaram como unicamente relevante sua experiência no espaço de trabalho. Infelizmente, sua postura acaba redundando num reducionismo similar, ainda que de sinal oposto, na medida em que afirma que

“A instabilidade no emprego, na própria ocupação e às vezes também na posição na ocupação vivida por esses trabalhadores, que podem passar de operários da construção civil a biscateiros ou trabalhadores por conta própria em diversas fases do seu ciclo de vida, nos leva a crer que é principalmente no local de moradia que experimentam a formação de uma coletividade. *É na vizinhança, portanto, e não com os colegas de trabalho que vivenciam formas de solidariedade, de construção de identidades comuns e do sentimento, ainda que fragmentário e frágil, de pertencer a um ‘nós’ distintivo*” (itálico meu)<sup>143</sup>.

Por outro lado, uma leitura de outros trabalhos do mesmo Edward Thompson que forneceu o esteio teórico principal para sua pesquisa nos aponta para um caminho essencialmente distinto, em que essa dicotomização da experiência dos trabalhadores é finalmente apagada. Para ele, tratar-se-ia de identificar a “(...) simultaneidade da manifestação de relações produtivas [de classe] particulares em *todos* os sistemas e áreas da vida social”<sup>144</sup> (itálico do autor). Evidentemente, tal posição não implica na renúncia à identificação das especificidades dos diferentes aspectos da experiência; pelo contrário, o que se busca é compreender de que forma esses múltiplos elementos são organizados e vivenciados segundo uma lógica societária comum, determinada a partir da forma assumida pelas relações de produção. Retomando a obra de Thompson mais

---

renda, criada na convivência nos bairros pobres, reinventada nos diferentes arranjos que as várias tradições e opções culturais permitem e das quais parecem valer-se sem preocupações com a ortodoxia ou com escolhas definitivas. Tudo se passa como se a relativa exclusão que os ‘pobres’ sofrem nos campos educacional e político terminasse por fazê-los compartilhar de alternativas culturais, religiosas e políticas cuja unidade está na presença de um mesmo conjunto heterogêneo mas limitado de práticas e projetos que podem ser utilizados de modo alternado, sucessivo ou simultâneo. Desta pluralidade de práticas participam tanto os operários quanto os biscateiros, tanto os homens quanto as mulheres e, em certa medida, tanto os jovens quanto os adultos”.

<sup>143</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.62 (nota 13).

<sup>144</sup> **THOMPSON, Edward P.** “*Folclore, antropologia e história social*”. In: \_\_\_\_\_ . *As peculiaridades...* Op. Cit. p.254.

mencionada por Zaluar, não é destituído de significação o fato de que os capítulos 1 a 5 da segunda parte da *Formação classe operária inglesa* sejam dedicados a demonstrar como o mesmo processo de revolução industrial teve impactos conexos nas diferentes esferas da vida dos subalternos, como o trabalho (tanto na cidade, como no campo), o consumo e a moradia, entre outros<sup>145</sup>. Ademais, como demonstra o próprio Thompson no derradeiro capítulo da obra em questão, a consciência da classe trabalhadora emerge, justamente, da percepção da comunhão de interesses por parte de sujeitos envolvidos em situações aparentemente distintas (como artesãos e trabalhadores não-qualificados da Inglaterra da década de 1830), mas enredados num mesmo processo histórico<sup>146</sup>.

Em parte, é possível argumentar que essa cisão operada na análise de Zaluar decorre do recorte definidor de seu objeto de estudo. A opção pela condução de sua etnografia em um local prioritariamente de moradia, pode ter contribuído para que a autora enxergasse esse espaço como excessivamente fechado em si mesmo. Assim, a autora acaba por reproduzir alguns elementos de numa antiga tradição dos estudos acerca de favelas, o de tratá-las como comunidades, no sentido antropológico. Mesmo que reconheça o constante contato dos habitantes da Cidade de Deus com os moradores de outras localidades e identifique, numa passagem já citada, “um vasto sistema de comunicação social que une as ruas do mesmo bairro, os bairros da cidade entre si e o Rio de Janeiro com outras cidades próximas”, a parte fundamental do processo de construção de um sujeito coletivo fica encerrada em cada uma das unidades desse sistema. A impressão que emana de seu texto é a de que a partir daí, essas unidades básicas se coligariam apenas num segundo momento, ensejando a formação de uma classe social com consciência de classe apenas após a formação da comunidade local. Trata-se, em suma, de uma abordagem que torna esses dois processos excessivamente estanques e cronologicamente separados<sup>147</sup>.

Fica, portanto, descartada a possibilidade de que o processo de constituição da consciência de classe seja apreendido como um processo multifacetado, que ocorre simultaneamente nos diversos espaços em que a dominação de classes é sentida (no trabalho, na moradia, no local de lazer, etc). Igualmente abandonada é a potencialidade, em termos de fomento da coesão classista, advinda da circulação dos mesmos indivíduos por esses espaços e pelo contato com outros indivíduos que partilham uma

---

<sup>145</sup> **IDEM.** *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 2. Op. Cit. pp.11-224.

<sup>146</sup> **IDEM.** *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 3. Op. Cit. pp.303-440.

<sup>147</sup> **ZALUAR, Alba.** *A máquina e a revolta...* Op. Cit. pp.174-180.

ou várias parcelas de sua experiência (colegas de trabalho, vizinhos, “parceiros das peladas”, entre outros), bem como do encontro de organizações de naturezas distintas, como sindicatos (aparentemente tratados como se não fizessem parte da experiência dos trabalhadores mais pobres em nenhum nível) e associações de moradores – a menos que atuem na mesma base territorial. Sintetizando sua abordagem, é possível afirmar que, nela, a classe e sua consciência se formam como produto da soma de diversas partes relativamente isoladas, e não como um processo simultâneo de constituição do todo pela constituição das partes, e vice-versa.

Uma importante problematização da abordagem “comunitária” dos favelados cariocas partiu da obra do antropólogo estadunidense Anthony Leeds. Figura-chave na difusão e institucionalização dos estudos acadêmicos de antropologia urbana no Rio de Janeiro<sup>148</sup>, Leeds estruturou sua crítica a esse tipo de análise a partir de um contraste entre as chamadas sociedades tribais, e o que denominou sociedades complexas, marcadas pela presença de um Estado estruturado. Para ele, em qualquer sociedade complexa, haveria uma impossibilidade de determinado ponto da totalidade social – uma favela, por exemplo –, quando estudado isoladamente, revelar a forma dessa totalidade, ou sequer permitir uma completa intelecção da dinâmica do próprio ponto em relevo, pela sua profunda articulação com o todo e suas demais partes<sup>149</sup>.

A alternativa proposta por Leeds foi constituída, a princípio, pela substituição da categoria de “comunidade” pela “localidade” como unidade analítica basilar. Contrariamente à comunidade, a localidade seria marcada por sua inserção numa estrutura com elementos de escalas variáveis, admitindo

“(…) diferentes níveis, um incluindo o outro como uma espécie de hierarquia concêntrica – por exemplo, no Rio de Janeiro: Favela da Babilônia, dentro da área chamada Lido, dentro da área chamada Copacabana, dentro da área chamada Zona Sul, dentro da cidade do Rio de Janeiro, dentro do Grande Rio, etc. Cada um desses níveis diz respeito a um conjunto de instituições supralocais, o que também se dá como uma hierarquia concêntrica, ou vários níveis da primeira podem estar em relação com vários níveis da última ao mesmo tempo”<sup>150</sup>.

Nessa perspectiva, a localidade assume a posição de *locus* de articulação de determinações de magnitudes as mais diversas, em termos do espaço e das instituições

---

<sup>148</sup> Sua trajetória no bojo desse processo foi sintetizada por VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela...* Op. Cit. pp.112-115.

<sup>149</sup> LEEDS, Anthony. “Poder local em relação com instituições de poder supralocal”. In: \_\_\_\_\_; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia ...* Op. Cit. pp.27-31.

<sup>150</sup> IDEM. *Ibidem*. p.35.

nela relacionadas. Conforme explícito na passagem destacada, as imbricações entre esses níveis não se dão em formas pré-estabelecidas, havendo a possibilidade de que determinados segmentos dessa hierarquia sejam “pulados”, como seria o caso, por exemplo, na atuação de dado órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro isoladamente na Favela da Babilônia, sem qualquer mediação das instâncias do Lido, de Copacabana, ou da Zona Sul. Por seu turno, a inserção da localidade nessa rede de níveis não implicaria na negação de sua autonomia relativa, sendo possível identificar nela “(...) certa habilidade em se relacionar com estes como corpos independentes”<sup>151</sup>.

Um dos agentes mais recorrentemente atuantes no âmbito das localidades seriam as “instituições supralocais”, marcadas por “princípios organizacionais [para os quais] qualquer conjunto dado de condições locais e ecológicas é irrelevante”<sup>152</sup>. Em outras palavras, essas seriam as instituições que atuam *na* localidade, sem serem oriundas *da* localidade, ou mesmo de *qualquer* localidade específica. Dentre elas, Leeds inseriu tanto as instituições tipicamente vinculadas às classes dominantes, como o sistema bancário e o mercado de preços, quanto aquelas também acionadas pelos subalternos, como partidos políticos e sindicatos, além do próprio Estado e seus organismos. Em sua compreensão da relação entre localidades e instituições supralocais, Leeds abre espaço para que ambos os polos sejam concebidos como dotados de algum nível de influência, ainda que não necessariamente em termos de simetria, a partir do emprego dos recursos disponíveis a cada um como resultado de sua posição social específica<sup>153</sup>.

No caso particular das favelas, sua condição de localidade se imbrica inextricavelmente com a situação social de seus moradores. Tratando-se fundamentalmente, do proletariado, Leeds orienta seus estudos para o que considera ser um esforço de depuração do conceito marxiano de classe social<sup>154</sup>. Para ele, apesar de Marx ter percebido em seus estudos de situações históricas concretas (como o *18 Brumário*) e em sua teoria da revolução que os recursos de poder nas relações sociais emanavam de fontes diversas (dentre as quais, a posse ou ausência de posse dos meios de produção constituiria apenas um caso específico), seu “modelo substantivo de classes dual” o impediria de “lidar com esta consciência sistemática e teoricamente”<sup>155</sup>.

---

<sup>151</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.36.

<sup>152</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.38.

<sup>153</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.45-47.

<sup>154</sup> **IDEM.** “Introdução”. In: \_\_\_\_\_; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia...* Op. Cit. p.11.

<sup>155</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.16.

Em relação à moldura teórica de Marx, Leeds manifesta claro estranhamento em relação à adoção, pelo alemão, da filosofia hegeliana como base para sua compreensão do modo de produção capitalista. Em seu texto, no entanto, essa opção aparece como uma escolha arbitrária em algo que se assemelharia a um supermercado de sistemas filosóficos. A perplexidade de Leeds decorre de Marx ter optado por um produto de qualidade inferior, marcado por um inerente dualismo, apesar de sua capacitação para realizar melhores escolhas, advinda de seus estudos filosóficos na universidade<sup>156</sup>. Seria justamente o dualismo característico do pensamento hegeliano que limitaria a elaboração teórica de Marx acerca do conceito de classe social, empurrando-o para dicotomizações redutoras da realidade.

Entretanto, Leeds esquiva-se de apontar para o fato de que já no primeiro capítulo de *O Capital* Marx apresenta a unidade básica do modo de produção capitalista, a mercadoria, como dotada de duas dimensões tão contraditórias quanto inextrincavelmente conectadas, expressas pelas categorias de valor e valor de uso<sup>157</sup>. Dessa forma, o recurso ao arcabouço hegeliano não configura mero deslize de Marx, constituindo uma necessidade imanente à realidade analisada. Afirmar, a partir daí, que a obra de Marx se pauta pela busca incessante de contradições binárias em cada aspecto da realidade social evidencia mais conhecimento de escritos vulgarizadores de seu pensamento, do que se sua obra propriamente dita. Afinal, no mesmo livro em que sua opção filosófica é explicitada e justificada da forma acima mencionada, o capítulo, incompleto, acerca das classes sociais apontava para a existência de três classes sociais (assalariados, capitalistas e proprietários de terras) fundamentais na sociedade capitalista tal como desenvolvida na Europa Ocidental<sup>158</sup>. Sem dúvida, trata-se de uma decorrência do fato da teoria não se configurar, em Marx, como um ferramental elaborado na oficina do intelectual, para posterior aplicação na realidade exterior. Em seu pensamento, a teoria assume papel radicalmente distinto, constituindo, simultaneamente, *produto do e pré-condição para o* apresamento da realidade circundante. Sendo essa realidade, em termos da experiência humana, fundamentalmente histórica, a teoria só pode assumir a forma de categorias em contínuo movimento, evitando qualquer forma de cristalização.

---

<sup>156</sup> LEEDS, Anthony. "Introdução". In: \_\_\_\_\_; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia...* Op. Cit. p.13.

<sup>157</sup> MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I. Vol.1 Op. Cit. pp.57-63.

<sup>158</sup> IDEM. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro III. Vol.6. ed. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp.1163-1164.

Apesar disso, é inegável que a abordagem de Leeds aponta para a superação de algumas lacunas identificadas no trabalho de Zaluar ao conceituar a localidade de forma mais porosa do que o faz o emprego consagrado do conceito de comunidade. Nesse sentido, é importante destacar sua compreensão de que a condição de “favelado” não resultava de uma marca impressa a ferro e fogo na cútis dos moradores dessas áreas. Pelo contrário, a habitação na favela constituiria uma das opções disponíveis ao proletariado urbano, sendo a decisão de rumar para as áreas favelizadas tomada, muitas vezes, com base na cuidadosa análise da situação do núcleo familiar, considerando-se fatores como nível salarial, condição de saúde, proximidade de redes de relações, entre outros<sup>159</sup>. Fica, assim, evidente que não há uma distinção significativa entre o habitante da favela e os moradores de outras áreas pauperizadas, como os cortiços, casas de cômodo e as regiões suburbanas, sendo, inclusive, possível a circulação de uma mesma família de trabalhadores por diversos desses ambientes ao longo de seu ciclo de vida<sup>160</sup>.

Descrevendo uma trajetória semelhante à percorrida pela argumentação de Zaluar, Leeds passa, então, da percepção do compartilhamento de experiências comuns por parte do proletariado à exploração das formas pelas quais essa comunhão se expressa em termos de uma consciência de classe, tal como expresso no trecho a seguir:

“De extrema importância para este trabalho é o fato de que mudanças nos arranjos de vida – na verdade, migrações intra-urbanas – tecem redes intraproletárias de todos os tipos através da cidade. O que impressiona depois de um trabalho etnográfico prolongado é o número, variedade, multilocalização, frequência de mobilização e utilidade dessas redes. Elas são estendidas através do parentesco, compadrio, amizade, papéis de ajuda mútua, laços patronais intraclasse, relações de vizinhança, relações de troca de favores, e também por meio da interação de grupos solidários, tais como *escolas de samba*, *blocos de samba*, clubes de futebol, clubes sociais, congregações religiosas, sociedades de ajuda mútua, e assim por diante, que trocam visitas ou encontram-se fora das áreas de moradia em convenções de federação. Essas redes servem para uma multiplicidade de funções, embora a maior parte do tempo de modo esporádico – por exemplo, segurança social, ajuda mútua, apoio político mútuo em atividade eleitoral, legal ou realização de pedidos, etc.

---

<sup>159</sup> É importante notar que ao mencionar o fator “opção” na análise de sua situação, não sustento a posição, tipicamente liberal, de que a favelização constitua uma escolha de indivíduos plenamente livres, orientados por uma consciência inteiramente racional nos termos do pensamento econômico neoclássico. Pretendo, apenas, ressaltar que as determinações da vida social, entendidas como “fixação de limites” e estabelecimento de “pressões”, conforme a elaboração de Raymond Williams, constituem um campo de possibilidades, que, ainda que restrito, permite aos seres humanos uma margem de participação ativa na construção de suas trajetórias. **WILLIAMS, Raymond.** *Marxismo e literatura*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.91.

<sup>160</sup> **LEEDS, Anthony.** “Tipos de moradia... *Op. Cit.*”. pp.156-161.

O que é mais significativo com relação a isso é a base potencial para a solidariedade da classe proletária e mesmo, em certos contextos, uma tendência observada para a criação de tal solidariedade”<sup>161</sup> (itálicos do autor).

Embora reconheça abertamente a existência de tendências de sentido contrário, operando a favor da fragmentação do proletariado a partir de seus diferentes locais de moradia, tanto pela cristalização de identidades calcadas no local e de rivalidades daí derivadas, quanto pela ação das classes dominantes<sup>162</sup>, a descrição de Leeds me parece ser exemplar da forma pela qual pode se dar a constituição de uma consciência de classe. Nela, se relacionam às instituições – do lazer, do trabalho, da moradia, etc – de diferentes localidades, as instituições supralocais organicamente vinculadas ao proletariado<sup>163</sup>, num processo em que os elementos de cada localidade guardam suas especificidades, coesionando-se a partir da percepção de seu antagonismo em relação a outra classe social.

Assim sendo, é possível concluir que a população favelada, ao menos nas décadas intermediárias do século XX, era composta, em sua imensa maioria, por membros da classe trabalhadora, a maior parte dos quais encontrava-se inserida em seus estratos pior remunerados. Em alguns casos, os vencimentos obtidos pela venda da força de trabalho eram complementados com proventos de naturezas diversas, que, associados a outros mecanismos de clivagem interna, podiam acabar redundando em um aumento da diferenciação social no âmbito de determinada favela. Entretanto, os indícios coligidos indicam que raríssimos foram os casos em que os rendimentos complementares alcançavam montantes suficientes para que o abandono da posição de trabalhador fosse tornado realidade. Dessa incipiente diferenciação interna evidentemente poderiam surgir tensões opondo indivíduos e grupos dentro de uma mesma favela, mas é importante lembrar que não eram a única fonte de disputas entre os moradores de favelas e nem implicavam necessariamente na ruptura dos padrões de socialização classista então em gestação. A complexidade dessas relações, no entanto, pode ser mais claramente observada na dinâmica dos movimentos políticos construídos pelos favelados cariocas, em que todos esses temas e clivagens emergiam em meio às lutas e à vivência dos moradores de favela como parcela da totalidade do proletariado carioca. Por isso, o próximo capítulo será dedicado à análise da trajetória das

---

<sup>161</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.162-163.

<sup>162</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.165-168.

<sup>163</sup> Também em outros artigos da mesma coletânea podem ser encontrados exemplos desses múltiplos contatos. Veja-se, por exemplo, **LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth.** “*O Brasil e... Op. Cit.*”. pp.121-122.

organizações construídas especificamente pelos trabalhadores favelados do Rio de Janeiro que primeiro buscaram participar deliberadamente de um processo de constituição e reforço da consciência de classe – com suas possibilidades e limites –, no bojo de relações entabuladas com diversas outras instituições.



## Capítulo 2

### União dos Trabalhadores Favelados

#### 2.1- Uma nova etapa do movimento dos favelados.

“Que o número de nossos Centros seja ilimitado”. Numa analogia com a célebre frase que abre o capítulo inicial da *Formação da classe operária inglesa*<sup>164</sup>, seria possível sintetizar com a divisa acima a proposta de atuação política da União dos Trabalhadores Favelados (UTF). Com efeito, ainda que numa formulação ligeiramente diferente, a ideia da difusão dos Centros como base de sua capacidade de mobilização figurou já no parágrafo primeiro do artigo número um de seu projeto de estatuto:

“Tendo a União dos Trabalhadores a finalidade declarada neste artigo, entretanto, de imediato, *objetiva em cada favela do Distrito Federal, congrega todos os seus moradores em “Centros de Trabalhadores Favelados”, de modo que estes “Centros”, filiados à “União dos Trabalhadores Favelados”, pela força do número, imponham aos que os governos (sic) e aos que os oprimem e exploram respeito e atendimento aos direitos que os trabalhadores têm a uma existência digna, em casas decentes, com escolas próximas, calçamento e urbanização dos morros que habitam, que serão desapropriados, se de propriedade particular, neles instaladas cooperativas de fornecimento de gêneros alimentícios a preços acessíveis, assistência jurídica e médica, água, Luz, esgoto e telefone*”<sup>165</sup> (itálico meu).

Se, de um lado, não foi possível verificar se o projeto de estatuto foi aprovado nos mesmos termos em que constava na documentação apreendida pela Divisão de Polícia Política e Social (DPS)<sup>166</sup>, de outro, não é difícil verificar que a diretriz da propagação dos Centros de Trabalhadores Favelados não demorou a ser posta em prática. Já na reunião de oficialização da fundação da UTF, realizada em 21/04/1954<sup>167</sup>,

---

<sup>164</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol.1. Op. Cit. p.15. “‘Que o número de nossos Membros seja ilimitado.’ Esta é a primeira das ‘diretrizes’ da Sociedade Londrina de Correspondência (*London Corresponding Society*), assim citada pelo seu Secretário, ao iniciar correspondência com uma sociedade similar em Sheffield, em março de 1792” (itálico da edição consultada).

<sup>165</sup> “Projeto de estatutos da UTF”. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.28. A ortografia das fontes primárias citadas foi atualizada de acordo com as normas atualmente vigentes.

<sup>166</sup> Apesar de não haver informações precisas acerca da aprovação, ou não, dos estatutos, é certo que a versão levada à assembleia de fundação da UTF – da qual o trecho citado foi extraído – havia sido inicialmente elaborada pelo advogado Magarinos Torres, sofrendo diversas alterações a partir de sugestões apresentadas por moradores do Borel. “Ata de organização da União dos Trabalhadores Favelados”. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.219.

<sup>167</sup> Em seu livro de memórias, um dos mais ativos dirigentes da União dos Trabalhadores Favelados no Borel afirmou que a fundação da UTF teria se dado em 21/04/1952. Entretanto, diversos episódios situados – dentre eles, a reunião de fundação – por ele nesse ano aparecem na documentação por mim consultada (tanto os periódicos, quanto os documentos produzidos pelo próprio movimento de favelados)

estavam presentes, além dos moradores do Borel, detonadores e anfitriões do processo de constituição da entidade, representantes de outras sete favelas: Salgueiro, Formiga, Mangueira, Santa Marta, Macaco, Esqueleto e Coelho Neto<sup>168</sup>. Nos três primeiros meses do ano seguinte, pelo menos mais seis favelas (Providência, Candelária, Jacarezinho, Juramento, Macedo Sobrinho e Alemão) também já contavam com suas respectivas organizações de trabalhadores favelados, ampliando o raio de ação da UTF<sup>169</sup>.

Mesmo em 1956, quando já estavam decorridos dois anos da fundação da UTF, a entidade continuava a demonstrar fôlego, com a instalação de novas entidades de base, como nos casos do Morro da Catacumba, da favela da Baixa do Sapateiro e do Morro do Telégrafo<sup>170</sup>. Outro dado capaz de demonstrar a abrangência da UTF foi divulgado em princípios de 1958, quando a UTF registrou legalmente seus estatutos, os quais foram assinados por representantes de 42 núcleos de base<sup>171</sup>. A presença de 33 desses núcleos nas comemorações de seu quinto aniversário, no ano seguinte, evidenciaram que na maior parte dos casos, não se tratava de filiações meramente formais, havendo, pelo contrário, larga participação de seus membros das mais diferentes favelas na vida da entidade<sup>172</sup>. Além disso, mesmo um jornal marcadamente liberal, como o *Correio da Manhã*, não se furtou a reconhecer que “logo, milhares de favelados passaram a fazer parte (...)”<sup>173</sup> da UTF. Essas breves menções à sua vitalidade, no entanto, não implicam na afirmação de que a União exercesse, nos anos mencionados, um monopólio no

---

como tendo ocorrido em 1954. **GOMES, Manoel.** *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Muro, 1980. pp.17-21. Os Leeds, por sua vez, afirmam que a fundação UTF remontaria ao período compreendido entre os anos de 1946 e 1948, sem, no entanto, citar qualquer fonte capaz de asseverar a veracidade dessa informação. **LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth.** “*O Brasil e... Op. Cit.*”. p.116.

<sup>168</sup> “Fundada a União dos Trabalhadores Favelados”. *O Dia*. Rio de Janeiro. 22/04/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.34.

<sup>169</sup> “Jornal e sede própria vão ter os favelados”, “Comício na favela do Juramento”, “Festa no Morro Macedo Sobrinho” e “Feijoada no Morro do Alemão”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 11/01/1955, 15/01/1955, 13/02/1955 e 22/03/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.98-99; 102; 134. Nísia Lima menciona ainda a incorporação pela UTF das entidades de outras quatro favelas (Rocinha, Santo Antônio, Turano – então também chamado de Morro da Liberdade – e Matta Machado), embora não especifique as fontes nas quais constam essas informações, que não consegui localizar no material que pesquisei. **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados do Rio de Janeiro – políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989. p.105.

<sup>170</sup> “Instalado no Morro da Catacumba o Centro dos Trabalhadores Favelados”, “Mais um Centro de Trabalhadores Favelados” (na coluna “Morros e Favelas”) e “Telégrafo: um morro escolhe o futuro”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 10/01/1956, 27/04/1956 e 19/08/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF. fls.171; 130; 91.

<sup>171</sup> “Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados”. Registrado sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958. pp.11-14.

<sup>172</sup> “Alvorada com 21 tiros na favela do Morro do Borel em homenagem a Tiradentes”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 22/04/1959. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF. fl.49.

<sup>173</sup> “Elementos subversivos invadem a escola”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 15/04/1958. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF. fl.11.

campo da aglutinação associativa dos favelados cariocas, uma vez que se tratava de um momento de intensa ebulição política desse segmento da população. A mesma UTF, tampouco, pode ser destacada em termos de pioneirismo. Embora não haja um consenso consolidado entre os estudiosos acerca de qual teria sido a primeira organização formalizada de moradores de favelas, nada indica que o papel de estopim desse associativismo tenha cabido à mencionada União. Qual seria, então, a razão para que uma análise da mobilização política dos favelados centrasse seu foco na trajetória da UTF?

A resposta a essa pergunta comporta dois elementos centrais. Em primeiro lugar, havia o já destacado apelo à fundação de entidades locais (os Centros de Trabalhadores Favelados), que se congregariam numa União, incumbida de articulá-las para uma intervenção política unificada, constituindo essa articulação uma proposta, aí sim, pioneira. Nos termos em que foi apresentada pela UTF, a aproximação proposta assentava-se em algo mais do que o cálculo puramente pragmático de que atuando em conjunto, os moradores das diferentes favelas teriam mais probabilidades de ver suas pautas atendidas, do que se lutassem isoladamente. É justamente nesse ponto que aparece o segundo termo da resposta à questão colocada: a proposição dos fundadores da UTF baseava-se na concepção de que os moradores das favelas do Rio de Janeiro encontravam-se numa situação social comum, que ultrapassava o aspecto das condições de moradia. Não à toa, no próprio nome da instituição figurava o termo “trabalhadores”, que aparecia ali de forma a indicar o sujeito ativo da união desejada, sendo a condição de favelados uma evidência de sua particularidade dentro de um conjunto mais amplo.

Mais do que pura especulação a partir do nome da entidade, essa interpretação encontra respaldo em um trecho fundamental do seu projeto de estatuto, o caput do artigo primeiro, o qual afirma que

“A UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS é uma Associação Civil, com foro e sede no Distrito Federal, no Morro do Borel, (à rua São Miguel entre os números 300 a 500, próximo à Usina da Tijuca) provisoriamente com a sua Secretaria à rua Conde de Bonfim, 1381 (Usina da Tijuca) e tem como finalidade congregar todos os trabalhadores, sem distinção de crenças religiosas, credos políticos, filosófico ou partidos, raça, nacionalidade ou sexo, que em face das condições econômicas existentes no Brasil, vêm-se **na contingência de morar em barracões ou choças, nos terrenos baldios da Capital da República**, levando existência de párias da sociedade, muitos emigrados de terras de cultura, pela miséria e abandono dos governos, de modo que, unidos, consigam impor aos que socialmente os

oprimem, a prevalência do irrecusável direito a uma existência condigna, nos termos da Constituição Brasileira” (negrito meu)<sup>174</sup>.

De acordo com o texto, o morar na favela não aparece como traço definidor prioritário da posição social daqueles que deveriam compor as fileiras da organização. Sua condição é, antes, determinada pelo pertencimento ao grupo dos trabalhadores, sendo a vida na favela resultado, em seus próprios termos, de uma *contingência* que os particulariza, embora não os difira substancialmente, dentro do conjunto de trabalhadores. Nesse sentido, se sua condição social não seria definida, em última instância, pela favelização, mesmo que sua luta específica, potencializada pela unidade incentivada pela UTF, superasse parte significativa dos problemas tipicamente enfrentados pelos favelados em seus locais de moradia (falta de serviços e infraestrutura urbana, por exemplo), tais conquistas não alterariam necessariamente o fundamento dessa condição, mantendo inalterado seu pertencimento à classe trabalhadora.

De certa forma, a posição de que a UTF representa um marco fundamental para a compreensão da história dos movimentos de favelados não se reveste de completa originalidade, uma vez que outros autores já sinalizaram esse caminho. Maria Lais Pereira da Silva, por exemplo, afirmou que

“Na perspectiva dos favelados, o ano de 1954 – um ano traumático, com os acontecimentos que culminaram com o suicídio de Getúlio Vargas – foi fundamental. Marcou a reorganização do movimento nas favelas, como um movimento social que redefinia as relações entre as representações dos moradores e os vários atores públicos e privados. Houve uma mudança na forma de movimentação dos favelados diante dos despejos e remoções. Além da organização da União dos Trabalhadores Favelados do Borel, percebe-se a nova qualidade da mediação entre os atores. Uma primeira observação diz respeito à aliança entre grupos de moradores de diferentes favelas para ações comuns, estabelecendo-se uma relação supralocal entre associações e lideranças. Em segundo lugar, intensificou-se a ação de assessorias jurídicas junto às organizações e associações de favelas, bem como a atuação de outros atores que também intensificaram os trabalhos de assessoria. Entre eles, podem-se situar, de forma especial, o trabalho de setores ligados à Igreja Católica identificados com propostas diferentes das defendidas pela Fundação Leão XIII e a ação dos partidos políticos, especialmente do Partido Trabalhista Brasileiro”<sup>175</sup>.

Seu texto também enfatiza como um significativo ponto de corte o fato de a UTF ter propugnado pela aliança dos moradores de diferentes favelas. Entretanto, como

---

<sup>174</sup> “Projeto de estatutos da UTF”. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.28.

<sup>175</sup> SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas... Op. Cit.* pp.132-133.

decorrência do fato de seu trabalho ter se voltado prioritariamente para a compreensão das ações dos diversos agentes analisados (movimento associativo, Estado, empresários do ramo imobiliário) em termos de seus impactos na delimitação do lugar da favela na estrutura urbana, esse veio da análise ficou bastante restrito. Assim, mesmo que na sequência do parágrafo acima citado a autora tenha mencionado o fato de que o movimento dos favelados entabulou sólidos contatos com outros movimentos sociais compostos majoritariamente pelo proletariado, não há uma análise mais aprofundada desse processo de articulação política. Quanto a essa aproximação em relação a outras organizações e movimentos, conclui ela apenas que “a mobilização dos favelados refletia as características do período”<sup>176</sup>.

Rafael Soares Gonçalves e Mauro Amoroso, por outro lado, sinalizaram claramente que a fundação da UTF representava um esforço de construção de uma consciência classista em meio aos favelados, como pode ser comprovado pela leitura do seguinte extrato de seu texto:

“Um aspecto importante que a diferenciava das demais associações de moradores era a estratégia de mobilizar a população não somente a partir de sua identidade territorial, mas também através da construção de uma consciência de classe. Não se tratava somente de favelados, mas também de trabalhadores. Identidade importante em tempos de trabalhismo, quando a cidadania era controlada e negociada segundo as anotações da carteira de trabalho”<sup>177</sup>.

Em sua abordagem, a construção da consciência de classe aparece como um esforço emanado fundamentalmente da UTF<sup>178</sup>, a partir de onde poderia se espalhar para o restante dos favelados, acionando uma das muitas identidades sociais disponíveis para esse grupo social, a qual poderia se tornar um mecanismo para assegurar “(...) aos seus moradores os mesmos direitos dos demais cidadãos”<sup>179</sup>. Sua investigação, portanto, estabeleceu uma compreensão da atuação da União como um momento de um processo

---

<sup>176</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.133.

<sup>177</sup> **GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro.** “*Da luta pelos direitos ao reconhecimento como dever: as ações e o legado da União dos Trabalhadores Favelados*”. Texto apresentado à Second International Conference of Young Urban Researchers, organizada pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 12-14/10/2011. p.8. Disponível em <http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/viewFile/183/46>. Acesso em 13/07/2012. Essa interpretação também foi sustentada, em linhas gerais, por **FISCHER, Brodwyn.** *A poverty...* *Op. Cit.* pp.285-293.

<sup>178</sup> Bem como dos militantes vinculados a outras entidades que comungassem de uma posição política similar, como o PCB. **GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro.** “*Da luta...* *Op. Cit.*”. p.10.

<sup>179</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.9.

amplo de alargamento da cidadania acessível especificamente ao conjunto dos favelados.

Ainda mantendo o foco da análise fechado em torno dos favelados da UTF, Nísia Lima também enfatizou o caráter classista da União dos Trabalhadores Favelados, reconhecido pela afirmação de que “(...) era enquanto trabalhadores, que não dispunham de outra forma de moradia, que se construía a organização”<sup>180</sup>, além de apontar para a articulação da União com outras instituições criadas e mantidas pela classe trabalhadora, como, por exemplo, os sindicatos e as escolas de samba<sup>181</sup>. A preocupação central de sua pesquisa, no entanto, foi articulada em torno da interrogação do papel do que denominou “agentes externos” – como partidos políticos, entidades da sociedade civil, etc – no processo pelo qual as “contradições urbanas” foram expressas em “reivindicações”, originando “movimentos sociais” dos favelados cariocas entre os anos de 1954 e 1973<sup>182</sup>.

Nesse capítulo, buscarei sustentar uma interpretação da trajetória da UTF distinta das acima elencadas. Servindo-me do acúmulo de informações e interpretações cristalizado na bibliografia já existente acerca do tema, bem como de um arco variado de fontes primárias, argumentarei que é possível compreender o sentido da atuação da UTF como parte integrante de um processo amplo de fortalecimento da consciência da classe trabalhadora carioca como um todo, e não apenas de sua porção favelizada. De acordo com esse ponto de vista, importa, sobretudo, enxergar a UTF – bem como o PCB e o advogado Magarinos Torres – não como agentes últimos desse processo. As intervenções dessas instituições e os militantes e intelectuais a elas ligados devem aparecer, simultaneamente, como produtos dessa mobilização política da classe trabalhadora – que, em sua parcela favelizada, já datava de décadas – e como elementos capazes de dinamizar, com participação de parcelas da própria classe, o seu desenrolar.

## ***2.2- O acúmulo de experiências de luta anterior à UTF.***

A rápida transformação das favelas em um problema por parte dos poderes públicos, ainda no final do século XIX, teve como uma de suas consequências o início

---

<sup>180</sup> LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.112.

<sup>181</sup> IDEM. *Ibidem.* pp.112-113.

<sup>182</sup> Danielle Bittencourt, em trabalho bem mais recente, também enfatizou a exterioridade da relação entre os favelados organizados sob o manto da UTF e “(...) grupos de profissionais liberais não moradores do morro, políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do PCB (...)”. BITTENCOURT, Danielle Lopes. *“O morro é do povo...”*. *Op. Cit.* p.97.

das diligências dos moradores dessas áreas com o objetivo de garantir sua permanência. Alguns moradores do morro de Santo Antonio, por exemplo, já em 1897 enviavam cartas à municipalidade, buscando evitar despejos, com base em três ordens principais de argumentos (sua pobreza, sua retidão moral e a proteção que recebiam de altos oficiais do exército)<sup>183</sup>.

Apesar desses esforços, os moradores do Santo Antonio continuariam, ao longo das décadas seguintes da Primeira República, como um dos principais alvos das tentativas de remoção de favelas, ao lado dos habitantes do morro da Providência, quase sempre por justificativas que mesclavam razões de ordem higiênica e criminal. Muitas dessas tentativas chegaram, inclusive, a se concretizar, com a destruição, em vários momentos, de inúmeros barracos em ambas as favelas. De acordo com Romulo Mattos, uma das principais formas de resistência dos moradores a essas investidas teria sido a reconstrução dos barracos demolidos, o que, evidentemente, dava azo à retomada da disputa em momentos subsequentes. Para além disso, os favelados das duas localidades mobilizaram também outras formas de luta em prol de sua permanência, como o acionamento da Justiça e a realização de passeatas, muitas das quais incluíam em seus roteiros passagens por redações de jornais, os quais poderiam conferir maior publicidade à sua causa<sup>184</sup>. Por fim, já nos últimos anos da Primeira República, os favelados iniciaram a constituição de associações próprias, voltadas para a luta pela melhoria de suas condições de moradia. Em 1925, por exemplo, foi fundado o Centro Político de Melhoramentos do Morro do Pinto<sup>185</sup>.

De acordo com Brodwyn Fischer, apesar da continuidade de ações de remoção pelo poder público, os anos 1930 marcam o início de outras formas de ofensiva contra a permanência de determinadas favelas cariocas, com destaque para as iniciativas de proprietários privados (legítimos ou grileiros) de terrenos ocupados pelos favelados para despejá-los<sup>186</sup>. Diante dessas ameaças, os favelados passaram, aproveitando-se da nova forma paulatinamente assumida pelo Estado ao longo da Era Vargas, a enviar

---

<sup>183</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. *Les favelas...* Op. Cit. pp.36-38.

<sup>184</sup> MATTOS, Romulo Costa. “Tentativas de remoção e resistência dos moradores de favelas na Primeira República: a atualidade de uma história”. In: Anais do VII Colóquio Internacional MarxEngels. Campinas: UNICAMP, 2012. pp.2-6. Disponível em [http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/index.php?texto=mesa](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/index.php?texto=mesa). Acesso em 10/02/2013.

<sup>185</sup> GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. “A centralidade da UTF na reconstrução da memória dos movimentos associativos de moradores nas favelas cariocas”. In: Anais do XI Encontro Nacional de História Oral. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. p.3. Disponível em <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares#M>. Acesso em 10/02/2013.

<sup>186</sup> FISCHER, Brodwyn. *A poverty...* Op. Cit. p.261.

telegramas, memoriais, cartas, abaixo-assinados e outros documentos a autoridades, como o presidente, prefeitos, ministros, etc, solicitando intervenções em seu favor. Frequentemente, as justificativas que embasavam as solicitações feitas giravam em torno de serem os moradores ameaçados de despejo pobres, ou trabalhadores, ou ainda membros devotados da nação (sendo os dois últimos elementos especialmente importantes no discurso ideológico que sustentava os regimes varguistas, especialmente o Estado Novo), etc<sup>187</sup>. Conforme afirmou Bittencourt,

“Por meio de cartas ou telegramas, os trabalhadores (assalariados ou não), entre os quais incluo os moradores de favelas, recorriam às imagens e aos discursos de inclusão social construídos pela propaganda varguista – em um telegrama, os moradores do Morro de Santo Antônio mencionaram o ‘espírito lúcido’ e a ‘bondade’ de Vargas – para estruturar seus apelos, que iam desde interferência e proteção em casos de disputas de terras, solicitações por emprego, iluminação pública, retorno de linhas de bonde desativadas, aumento de salário, inauguração de obras e até pedidos de liberdade em caso de prisão”<sup>188</sup>.

O recurso a esse tipo de canal reivindicativo não implicou, contudo, no abandono de outras ferramentas já anteriormente usadas, como a apelação aos tribunais – essas, no entanto, ganhavam, paulatinamente, maior sofisticação, desembocando, por exemplo, no requerimento de usucapião apresentado por um morador do Salgueiro, em 1933<sup>189</sup> – e a solicitação de divulgação por parte de periódicos da grande imprensa, conforme o fizeram os moradores da Rocinha ao *Diário de Notícias*, em 1934<sup>190</sup>. No mesmo momento, emergiam iniciativas que apontavam para a continuidade dos intentos dos favelados de montarem suas associações. No morro de São Carlos, por exemplo, a as lutas iniciadas em 1932 contra uma ordem de despejo coletiva desembocaram, em 1937, na proposta de criação da Sociedade dos Trabalhadores Humildes do Morro de São Carlos<sup>191</sup>.

Nem todas as lutas pela permanência de favelados, no entanto, foram conduzidos por meio de mecanismos de ação independente dos moradores. Na Barreira do Vasco, por exemplo, a carta enviada, em março de 1945, ao prefeito Henrique Dodsworth

---

<sup>187</sup> Análises mais detalhadas dos teores de alguns desses documentos podem ser encontrados em **IDEM**. *Ibidem*. pp.235; 261-262.; **BITTENCOURT, Danielle Lopes**. “O morro é do povo...”. *Op. Cit.* pp.59-60; 69-70; 77-78.

<sup>188</sup> **BITTENCOURT, Danielle Lopes**. “O morro é do povo...”. *Op. Cit.* p.59.

<sup>189</sup> **SILVA, Maria Lais Pereira da**. *Favelas cariocas...* *Op. Cit.* pp.199-200 (nota 263). Alguns dos casos de disputas judiciais envolvendo favelas no período 1933-1954 foram sintetizados em **BITTENCOURT, Danielle Lopes**. “O morro é do povo...”. *Op. Cit.* p.77.

<sup>190</sup> **BITTENCOURT, Danielle Lopes**. “O morro é do povo...”. *Op. Cit.* p.79.

<sup>191</sup> **SILVA, Maria Lais Pereira da**. *Favelas cariocas...* *Op. Cit.* pp.112-120.



pedindo-lhe que impedisse o despejo de 50 famílias havia sido elaborada por Atila dos Santos Couto. Em sua pesquisa, Fischer descobriu que Couto nada mais era do que um “empreendedor da favela”, o qual se apresentava como administrador de terras públicas, com o fito de cobrar aluguéis dos residentes da área, estando, portanto, vivamente interessado em manter a rentabilidade de seu negócio<sup>192</sup>.

Pouco após a redemocratização que se seguiu à queda de Vargas no final de 1945, intensificaram-se as batalhas em torno das favelas cariocas<sup>193</sup>, ao mesmo tempo em que se complexificavam os interesses envolvidos nessas disputas. Ao lado dos “empreendedores das favelas”, que atuavam há décadas promovendo a ocupação de diversas áreas, passaram a envolver-se diretamente com o tema uma série de políticos, os quais enxergavam aí possibilidades de constituição de nichos eleitorais<sup>194</sup>. Aproveitando-se desse cenário, os moradores de diversas favelas passaram a lhes endereçar requisições para a realização de obras de infraestrutura urbana, que poderiam melhorar suas condições de moradia e de vida<sup>195</sup>.

O aprofundamento nessa frente de atuação não significou, entretanto, o término do enfrentamento das ameaças de despejo. Pelo contrário, o progressivo envolvimento dos comunistas (fosse no cotidiano da organização da luta – o que resultou no impulso à fundação de mais entidades específicas dos favelados<sup>196</sup> – ou em ações no âmbito da Câmara Municipal) com as lutas dos favelados e a radicalização de suas demandas – o que foi expreso, por exemplo, pela reivindicação dos moradores do Turano de que fosse conduzida uma investigação para determinar a validade dos títulos de propriedade da área<sup>197</sup> – resultou, principalmente nos anos de 1947 e 1948, numa explosão de tentativas de despejo. Tais tentativas derivavam tanto da ação de proprietários privados, quanto dos órgãos sob a responsabilidade do presidente Eurico Dutra e do prefeito

---

<sup>192</sup> **FISCHER, Brodwyn.** *A poverty... Op. Cit.* pp.239-241.

<sup>193</sup> A corroborar essa assertiva, podem ser citados, por exemplo, os casos das seguintes favelas: do Morro dos Prazeres, do Turano, da Ladeira dos Tabajaras, da Rua Ati, da Catacumba, do Morro da Coroa, do Marechal Mallet e do Jacarezinho, dentre outros. **PINHEIRO, Marcos César de Oliveira.** *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. pp.86-88.; **FISCHER, Brodwyn.** *A poverty... Op. Cit.* pp.271-282.

<sup>194</sup> Provavelmente, a favela que melhor expressava, naquela conjuntura, esse cruzamento de agentes e interesses em torno da permanência desse tipo de área era a do Jacarezinho, não por acaso a primeira a ter obtido a desapropriação de suas terras em favor dos moradores, com decisiva atuação de parlamentares e advogados não organicamente vinculados à classe trabalhadora. **IDEM.** *Ibidem.* pp.271-276.

<sup>195</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.266-267.

<sup>196</sup> **BITTENCOURT, Danielle Lopes.** “O morro é do povo...”. *Op. Cit.* pp.80-84.

<sup>197</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.83-84.

Mendes de Moraes, fortemente inclinados à adoção de soluções repressivas em relação às favelas<sup>198</sup>.

Nesses embates que prosseguiram pelos anos subsequentes, os favelados continuavam a empregar suas antigas táticas, como o envio de telegramas a autoridades (quase sempre, enfatizando, ainda, sua pobreza, mas também a condição de trabalhadores, chegando a evocar, em alguns casos, um direito à cidade<sup>199</sup>). A elas, adicionaram, porém, a prática de realizar, em última instância, grandes manifestações públicas em frente a sedes dos poderes da República, como fizeram, em 1951, os moradores do Morro do Simão junto à Câmara Municipal<sup>200</sup>. Por vezes, quando todos os mecanismos acionados falhavam em produzir resultados favoráveis e os despejos tornavam-se iminentes, era empregada até mesmo a resistência física às investidas dos encarregados de executá-los. Ainda na conjuntura do pós-redemocratização, ações diretas mais ousadas passaram a ser frequentes também para a obtenção de serviços urbanos ausentes de certas favelas, como testemunham as diversas instalações clandestinas de bicas d'água levadas a cabo pelos favelados<sup>201</sup>.

Portanto, ao se aproximarem os anos intermediários da década de 1950, os favelados cariocas já contavam com vasta experiência de luta em favor de sua permanência e pela obtenção de melhorias urbanas. No bojo dessas lutas, já haviam desenvolvido uma série de mecanismos de atuação e concepções acerca de seu lugar na sociedade, de quais seriam seus direitos, de quem seriam seus aliados, etc. Conforme tentarei demonstrar no restante desse capítulo, alguns desses mecanismos e concepções foram descartados, ao passo que outros foram apropriados pelas mobilizações conduzidas pela UTF, sendo alguns deles reelaborados e integrados a uma nova forma de abordar a questão das favelas cariocas.

### ***2.3- A fundação da UTF: das lutas contra a expropriação à constituição de uma solidariedade interfavelas.***

Considerando-se esse longo histórico de disputas opondo favelados a agentes privados ou ao Estado em disputas quanto à possibilidade, ou não, de sua permanência

---

<sup>198</sup> FISCHER, Brodwyn. *A poverty... Op. Cit.* pp.264-265.

<sup>199</sup> IDEM. *Ibidem.* pp.268-270.

<sup>200</sup> IDEM. *Ibidem.* pp.267-268; BITTENCOURT, Danielle Lopes. “O morro é do povo...”. *Op. Cit.* pp.74-75; 90.

<sup>201</sup> FISCHER, Brodwyn. *A poverty... Op. Cit.* p.268; BITTENCOURT, Danielle Lopes. “O morro é do povo...”. *Op. Cit.* p.81

nos terrenos que ocupavam, é possível afirmar que a UTF surgiu numa conjuntura de novo crescimento das tentativas de despejo, principalmente, por parte de proprietários privados. Com efeito, no momento da fundação da entidade, os moradores do Borel já se encontravam há alguns anos em um ferrenho embate pelo reconhecimento do direito de permanência nos terrenos por eles ocupados. A fase mais aguda dessa disputa, entretanto, foi alcançada justamente nos primeiros meses de 1954, quando um processo de despejo judicial foi movido pela empresa Seda Moderna, subsidiária da imobiliária Borel Meuron, que lançara empreendimentos nos arredores do morro e adquirira os terrenos do Borel de um suposto proprietário anterior<sup>202</sup>. Diante dessa ofensiva, a UTF apareceu como uma direta resposta organizativa aos problemas enfrentados pelos moradores daquela e de muitas outras favelas. Afinal, ameaças de despejo, insegurança quanto à permanência no local de moradia e embates com indivíduos, órgãos estatais e empresas que se afirmavam proprietários de terras ocupadas por favelas não constituíam uma experiência singular dos “borelados”. Nos dois meses seguintes à fundação da entidade, é possível localizar indícios de que moradores de, pelo menos, outras quatro favelas (Dendê, União, Santa Marta e Timbaú) enfrentassem disputas similares. Em todas elas, militantes e/ou núcleos de base vinculados à UTF já se encontravam participando ativamente da organização da resistência<sup>203</sup>.

Essa rápida difusão e o grande fortalecimento da UTF constituem, aliás, uma importante evidência de que a nova entidade teria uma ampla capacidade de potencializar lutas da classe trabalhadora favelizada já em curso, parte das quais foi inventariada no tópico anterior. Em termos teóricos, sua fundação num momento de intensificação das ofensivas contra os favelados corrobora os apontamentos de Thompson acerca da condição da luta de classes como palco para o desenvolvimento da consciência de classe, descartando a possibilidade de que a formação da classe e sua consciência constituíssem processos a-históricos e sublinhando a natureza relacional desses conceitos<sup>204</sup>. Assim, ao recrudescimento da ofensiva contra os trabalhadores favelizados, expresso pelo crescimento vertiginoso do número de ações judiciais para desocupação de terras, gerando aquilo que Rafael Gonçalves denominou, a partir de

---

<sup>202</sup> **GOMES, Manoel.** *As lutas...* Op. Cit. pp.13-15.; **FISCHER, Brodwyn.** *A poverty...* Op. Cit. pp.282-283.

<sup>203</sup> “Desapropriado ontem o Morro de Santa Marta”, “‘Lar Para Todos S.A.’ quer tomar o lar de todos”, “Jorge Turco quer despejar os favelados de Coelho Neto” e “Comício no Morro”. *Imprensa Popular.* Rio de Janeiro. 06/05/1954, 26/05/1954, 13/06/1954 e 17/06/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: DPS, fls.1-4.

<sup>204</sup> **THOMPSON, Edward P.** “*Algumas observações sobre classe...* Op. Cit.”. pp.273-276.

registros do período, “indústria da expropriação”<sup>205</sup>, corresponderia uma iniciativa organizativa capaz de elevar a resistência dos moradores desses terrenos a um novo patamar. Ainda que não dê conta da totalidade dos processos movidos naquela década, um instantâneo desse quadro foi apresentado pelo senador Moura Brasil (PSD), em 1956, ao propor um projeto de lei prevendo o congelamento dos despejos de todos os favelados por um ano. De acordo com seus cálculos,

“Ainda agora (...) estão ameaçados de despejo judicial ou administrativo, no Distrito Federal, cerca de cem mil moradores de mais de uma dezena de favelas, entre as quais a da Praia da Moreninha, Arará, Pau Fincado, Pau Rolou, Parque Proletário, Quinta do Caju, Timbaú, Morro do Borel, Vintém, Santa Marta, União, Jacarezinho e Marés”<sup>206</sup>.

Esse aumento, por sua vez, foi condicionado por dois processos analisados no capítulo 1. De um lado, o avanço das atividades no mercado imobiliário – especialmente na Zona Sul da cidade – impulsionou processos de despejo objetivando tanto a completa remoção dos favelados para edificar empreendimentos voltados para as camadas de renda mais elevada, como no caso do Borel, quanto extrair dos favelados pagamentos de aluguéis, tal como ocorreu no morro da União<sup>207</sup>. De outro lado, igualmente importantes foram as obras tocadas pelo poder público com o fito de adequar a estrutura urbana à nova anatomia da acumulação capitalista, de fundo monopolista, em plena implantação, especialmente a partir de 1956. Essa foi a situação enfrentada, por exemplo, pela favela do Esqueleto, que se situava no local onde seria construída a Avenida Radial-Oeste, parte fundamental do projeto de preparação da cidade para o predomínio do transporte rodoviário em meio ao crescimento exponencial da indústria automobilística sediada no Brasil<sup>208</sup>.

Diante desse quadro, a entrada em cena da UTF representou a afirmação de um novo padrão de enfrentamento das ofensivas dos agentes do capital pelos trabalhadores favelados, enfatizando sua dimensão política, mais do que os aspectos técnicos envolvidos nas disputas pela posse de terras. Se, evidentemente, foram mantidas as

---

<sup>205</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. *Les favelas...* Op. Cit. pp.132-135.

<sup>206</sup> “Projeto impedindo ações de despejo nas favelas”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 04/01/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.169.

<sup>207</sup> O primeiro caso é descrito em “Novamente em foco a favela do morro do Borel”. *A Noite*. Rio de Janeiro. 24/06/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.51.; ao passo que o segundo aparece em “Teve início o despejo no Morro da União”. *Radical*. Rio de Janeiro. 11/03/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.117.

<sup>208</sup> “Os moradores da Favela do Esqueleto não querem ser enterrados na lama”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 21/07/1957. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fls.65-66.

ações no campo judicial, as mesmas passaram a ser, cada vez mais, acompanhadas de intensas mobilizações nos espaços públicos, com destaque para as sedes de órgãos governamentais, tanto do Executivo, quanto do Legislativo. Tais manifestações expressavam claramente a compreensão de que o aparato judiciário era suscetível a eventos “externos” e buscavam contrapor à pressão exercida pelos contatos e recursos financeiros dos supostos proprietários dos terrenos, a publicização da causa dos favelados como forma de pressionar os magistrados a decidirem a seu favor.

Cerca de 15 dias após a fundação da entidade, moradores do morro Santa Marta, por exemplo, já realizavam um enorme ato no pátio do Palácio Guanabara. A pressão dos presentes – estimados por *O Jornal* em três mil – conduziu o prefeito (Dulcideo Cardoso, que chegou a receber uma comissão dos favelados) a “sancionar o projeto do vereador comunista Aristides Saldanha” pela desapropriação do local, garantindo o direito de moradia dos 5.000 residentes<sup>209</sup>. No mais espetacular desses atos – o qual demonstra a radicalização dos favelados em relação aos atos públicos realizados no momento anterior ao advento da UTF –, entre dois e três mil favelados do morro da União ocuparam, com grande repercussão na imprensa, a Câmara de Vereadores por mais de 24 horas para demandar a aprovação de um projeto de lei que previa a desapropriação, em seu favor, dos terrenos onde residiam. Também nesse caso, a pressão exercida pelos favelados produziu resultados positivos, ao menos num primeiro momento, tendo-se em conta que o projeto foi aprovado<sup>210</sup>.

Rapidamente, a articulação de moradores de diversas favelas no âmbito da UTF passou a se refletir mais diretamente na anatomia desses atos públicos. Embora as mobilizações isoladas não tenham sido abandonadas, passaram a ter a companhia de manifestações organizadas conjuntamente por favelados de diferentes localidades, que se articulavam para defender suas causas em parceria, fossem elas diretamente relativas às ameaças de despejo, ou não. Ainda em junho de 1954, os moradores dos morros do Borel e de Santa Marta participaram juntos de protestos nas Câmaras Municipal e Federal denunciando o espancamento de “borelados” pela polícia e demandando a aplicação da legislação que previa a desapropriação das terras do Santa Marta em favor

---

<sup>209</sup> “Desapropriado ontem o Morro de Santa Marta”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 06/05/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.35.

<sup>210</sup> “Protesto da Favela da União”, “Inédito no Brasil: dois mil favelados ocupam a Câmara” e “Os favelados do Morro da União”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 01/07/1954, 02/07/1954 e 03/07/1954.; “Favelados ocupam a Câmara”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 02/07/1954.; “‘Ocupada’ a Câmara dos Vereadores”. *O Jornal*. Rio de Janeiro. 02/07/1954.; “Vergonhoso!”. *O Mundo*. Rio de Janeiro. 02/07/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.57-62.

dos moradores<sup>211</sup>. Posteriormente, por fim, se tornaram recorrentes tanto a formulação de demandas comuns por moradores de diferentes favelas, quanto as manifestações de solidariedade em relação a embates que, em termos imediatos, diziam respeito diretamente apenas a uma favela específica. Assim, em janeiro de 1956, quando moradores da Favela da Cachoeirinha foram protestar junto ao Comandante da Polícia Municipal por terem sido alvo de disparos efetuados por policiais a soldo do que consideravam ser grileiros, tiveram o apoio “(...) de uma comissão de trabalhadores favelados, constituída de representantes do Morro do Borel, Cabritos, União, Santa Marta, Mangueira, Vintém e João Cândido, que foram levar a solidariedade dos moradores daqueles morros (...)”<sup>212</sup>. Alguns meses depois, por constituir um elemento presente nas experiências da imensa maioria dos favelados daquele período, a violência policial foi tema, também, de um protesto unificado organizado pelos moradores dos morros do Borel, Cabritos, Mata Machado e Catumbi<sup>213</sup>.

Essa solidariedade adquiria ainda mais importância nos momentos em que moradores de determinada favela enfrentavam situações particularmente dramáticas. Dois exemplos ilustram bem essa afirmação. Em primeiro lugar, a disposição dos moradores do Borel em acolherem os favelados desalojados pelo processo de desmonte do Santo Antônio. Evidentemente, estando os moradores do Borel naquela altura ainda envolvidos com ameaças de despejo, o adensamento da população do morro também constituía um fator de fortalecimento de sua luta. Tal fato, no entanto, não deve eclipsar o elemento de solidariedade presente no episódio, uma vez que houve deliberação coletiva em favor da priorização dos oriundos do Santo Antônio na triagem dos novos moradores organizada pelo núcleo local da UTF<sup>214</sup>. Em segundo lugar, o episódio, ocorrido também em 1956, em que alguns barracos da favela Macedo Sobrinho foram destruídos por um incêndio. Inicialmente, o Governo do Distrito Federal, chefiado por Negrão de Lima, teria condicionado o suporte às vítimas do ocorrido à aceitação de seu plano de transferência para outras áreas (Parada de Lucas, Boca do Mato ou Estado do Rio), o que foi rejeitado pelos moradores. Como resposta a essa tentativa de removê-los

---

<sup>211</sup> “800 favelados lutam nas ruas pelo sagrado direito de um lar”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 22/06/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.49.

<sup>212</sup> “São da polícia os facinoras que atiram contra favelados”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 13/01/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.167.

<sup>213</sup> “Protestam os favelados”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 05/05/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.124.

<sup>214</sup> **GOMES, Manoel**. *As lutas... Op. Cit.* p.33. O intrincado processo que culminou com a extinção do Morro de Santo Antônio foi analisado por **AMOROSO, Mauro**. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã*. Curitiba: CRV, 2011. pp.74-106.

de uma área altamente valorizada na Zona Sul da cidade, favelados de outras localidades, como Praia do Pinto, Santa Marta, Rocinha e Cantagalo, entre outras, passaram a angariar donativos e a comparecer à favela para apoiar diretamente a luta dos moradores da Macedo Sobrinho, em parte, provavelmente, pelo receio de serem os próximos alvos de ações desse tipo, uma vez que essas outras favelas também se localizavam na Zona Sul<sup>215</sup>.

Com a menção a esses emblemáticos episódios, é possível afirmar que, em cerca de dois anos, a atuação política dos favelados por meio da UTF cumpriu um importante papel. Em termos de conquistas efetivas, é preciso frisar que esse ciclo teve um saldo dúbio, na medida em que a chamada Lei das Favelas (aprovada no final de 1956, a partir do projeto já citado do senador Moura Brasil) congelou os despejos por apenas dois anos e muitas das desapropriações legalmente conquistadas não foram efetivadas pelos governantes daquele momento histórico.

Por outro lado, é inegável que a UTF permitiu aos favelados galgarem, num curto período, importantes degraus no processo de seu coescionamento e de estabelecimento de relações com outras parcelas do proletariado carioca, ainda que tenha sido, ela mesma, produto de disputas que já estavam em curso quando de sua fundação. Essa cristalização de lutas pretéritas em uma ferramenta organizativa institucionalizada, por sua vez, não implicou no congelamento da movimentação dos favelados no patamar já alcançado. Pelo contrário, a União, ao mesmo tempo em que expressava esse patamar, uma vez fundada, passou a funcionar como um mecanismo de pressão para que ele se deslocasse no sentido da produção da integração das mobilizações dos moradores de diferentes favelas. Para que esse papel pudesse ser cumprido a contento, foi necessário que a entidade fincasse sólidas raízes em meio à experiência cotidiana dos favelados, credenciando-a tanto a funcionar como catalizadora de movimentos de resistência contra ações de despejo, quanto a aproximar desse processo de integração aqueles favelados não ameaçados de perderem suas casas.

#### ***2.4- A capilarização da UTF no cotidiano das favelas.***

A ação da UTF e de seus centros locais não se restringia aos momentos em que o direito dos favelados a permanecerem em seus barracos era contestado, fosse pelo

---

<sup>215</sup> “Negrão proibiu a reconstrução dos lares na favela incendiada”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 24/06/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.104.

Estado ou por particulares. Também em ocasiões mais cotidianas a União buscava participar ativamente da vida dos favelados. Nesse sentido, é importante destacar os esforços de seus militantes no sentido de impulsionar a obtenção do acesso a serviços e a infraestrutura urbana por parte dos moradores das favelas. Em seu projeto de estatutos, essa atuação aparecia no segundo lugar numa hierarquia de importância das tarefas da UTF, imediatamente após a obtenção de garantias de permanência dos moradores, conforme explicita o artigo 19º:

“Conseguida a fixação dos favelados nos terrenos que ocupam, a União providenciará junto aos Governos ou autarquias, a urbanização e construção de casas operárias condignas e higiênicas, água encanada e esgoto, luz, escolas, postos de saúde, estabelecimento fornecedores de gêneros a preços acessíveis, cinemas, campos de esportes, bem como o direito de organizar seu próprio policiamento, com proibição da intervenção de quaisquer outras organizações policiais que não o seja em caso de flagrante delito ou auxílio solicitado”<sup>216</sup>.

Apesar dessa formulação, não há qualquer evidência de que o esforço dos trabalhadores favelados para obterem melhorias nos serviços e na infraestrutura urbana oferecidos em seus locais de moradia só tenha sido desencadeado após a consecução de garantias de sua permanência. Na prática, essas duas dimensões de suas mobilizações coexistiram no tempo. Percebendo essa simultaneidade, Brodwyn Fischer argumentou que o rápido envolvimento dos favelados nas lutas por melhoramentos se deveu não apenas ao seu “valor intrínseco”, mas também ao fato de que “mesmo o menor aparato urbano era visto como um pequeno entrincheiramento, um movimento em direção à urbanidade que tornaria qualquer futura expulsão menos viável”<sup>217</sup>.

Com esses objetivos em vista, muitos dos Centros de Trabalhadores Favelados e mesmo a diretoria geral da União dos Trabalhadores Favelados atuaram na organização de comissões para reivindicar junto “aos Governos ou autarquias” a instalação desses bens nas favelas. De acordo com Kovarick, esse aspecto de sua luta pode ser entendido como resistência à “espoliação urbana”, conceituada como

“(…) o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que

---

<sup>216</sup> “Projeto de estatutos da UTF”. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.31.

<sup>217</sup> Tradução minha para o seguinte trecho: “(...) intrinsic value (...) even the smallest urban convenience was seen as a small entrenchment, a movement toward urbanity that would make any future expulsion less viable”. FISCHER, Brodwyn. *A poverty... Op. Cit.* pp.266-267.



agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho<sup>218</sup>.

Especialmente sensíveis para os favelados eram as necessidades de obtenção de água e de tratamento de esgoto, afinal, em 1960, apenas 32% dos domicílios localizados em favelas tinham algum tipo de acesso (via rede geral, poço ou nascente) à água, e 56% possuíam instalações sanitárias<sup>219</sup>. Assim, em abril de 1955, uma reunião do Centro de Trabalhadores Favelados do morro da Candelária determinou que os moradores cobrariam do Departamento de Água e Esgoto (DAE) a instalação de uma caixa d'água na favela. Em virtude da alegação do responsável pelo órgão de que não havia recursos disponíveis para a obra, os moradores se cotizaram e construíram eles mesmos a caixa. A partir daí, iniciou-se novo processo de pressão sobre o DAE, que deveria realizar as obras de canalização da água para a caixa construída pelos moradores, cujo desfecho não pude verificar<sup>220</sup>. Esse episódio evidencia que a falta de preocupação do Estado com o atendimento das reivindicações mais simples dos favelados conduziu, por vezes, ao abandono da tática de pressionar o Estado a realizar suas atribuições em favor de uma abordagem mutualista dos problemas cotidianos, indicando terem sido alcançados elevados graus de coesão e organização interna.

Se os favelados tinham dificuldades em obter encanamentos, ainda maiores eram os entraves colocados no acesso a serviços que além das obras de instalação, exigiam um processo complexo de manutenção e a atividade constante de funcionários, como o atendimento médico e a educação escolar. Recorrendo uma vez mais aos dados do Censo de 1960, é possível verificar que apenas 40% dos favelados entre 5 e 19 anos encontravam-se matriculados em escolas, sem considerarmos as defasagens existentes entre a idade dos alunos e a série frequentada<sup>221</sup>. Diante desse quadro, a UTF buscou atuar de forma a suprir a lacuna deixada pelo Estado. Entretanto, edificar e garantir o funcionamento de uma escola era uma tarefa muito mais complexa do que construir uma caixa d'água, o que fez com que o número de escolas efetivamente mantidas pela União tenha sido bastante reduzido<sup>222</sup>.

---

<sup>218</sup> KOVARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.59.

<sup>219</sup> IBGE. *Censo Demográfico de 1960... Op. Cit.* p.88 (Tabela 5).

<sup>220</sup> “Uma caixa d'água para o Morro da Candelária”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 06/04/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.144.; “Querem água os favelados do Morro da Candelária”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 01/07/1955. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.210.

<sup>221</sup> IBGE. *Censo Demográfico de 1960... Op. Cit.* p.12 (Tabela 11).

<sup>222</sup> Ainda que prédios tenham sido construídos em algumas favelas para abrigar escolas da UTF, a única que teve, comprovadamente, um funcionamento duradouro foi a do morro do Borel, batizada de Escola do Morena, em homenagem ao militante comunista Roberto Morena, que estivera presente à reunião

Por outro lado, os esforços da União para o fornecimento de atendimento médico aos favelados tiveram resultados mais significativos. Quase sempre valendo-se do expediente da cotização dos moradores, foram abertos postos médicos e ambulatórios nas favelas de Santa Marta, Juramento, Borel, Brás de Pina, Vila Cosmo e Providência, dentre outros<sup>223</sup>. Em uma reunião de núcleos já filiados à UTF, algumas de suas lideranças externaram claramente o entendimento de que, além de atender a uma demanda urgente da população favelada, a construção dos postos de saúde – e o oferecimento de outros serviços – tinha motivações estratégicas, especialmente no sentido de fomentar a aproximação de moradores de outras favelas em relação à União. De acordo com relato do encontro publicado pela *Imprensa Popular*,

“A reunião que contou com a representação das favelas de Santa Marta, Providência, Mangueira, Independência, Salgueiro, Jacarezinho, Esqueleto, Candelária, Formiga e União foi a primeira de uma série de muitas outras, que têm por fim ampliar o campo de ação da U.T.F. A instalação de cada secretaria será feita em meio a uma festa, durante a qual serão eleitas as respectivas diretorias.

Enquanto, porém, isto não se dá, a U.T.F. manterá em cada morro um posto-secretaria, com ambulatório médico, departamento jurídico, departamento cultural e recreativo, etc., dirigidos por diretorias provisórias”<sup>224</sup>.

Apesar dessa intenção explícita dos núcleos já filiados à UTF de se servirem politicamente dos postos de saúde, a pronta aceitação da proposta de cotização pelos favelados de diversos morros torna claro que essa era uma demanda emanada do conjunto dos trabalhadores favelizados, e não uma imposição de sua parcela politicamente mais organizada. Essa disposição dos favelados em trabalhar diretamente para a obtenção dos serviços não oferecidos pelo Estado, entretanto, pode ser vista como uma faca de dois gumes. De um lado, é possível argumentar tratar-se de uma indicação da generalização da percepção desse mesmo Estado como pouco permeável

---

organizatória da fundação da entidade e apoiara suas lutas em outros momentos. “Derrotaram a polícia os moradores do Morro do Borel” e “Os moradores do Morro do Borel impediram um novo despejo”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 05/09/1954 e 07/10/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.72; 77.

<sup>223</sup> “Festa no Morro de Santa Marta”, “Ambulatório no Morro do Juramento” e “Amanhã, festa e inauguração de um posto médico no Borel”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 11/12/1954, 23/01/1955 e 20/04/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.97; 100; 151.; “Posto médico na favela de Brás de Pina”, “Lutarão os favelados da Vila Cosmo pela conquista de suas reivindicações” e “Festa no Morro da Providência”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 08/04/1956, 17/05/1956 e 12/12/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fls.81; 117; 139.

<sup>224</sup> “Serão instaladas secretarias da UTF em todas as favelas”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 02/11/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.89. Independência é o nome que alguns moradores do Borel passaram a utilizar para se referir ao morro, como forma de perenizar sua luta contra os grileiros que tentavam despejá-los. A nova nomenclatura proposta, contudo, não conseguiu se afirmar ao longo do tempo, sendo a favela atualmente ainda conhecida como Borel.

às demandas do proletariado mais pauperizado e estigmatizado. Nesse sentido, essas evidências podem contribuir para relativizar a percepção de que os favelados – e os trabalhadores de modo geral – atuassem guiados primordialmente pela crença na possibilidade de adquirirem uma plena cidadania, entendida como incorporação ao aparato legal-institucional vigente no país. Desse ponto de vista, tais ações deixariam transparecer que embora os favelados reconhecessem as atribuições do Estado num plano teórico, estavam bastante acostumados a uma prática que os privava dos serviços mais básicos. Nesse cenário, uma possível solução para os problemas vivenciados passava pela atividade coletiva da própria classe, mediada por suas práticas e instituições próprias, como, respectivamente, a cotização e a UTF.

Por outro lado, a tomada para si dessas tarefas poderia funcionar como um amortecedor das tensões envolvendo os favelados e os organismos estatais responsáveis pelo provimento dos serviços e da infraestrutura urbana. Essa redução do tensionamento, por sua vez, poderia abrir as portas para que o caráter reivindicativo dos movimentos de favelados fosse, paulatinamente, deixado de lado, sendo substituído por iniciativas cooperativistas também em outras searas, como a própria questão da habitação, absolutamente central na situação dos favelados.

Outra dimensão significativa da experiência coletiva nas favelas dizia respeito às atividades culturais e recreativas. Frequentemente, pesquisadores que se voltam para o estudo dessas atividades e as associações que as mesmas originam o fazem a partir de uma ótica que as desvincula do restante da vida social de seus partícipes. Não por acaso, esses são, na maioria das vezes, rotulados de forma relativamente vaga como membros das “classes populares”. Outros trabalhos, no entanto, perceberam que essas atividades e associações compõem parte significativa da experiência classista dos trabalhadores, não podendo dela ser dissociada. Dentre esses últimos, é possível destacar o livro já citado de Alba Zaluar, o qual apontou, inclusive, para o potencial altamente político das sociedades recreativas. Publicado originalmente nos anos 1980, ou seja, em um contexto político-social distinto daquele aqui analisado, seu estudo concluiu que havia “(...) uma estranha competição, que se expressa às vezes em hostilidade aberta, entre as agremiações carnavalescas, de um lado, e as associações de moradores, do outro”<sup>225</sup>. Por outro lado, conforme percebeu Nísia Lima, na conjuntura de atuação da UTF, essa

---

<sup>225</sup> ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta...* Op. Cit. pp.174-175.

rivalidade não se verificou, tendo predominado uma atitude de forte cooperação entre as entidades dessas distintas naturezas<sup>226</sup>.

Em alguns casos, a própria estruturação dos Centros de Trabalhadores Favelados contou com apoio de associações recreativas, já estabelecidas há mais tempo, como o Centro da Catacumba, que teve sua festa de inauguração realizada na sede do Juventude Atlético Clube<sup>227</sup>. Em outras favelas, mesmo já consolidados os CTF's, a proximidade em relação às associações recreativas era mantida, conforme atesta a presença de representantes do Aurora F.C. e do Centro Cultural do Santo Cristo em festa organizada pela seção da UTF no morro da Providência<sup>228</sup>. É importante salientar que esse não era um esforço de mão única, também havendo sociedades de caráter festivo que se esforçaram para sacramentar uma parceria como a UTF, como a escola de samba do Grêmio Recreativo de Parada de Lucas. Essa escola, já em seu primeiro carnaval, solicitou que a UTF enviasse representantes para compor uma ala própria do desfile que seria regido pelo samba intitulado “Operários Brasileiros”<sup>229</sup>. O “mundo do samba” foi especialmente pródigo em promover aproximações entre as facetas festiva e militante da classe trabalhadora, como demonstra o fato de que o posto da UTF no morro da Formiga foi instalado na sede da Escola de Samba Unidos da Tijuca<sup>230</sup>. Essa aproximação, aliás, tinha raízes bastante antigas, remontando até mesmo ao período da Primeira República, quando membros da então chamada Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café – atual Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro – participaram ativamente da fundação das escolas de samba Deixa Malhar e Portela<sup>231</sup>. Num momento mais próximo ao surgimento da UTF, essa aproximação foi resgatada pela atuação do PCB, principalmente em seu curto período de legalidade, compreendido entre outubro de 1945 e maio de 1947. Para tal, diversos foram os meios empregados, dentre os quais se destacaram a colocação de seu jornal *Tribuna Popular* a serviço da estruturação da União Geral das Escolas de Samba e a organização de um concurso de

---

<sup>226</sup> LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* pp.111-112.

<sup>227</sup> “Instalado no Morro da Catacumba o Centro dos Trabalhadores Favelados”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 10/01/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl. 171.

<sup>228</sup> “Festa no Morro da Providência”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 12/12/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl. 81.

<sup>229</sup> “Primeiro ensaio de ‘Operários Brasileiros’”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 11/11/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl. 92.

<sup>230</sup> LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.111.

<sup>231</sup> ARANTES, Érika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005. pp.132-133.

sambas em homenagem ao Cavaleiro da Esperança (Luiz Carlos Prestes) e à Proclamação da República, que contou com 22 escolas inscritas<sup>232</sup>.

Um bom índice da importância assumida pela questão recreativa para a UTF pode ser localizado em seu esforço de realizar constantes festas que poderiam tanto marcar a instalação de um dos postos médicos, quanto celebrar o aniversário da entidade, ou mesmo não ter qualquer motivação mais específica<sup>233</sup>. Em pelo menos uma ocasião, um show de música popular foi realizado em substituição a um comício proibido pelas autoridades, o que denota a percepção do potencial diretamente político desse tipo de atividade<sup>234</sup>. Indo além, a União buscou não apenas realizar eventos festivos e se relacionar com associações dessa seara, como também fomentar sua criação. Para viabilizar esse intento, em 1954, uma reunião na Praia do Pinto, com 29 presentes, representando sete clubes de futebol (Sete de Setembro, Liberdade, Bandeirante, 1º de Maio, Atlético, entre outros) e uma escola de samba (Independentes do Leblon) deliberou pela organização de um torneio de futebol para levantar fundos para a UTF, especialmente para que essa pudesse iniciar as atividades de seu Departamento Recreativo e Esportivo<sup>235</sup>. Não foi possível determinar se o campeonato de fato ocorreu, mas verifiquei que no mesmo ano, a divulgação de uma das festas da UTF previa a criação da União dos Compositores Favelados, e no ano seguinte foi organizado um bloco carnavalesco para desfilar entre as favelas e no centro da cidade com fantasias e dísticos de protesto, intensificando a atuação recreativa e cultural da UTF<sup>236</sup>.

Numa perspectiva diacrônica, pode-se afirmar que o potencial para a organização dos trabalhadores favelados contido nessas associações de caráter cultural parece ter sido cada vez mais valorizado no âmbito da UTF. Em janeiro de 1957, diversas sedes da UTF foram alvos de batidas policiais justificadas formalmente pelo fato da entidade não estar legalmente registrada – ainda que internamente os policiais

---

<sup>232</sup> **GUIMARÃES, Valéria Lima.** *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular, 1945-1950.* Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009. pp.138-139; 144-145.

<sup>233</sup> “Festa no Morro Macedo Sobrinho” e “Feijoada no Morro do Alemão”. *Imprensa Popular.* Rio de Janeiro. 13/02/1955 e 22/03/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls. 102; 134.; *Documento sem título* [Convite para festa da UTF]. 06/10/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.19.; “1º aniversário da U.T.F.”. *O Dia.* Rio de Janeiro. 21/04/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.152.

<sup>234</sup> “A polícia proibiu o comício no morro de Santa Marta”. *A Notícia.* Rio de Janeiro. 13/07/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.68.

<sup>235</sup> “Departamento recreativo e cultural”. *Imprensa Popular.* Rio de Janeiro. 02/11/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.88.

<sup>236</sup> “Todos os morros aderem a grande festa de domingo” e “Desfilarão os favelados com fantasias, faixas, um boi e um coro feminino”. *Imprensa Popular.* Rio de Janeiro. 15/10/1954 e 19/02/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls. 79; 103.

mencionassem a necessidade de frear as atividades comunistas que supunham serem desenvolvidas no âmbito da União<sup>237</sup>. Uma das condições então estabelecidas para que a UTF deixasse de ser diretamente fustigada por essas ações era o registro como sociedade civil, o que demandava a aprovação e publicação de seus estatutos. Em seu artigo 14º, os estatutos aprovados, os quais foram publicados em janeiro de 1958, afirmavam que

“As associações que já tenham existência legal e que se filiem à UTF, deverão fazer-se representar, por quem os seus Estatutos ou Assembleias designarem, junto ao Conselho da UTF, com voto igual ao dos demais Conselheiros, estabelecendo-se, desde logo, a sua participação nas despesas sociais e o compromisso de orientar a vida associativa pelas deliberações do Conselho da UTF e seguir, em tudo o mais, o disposto nestes Estatutos, desde que não contrariem os seus próprios Estatutos”<sup>238</sup>.

Contrariamente ao projeto de estatutos apresentado em 1954, o documento efetivamente aprovado em 1958 não tornava obrigatória a fundação de Centros de Trabalhadores Favelados para que os moradores de determinada favela passassem a participar dos fóruns da UTF. Ainda que essa possibilidade fosse mantida (expressa nos artigos 12º e 13º, sob o nome de “diretórios”), o artigo acima mencionado abre possibilidade para que outras instituições já existentes desempenhassem o papel de articulação de favelas específicas com o órgão central de coordenação de seus esforços, a UTF. Nas páginas finais dos estatutos, onde figura uma extensa lista de seus signatários, ao lado de dezenas de dirigentes de diretórios, figura também o nome de “Luís Caetano da Silva, Presidente do Clube Esperança, localizado na Rocinha”. Com isso, fica explícito o entendimento de que também as entidades recreativas poderiam desempenhar funções eminentemente políticas, sendo colocadas em condições de igualdade em relação aos diretórios e associações de moradores.

Embora os elementos acima inventariados estivessem de fato presentes no cotidiano das associações recreativas e expressassem aspectos importantes do processo aqui escrutinado, as entidades e atividades recreativas e culturais não devem ser observadas como se constituíssem mera linha de apoio aos elementos mais diretamente

---

<sup>237</sup> “Ofício do Diretor da Divisão de Polícia Política e Social”. 27/12/1956. APERJ. Polícias Políticas. Setor: Administração, 1 – Y/ Cont. Dossiê: 11. fls.1-2.; “Fechada a união dos trabalhadores favelados”. *O Jornal*. Rio de Janeiro. 25/01/1957. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.53.

<sup>238</sup> “Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados”. Registrados sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958. p.8. Agradeço a Mauro Amoroso e Romulo Mattos por fazerem esse documento chegar às minhas mãos.

políticos da experiência, ou suas substitutas em potencial. Por meio das festas, torneios, concursos, shows de música, jogos de futebol organizados a partir dessas entidades, a classe trabalhadora igualmente vivenciava espaços de socialização relativamente autônoma, em que relações distintas da opressão e da exploração típicas do contato com o patronato podiam ser experimentadas. No plano teórico, tais espaços podem ser assimilados ao conceito de *heterotopia*, desenvolvido por Henry Lefebvre com o objetivo de dar conta das tentativas sempre emergentes – e, quase sempre, dissipadas – dos subalternos de apropriarem-se do espaço e da vida urbanos, “frustrando as dominações, desviando-se de seus objetivos”<sup>239</sup>.

Afirmar isso, não implica, evidentemente, sustentar que fossem inexistentes outras formas de opressão, como o machismo, presente, por exemplo, na objetificação das mulheres expressa pelos concursos para eleição de “rainhas”, jamais acompanhadas pela escolha de “reis”<sup>240</sup>. Tal procedimento naturalizava a posição social da mulher, de quem se esperava, dentre outros atributos, que fosse bela, ocultando sua participação em momentos da luta dos próprios favelados<sup>241</sup>. De qualquer forma, nesses ambientes e por meio dessas relações, os elementos de sua visão de mundo, mesmo que por vezes conflitantes, encontravam importantes oportunidades de desenvolvimento coletivo, que poderiam redundar num fortalecimento de sua consciência de classe.

Por fim, cabe ainda lembrar que essas associações e os eventos por ela realizados não funcionavam apenas como fenômenos “comunitários”, no sentido de criar e fortalecer laços unicamente entre os moradores de uma mesma favela. Parte importante do ritual envolvido nessas celebrações era constituída pelo convite àqueles considerados como membro do mesmo grupo, ou classe, fossem eles moradores de outras favelas, ou simplesmente outros trabalhadores. Esse tipo de convocação era

---

<sup>239</sup> LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Trad. de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. pp.61-66.

<sup>240</sup> “Festa no Morro da Providência”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 12/12/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.81.; “Alvorada com 21 tiros na favela do Morro do Borel em homenagem a Tiradentes”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 22/04/1959. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.49.

<sup>241</sup> Exemplo da importância dessa participação feminina pode ser encontrado no livro de Manoel Gomes, em que o autor narra um episódio no qual uma ameaça de demolição da escola da UTF no Borel teria sido debelada pelas mulheres da favela, que constituíam a maioria das pessoas que ali permaneciam durante as manhãs e tardes dos dias úteis, como um “turbilhão avassalador”. GOMES, Manoel. *As lutas... Op. Cit.* pp.28-29.

especialmente frequente nas festas organizadas em favelas onde já estavam implantados núcleos da UTF<sup>242</sup>.

Os muitos elementos relativos à atuação da UTF, e ao movimento dos favelados de modo geral, abordados nesse e no tópico anterior desse capítulo podem ser melhor sistematizados à luz de algumas indicações teóricas de Gramsci. Em seus cadernos do cárcere, o comunista sardo elaborou uma tipologia dos “estágios” da consciência de classe, tal como se segue:

“O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que *deve* ser solidário com outro comerciante (...) isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo [a classe]. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos (...) superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas (...)”<sup>243</sup> (itálico do autor).

Como essa passagem foi redigida tendo em mente o percurso que conduziu à construção da consciência de classe da burguesia, algumas adaptações são necessárias. Nesse sentido, ao pensar no primeiro nível da consciência de classe, denominado econômico-corporativo, a analogia mais imediata nos remeteria aos ramos pelos quais encontram-se distribuídos os trabalhadores, ou mesmo às diferentes categorias profissionais. A partir daí, seria possível pensar como, por exemplo, lutas salariais tocadas por sindicatos constituiriam um típico momento de luta econômico-corporativa. Penso, entretanto, que se a totalidade da experiência social dos trabalhadores é determinada pelas relações de classe em torno das quais se organizam as sociedades<sup>244</sup>, seria igualmente possível argumentar que a consciência do grupo restrito poderia se

---

<sup>242</sup> “Feijoada no Morro do Alemão”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 22/03/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.134.; Documento sem título [Convite para festa da UTF]. 06/10/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.19.

<sup>243</sup> **GRAMSCI, Antonio**. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre Estado e Política. Vol.3. 3ª ed. Trad. de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.41.

<sup>244</sup> **WOOD, Ellen Meiksins**. “Repensar a base e a superestrutura”. In: \_\_\_\_\_ . *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. Trad. de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003. pp.58-62.



constituir em referência ao local de moradia, ou a qualquer outro espaço e/ou condição partilhada. Tal veio analítico parece especialmente profícuo no caso dos favelados, tornados objeto de discursos ferozmente estigmatizadores que enfatizavam seu apartamento em relação a outros segmentos sociais. Sendo assim, parece perfeitamente possível pensar que, especialmente a partir do início da atuação da UTF, os trabalhadores favelados cariocas sentissem a “unidade homogênea do grupo”, ainda que esse não fosse delimitado por critérios profissionais.

Antes de prosseguir, é preciso salientar que a tipologia gramsciana não deve ser entendida como uma sucessão de etapas estanques necessariamente percorridas numa ordem pré-determinada. Trata-se, ao contrário, de um esforço de sistematização de traços articulados de forma bastante complexa em determinados processos históricos reais. A partir dessa compreensão, é possível rumar para o exame do que seriam os demais estágios da consciência, considerando que se referem precisamente ao fato da maioria dos favelados não constituírem uma classe social por si só, fazendo parte da classe trabalhadora, ou proletariado. Com isso, torna-se impossível pensar que essas outras etapas tenham sido superadas isoladamente, o que torna necessária uma análise, ainda que breve, das formas pelas quais a experiência dos favelados transbordava seus locais de moradia, trazendo para esses tanto as vivências estabelecidas em outros espaços, quanto as relações com entidades organizadas a partir de bases não territoriais. Isso não significa, entretanto, que a imersão num processo mais geral de (re)formação de uma classe trabalhadora apagasse traços organizativos e de consciência especificamente referidos ao grupo imediato, seja ele profissional, ou relacionado à moradia. Tal continuidade, por sua vez, atestaria a “sobrevivência” de elementos dos estágios iniciais da consciência naqueles subsequentes, ainda que seu sentido mais amplo pudesse ser modificado pelo contato com os elementos mais “avançados”. Essa simultaneidade, no entanto, manifestava-se, igualmente, no sentido oposto, ou seja, no desenvolvimento de traços dos estágios “superiores” da consciência antes mesmo que os níveis iniciais estivessem plenamente cristalizados, trazendo à tona a mencionada articulação complexa dos estágios da consciência de classe em meio ao seu desenvolvimento histórico concreto.

## ***2.5- A articulação dos trabalhadores favelados com a totalidade do proletariado.***

Na cerimônia de posse da nova diretoria da UTF eleita para dirigi-la a partir de abril de 1963, Manoel Gomes abriu os trabalhos citando, em seu discurso, a ampla colaboração de diversos sindicatos para o sucesso das atividades da UTF<sup>245</sup>. Apesar de sua importância, esse episódio não deve ser interpretado de forma a se imaginar que a presença da experiência sindical no cotidiano dos favelados tenha se restringido ao âmbito da relação entre entidades, pensado como contato com elementos “externos” à favela. Retomando algumas discussões entabuladas no capítulo 1, é importante lembrar que parte significativa dos favelados empregava-se em setores marcados por elevados índices de organização sindical, o que autoriza a conclusão de que experiências construídas nessa seara transbordassem para outros momentos do cotidiano, como aqueles vivenciados nos locais de moradia. Nesse sentido, é possível afirmar que práticas, valores, concepções de mundo e relações pessoais transitassem entre um espaço e o outro, juntamente com os indivíduos.

Exemplo interessante desse tipo de circulação pode ser extraído da trajetória do próprio Manoel Gomes, acima mencionado e autor do único livro de memórias que pude localizar em que a história da UTF adquire grande destaque, também já citado. No relato de Gomes, é conferida importante ênfase à vida de um morador do Borel referido como Manduca. Alguns indícios me levam a crer que, na verdade, Manduca seria o próprio autor do livro, Manoel Gomes. Em primeiro lugar, é preciso considerar que se trata do único personagem cujo percurso até a fixação da residência no Borel é relatada com alguma profusão de detalhes, mantendo seu protagonismo nas passagens subsequentes em que é narrada a luta dos favelados por meio da UTF. Em segundo lugar, nos trabalhos que produziram a partir de inúmeras entrevistas conduzidas com antigos militantes da UTF e moradores do Borel, nem Mauro Amoroso, nem Nísia Lima, indicaram ter obtido quaisquer informações mais acerca de Manduca – embora muitos outros moradores citados no livro de Gomes tenham sido mencionados pelos entrevistados –, o que é, no mínimo, curioso, em se tratando de uma das principais figuras mencionadas pelo autor favelado. Por fim, é interessante notar que o livro de Gomes traz, em certas passagens, detalhes de eventos do cotidiano de Manduca que são absolutamente irrelevantes para os objetivos centrais de sua narrativa, os quais podem

---

<sup>245</sup> Documento sem título [Comunicado interno da Secretaria de Segurança Pública]. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.15-18.

ser entendidos como reminiscências pessoais. Tal é o caso da descrição do comportamento de Adelina, moradora do Borel que acompanhava o Manduca na sede da UTF, importunando-o com seus “arrotos, com odor de miolo de tripa de galinha”<sup>246</sup>. Se minha interpretação estiver correta, o mesmo Manoel Gomes que ocupou cargo na diretoria da UTF<sup>247</sup>, era um pedreiro, que ao se mudar para o morro do Borel, já trazia consigo a bagagem decorrente da atuação no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil<sup>248</sup>, desde sua fundação.

Recorrendo aos dados do Censo de 1960, apresenta-se a possibilidade de que sua trajetória não seja tomada como excepcional. Naquele ano, apenas os pedreiros e serventes de pedreiros alcançavam o número de 12.445 trabalhadores favelados (11,3% do total de pessoas ocupadas)<sup>249</sup>, estando desse total excluídos os demais empregados no ramo da construção civil. Não é difícil imaginar que, mesmo que nem todos fossem militantes sindicais como o Manduca, esses milhares de outros trabalhadores também tivessem algum contato com as lutas travadas no âmbito sindical e sua experiência também fosse significativamente moldada pelo contato com os companheiros de trabalho, favelados ou não. O mesmo poderia ser dito dos muitos operários industriais de diversos ramos que habitavam as favelas cariocas, mencionados em inúmeras reportagens datadas daquele período<sup>250</sup>.

Em se tratando da circulação de experiências organizativas dos trabalhadores, o caminho também poderia ser percorrido no sentido inverso, isso é, da favela para o sindicato. Em 1956, empregadas domésticas residentes na favela da Praia do Pinto se utilizaram de sua concentração residencial naquela área – bastante propícia à obtenção desse tipo de emprego pelas moradoras, por sua proximidade em relação aos bairros da Zona Sul habitados, em média, por famílias mais ricas – para dar início a um processo de organização de sua categoria profissional em defesa de seus interesses específicos<sup>251</sup>.

Essa pluralidade de relações e seu entrelaçamento ficaram bastante evidentes também no episódio, já mencionado, do incêndio que atingiu o morro do Macedo

---

<sup>246</sup> **GOMES, Manoel.** *As lutas... Op. Cit.* p.69.

<sup>247</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.50.

<sup>248</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.32.

<sup>249</sup> **IBGE.** *Censo Demográfico de 1960... Op. Cit.* p.14 (Tabela 14).

<sup>250</sup> “Jacarezinho se transforma em bairro: dos caminhos lamacentos nasceram ruas transitáveis” e “Em meio aos escombros dos barracos desfilam as famílias desabrigadas”. *Imprensa Popular.* Rio de Janeiro. 29/07/1956 e 16/08/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.95; 92.; “Borel está em pé-de-guerra contra despejo”. *Diário Carioca.* Rio de Janeiro. 07/06/1960. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.38.

<sup>251</sup> “Associação das domésticas” [na coluna “Morros e Favelas”]. *Imprensa Popular.* Rio de Janeiro. 20/04/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.133.

Sobrinho. Diante da negativa do Estado em fornecer a assistência necessária àqueles que haviam perdido suas casas, esses favelados tiveram não apenas apoio de moradores das demais favelas em sua luta pela permanência no local, como receberam um importante suporte de outros trabalhadores. Nas palavras da *Imprensa Popular*, “A subsistência deles e de suas famílias está sendo garantida pelos seus *companheiros de trabalho* e vizinhos favelados (...)”<sup>252</sup> (itálico meu).

Encontrei outros casos de solidariedade aberta, e não planejada de antemão, de outros trabalhadores aos favelados em três reportagens de meados dos anos 1950 que narraram recusas de empregados de órgãos públicos e soldados quando instados a demolir barracos em favelas. Nas duas notícias em que as razões dos encarregados das demolições foram transcritas, figuram justamente as condições partilhadas de trabalhadores e de pobres como justificativa para o não cumprimento da tarefa. Em outro caso, ainda que não haja explicitação da motivação, essa recusa merece relevo ainda maior se considerarmos que os dois indivíduos que se negaram a realizar as demolições eram soldados, que, portanto, haviam rompido a ideologia típica da caserna (a qual estrutura a realidade social, grosso modo, em torno da distinção entre civis e militares tomados como conjuntos relativamente homogêneos), e, por isso, arcaram com 30 dias de encarceramento<sup>253</sup>. Note-se, ainda, que esse tipo de apoio perpetuou-se, tendo se manifestado mesmo em 1962, já numa conjuntura política bastante diversa, quando trabalhadores do Departamento de Estradas e Rodagem furtaram-se a levar a cabo a derrubada de barracos da favela da Maré, por serem, eles também, favelados<sup>254</sup>.

Se a solidariedade recebida em face de dificuldades certamente marcava de forma positiva a experiência dos trabalhadores favelados em suas relações com aqueles não favelados, seus contatos não se restringiram aos momentos de emergências. Em muitos casos, foram também capazes de se articular em movimentos políticos amplamente organizados, que demonstram tanto a similaridade de problemas cotidianos enfrentados pela totalidade do proletariado, quanto sua leitura do jogo político local, passando por claras afirmações da compreensão de que pertenciam a uma mesma classe social. Exemplos disso foram o envio de um memorial, assinado por representantes de

---

<sup>252</sup> “Permanecem ignoradas pelo governo as vítimas do incêndio da favela”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 22/06/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.105.

<sup>253</sup> “Presos porque se recusaram a demolir barracos na favela”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 20/06/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.48.; “Moradores do Morro do Borel sustaram um novo despejo” e “A energia dos moradores impediu que os barracos fossem destruídos”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 15/12/1955 e 17/01/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.180; 163.

<sup>254</sup> “Governador volta a investir contra favelados”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 23/01/1962. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v7.

13 favelas, apoiando a Campanha Contra o Aumento dos Bondes, tocada por sindicatos e entidades estudantis; a organização de um ato, na Rocinha, pela autonomia do Rio de Janeiro; o envio de uma delegação da UTF para os festejos de 1º de maio de 1956; e a participação, no mesmo ano, de favelados (aí incluídos representantes de favelas em que a UTF tinha atuação marcante, como Borel, União, Juramento e Alemão, entre outros) na Comissão Permanente de luta pelo congelamento dos preços e contra a carestia, composta também por dirigentes sindicais e lideranças estudantis, femininas e de bairros<sup>255</sup>.

No bojo desse processo, os favelados passaram a intervir, também, em eventos políticos de significação nacional, que contavam com a participação de outros trabalhadores e membros de outras classes sociais. Em novembro de 1955, os moradores de 25 favelas divulgaram um manifesto contra a tentativa de golpe que impediria a posse de JK e Jango como presidente e vice-presidente da República, nos seguintes termos:

“Nós, trabalhadores favelados, participamos com alegria e entusiasmo, das eleições de 3 de outubro na esperança de que estas nos trouxessem um fim às ameaças de que somos vítimas e as melhorias que tanto reclamamos, como água, luz, esgotos, escolas. Devemos agora estar unidos, independentemente do partido ou do candidato em que tenhamos votado, ao lado do Congresso Nacional e de todas as forças que se colocam em defesa da Constituição.

Cabe a todos os favelados manifestarem seu firme propósito de lutar em defesa da Constituição, apoiando o Congresso Nacional, sejam quais forem as barreiras a vencer, pois que isto significa defendermos nossas casas e nossos direitos ameaçados pelos golpistas.

Esmagar os golpistas e exigir o respeito à Constituição é o nosso primeiro dever neste momento.

Abaixo os despejos!

Abaixo os golpistas!

Viva a Constituição!”<sup>256</sup>.

Uma leitura contextualizada desse documento afasta, de saída, quaisquer interpretações que porventura relacionem as assinaturas a esforços de militantes

---

<sup>255</sup> “Solidariedade dos favelados aos estudantes: ‘pobre não pode pagar o aumento dos bondes’”, “Clamam os favelados da Rocinha contra a injustiça e a miséria” e Nota sem título na coluna “Morros e Favelas”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 03/06/1956, 21/03/1956 e 04/05/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.108; 146; 127.; **COELHO, Franklin Dias**. *História urbana e... Op. Cit.* p.115.

<sup>256</sup> “Apoiando as forças democráticas defendemos nossas casas e direitos”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 16/11/1955. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.189. Os signatários do manifesto eram residentes das seguintes favelas: Borel, Parque Proletário da Penha, Rocinha, Praia do Pinto, Mangueira, Esqueleto, Jacarezinho, Macedo Sobrinho, Providência, Maré, Candelária, Telégrafo, Juramento, Anglo Brasileiro, Alemão, Timbá, João Cândido, Arará, Quinta do Caju, Catumbi, Macacos, Sossego, União, Vintém e Cantagalo. “Moradores de Morros e Favelas que foram signatários do manifesto dos favelados de apoio às forças democráticas”. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fls.2-4.

organizados para instrumentalizar a atuação política dos favelados. Os golpistas mencionados alinhavam-se politicamente aos governos que se seguiram à morte de Vargas, em agosto de 1954, capitaneados por Café Filho e, em seguida, Carlos Luz. Ao longo desses governos, principalmente a partir de meados de 1955, tornaram-se ainda mais comuns as práticas repressivas de grande escala contra as favelas, com destaque para as chamadas “razzias”, batidas policiais que mobilizavam grande contingente de tropas para invadir as favelas sob o pretexto de capturar criminosos. No decurso dessas ações, os policiais arrombavam barracos, humilhavam, espancavam e prendiam moradores sem provas concretas de que estivessem envolvidos com atividades criminais, causando grande revolta nos moradores<sup>257</sup>. Portanto, se grande número de favelados de muitas e diferentes favelas mobilizaram-se para assinar e divulgar o manifesto, o fizeram a partir de uma análise da conjuntura política nacional, em que buscavam compreender de que forma suas demandas poderiam ser melhor atendidas.

Ainda assim, é comum que as análises de processos de formação de classes centradas nas organizações, movimentos e ações mais formalizados – como o manifesto acima abordado – despertem desconfiança pelo perigo de ocultarem as concepções da parte menos mobilizada da classe em questão. Discursos de lideranças e documentos oficiais, com efeito, normalmente espelham uma elaboração mais maturada de ideias, tendente a apresentar um elevado nível de coerência interna e a minimizar as tensões e contradições vivenciadas no âmbito do grupo. Uma alternativa para contornar os limites dessa perspectiva – cujas muitas possibilidades analíticas espero já ter deixado claras acima – é dirigir o olhar para momentos em que irrompe o inesperado, pressionando os agentes a reagirem sem tempo para uma deliberação coletiva estruturada. Nesses momentos, o posto de guia principal para a ação é assumido pelos valores e concepções de mundo mais enraizados em sua consciência coletiva, que podem, ou não, entrar em choque com as enunciações de lideranças e organizações políticas.

Uma profícua experiência na análise desse tipo de episódio foi formulada em dois ensaios de Edward Thompson há muito tornados clássicos, nos quais se dedicou à crítica das concepções deterministas que julgavam explicar os motins ingleses do século XVIII pelo mero levantamento de estatísticas como índices de desemprego e de

---

<sup>257</sup> Episódios de ofensivas policiais de larga monta contra moradores das favelas de Santa Marta, Boogie-Woogie, Timbaú e Praia do Pinto são narradas, respectivamente em “Côrtes reinicia o saque e as violências contra as favelas”; “Lares de trabalhadores assaltados pela polícia”, “Campo de concentração para 15 mil favelados” e “O povo exige a abolição da ‘Guerra’ às favelas”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 11/06/1955, 26/06/1955, 11/10/1955 e 30/12/1955. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fls.216; 213; 194; 173.

variação dos preços dos alimentos. Como alternativa, Thompson se propôs a identificar as noções culturais que legitimavam essas ações de enfrentamento, naquele caso cristalizadas sob a forma do que ele denominou “economia moral da multidão”. Sua intenção era evidenciar o papel ativo daqueles subalternos nos conflitos em que se envolviam, combatendo, assim, a imagem de meros autômatos que responderiam mecânica e irracionalmente a estímulos objetivos<sup>258</sup>. Sem propor qualquer analogia entre dois contextos absolutamente díspares, creio que o mesmo procedimento analítico pode ser aplicado a um caso envolvendo os favelados cariocas.

Em 8 de março de 1955, moradores dos morros do Borel e da União concentraram-se em frente à Câmara dos Deputados para protestar contra as ordens de despejo que pesavam sobre eles e demandar a desapropriação dos terrenos ocupados por suas favelas, de forma a garantir a permanência de seus barracos. Inicialmente, os favelados conferenciaram com alguns parlamentares, tendo recebido respostas evasivas. Pouco tempo depois, precipitaram-se os acontecimentos descritos a seguir:

“Encerrado o expediente, às 15, 30 horas, foram fechados os portões, ficando os favelados nas escadarias em discussão com o Sr. Magarino Torres, que sempre os acompanha em tais ocasiões e que traçou planos com os favelados sobre as atitudes a serem tomadas, caso o Prefeito não os atenda.

Nessa ocasião passou, por acaso, uma caminhonete da Prefeitura, efetuando a apreensão de mercadorias de vendedores ambulantes e os favelados, exaltados, fizeram parar a referida viatura, passando a agredir os dois soldados da Polícia Municipal, tendo-se feito ouvir dois disparos e estabelecido enorme confusão. Vários favelados, correndo para a rua São José, muniram-se de pedras atacando violentamente os ocupantes da caminhonete. Na confusão houve um ferido, que foi recolhido poucos minutos depois por uma ambulância e estabeleceu-se a calma com a palavra do Deputado Tenório Cavalcanti que, trepando na capota de um automóvel, dirigiu-se à multidão (...)”<sup>259</sup>.

À primeira vista, a reação dos favelados, buscando o confronto direto com os policiais, sem qualquer tentativa de entabular um diálogo, ou mesmo considerar o risco advindo do fato dos agentes da lei portar armas, poderia ser enquadrada como aquilo que Thompson denominou de “reação espasmódica”. Trata-se da noção de que os subalternos seriam caracterizados por comportamentos irracionais, movidos por respostas automáticas aos eventos que os circundam. Com efeito, essa foi a leitura

---

<sup>258</sup> THOMPSON, Edward P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. In: \_\_\_\_\_, *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp.151-152.

<sup>259</sup> “Boletim reservado N° 46 (S.O.P)”. 09/03/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.2.

efetuada pelos periódicos identificados com frações das classes dominantes. A *Tribuna de Imprensa*, órgão de propriedade de Carlos Lacerda, que posteriormente seria governador do Estado da Guanabara, implementando uma política radicalmente contrária aos interesses dos favelados, asseverou que esses seriam “massa de manobra” dos comunistas. A *Última Hora*, periódico vinculado ao grupo getulista, por sua vez, classificou os manifestantes de “turba enfurecida”, empregando o termo que traduz para o português o vocábulo “mob”, utilizado para desqualificar as manifestações políticas dos subalternos no período anterior à Revolução Industrial<sup>260</sup>. Por fim, *O Diário da Noite*, parte da cadeia de Assis Chateaubriand, afirmou que a ação dos favelados foi “um revide injustificável”, num relato claramente favorável aos policiais “encurralados”, que tentavam cumprir “o seu dever”, concluindo que “a intervenção de patrulhas evitou o massacre dos vigilantes”<sup>261</sup>. Esse último, mesmo apresentando uma visão abertamente depreciativa dos favelados, acrescenta um dado novo, ausente do relato dos policiais registrado no boletim reservado: a afirmação de que o principal responsável pelo estancamento do conflito teria sido não o pronunciamento de Tenório Cavalcanti, mas a chegada de mais efetivos policiais. Esse detalhe pode evidenciar um cálculo dos favelados, no sentido de avaliarem que o aumento do número de adversários – estando esses melhor equipados para o combate – seria uma razão para o recuo da ofensiva naquele momento.

Se, afastando-nos dos juízos da imprensa, forem seguidos os preceitos thompsonianos<sup>262</sup>, desnaturalizando a reação dos favelados para analisá-la no quadro das concepções de mundo então partilhadas por esse grupo, torna-se plausível que a opção pelo confronto decorra de uma visão de mundo definido a partir dos termos de uma consciência de classe. Assim, ao invés de reação irracional, ou de consequência da manipulação por comunistas – a qual, mesmo que se admitisse que ocorria em outros momentos, não poderia ter resultados efetivos no quadro de confusão generalizada que delinearam os jornais e o boletim reservado –, o enfrentamento passa a ser visto como uma resposta ao que entendiam ser uma injustiça cometida contra outros trabalhadores,

---

<sup>260</sup> Uma visão dos movimentos da turba pré-industrial distinta da mera desqualificação foi apresentada por **RUDÉ, George**. *The crowd in history*. London: Serif, 2005.

<sup>261</sup> “Depois dos tiros, favelados tentam invadir a Câmara”. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro. 09/03/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.112.; “Bofetões, tiros e prisões”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 09/03/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.113.; “Confusão e tiros em frente à Câmara dos Deputados”. *O Diário da Noite*. Rio de Janeiro. 09/03/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.115.

<sup>262</sup> **THOMPSON, Edward P.** “Economia moral revisitada”. In: \_\_\_\_\_ . *Costumes em comum*. Op. Cit. p.208.



partícipes da mesma classe social que os favelados, ainda que não inseridos em relações formais de emprego.

Indo mais longe, é possível afirmar que as noções de “trabalho” e “trabalhador” mais do que identificarem um lugar social e servirem de base para a construção de solidariedades classistas amplas que ultrapassavam as fronteiras das favelas, constituíam um dos principais pilares de sustentação de uma visão de mundo mais ampla. Evidências disso podem ser localizadas tanto em documentos produzidos pelas lideranças militantes dos favelados, quanto em depoimentos de moradores da “base”. Ao assistir a favela da União ser invadida por policiais militares que extorquiam os moradores para pagarem alugueis pelos barracos, tendo inclusive espancando alguns que esboçaram uma resistência, Dona Albertina disse: “Não entendo como podemos pagar o aluguel de uma casa que eu e meu marido construímos com tanto esforço”<sup>263</sup>. Nessa colocação, fica explícita que, na concepção da trabalhadora, o direito de propriedade que o mandante da ação dos policiais alegava possuir deveria ficar em segundo plano frente ao fato de que a casa era produto do trabalho dela e de seu cônjuge. Essa concepção foi levada às últimas consequências por outro morador do mesmo morro que, alguns dias antes, afirmou preferir destruir sua casa a marretadas a se tornar inquilino nela, no que foi aplaudido por muitos de seus vizinhos<sup>264</sup>.

A mesma lógica apareceu de forma mais elaborada em uma mensagem entregue por uma comissão de moradores da favela João Cândido a jornalistas da *Imprensa Popular* para publicação. Em um de seus trechos, a mensagem dizia:

“Não podemos atinar como, em nossa própria terra, trabalhando como trabalhamos, não temos o direito de ter um teto para abrigar o corpo cansado e os nossos filhos. Enquanto, demagogicamente, o governo manda para ilhas de turismo os imigrantes que aqui aportam em busca de melhores dias, nós, trabalhadores brasileiros, com todos os direitos e obrigações previstos em por (sic) lei, temos de andar sob permanente ameaça de dormir ao relento ou de sermos espancados se resistimos à invasão dos barracos que construímos e que são o único lar que podemos ter com os salários que ganhamos”<sup>265</sup>.

Nesse texto fica patente a referência à condição de trabalhadores para sustentar a justeza de sua reivindicação à moradia, naquela altura ameaçada pelo que os moradores

---

<sup>263</sup> “Obrigados a pagar alugueis dos barracos que edificaram”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 15/03/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.126.

<sup>264</sup> “Revolta na favela: destruição dos barracos para não pagar o aluguel”. *O Jornal*. Rio de Janeiro. 11/03/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.118.

<sup>265</sup> “Que deixem os ricos palacetes e venham ver a casa do operário”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 05/11/1955. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.191.

consideravam ser a quebra de um acordo com eles celebrado por parte do almirante Alvarez de Azevedo e do deputado Eurípedes Cardoso de Menezes. Outro ponto digno de menção é a percepção dos trabalhadores do claro contraste entre a sua condição de portadores de direitos abstratamente garantidos no texto legal – “nós, trabalhadores brasileiros, com todos os direitos e obrigações previstos em por lei” – e a realidade da não materialização desse direito – “não temos o direito de ter um teto para abrigar o corpo cansado e os nossos filhos”. Mais uma vez, parece transparecer uma avaliação bastante crítica da natureza do regime político em que viviam, acusando o Estado de sequer garantir aos subalternos aquilo que estava inscrito em seu ordenamento legal, o que era agravado pelo fato de que as ameaças que pairavam sobre suas moradias decorriam diretamente da ação de agentes de duas instâncias do próprio Estado, o almirante e o deputado.

A hipótese de que a centralidade das categorias de “trabalho” e “trabalhador” em suas elaborações encontrava-se em plena sintonia com o desenvolvimento de uma consciência de classe pode, ademais, ser reforçada pela comparação com o caso dos lavradores de Guaratiba em 1956. Ao entrarem em disputa com duas companhias pela posse das terras em que viviam, os argumentos apresentados tiveram a mesma natureza daqueles esgrimidos pelos favelados. De acordo com a *Imprensa Popular*:

“Antes de qualquer coisa, afirmaram os lavradores, os grileiros estão fora da lei. Não bastam palavras para provar que algo nos pertence. É preciso provar. Ao nosso lado temos uma prova: o trabalho que por alguns anos enfrentamos para cultivar as terras”<sup>266</sup>.

Reforçando essa perspectiva, Leonardo dos Santos analisou a forma como os lavradores do chamado “sertão carioca” tomaram como uma importante referência organizativa para a construção de seu próprio movimento justamente os favelados e a UTF. Das peijas travadas pelos trabalhadores favelizados, os lavradores extraíram a percepção de que seria possível alcançar vitórias nas lutas por desapropriações, além de exemplos de formas de encaminhar suas reivindicações, com destaque para as manifestações em frente às sedes das instâncias do Legislativo e do Executivo e até

---

<sup>266</sup> “Em Guaratiba: violências para despejar lavradores das terras”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 06/04/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.143.

mesmo a ocupação desses órgãos em momentos de maior radicalização da luta, além de enfatizarem as similaridades entre as situações vivenciadas pelos dois grupos<sup>267</sup>.

Brodwyn Fischer, no entanto, assinalou que, ao não recuar cronologicamente em sua análise para o período anterior aos anos 1940, Santos deixara de perceber como lutas de posseiros contra tentativas de despejo perpetradas por um banco haviam antecipado, desde os anos 1920, muitas das formas de luta (idas a jornais, envio de petições, contratação de advogados, etc) e argumentos (a pobreza, a longa ocupação, a realização de melhorias no espaço ocupado) que tornariam a ser mobilizados pelos favelados nas décadas seguintes<sup>268</sup>. Essa inversão do sentido da circulação de práticas poderia, por sua vez, ser ela mesma reinvertida, se levarmos em consideração as observações de Romulo Mattos acerca do emprego de algumas dessas táticas e elementos discursivos por favelados ainda antes – ou, pelo menos, simultaneamente – dos posseiros do sertão carioca<sup>269</sup>. Mais importante do que o aprofundamento da discussão acerca de sua exata gênese é perceber como essas ferramentas de luta circulavam em meio aos diversos componentes do polo subalterno da sociedade carioca, sendo reapropriados a cada momento de acordo com as necessidades dos agentes em ação e outros condicionantes conjunturais e estruturais.

Ainda mais significativo parece ser o fato de que na conjuntura dos anos 1950, com o avanço das lutas em diversas partes da cidade, a convergência entre os segmentos subalternizados ultrapassou o nível da mera assimilação de formas de ação, alcançando a seara organizativa. Naquele momento, por exemplo, os favelados chegaram, inclusive, a auxiliar ativamente a organização das entidades de trabalhadores rurais, enfatizando ainda mais a conexão dos processos ocorridos no campo e na cidade. Recorrendo uma vez mais aos estatutos da UTF publicados em 1958, é possível perceber como a proposta de atuação mais restrita aos favelados, que marcava o projeto de 1954, foi substituída, já no artigo inicial, por um esforço para “congregar todos os trabalhadores (...) para obtenção, por meios legais, de um mínimo de justiça social”<sup>270</sup>, sem qualquer menção à situação específica daqueles que se viam “na contingência de morar em

---

<sup>267</sup> **SANTOS, Leonardo Soares dos.** “*Laços em movimento: as ligações dos posseiros do Sertão Carioca com outros movimentos sociais (1945-1964)*”. In: *Achegas*. Nº 33, Janeiro/Fevereiro de 2007. pp.58-62. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/33/leonardo\\_santos\\_33.pdf](http://www.achegas.net/numero/33/leonardo_santos_33.pdf). Acesso em 23/07/2012.

<sup>268</sup> **FISCHER, Brodwyn.** *A poverty... Op. Cit.* pp.254-262.

<sup>269</sup> **MATTOS, Romulo Costa.** “*Tentativas de remoção... Op. Cit.*”.

<sup>270</sup> “Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados”. Registrados sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958. p.1.

barracões ou choças, nos terrenos baldios da Capital da República”<sup>271</sup>. No artigo 2º, essa articulação ganhava contornos ainda mais nítidos, com a afirmação de que:

“De imediato, a UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS (UTF), procurará *assegurar aos trabalhadores residentes em favelas ou a lavradores que cultivam terras devolutas, o direito de nelas prosseguir morando e trabalhando*, defendendo-as contra as ações de despejo e outras, derrubada criminosa de suas moradias ou plantações e contra atentados à inviolabilidade do lar, assegurando-lhes imediata e eficiente proteção jurídica”<sup>272</sup> (itálico meu).

Ao fim dos estatutos, esse intento de aproximar favelados e lavradores ganhava maior concretude por meio das assinaturas de “Antônio Praça Gonzales (presidente da Associação de Defesa dos Lavradores da Fazenda do Piaí, filiada à U.T.F.)” e “José Pereira Ramos (Presidente da Associação Popular Santa Cruzense, filiada à U.T.F.)”<sup>273</sup>. Quanto a essa última, embora não haja referência direta à condição de lavradores de seus filiados, a mesma é altamente provável, considerando-se que era uma entidade baseada no bairro de Santa Cruz, então parte do chamado Sertão Carioca.

A participação de favelados em sindicatos, os contatos estabelecidos por esses com a UTF, a solidariedade nas relações entre colegas de trabalho e os demais elementos analisados nessa seção parecem suficientes para alicerçar a afirmação de que por volta de 1958, pelo menos, o segundo estágio da consciência de classe delimitado por Gramsci, “a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico”, já se encontrava afirmado entre os favelados cariocas e os demais membros do proletariado. Mais concretamente, tal estágio significava que cada parcela do proletariado – fosse ela composta por uma categoria profissional, ou um conjunto de vizinhos – havia sedimentado a compreensão de que suas bandeiras específicas teriam mais chances de triunfarem pelo estabelecimento de alianças e formas comuns de luta. Não se trata, portanto, de um apagamento dessas bandeiras particulares, mas da condução das lutas para encampá-las no bojo de uma percepção mais ampla de uma comunhão de interesses.

---

<sup>271</sup> “Projeto de estatutos da UTF”. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.28.

<sup>272</sup> “Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados”. Registrados sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958. pp.1-2.

<sup>273</sup> “Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados”. Registrados sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958. pp.12-13.

Recorrendo, uma vez mais, à tipologia gramsciana, torna-se possível afirmar que grande parte dessas lutas foi conduzida com vistas à “(...) obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes (...)”, como evidenciam as demandas dos favelados pelo acesso a bens e serviços urbanos ofertados em outras áreas da cidade, ou mesmo o respeito à Constituição, apresentado como reivindicação principal da mobilização de novembro de 1955. Outros pleitos, apesar de ainda assumirem a forma da disputa pelo “(...) direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes”, começavam a apontar para possibilidades de amplo questionamento da estrutura social então vigente. Nesse sentido, a inclusão nos Estatutos de 1958 da necessidade – inteiramente ausente do projeto de 1954 – de batalhar pela realização de uma reforma agrária<sup>274</sup>, ainda que não colocasse em questão a instituição da propriedade privada, apontava para o estabelecimento de limitações estruturais a um dos principais fundamentos da dominação de classes sob o capitalismo. A formulação desse ponto, por sua vez, não atendia unicamente aos interesses dos favelados, uma vez que também nas regiões agrárias a disputa pela propriedade do solo constituía um ponto nodal. Encampando reivindicações dos posseiros e lavradores dessas regiões, os trabalhadores favelados davam indicações de que se aproximavam de um ponto de estruturação da consciência de classe “em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos (...) superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados”.

Até esse ponto, enfatizei a centralidade da União dos Trabalhadores Favelados no processo de desenvolvimento da consciência de classe dos favelados cariocas. Entretanto, a própria UTF, desde sua fundação e ao longo de sua existência, contou com o apoio de alguns agentes específicos, organicamente vinculados a essa classe trabalhadora, cuja participação precisa ser destacada a fim de melhor compreender a dinâmica do processo mais amplo em foco.

---

<sup>274</sup> “Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados”. Registrados sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958. p.2.

## **2.6- A presença de elementos mediadores do desenvolvimento da consciência de classe: intelectual orgânico e partido político.**

O primeiro desses agentes a merecer atenção mais destacada é o advogado Antoine de Magarinos Torres<sup>275</sup>, a quem se atribui a ideia de fundar uma associação nos moldes da UTF – ainda que não tenha sido ele o responsável pelo estopim do movimento que conduziria à sua fundação –, tendo ele sido o anfitrião da reunião preparatória de sua fundação<sup>276</sup>.

Ao longo do período de existência da UTF, a presença de Magarinos é notada em praticamente todos os tipos de iniciativas tomadas pela entidade. Embora tenha sido inicialmente procurado pelos moradores do Borel para representá-los judicialmente, papel que também cumpriu em ações envolvendo diversos outros contingentes favelizados, acabou por participar de comissões para negociar acordos dos favelados com autoridades, organizou e esteve presente em diversos comícios, percorreu diversas favelas com o objetivo de estimular a fundação de novos Centros de Trabalhadores Favelados, foi secretário-geral da UTF e chegou até mesmo a ser preso juntamente com alguns militantes favelados<sup>277</sup>.

Para Nisia Lima, a extensão da participação de Magarinos, a proeminência alcançada pelo advogado em meio aos favelados e seu envolvimento quase desde o início do processo de fundação da UTF, servem para corroborar sua tese central de que os movimentos dos favelados frequentemente se desenvolveriam por conta de impulsos “externos”. Em suas palavras,

“Com relação à liderança de Magarinos Torres, importa assinalar que, apesar de não ter surgido sob a tutela do Estado ou da Igreja, o movimento articulado em torno da UTF não pode ser definido como movimento vindo

---

<sup>275</sup> Algumas informações acerca da biografia de Magarinos Torres podem ser encontradas na tese de Mauro Amoroso, onde o autor aponta, acertadamente, para a escassez de estudos mais consistentes acerca desse importante personagem político. **AMOROSO, Mauro.** *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel*. Tese de Doutorado em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012. pp.120-144.

<sup>276</sup> **GOMES, Manoel.** *As lutas...* *Op. Cit.* pp.16-21.; “Ata de organização da União dos Trabalhadores Favelados”. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.219.

<sup>277</sup> “Desapropriado ontem o Morro de Santa Marta”, “800 favelados lutam nas ruas pelo sagrado direito de um lar”, “Derrotaram a polícia os moradores do Morro do Borel”, “Cresce a organização dos moradores das favelas” e “Debate público hoje na favela do Borel”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 06/05/1954, 22/06/1954, 05/09/1954, 07/12/1954 e 19/03/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.35; 49; 72; 96; 132.; “Aliaram-se o grileiro e a prefeitura contra o advogado e os favelados”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 03/05/1958. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.62.

puramente ‘de dentro’, espontâneo, produto das questões locais vividas pelos moradores”<sup>278</sup>.

Essa colocação, no entanto, descarta qualquer possibilidade de reflexão acerca das características substantivas da relação entabulada entre Magarinos e os favelados, enfatizando apenas o fato de que Magarinos não era um favelado. De fato, a postura de apontar o advogado simplesmente como alguém vindo “de fora”, explica muito pouco acerca da natureza desse vínculo. Dessa forma, deixam de ser feitas perguntas essenciais, tais como: que interesses sociais a atuação de Magarinos Torres representava e reforçava? Qual sua inserção na dinâmica conflitiva da luta de classes ao nível da totalidade social? A resposta a essas questões pode, uma vez mais, beneficiar-se do contato com a obra de Antonio Gramsci.

Um dos temas mais frequentemente visitados por Gramsci em seus cadernos escritos nos cárceres fascistas italianos foi o dos intelectuais. Para ele, toda e qualquer atividade humana comportaria algum grau de elaboração intelectual, não sendo possível o puro dispêndio de força muscular sem uma reflexão para subsidiá-lo. Entretanto, as funções propriamente intelectuais seriam aquelas “(...) precisamente organizativas e conectivas”. A plena compreensão dessas atividades, no entanto, não passaria centralmente pelo estudo de suas características “intrínsecas”, dependendo, pelo contrário, da compreensão do “(...) conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais”<sup>279</sup>.

Com isso, o que Gramsci tencionou foi combater as muito difundidas representações dos intelectuais como pensadores politicamente neutros e socialmente desinteressados. Para ele, ao contrário, a função intelectual só adquiria pleno sentido quando analiticamente relacionada à dinâmica das relações sociais entre as classes. Partindo desse pressuposto, Gramsci delineia dois tipos existentes de intelectuais: os “intelectuais tradicionais” e os “intelectuais orgânicos”, sendo esses últimos os que diretamente interessam à discussão aqui entabulada<sup>280</sup>.

No âmbito das indicações gramscianas acerca das funções dos intelectuais (“organizativas e conectivas”), aqueles cuja atuação se revestiria de um caráter orgânico seriam os responsáveis pela organização da sociabilidade correspondente à classe social

---

<sup>278</sup> LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.107.

<sup>279</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Vol.2. 4ª ed. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp.18-22.

<sup>280</sup> IDEM. *Ibidem*. pp.15-19.

à qual se vinculam, por meio de mediações mais, ou menos, extensas. No caso da burguesia industrial, por exemplo, seu grupo de intelectuais orgânicos abrangeria tanto os responsáveis pela elaboração das abstrações filosóficas que sustentam valores muito gerais (liberdade de propriedade, por exemplo), quanto aqueles incumbidos da organização da produção no chão da fábrica, passando pelos parlamentares que atuam em prol de seus interesses.

Essa breve exposição das ideias de Gramsci permite que a atuação de Magarinos Torres junto aos favelados cariocas seja agora observada a partir de um novo ângulo. Desse ponto de vista, ao invés de enfatizar a origem de classe de Magarinos, como forma de apresentá-lo apenas como um profissional liberal vindo “de fora” da favela<sup>281</sup>, sua atividade política aparece como de organização de uma classe social, o proletariado. Instando sua parcela favelizada a se organizar em associações, percorrendo a cidade de forma a colocar os habitantes dos diferentes morros em contato e advogando em sua defesa, Magarinos efetivamente contribuía para o coescionamento dessa classe, relacionando-se de forma orgânica com ela. Tais afirmações não implicam, evidentemente, em afirmar que as iniciativas de Magarinos constituíssem causa suficiente para a organização dos favelados, o que seria, de certa forma, uma aproximação em relação à posição de Nísia Lima. Reforçando outra vez a correção do método gramsciano, considero mais profícuo compreender seu papel como o de um mediador, capaz de auxiliar a classe a liberar o potencial já presente no núcleo sadio de seu senso comum – definido como um amálgama pouco orgânico de percepções elaboradas a partir da experiência cotidiana com elementos captados dos sistemas filosóficos mais sistematizados –, potencializando-o de forma a contribuir para o processo de afirmação da consciência de classe<sup>282</sup>.

É importante ressaltar que tal possibilidade analítica foi, de certa forma, ressaltada pelo próprio Gramsci, ao afirmar que “(...) um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo (...)”<sup>283</sup>. Embora

---

<sup>281</sup> Além de advogar profissionalmente, Magarinos era filho de um importante jurista e tinha em seu círculo de relações familiares, pessoas extremamente influentes nos grupos politicamente mais reacionários daquela época, como o parente de sua esposa Dora, o general golpista Olímpio Mourão Filho, e o irmão de sua cunhada, Mauro Magalhães, aliado de Carlos Lacerda e líder da UDN. **AMOROSO, Mauro.** *Caminhos do lembrar... Op. Cit.* pp.120-121; 129-130.

<sup>282</sup> **GRAMSCI, Antonio.** *Cadernos do cárcere.* Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Vol.1. 3ª ed. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. pp.114-116.

<sup>283</sup> **IDEM.** *Cadernos do cárcere...* Vol.2. Op. Cit. p.24.



o autor refira-se especificamente ao partido político como canal de aproximação dos intelectuais com as classes sociais subalternas, se o processo de constituição e reconstituição da consciência de classe é tomado como ocorrendo de forma integrada em todos os momentos da experiência dessa classe, o mesmo deve se aplicar às suas instituições de outras naturezas, igualmente capazes de assimilar tais intelectuais, como o caso da UTF o demonstra. Nesse sentido, sua relação com a entidade e com os trabalhadores favelados adquire contornos nitidamente distintos daquela praticada pela Igreja Católica, outro dos agentes comumente apontados como “externos”, inclusive, por Nísia Lima. Quanto a essa instituição, ainda que sua ação seja objeto de consideração mais detalhada no quarto capítulo, é importante, desde já, atentar para o fato de que sempre se pautou por um esforço de diluição da consciência e dos vínculos classistas existentes entre os favelados, buscando fragmentar sua experiência política e organizativa.

Um indicador relevante do grau de organicidade alcançado por Magarinos em sua relação com os trabalhadores favelados foi sua indicação para concorrer ao cargo de vereador, ao que tudo indica, a partir da deliberação de uma assembleia da UTF realizada no Borel. Manoel Gomes narra o episódio da seguinte maneira:

“Com a palavra, o Manduca [disse:] (...) Quero fazer uma proposta a vocês companheiros, nós estamos às vésperas de um pleito eleitoral, nós votamos em candidatos descompromissados conosco, quando tomam atitude defensiva em nosso favor, ela é espontânea, fraterna ou paternalista, portanto: nós precisamos eleger representantes nossos, não temos Partido dos Trabalhadores Favelados. Temos o Partido Trabalhista cujo presidente é o Ministro do Trabalho, o Dr. João Goulart, vamos comissionados a ele, pedir uma legenda para vereador à Câmara Municipal, cujo candidato será o nosso esforçado companheiro Dr. Magarinos Torres, que com muito esforço e dedicação tem nos defendido da sombra sinistra dos despejos. Esse pronunciamento do Manduca contentou maciçamente a enorme plateia presente, que aplaudiu calorosamente essa sugestão feita na hora como prato a minuta em restaurante de 1ª classe”<sup>284</sup>.

A despeito do detalhamento da narrativa, deve-se notar que o livro de Gomes não apresenta balizas cronológicas claras para muitos dos episódios que descreve, dentre os quais se inclui o mencionado acima, havendo, inclusive, uma confusão quanto ao período de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho, que se encerrara em 1954. De qualquer forma, é certo que Magarinos concorreu a uma vaga na Câmara Municipal em 1958, pelo PTB, tendo organizado sua campanha em parceria com José

---

<sup>284</sup> GOMES, Manoel. *As lutas... Op. Cit.* pp.62-63.

Gomes Talarico, candidato a Deputado Federal pelo mesmo partido. Em termos imediatos, a campanha conjunta redundou na eleição de Talarico e na derrota eleitoral de Magarinos. A médio prazo, a aproximação de Talarico em relação ao movimento dos favelados teve outras consequências, que serão analisadas no próximo capítulo, dedicado ao exame da história da Coligação dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro.

Independentemente dos resultados do pleito, o episódio coloca em questão a relação estabelecida entre o movimento dos favelados e os partidos políticos atuantes naquela quadra histórica. Nessa seara, merece especial atenção o vínculo existente entre os favelados e o mais forte partido político criado pela classe trabalhadora brasileira antes de 1964, o PCB. A participação dos comunistas no movimento dos favelados remontava, pelo menos, ao período de redemocratização pós-Estado Novo, quando o PCB colocou em prática sua primeira orientação política voltada para uma ação mais sistemática em meio aos favelados, consubstanciada pelos Comitês Populares Democráticos. A princípio, esses CPD's deveriam localizar-se principalmente nos locais de trabalho, nos sindicatos não dirigidos por pecebistas e nos bairros habitados prioritariamente por trabalhadores. Os CPD's eram propostos como organismos de todos os democratas e do conjunto da classe trabalhadora, e não apenas dos comunistas, objetivando reverberar as reivindicações surgidas no seu dia-a-dia, bem como forjar novas lideranças<sup>285</sup>.

Dentre os organismos estruturados por bairros, alguns deles possuíam subcomitês voltados exclusivamente para a mobilização dos moradores das favelas em torno de seus problemas específicos. Destaca-se, nesse sentido, a atuação do subcomitê formado a partir do Comitê Popular Democrático da Tijuca no apoio à luta dos moradores do Morro do Turano contra as ações do grileiro Emílio Turano, bem como pela limitação dos aluguéis cobrados aos favelados pelos barracos<sup>286</sup>. O subcomitê atuava também de forma assistencial, levando professores, médicos e outros profissionais vinculados ao Comitê da Tijuca para desempenharem serviços na favela<sup>287</sup>.

A forte presença do PCB entre os favelados, constituída desde a década anterior, refletiu-se, como não poderia deixar de ser, no percurso da UTF. Já mencionei alguns

---

<sup>285</sup> PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. *O PCB... Op. Cit.* pp.1; 45-46.

<sup>286</sup> IDEM. *Ibidem.* pp.84-88.

<sup>287</sup> LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* pp.101-102.

episódios que indicam a proximidade dos favelados em relação ao importante líder comunista Roberto Morena, presente na reunião de organização da União e homenageado pela atribuição de seu nome à escola construída pelos moradores do Borel. Além disso, existem indícios significativos de que lideranças importantes da União fossem vinculadas, se não diretamente filiadas, ao PCB. No caso de Manoel Gomes, por exemplo, é possível citar inúmeras evidências de seu pertencimento às fileiras do partido, com destaque tanto para o fato de que seu livro ter sido prefaciado por ninguém menos que Luiz Carlos Prestes e editado pela Livraria Muro, ligada ao PCB<sup>288</sup>, quanto para as evidências coligidas por Mauro Amoroso nas entrevistas conduzidas para sua pesquisa de doutorado.

Analisando o processo de rearticulação comunista no morro do Borel na passagem dos anos 1970 para os 1980, Amoroso entrevistou militantes que começavam a atuar na favela naquele período, os quais enfatizaram, sempre, os contatos entabulados com antigos pecebistas radicados no Borel desde as lutas da UTF. Um desses militantes, Márcio Arnaldo, quando questionado acerca de quem seriam esses militantes, mencionou: “(...) o Lira, o Ezequiel, o Boneco, o Sebastião Bonifácio”<sup>289</sup>. Confirmando o depoimento de Márcio Arnaldo, o livro de Gomes faz menção aos quatro como moradores bastante atuantes na luta pela permanência no morro<sup>290</sup>. Ezequiel, inclusive, foi o primeiro a ocupar a presidência da UTF, logo em sua fundação, posto também alcançado por Sebastião Bonifácio, em 1963<sup>291</sup>.

Mesmo havendo essas claras indicações de que muitos moradores do Borel – e, provavelmente, também de outros morros – eram militantes pecebistas, Nísia Lima, seguindo o mesmo caminho que adotou para o entendimento da atuação de Magarinos, concluiu que

“Assim como não são reflexo mecânico de contradições, dificilmente pode-se afirmar o desenvolvimento de movimentos sociais como expressão imediata de necessidades, o que implica em questionar o caráter espontâneo a eles atribuído em diferentes estudos. A trajetória de um movimento como o dos favelados revela como a atuação do que tais estudos denominam ‘agentes externos’ – *partido comunista e advogado progressista nos anos 50* e setores

---

<sup>288</sup> **PRESTES, Luiz Carlos.** “Prefácio”. In: **GOMES, Manoel.** *As lutas...* Op. Cit. pp.1-3.; **AMOROSO, Mauro.** *Caminhos do lembrar...* Op. Cit. p.43.

<sup>289</sup> **AMOROSO, Mauro.** *Caminhos do lembrar...* Op. Cit. p.73.

<sup>290</sup> **GOMES, Manoel.** *As lutas...* Op. Cit. pp.15; 50.

<sup>291</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.25; Documento sem título [Comunicado interno da Secretaria de Segurança Pública]. Rio de Janeiro. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.15-18.

da Igreja Católica nos anos 60 e no período mais recente – permitiu a visibilidade e articulação de experiências isoladas”<sup>292</sup> (itálico meu).

É inegável que, de um lado, o conjunto do trabalho de Lima acertou ao apontar para a necessidade de se superar as concepções teóricas tão em voga no Brasil dos anos 1980, quando sua dissertação foi produzida, que buscavam avaliar os movimentos sociais a partir de seu grau de “autonomia”, recaindo num espontaneísmo de viés abstratizante que, no limite, isolava esses movimentos da dinâmica da totalidade social. De outro lado, é importante perceber que essa crítica foi conduzida de forma a fazer com que seu texto terminasse por inverter o sinal do equívoco que buscava reparar, mantendo a abstração indevida. Dessa forma, os favelados continuam a ser olhados como um segmento relativamente isolado do restante da sociedade, o qual se relacionaria com aqueles que estão “fora” dos morros – e mesmo com aqueles que estão em outros morros – fundamentalmente pela intermediação de “agentes externos”. O complemento mais imediato dessa visão isolacionista é o tratamento analítico uniforme da atuação de organizações representantes de interesses sociais muito distintos, como os setores conservadores da Igreja e o PCB, tornando opacas as distintas vinculações de classe dessas instituições.

Caso sejam deixados de lado esses procedimentos analíticos abstratizantes e se examine o real a partir de um aporte teórico capaz de dar conta de suas múltiplas instâncias, é possível perceber o PCB como um órgão – a despeito de quaisquer questionamentos que possamos hoje levantar em relação às suas diretrizes táticas e estratégicas naquela conjuntura – surgido da e mantido pela classe trabalhadora. O mesmo não poderia, portanto, ser tomado como algo “externo” aos próprios trabalhadores, fossem eles habitantes de favelas, ou não. Essa perspectiva alternativa tem o mérito de evitar naturalizar a separação entre “favela” e “cidade”, relacionando as clivagens geográficas às distinções classistas e, como consequência, remetendo qualquer discussão acerca do conceito de autonomia para o campo das relações de classe, onde o posicionamento político dos agentes atua como principal indicador de sua presença ou ausência. Tal interpretação encontra um importante respaldo teórico nas observações de Antonio Gramsci acerca da metodologia que deveria orientar estudos sobre a história dos partidos políticos. Em suas palavras:

---

<sup>292</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.212.

“O que é a história de um partido? Será a mera narração da vida interna de uma organização política (...)? Tratar-se-ia, neste caso, da história de grupos intelectuais restritos e, em alguns casos, da biografia política de uma individualidade singular. Portanto, a moldura do quadro deverá ser mais ampla e abrangente. Será preciso escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores (...). Mas será que esta massa é constituída apenas pelos adeptos do partido? (...) Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão (...)”<sup>293</sup>.

Nesse sentido, sempre que estivermos tratando das relações entabuladas pela UTF e pelos trabalhadores favelados de modo geral com outras entidades (sindicais, políticas, recreativas, etc) oriundas da mesma classe social, qualquer menção a fatores “externos” deve ser tratada com enorme cuidado. Somente procedendo dessa maneira torna-se possível escapar ao inequívoco caráter de apagamento de processos mais amplos, especialmente no que se refere à constituição de uma consciência de classe pelo proletariado carioca do pré-1964, que tais referências trazem consigo.

No bojo desse processo, não apenas eram estabelecidas relações entre o que denominei elementos mediadores do desenvolvimento da consciência de classe e a própria classe, como também, inevitavelmente, ocorriam contatos entre os diferentes elementos mediadores. Especificamente no que se refere à relação entre o PCB e Magarinos – os dois elementos analisados nessa seção –, nem eu, nem nenhum dos autores constantes da bibliografia que consultei, fomos capazes de encontrar alguma prova conclusiva de que o advogado tenha sido um militante pecebista em qualquer momento de sua vida. Localizei uma única afirmação direta de tal filiação numa reportagem veiculada em junho de 1954 pelo jornal *A Cruz*, vinculado à Igreja Católica, ao publicar reportagem em que afirmava que Magarinos seria filiado ao PCB desde 1947<sup>294</sup>. Dada a ausência completa de outras evidências desse vínculo, o mais provável é que as afirmações do jornal tivessem motivações meramente depreciativas. Tratava-se, ao que tudo indica, de uma tentativa de desqualificar os esforços do advogado – e, por extensão, a luta da UTF –, relacionando-o a um partido proscrito e ao regime político soviético, acusações por certo bastante graves aos olhos das forças sociais dominantes no regime brasileiro num contexto de Guerra Fria.

Mesmo não tendo havido filiação formal ao PCB, é bastante claro que Magarinos atuou, ao longo de anos de forma bastante próxima a militantes

---

<sup>293</sup> **GRAMSCI, Antonio.** *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre Estado e Política. Vol.3. Op. Cit. p.87.

<sup>294</sup> “A agitação comunista nos morros cariocas”. *A Cruz*. Rio de Janeiro. 06/06/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.42.

pecebistas<sup>295</sup>. Nos anos em que esteve junto à UTF, Magarinos apareceu por diversas vezes em articulação com parlamentares ligados ao PC, tanto em atos públicos, quanto em reuniões organizativas e na articulação e defesa de projetos de lei que atendessem aos interesses dos favelados<sup>296</sup>.

Apesar dessa confluência de ações assumir, ao que tudo indica, um caráter bastante frequente, houve, igualmente, momentos em que a relação entre Magarinos e o PCB experimentou graus mais elevados de tensão. Nísia Lima, sem especificar suas fontes, menciona uma discordância relativa às eleições presidenciais de 1955: enquanto o PCB, por meio de seus militantes do Borel, defendia o apoio direto à candidatura de Juscelino Kubitschek (PSD), Magarinos teria advogado em favor da realização de um debate, em que o candidato dos favelados seria aquele que se comprometesse publicamente com suas demandas<sup>297</sup>. Essa rusga não deve ter tido consequências duradouras para a relação. Retomando o episódio da candidatura de Magarinos à Câmara de Vereadores, veremos que a mesma surge, na narrativa de Gomes, de uma proposta elaborada pelo morador do Borel referido como Manduca. Se estiver correta minha hipótese já apresentada de que Manduca seria, na verdade, um pseudônimo do autor do livro, Manoel Gomes, chega-se à conclusão que foi justamente um militante do PCB o responsável não apenas pela indicação inicial de Magarinos para o pleito de 1958, como também o autor da sugestão de que a candidatura fosse conduzida sob a bandeira do PTB, visto estar o PCB na ilegalidade desde maio de 1947. Essa indicação, no entanto, não significou o fim dos choques entre Magarinos e o partido. Em plena campanha, a *Imprensa Popular* publicou uma reportagem desmentindo afirmações atribuídas ao advogado de que o próprio jornal estaria envolvido em negociações com grileiros que poderiam vir a prejudicar os favelados<sup>298</sup>. Dois dias depois, o mesmo periódico abriu espaço para que Magarinos publicasse um artigo esclarecendo sua posição. Nesse texto, o advogado informava que não havia acusado a *Imprensa Popular* de dialogar com os grileiros. Sua afirmação era a de que Agildo Barata, militante que

---

<sup>295</sup> Essa proximidade datava, inclusive, de antes da fundação da UTF, quando Magarinos tomou parte em outras empreitadas também apoiadas pelo PCB, como a Conferência Continental de Juristas e do Movimento Carioca Pela Paz e Contra a Arma Atômica. **GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro.** “A centralidade... *Op. Cit.*”. p.9 (nota 8).

<sup>296</sup> “Sobem aos morros os candidatos do asfalto”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 26/06/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.53.

<sup>297</sup> **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados... Op. Cit.* pp.115-116.

<sup>298</sup> “Inverdades a propósito de favelados”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 13/07/1958. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.60.

deixara o PCB em 1957<sup>299</sup>, o procurara, acompanhado de um juiz, para propor um acordo pela desocupação da favela Vila Cachoeira em favor do grileiro Carlos Gonçalves, em troca de uma doação desse de Cr\$ 2 milhões à *Imprensa Popular*.

Para além do esclarecimento do imbróglio, chama atenção o fato de que o advogado se queixou, no mesmo artigo, de forma muito respeitosa e colocando-se como aliado, de que o jornal do PCB teria aconselhado os trabalhadores a não votarem nele como represália ao que o partido entendera como uma acusação contra a *Imprensa Popular*. Após enfatizar sua intenção de manter-se em bom termo com os pecebistas, Magarinos encerrou o artigo de forma a reforçar a legitimidade de sua candidatura, o que corrobora o relato de Gomes:

“(…) a escolha do nosso nome para representar os trabalhadores residentes em favelas, na Câmara dos Vereadores, foi feita à nossa revelia, por 33 representantes de Diretórios da União dos Trabalhadores Favelados e levada a indicação ao Dr. João Goulart, Presidente do PTB, sem interferência de qualquer outra origem. Achamos, assim, que não desmerecemos da confiança dos trabalhadores favelados que nos indicaram ao PTB pelo fato de narrarmos a verdade, em defesa deles, doa a quem doer”<sup>300</sup>.

A aferição da veracidade das alegações da *Imprensa Popular* e de Magarinos Torres quanto ao episódio envolvendo Agildo Barata escapa ao escopo proposto para essa pesquisa e dependeria de consultas a outras fontes. Existem, de qualquer forma, indícios de que após essa desavença, Magarinos e o PCB tenham voltado a se aproximar, como, por exemplo, o fato de que, em 1960, a postulação, pelo advogado, do cargo de Deputado foi conduzida sob a bandeira do Partido Republicano Trabalhista (PRT), que funcionava justamente como fachada legal para os candidatos ligados ao Partido Comunista<sup>301</sup>. Apesar disso, os tensionamentos mencionados que por vezes emergiam da relação entre Magarinos e o PCB contribuíram para deixar patente que a afirmação de que a os favelados eram partícipes de um processo mais amplo de coesão da classe trabalhadora carioca não implica que esse caminho tenha sido marcado por uma ausência de conflitos. Ademais, afirmar que o advogado e o Partido mantinham-se organicamente vinculados à classe trabalhadora não equivale a reduzir a

---

<sup>299</sup> **RODRIGUES, Leôncio Martins.** “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: **FAUSTO, Bóris** (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política (1930-1964). 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1986. pp.422-425.

<sup>300</sup> Artigo sem título. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 15/07/1958. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.59.

<sup>301</sup> “Coluna do Trabalhador Favelado (Direção de Magarinos Torres)”. *Luta Democrática*. Rio de Janeiro. 06/09/1960. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.58.

classe a esses elementos, como já alertou Eric Hobsbawm, num importante balanço metodológico do percurso da História Social do Trabalho em que apontou para a necessária distinção entre uma classe social, seus movimentos e suas organizações<sup>302</sup>. A classe como fenômeno histórico reveste-se de uma complexidade muito maior, envolvendo tanto organismos que buscam de forma intencional e deliberada o fomento de uma consciência de classe, como é o caso de seus partidos políticos, quanto uma grande massa de indivíduos dotados de uma formação política menos formalizada. Em sua experiência cotidiana, é possível que esses e aqueles entrem em rota de colisão, com diferentes entidades e/ou indivíduos apresentando compreensões diferentes do processo, ou buscando resguardar seus interesses particulares mais imediatos, como parece ter sido o caso do choque entre Magarinos e o PCB.

De modo geral, esses choques não precisam acarretar uma desagregação da classe enquanto tal, tendendo até a ter uma importância bastante secundária sempre que é detonado um processo mobilizatório que aponta para um fortalecimento da coesão da classe. Como o período de existência da UTF foi marcado precisamente por uma série desses momentos de mobilização mais intensa, é possível afirmar que os embates e disputas analisados não foram capazes de frear o movimento de constituição de uma consciência de classe por parte dos favelados e demais trabalhadores cariocas. Prevaleceu, ao contrário, a sua coesão em oposição àqueles que identificavam como seus opositores.

## ***2.7- Os contornos sócio-espaciais da consciência de classe.***

De acordo com Thompson, o pleno desenvolvimento de uma consciência de classe, não passa apenas pela identificação daqueles inseridos em situações similares, que podem ser identificados como o “nós”, devendo, igualmente, identificar as classes opositoras que configuram os “outros”. Em sua análise da formação da classe operária inglesa, essa percepção foi expressa da seguinte forma:

“De um lado, havia uma consciência da identidade de interesses entre trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realização, encarnada em muitas formas institucionais (...) Por outro lado, havia uma

---

<sup>302</sup> **HOBBSAWM, Eric J.** “*História operária e ideologia*”. In: \_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. 4ª ed. revista. Trad. de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. pp.17-20.



consciência da identidade dos interesses da classe operária, ou ‘classes produtivas’, enquanto contrários aos de outras classes (...)”<sup>303</sup>.

No tocante a essa dupla dimensão, o trecho abaixo transcrito do projeto de estatuto da UTF – e reproduzido praticamente sem qualquer alteração nos estatutos de 1958 – fornece uma visão interessante:

“Como trabalhador se considera todo aquele que viva do seu próprio trabalho, sem explorar o trabalho alheio, assim admitidos como sócios os operários, agricultores, funcionários públicos e autárquicos, comerciários, industriários, soldados, marinheiros, aviadores e livres profissionais, bem como todo aquele que tendo vivido do seu próprio trabalho, se encontre incapacitado, por doença ou velhice, de manter-se por sua própria conta”<sup>304</sup>.

Sendo os membros da classe trabalhadora caracterizados pela necessidade de labutar para garantir sua própria subsistência, seus opositores só poderiam ser aqueles que viviam do trabalho de terceiros – sendo esses terceiros, em certos casos, alguns dos próprios favelados – e/ou atuavam no sentido de perpetuar o estado de coisas em que alguns poucos podiam ser sustentados pelo trabalho de muitos. Em termos mais diretos, esses antagonistas eram identificados como sendo tanto “os governos”, quanto aqueles que “socialmente os oprimem e exploram” (não havendo menção a qualquer distinção entre os opressores e exploradores que atuavam em seus locais de moradia, daqueles encontrados prioritariamente nos espaços de trabalho)<sup>305</sup>. É importante perceber que as especificidades da vida na favela podem ter agido no sentido de tornar mais plausível a inserção dos governos no rol de seus opositores, na medida em que tornava evidente alguns problemas que poderiam ser ausentes, ou ter proporções reduzidas, nas experiências de outros segmentos de trabalhadores. A extrema deficiência das favelas em termos da infraestrutura urbana, quando comparada ao que estava disponível em outras áreas da cidade, facilitava a percepção entre as diferentes inserções sociais que clivavam aquela sociedade, bem como a posição assumida pelo Estado em face dessas assimetrias, algo explicitado no preâmbulo ao projeto de “Lei de proteção aos trabalhadores favelados”, provavelmente formalizado por Magarinos e discutido pelas

---

<sup>303</sup> THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 3. Op. Cit. pp.411-412.

<sup>304</sup> “Projeto de estatutos da UTF”. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.28-29.; “Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados”. Registrados sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958. p.9.

<sup>305</sup> “Projeto de estatutos da UTF”. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.28.

bases da UTF<sup>306</sup>, que afirmava: “(...) não é justo, portanto, distinguir, para preferência das atenções do poder público, os logradouros habitados por ricos dos que são ocupados por trabalhadores pobres”<sup>307</sup>.

Em muitos casos, no entanto, a complexa inserção da favela no Rio de Janeiro do período 1945-1964 tornava mais nuançada a identificação desses opositores. Por meio do entrecruzamento de determinações geográficas, políticas e econômicas, as favelas cariocas e sua permanência tornaram-se, muito rapidamente, objeto de interesse de diversos agentes, para além dos próprios moradores<sup>308</sup>. A partir dos anos 1930 e, especialmente, após a redemocratização de 1945, com a intensificação do interesse do capital imobiliário pela apropriação desses espaços favelizados, a defesa da permanência de seus moradores passou a ser advogada por uma série de políticos profissionais. Colocando-se como protetores dessas favelas em casos de tentativas de despejo e facilitando a obtenção de determinados serviços por seus habitantes, esses políticos – dentre os quais o mais célebre talvez tenha sido o petebista Geraldo Moreira – objetivavam ali constituir mananciais relativamente estáveis de votos.

Outro grupo de não residentes interessados na continuidade da existência das favelas era formado por aqueles que tinham na favela fontes importantes de renda. Dentre esses, podem ser citados tanto os proprietários de múltiplos barracos que extraíam renda de seu aluguel, quanto os donos de pequenas vendas e armazéns conhecidas como biroskas. Ainda que a articulação desses políticos e investidores aos moradores tenha, por vezes, produzido importantes resultados, com destaque para o decreto de desapropriação da favela do Jacarezinho, datado de 1949, a política dos favelados mobilizados em torno da UTF foi a de apenas entabular alianças episódicas com eles, valorizando, ao contrário, a capacidade de ação autônoma dos próprios favelados. Subjacente a esse comportamento estratégico encontrava-se a avaliação de que, a despeito da convergência imediata em torno da defesa da permanência, os interesses dos trabalhadores favelados e desses outros grupos se distanciavam, no melhor dos casos, no médio prazo.

Por vezes, entretanto, as mesmas oportunidades de obtenção de riquezas aproveitadas por investidores de fora da favela eram buscadas por alguns de seus

---

<sup>306</sup> “Todos os morros aderem a grande festa de domingo”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 15/10/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.79.

<sup>307</sup> “Lei de proteção aos trabalhadores favelados”. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.24-26, APERJ.

<sup>308</sup> Uma importante síntese das intrincadas redes formadas por esses agentes desde o final do século XIX até as primeiras décadas do XX pode ser encontrada em **FISCHER, Brodwyn**. *A poverty... Op. Cit.* p.252.

moradores. Esse era o caso, por exemplo, dos moradores de favelas que viviam dos aluguéis obtidos pela propriedade de diversos barracos, ou pela exploração de redes informais de eletricidade, cujo acesso aos demais favelados era condicionado ao pagamento de elevadas tarifas. Embora não tenha localizado nenhum caso de expulsão desses indivíduos das favelas mobilizadas sob a bandeira da UTF – assim como aqueles que vendiam seus serviços para os considerados grileiros –, é inegável que os filiados à entidade buscaram combater esses mecanismos de apropriação de seus recursos. No que se refere à questão da eletricidade, a diretriz da UTF de pressionar o Estado a fornecer aos favelados os serviços disponíveis para o restante da cidade<sup>309</sup> pode ser tomado como índice dos esforços devotados ao bloqueio desse manancial de recursos para bolsos particulares.

Quanto aos rentistas, em primeiro lugar, é preciso ressaltar que houve constantes denúncias públicas desse tipo de “exploração” a que estavam sujeitos. Além disso, em algumas das favelas em que a UTF conseguiu se estabelecer com mais força, a acumulação de barracos tornou-se objeto de deliberação coletiva. De acordo com Gomes, no próprio morro do Borel, uma das primeiras assembleias de seu núcleo da UTF votou pela

“(…) abolição da cobrança de aluguel: os inquilinos de alguns moradores que possuíssem mais de um barracão, que pagassem o seu valor real ao seu proprietário para evitar perdas econômicas que não seriam justas. Esta tese não foi muito bem recebida pelos sublocatários presentes. Houve uma certa discordância por parte dos mesmos que ficaram em minoria, pois, a maioria aprovou as teses”<sup>310</sup>.

A situação dos birosqueiros, também mencionados por Machado da Silva como membros do que chamou “burguesia favelada”<sup>311</sup>, teve, na maioria das vezes, resolução diversa. Com efeito, nos casos em que são mencionados pela documentação consultada, pareciam manter boas relações com os demais favelados, sendo, quase sempre, vistos como parte da coletividade, e não como antagonistas. Uma reportagem da *Imprensa Popular* chegou, inclusive, a salientar que a ameaça da Prefeitura e da Cruzada São Sebastião de fecharem biroskas localizadas na favela da Praia do Pinto teria descontentado os moradores, porque compravam ali os seus principais gêneros

---

<sup>309</sup> “Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados”. Registrados sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958. p.3.

<sup>310</sup> GOMES, Manoel. *As lutas... Op. Cit.* p.26.

<sup>311</sup> Para a discussão desse conceito, ver as pp.44-46 desse trabalho.

alimentícios a preços mais baixos do que os praticados em estabelecimentos de fora da favela<sup>312</sup>.

A situação desses favelados negociantes torna claro que nem sempre era simples estabelecer a precisa demarcação daqueles que estavam “dentro” ou “fora” da classe trabalhadora. Por mais que a maioria dos birosqueiros e mesmo dos locadores de barracos não auferisse, com seus negócios, ganhos muito superiores aos de seus vizinhos<sup>313</sup> e se encontrassem imersos nas mesmas experiências cotidianas em seu local de moradia, suas posições específicas dentro das favelas estavam sempre sujeitas a enredá-las em conflitos internos à própria favela. Apesar da impossibilidade de erradicar tais diferenciações internas, os episódios acima analisados apontam para o fato de que a atitude dos militantes da UTF dirigiu-se, quando da eclosão desse tipo de conflito, no sentido de, valorizando os espaços coletivos de deliberação, buscar limitar seu alcance, minimizando as possibilidades de exploração econômica de alguns favelados por outros.

Complexificando ainda mais a situação, dificuldades na delimitação das fronteiras da classe trabalhadora poderiam surgir, também, em relação à determinação dos setores não-favelizados que faziam parte do proletariado. Com efeito, a crescente consolidação das favelas no Rio de Janeiro, era há décadas acompanhada de esforços das mais variadas frações das classes dominantes para apresentar, a partir de sua especificidade geográfica, esses núcleos e seus moradores como essencialmente distintos do restante da população da cidade. No capítulo 1, já foram apresentadas algumas dessas formas de estigmatização (associação à criminalidade, à ociosidade, à falta de higiene, etc), que não cessaram de se reproduzir mesmo com o advento de representações sociais – sustentadas, ao longo de décadas, pelo próprio Estado – da população favelada, ou de parte significativa dela, como composta por trabalhadores. Para além de servir à diferenciação simbólica num espaço de próxima localização de diferentes classes sociais, conforme ressaltou Marcelo Burgos<sup>314</sup>, esses processos de estigmatização tinham como efeito igualmente importante o apartamento discursivo dos favelados em relação às demais parcelas da classe trabalhadora.

Uma das versões menos beligerantes desses estigmas, a da pobreza dos favelados, acabou, como já visto, sendo assumida pelos próprios em muitos casos em que se viam ameaçados de despejo, especialmente, até os anos 1950. Nas mobilizações

---

<sup>312</sup> “Expectativa na Praia do Pinto: Crescem os edificios em construção mas não estão tranquilos os favelados”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 31/12/1955. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.172.

<sup>313</sup> FISCHER, Brodwyn. *A poverty... Op. Cit.* p.250.

<sup>314</sup> BURGOS, Marcelo Baumann. “Favela... Op. Cit.”. p.376.

animadas pela UTF esse tipo de formulação discursiva tendeu a desaparecer, sendo os pleitos pela permanência, ou mesmo pela instalação de serviços e infraestrutura urbanos, sustentados com base no estatuto de trabalhadores, na condição de brasileiros e na reivindicação de direitos<sup>315</sup>, todos elementos igualmente presentes em manifestações anteriores a 1954, mas reelaborados a partir dali. Conforme, já argumentado, esse percurso fica evidente até mesmo pela comparação dos estatutos da União de 1954 e 1958, possivelmente evidenciando o avanço dos favelados rumo à compreensão de que a pobreza também caracterizava a experiência de muitas outras parcelas do proletariado<sup>316</sup>. De resto, cabe ressaltar que a formação de uma consciência de classe não necessariamente apaga de forma completa elementos identitários anteriormente constituídos, mas tende a inseri-los em uma nova totalidade, recriando, ainda assim, tensões internas, as quais podem, a qualquer momento, dar vazão a retrocessos.

Evidentemente, afirmar que esse foi o sentido do movimento proposto a partir da UTF não implica em dizer que o mesmo tenha alcançado de forma uniforme todas as favelas da cidade e seus moradores. Como qualquer processo histórico de grande complexidade, a formação e a consolidação da consciência de classe em meio aos favelados cariocas de meados dos anos 1950 estiveram sujeitas a inúmeros avanços e recuos. Alguns de seus limites foram aqueles encontrados pelo conjunto das mobilizações dos subalternos cariocas e brasileiros naquela quadra histórica, como o apego excessivo ao legalismo e a uma determinada forma de nacionalismo. Outros, no entanto, resultaram da ação consciente e determinada de seus opositores. Quanto a esse tipo de ação, é possível mencionar, dentre outras, a continuidade da influência de políticos desprovidos de laços orgânicos com a classe trabalhadora em muitas localidades, a disposição permanente da imprensa de mercado a disseminar propaganda negativa acerca das ações da entidade e daqueles nela organizados e a mobilização de diferentes órgãos do Estado – com destaque para forças policiais – a fim de frustrar seus intentos. Apesar desses obstáculos, tanto nas ocasiões festivas, quanto nos momentos de embates e lutas, os favelados organizados pela UTF conseguiram se apropriar parcialmente da cidade, corroborando a afirmação de Michael Savage de que, em processos de formação de classe,

---

<sup>315</sup> Sobre o desenvolvimento dessa retórica dos direitos, cf. **FISCHER, Brodwyn**. *A poverty... Op. Cit.* pp.276-293.

<sup>316</sup> Esse ponto foi, também, abordado na página 27 do capítulo 1 desse trabalho.

“(...) o espaço precisa ser visto como importante em duas maneiras diferentes e possivelmente contraditórias. Primeiro, lugares particulares podem se tornar habitats para certos grupos sociais de modo que estes lugares se tornam integralmente ligados em seus ‘habitus’, estilos de vida, e, desse modo, podem ser a base sobre a qual sua identidade coletiva é formada. Segundo, a formação de classe pode ocorrer quando classes sociais estendem-se através do espaço construindo redes que ligam membros da classe mesmo quando eles estão espacialmente dispersos”<sup>317</sup>.

Da combinação da intensificação dos laços de vizinhança com o estabelecimento de conexões entre os morros, favelas e demais locais de habitação proletária, foram logradas algumas conquistas efetivas, já anteriormente mencionadas, e o fato desse projeto ter, em última análise, sido derrotado, não deve justificar seu ocultamento, sob a afirmação de que na falta de “outra via política, o modelo clientelista transformou-se na única alternativa disponível aos novos segmentos urbanos”<sup>318</sup>.

Sintetizada essa etapa, a partir do próximo capítulo, passarei a analisar novos desdobramentos do movimento dos trabalhadores favelados, posteriores a esse primeiro ciclo de atuação da UTF (composto, grosso modo, pelo período que vai de abril de 1954 às eleições de 1958).

---

<sup>317</sup> **SAVAGE, Michael.** “Espaço, redes e formação de classe”. In: *Revista Mundos do Trabalho*. Trad. de André Gomes de Assis e Francisco Barbosa de Macedo. Vol.3, Nº 5, janeiro-junho de 2011. p.8. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2011v3n5p6>. Acesso em 28/01/2013.

<sup>318</sup> **BURGOS, Marcelo Baumann.** “Favela... Op. Cit.”. p.375.

### Capítulo 3

## O I Congresso dos Trabalhadores Favelados e a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro

### 3.1- O PTB entra em cena.

A campanha eleitoral de 1958 constituiu um importante marco no desenvolvimento dos movimentos dos trabalhadores favelados cariocas. Evidenciando a dificuldade de traduzir em votos a penetração em meio aos favelados da figura de Magarinos Torres, mesmo tendo sua candidatura sido articulada a partir da UTF, o pleito apresentava algumas das limitações do processo até então percorrido em termos dos objetivos propostos pela própria entidade. Ao mesmo tempo, a campanha de Magarinos, ao ser conduzida sob a sigla do PTB, abria novas possibilidades a serem exploradas no futuro imediato. Quanto a isso, teve importância fundamental a decisão de articular à campanha de Magarinos à vereança a corrida de José Gomes Talarico por uma vaga como deputado federal.

Jornalista, funcionário do Ministério do Trabalho desde 1942 e presidente de sua Associação de Funcionários a partir de 1951, além de fundador do PTB no Distrito Federal e suplente na Câmara Federal desde 1954, Talarico já era, àquela altura, um quadro com vasta experiência política, inclusive no trato com organizações de trabalhadores<sup>319</sup>. Diante desse perfil, qualquer afirmação da casualidade de sua ligação com a campanha de Magarinos Torres deve ser vista com extrema cautela. O próprio Talarico afirmou em depoimento publicado que

*“Por orientação do Jango, acabei me ligando ao movimento dos favelados, então liderado pelo advogado Magarinos Torres, filho de um famoso desembargador. Tornei-me defensor das reivindicações dos moradores e da legalização das favelas, atuando sobretudo junto à da rua Santo Amaro e à do Borel no Alto da Boavista”<sup>320</sup> (itálico meu).*

Tal orientação, por sua vez, poderá ser melhor compreendida por meio de referência à

---

<sup>319</sup> Além de suas atividades mais cotidianas como militante, contribuíram para formatar essa experiência de Talarico junto aos trabalhadores os diversos cargos que ocupara até aquele momento, como a nomeação para a Comissão do Imposto Sindical – tendo sido apontado no segundo governo de Getúlio –, a breve passagem pela presidência da Comissão Técnica de Orientação Sindical durante o governo Nereu Ramos e as participações no Diretório Nacional e na secretaria do Conselho Sindical do PTB. **TALARICO, José Gomes.** *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. pp.50-56; 98-113; 131-132.

<sup>320</sup> **IDEM.** *Ibidem*. p.120.

posição ocupada no quadro político nacional pelo próprio Jango e seu partido, o PTB, naquele momento. Eleito em 1955 como vice-presidente na chapa encabeçada por Juscelino Kubitschek, durante o mandato desse, Jango desempenhou um importante papel na contenção das mobilizações trabalhistas dentro de certos limites, para sustentar a imagem de relativa paz social da qual o governo se beneficiava largamente. À medida que avançava o mandato de JK, essa tarefa tornava-se progressivamente mais difícil, tendo-se em vista a agudização das contradições inerentes ao programa econômico do governo, a crescente organização política dos trabalhadores e o avanço dos ideais reformistas no âmbito do próprio PTB<sup>321</sup>.

Diante dessa situação, a orientação de Jango para que um calejado militante, como Talarico<sup>322</sup>, desenvolvesse sua candidatura em proximidade com os favelados indica uma clara preocupação do vice-presidente com a domesticação, também, de fontes não-sindicais de mobilização dos trabalhadores, associada à avaliação do potencial eleitoral contido na população favelizada e das possibilidades de integração desse tema – e desse setor social – ao projeto reformista. Em parte, essa tarefa seria facilitada pelo fato de Jango já ser identificado como uma possível referência dos favelados em suas lutas pela permanência em suas moradias, uma vez que foi procurado, em 1958, por uma comissão de moradores do Borel, ameaçados de despejo<sup>323</sup>.

Terminado o processo eleitoral de 1958, quando Talarico foi eleito suplente de deputado federal pela segunda vez consecutiva, sua aproximação em relação aos favelados tornou a se manifestar publicamente nos primeiros meses de 1959. Em abril daquele ano, corriam já notícias de que a Associação dos Funcionários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (ASTIC) sediaria reuniões de líderes favelados, com a

---

<sup>321</sup> Sobre a participação de Jango e do PTB no governo JK, cf. **DELGADO, Lucília de Almeida Neves.** *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989. pp.181-196. As dificuldades enfrentadas especialmente nos dois últimos anos de governo podem ser inferidas pela evolução do número de greves que passaram de 31 em 1958, para 73 em 1959 e novamente em 1960. **TÓRTIMA, Pedro.** “*A estrutura sindical... Op. Cit.*”. p.288. Especificamente no Rio de Janeiro, os números para os três anos foram, respectivamente, 7, 40 e 38. **MATTOS, Marcelo Badaró.** *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p.60.

<sup>322</sup> Uma razão adicional para a escolha de Talarico e não qualquer outro candidato petebista pode ter sido sua experiência na organização da Recreação Operária, um programa do Ministério do Trabalho que levava artistas de fama para se apresentarem nos conjuntos construídos pelos IAP's nas regiões periféricas. A partir daí, Talarico teria passado a se envolver com as reivindicações dos moradores dessas áreas mais afastadas do centro, em parte similares àquelas dos favelados, como demonstram as demandas por acesso às redes de água e eletricidade e pelo reconhecimento do direito de permanência em loteamentos não-regularizados. **TALARICO, José Gomes.** *Depoimento*. Op. Cit. p.119.

<sup>323</sup> “Moradores (Morro do Borel) recorrem a Jango Goulart!”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 12/08/1958. BN. Periódicos Microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.6.



presença do próprio Talarico, objetivando a organização de um congresso de suas entidades<sup>324</sup>.

Embora o estabelecimento de contatos com entes sindicais constituísse prática relativamente comum no bojo da atuação de entidades de favelados, como vimos ser o caso da UTF, o episódio acima mencionado possui algumas especificidades que merecem certo relevo analítico. Destaca-se, nesse sentido, o fato do responsável pela articulação de favelados e sindicato, José Talarico, ocupar, além da presidência da ASTIC, cargos de grande importância na estrutura do Ministério do Trabalho, sendo homem de confiança do vice-presidente. Dessa forma, instalava-se nessa relação um potencial conflito de interesses entre os trabalhadores favelados, buscando ver suas reivindicações atendidas, e os agentes ligados ao governo, que tolerariam as lutas por essas reivindicações apenas na medida em que lhes concedessem mais dividendos políticos do que acarretassem prejuízos. Tratava-se, em suma, de encontrar um balanço considerado ideal para a política de “conceder para conter”<sup>325</sup>, implementada também na relação do Ministério, e do governo de forma geral, com os sindicatos.

Para além disso, a atuação de Talarico implicava num envolvimento mais direto de seu partido, o PTB, com os movimentos mais organizados e combativos de favelados, algo até então incomum. Com efeito, ainda que nos embates acerca de desapropriações que atravessaram as favelas cariocas a partir da redemocratização, tenha sido frequente a participação de parlamentares petebistas (como Frota Aguiar, João Luis Carvalho, João Machado e José Venerando da Graça, entre outros)<sup>326</sup>, tal envolvimento não resultou na construção de laços políticos mais orgânicos e em participação constante nos fóruns do movimento e em sua organização. Nos quadros do PTB, o político mais cotidianamente ligado aos moradores de favelas era Geraldo Moreira, advogado que se envolvera no processo de desapropriação do Jacarezinho, tendo sido também vereador, Secretário da Agricultura do prefeito Negrão de Lima e deputado estadual, numa carreira que lhe permitiu construir uma sólida base eleitoral em algumas favelas da Zona Norte, com destaque para a Barreira do Vasco. Seu estilo de atuação, no entanto, pautava-se muito mais por padrões clientelistas, em que, por exemplo, viabilizava a instalação do serviço de fornecimento de água em troca de apoio

---

<sup>324</sup> “Favelados preparam plano de mobilização geral e comício na esplanada ainda este mês”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 02/04/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.25.

<sup>325</sup> Expressão utilizada por **DELGADO, Lucília de Almeida Neves**. *PTB: do getulismo...Op. Cit.* p.189.

<sup>326</sup> **FISCHER, Brodwyn**. *A poverty... Op. Cit.* pp.266; 274; 280; 287.

eleitoral, do que pelo estímulo à organização autônoma dos moradores e seu envolvimento em questões políticas mais amplas<sup>327</sup>.

É importante observar que esse padrão de atuação de Geraldo Moreira e outros se coadunava com o processo histórico de formação do PTB, fundado a partir de uma iniciativa da cúpula do Estado Novo (aí incluído o próprio Vargas), em parceria com a burocracia sindical, tendo recebido, ainda, apoio de indivíduos oriundos das classes dominantes. Desde sua II Convenção Nacional, realizada em 1947, os sindicalistas do Estado Novo passaram a ter sua participação nas instâncias de comando do partido bastante diminuída, sendo essas dirigidas, cada vez mais, por industriais, estancieiros e profissionais liberais mais abastados, como evidenciam os quase 12 anos pelos quais Jango ocupou ininterruptamente sua presidência<sup>328</sup>. Assim, ainda que seu enraizamento sindical tenha se aprofundado ao longo dos anos 1950, em larga medida, em função da aliança crescentemente consolidada com o PCB<sup>329</sup>, o PTB não se propunha a ser um partido exclusivo da classe trabalhadora, ou dos subalternos de maneira geral, pretendendo defender os interesses específicos desses, mas no bojo de um projeto de cooperação entre as classes, em que o Estado aparecia como mediador de suas relações.

A plena implementação desse projeto dependeria, no entanto, da construção de sua legitimidade junto aos trabalhadores, engrenagem fundamental no mecanismo político esboçado pelo PTB.

### ***3.2- A construção da legitimidade da atuação do PTB.***

Ao investir de forma mais consistente em sua participação no movimento dos favelados, o PTB se deparava como uma conjuntura marcada por um ciclo imediatamente anterior de mobilizações vitoriosas, conduzidas sob a flâmula da UTF. Diante desse cenário, qualquer tentativa de penetração no movimento, para ser bem-sucedida, precisaria contar com o suporte de lideranças efetivamente envolvidas com a classe, bem como fazer certas concessões às reivindicações dessa, ainda que se

---

<sup>327</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.274-275.; **LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth.** “Favelas e comunidade política: a continuidade da estrutura de controle social”. In: \_\_\_\_\_ . *A sociologia...* Op. Cit. p.209; **Sociedade de Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS).** “Aspectos humanos da favela carioca”. *Folha de São Paulo.* São Paulo. 15/04/1960. Parte II. p.31.

<sup>328</sup> Para uma história do PTB centrada na análise da evolução de suas resoluções, disputas e composição internas, cf. **D'ARAÚJO, Maria Celina.** *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65.* Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp.21-33; 43-54.

<sup>329</sup> **SANTANA, Marco Aurélio.** *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil.* São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001. Capítulos II e III.

defendesse a manutenção dos elementos fundamentais daquela organização social.

A participação na preparação do congresso de trabalhadores favelados foi o modo encontrado por Talarico, o articulador petebista, para lograr esses objetivos táticos. Embora não tenha sido possível determinar de quem partiu a iniciativa para a preparação do conclave<sup>330</sup>, o mesmo se tratava de um projeto acalentado há alguns anos pelo setor mais combativo dos favelados, ligado à UTF, que parece não ter conseguido tirá-lo do papel nas tentativas de 1956 e 1958, apesar dos esforços dispendidos com essa finalidade<sup>331</sup>. Ao decidir apoiar a nova tentativa, em 1959, Talarico e o PTB serviam-se, portanto, de um espaço amplamente reconhecido por lideranças influentes entres os trabalhadores, para se inserir de forma mais direta nos debates por elas travados. Reforçando essa percepção, é possível mencionar os diversos “congressos locais” realizados por associações de moradores nos primeiros meses do ano de 1959, mesmo momento em que se planejava a realização do Congresso dos Trabalhadores Favelados, sob a proposta de aglutinar as diversas entidades representativas dessa parcela do proletariado<sup>332</sup>. O esforço de construção da legitimidade desse congresso mais amplo passou, centralmente, pela convocação desses líderes de base – alguns dos quais tendo sido promotores das iniciativas de menor envergadura acima mencionadas – para as reuniões de organização do congresso, as quais ocorriam quase sempre na sede da ASTIC<sup>333</sup>.

Mesmo esses espaços, no entanto, não deixaram de ser aproveitados por Talarico e outros militantes petebistas envolvidos com o I Congresso com o objetivo expresso de fortalecer politicamente o PTB. Afinal, outro não poderia ser o objetivo ao agendarem a Concentração Preparatória do Congresso dos Trabalhadores Favelados para o mesmo dia em que ocorreria a XI Convenção Nacional do PTB – não por acaso, um 1º de maio, data cercada de grande importância simbólica para a classe trabalhadora –, ocorrendo

---

<sup>330</sup> Em carta publicada pelo *Jornal do Brasil*, Talarico atribuiu a ideia aos próprios favelados, ao passo que seus adversários, como Geraldo Moreira, apontavam para a proeminência do petebista em todo o processo. “Congresso dos favelados não é político”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 03/04/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.27.; “Congresso de favelados”. *O Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 05/06/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.12.

<sup>331</sup> “Congresso das Favelas” [na coluna “Morros e Favelas”]; “Congresso das Favelas” [na coluna “Morros e Favelas”];. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 04/05/1956; 11/05/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fls.127; 121.; “Vão fazer congresso os favelados” [na coluna “Flashes da Cidade”]. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 12/02/1958. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.9.

<sup>332</sup> “700 mil em congresso”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 20/04/1959. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.10.

<sup>333</sup> “Concentração de favelados”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 29/04/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.19.

ambos em locais bem próximos, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Em relato formulado a seus superiores por investigadores da DPS presentes aos dois eventos, os acontecimentos teriam transcorrido como se segue:

“Tendo como ponto de reunião o Largo de São Francisco, lado da Rua Ramalho Ortigão, realizaram hoje os trabalhadores favelados, ao ensejo do 1º de Maio, a concentração preparatória ao Congresso dos Trabalhadores Favelados, a ser realizada a 13 de Maio próximo, manifestação que teve a orientação do Suplente de Deputado JOSÉ GOMES TALARICO e do senhor MAGARINO TORRES.

Utilizando-se de um caminhão, como palanque improvisado, ali vários oradores se fizeram ouvir, a partir das 18,30 horas, todos referindo-se ao transcurso da data magna do trabalhador – 1º de Maio – ao mesmo tempo em que foi lançada a candidatura do Dr. JANGO GOULART, à Presidência da República, cujo programa prevê reforma da Constituição, Lei Agrária, nacionalização das riquezas, emancipação econômica, objetivos esses que segundo os oradores, exprimem em verdade o verdadeiro sentido nacionalista.

Anunciados pelo locutor da Rádio Mairynk Veiga, RAIMUNDO NOBRE DE ALMEIDA, fizeram-se ouvir os seguintes elementos: Vereador AMANDO FONSECA, MAGARINO TORRES, JOSE AUGUSTO TALARICO, CLAUDIO RAMOS, MODESTO SILVA e outros, estes dois últimos, como representantes das favelas situadas nas zonas norte e sul da Cidade.

Fez igualmente uso da palavra, o Sr. GILBERTO COCKRATT DE SÁ, do Ministério do Trabalho, pedindo aos manifestantes tivessem um pouco mais de paciência (sic), porquanto o Vice-Presidente JOÃO GOULART, fazia questão de vir ao local, o que se verificou momentos após, quando ali chegava em carro chapa 760 (oficial), exatamente às 20,50 horas, encaminhando-se ao palanque improvisado, em meio a vivas manifestações de seus partidários.

Dirigindo-se aos trabalhadores, o Dr. JOÃO GOULART, agradeceu a presença de todos, ao mesmo tempo em que recordou e exaltou a figura do extinto Presidente GETÚLIO VARGAS.

(...)

A manifestação, foi, segundo comentários ouvidos no local, organizada no Ministério do Trabalho, tanto assim, e que, os representantes de favelas, que se fizeram ouvir, foram previamente inscritos naquela repartição pública.

Encerrando essa primeira parte, teve início uma passeata em direção ao Teatro JOÃO CAETANO, onde foi realizada a CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, desfile esse em que pontificaram cartazes alusivos ao 1º de Maio, além de archotes conduzidos por quasi (sic) todos os participantes.

A citada CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO superlotou as dependências daquela casa de espetáculos.

Após a formação da mesa que presidiu os trabalhos, (...) [teve a palavra o] DR. JOÃO GOULART, que leu o discurso que chamou de plataforma do partido, cujas diretrizes se orientam na reforma agrária, no combate aos trustes e na emancipação econômica, pela defesa intransigente da Petrobrás, além de uma reforma na Constituição, no que diz respeito aos entraves, que chamou de prejudiciais ao trabalhador e ao povo brasileiro.

(...)

Como destaque da oração do Sr. JOÃO GOULART, cabe mencionar que disse apresentar agora, seu partido, a plataforma, à consideração dos demais partidos e que em não sendo aprovada, marchará sozinho para a luta

presidencial, para evitar que o povo faça a revolução, pois já está cansado de esperar, por promessas de elites distanciadas das massas populares.  
(...)<sup>334</sup>.

Desse relatório, há uma miríade de elementos que merecem ser destacados para análise. Em primeiro lugar, a presença de Magarinos Torres, principal figura pública vinculada à UTF, sugere que a organização do Congresso dos Trabalhadores Favelados não ocorreu em ruptura absoluta com as experiências anteriores de organização. Em segundo lugar, o envolvimento dos favelados e de suas entidades com discussões políticas mais amplas já podia ser sentido em anos anteriores, como evidencia a determinação, do artigo 2º dos estatutos da UTF, de lutar em prol de uma lei de reforma agrária<sup>335</sup>, precisamente um dos temas salientados pelos oradores, de acordo com os policiais. Com isso, fica absolutamente inviabilizada qualquer interpretação que aponte para a ação do PTB como dotado de um controle absoluto sobre os favelados, aos quais aquele impunha suas diretrizes sem contestação. Ao contrário, o que deve ser salientado é justamente a forma como o PTB se inseriu em um movimento que já se desenrolava, para dele participar de forma a potencializar aqueles elementos consoantes com seu programa e disputar seus rumos com outras forças políticas ativas. Nesse sentido, adquire especial relevância um terceiro elemento do documento policial, relativo ao discurso de Jango na Convenção. Tal discurso corrobora a argumentação acima desenvolvida acerca das intenções do PTB, na medida em que o vice-presidente deixou bem claro que o atendimento de alguns reivindicações – como a própria reforma agrária – constituía o caminho necessário para evitar uma radicalização dos trabalhadores pela esquerda. Evidentemente, o conteúdo de tal discurso poderia ter sido mal compreendido, ou mesmo, propositalmente manipulado pelos autores do relatório, mas análises do comportamento dos agentes da polícia política já evidenciaram que sua tendência predominante era a de exagerar os perigos à ordem – e não atenuá-los, por exemplo, com a apresentação de um Jango mais comprometido com ideais reformistas do que revolucionários –, inclusive aqueles que julgavam advindos de ocupantes de cargos de alto escalão no governo nacional<sup>336</sup>.

---

<sup>334</sup> Documento sem título. [Relatório da Seção de Ordem Pública do Serviço de Investigações da DPS]. Rio de Janeiro. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fls.40-44.

<sup>335</sup> “Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados”. Registrados sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958, p.2.

<sup>336</sup> **PEREIRA, Luciana Lombardo Costa.** *“Polícia política e caça aos comunistas: repressões e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro (1945-1964)”*. In: **MATTOS, Marcelo Badaró** (coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe*

O preciso nível em que essas tendências aparentemente contraditórias de contenção e mobilização deveriam se acomodar no âmbito das ações do PTB era objeto de ferrenho debate pelos convencionais do partido. Em análise das resoluções da XI Convenção, associada à observação de algumas medidas adotadas na sequência do encontro, Maria Celina D'Araujo enfatizou a busca do partido por um novo equilíbrio interno. De acordo com a autora,

“Enquanto avançava no seu reformismo pragmático, o partido incorporava pessoas moderadas nos seus quadros dirigentes. Foi o que aconteceu com a Executiva escolhida em outubro de 1959, que incorporou Argemiro Figueiredo, por exemplo, e colocou Doutel de Andrade na secretaria-geral, até então ocupada por Roberto da Silveira. Finda a Convenção de maio, o partido conseguira acentuar sua posição ideológica, mas Fernando Ferrari, [o principal relator do plano de ação política adotado pelo PTB e] o mais importante rival de Jango, fracassou em sua investida para barrar o personalismo janguista”<sup>337</sup>.

Na busca desse balanceamento, Jango, evidentemente, se utilizou de mobilizações construídas por fora dos órgãos oficiais do partido – como a dos favelados, por exemplo – para fortalecer suas posições tanto no âmbito do PTB, quanto no tabuleiro político nacional. Entretanto, esse aproveitamento político-partidário das mobilizações dos favelados não deixou de ser percebido no próprio momento em que se organizava o congresso dos favelados, conforme evidenciam as acusações veiculadas por uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de que o congresso não ocorreria, constituindo apenas pretexto para Talarico e Magarinos homenagearem Jango. Outras críticas foram disparadas de dentro do próprio PTB – evidenciando a profundidade das clivagens internas ao partido –, especialmente por Geraldo Moreira. Em artigos publicados por diversos jornais, o parlamentar petebista denunciou a infiltração comunista no congresso, além de seu caráter eminentemente político, o que seria contrário à vontade apolítica dos favelados de obterem tão somente melhorias locais<sup>338</sup>.

Apesar de todos os interesses conflitantes envolvidos na organização do

---

trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2004. pp.190-192.

<sup>337</sup> **D'ARAÚJO, Maria Celina.** *Sindicatos, carisma... Op. Cit.* pp.126-128.

<sup>338</sup> “Congresso dos favelados é apenas um pretexto para homenagear João Goulart”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 26/04/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.29.; “Congresso de Favelados”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 05/06/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.12.; “Comunistas a frente do C. Dos Favelados”. *O Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 05/06/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.17.; “Congresso das favelas”; “Congresso de favelados comunistas”; “Repudiado pelas favelas o congresso comunista”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 01/04/1959; 31/05/1959; 18/08/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fls.18; 20; 23.

congresso, a abertura de um tal espaço de diálogo entre líderes e demais partícipes do movimento dos favelados ensejava oportunidades para o desenvolvimento desse movimento, num curso que os grupos políticos mais coesos poderiam influenciar, mas jamais determinar unilateralmente. A aferição aproximada do nível de interferência exercido pelo PTB nesse processo pode beneficiar-se largamente da análise do desenrolar do conclave, bem como de seus resultados mais palpáveis.

### ***3.3- O I Congresso dos Trabalhadores Favelados: inflexão no movimento dos favelados.***

Tendo sido instalado cerca de um mês após a realização da Convenção do PTB, o congresso foi estruturado em plenárias, que ocorreriam, por revezamento, em associações de moradores de diversas favelas. A abertura, entretanto, foi realizada como sessão solene no auditório do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), em mais uma evidência da proximidade da organização do congresso em relação à burocracia estatal, tendo se verificado a presença de representantes de altas autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Cada plenária deveria debater alguns pontos previamente selecionados pela comissão organizadora dentre os 20 elencados no temário formulado. Inicialmente, os organizadores agendaram nove plenárias – já com as respectivas localidades designadas –, afirmando que ao longo do processo outros dez encontros seriam marcados em outras sedes<sup>339</sup>.

Os 20 itens constantes do temário impresso no folheto de divulgação do congresso, podem, com o fito de possibilitar uma análise da evolução dos movimentos dos trabalhadores favelados, ser divididos em três grupos. O primeiro, conjugando apenas dois dos itens (16º e 17º), apresenta diretrizes exclusivamente acerca do funcionamento do congresso (instalação, organização das plenárias, etc). O segundo grupo, o mais extenso (itens 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 12º, 13º, 14º, 15º, 18º, 20º), traz

---

<sup>339</sup> As nove plenárias iniciais ocorreriam nas favelas do Esqueleto, João Cândido, Parque Proletário da Penha, Jacarezinho, Santa Marta, Barreira do Vasco, Borel e Braz de Pina, além da Fundação da Casa Popular, num encontro sediado pelas entidades de favelados da região de Deodoro da Fonseca. Para as informações sobre a estrutura do congresso, veja-se; “Programadas as sessões do Congresso dos Favelados”; “Trabalhadores Favelados vão reunir-se em Congresso”. *O Dia*. Rio de Janeiro. 19/05/1959; 29/05/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fls.13-14.; “Instalação do Congresso dos Favelados”. *O Jornal*. Rio de Janeiro. 21/05/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.24.; “Reforma agrária e urbanização empolgam os trabalhadores”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 01/06/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.38.; “Congresso dos favelados”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 02/06/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.21.

reivindicações e princípios já publicamente defendidos pelos favelados nas manifestações ligadas à UTF<sup>340</sup>. Entre elas, é possível destacar a defesa da permanência de favelados e lavradores nas terras que ocupavam, a conclamação a que todos os favelados se unissem, a demanda de investimentos públicos em obras de infraestrutura e serviços urbanos, a promulgação de leis concedendo mais direitos sociais aos trabalhadores, o incentivo às associações recreativas, o estabelecimento de mecanismos de proteção aos comerciantes das favelas, entre outras demandas. O último grupo, composto por quatro itens (9º, 10º, 11º e 19º), congrega as propostas que podem ser consideradas novas em relação ao que foi observado na atuação da UTF, ou aquelas que sofreram substanciais reformulações. Tais itens receberam a seguinte redação:

“9º Pedir o levantamento do cadastro das terras do Distrito Federal e investigar as suas origens e os legítimos títulos de propriedade.

10º Promover o recenseamento dos residentes nas favelas e concentrações residenciais semelhantes.

11º A exemplo da Guarda Noturna, promover a organização da Guarda de favelas, para colaborar com as autoridades na segurança e na ordem e impedir a proliferação de elementos vadios e marginais da lei.

(...)

19º A fundação de um órgão congregador das favelas”<sup>341</sup>.

Analisando mais detidamente cada um desses quatro pontos, o 9º pode ser considerado como a generalização e a formalização de uma demanda que os moradores de diversas favelas já haviam apresentado de forma relativamente estanque, especialmente quando ameaçados de despejo. De certa forma, essa reivindicação já havia, inclusive, sido parcialmente atendida, por meio da CPI das favelas que examinara documentos de posse de supostos proprietários de terrenos ocupados por diversas favelas. Dessa vez, no entanto, a reivindicação era pela análise dos títulos de propriedade de todas as terras do Distrito Federal, e não apenas daquelas ocupadas por favelas, implicando um questionamento do conjunto da estrutura da distribuição do espaço urbano carioca. A questão das favelas aparecia, assim, articulada a um potencial debate acerca da própria natureza da organização desse espaço urbano, que poderia desembocar no estabelecimento de correlações com a dinâmica de funcionamento da sociedade como um todo, numa possível abertura para a ultrapassagem dos limites programáticos do PTB.

---

<sup>340</sup> Alguns dos pontos do temário do Congresso dos Trabalhadores Favelados chegavam a ser constituídos por transcrições inalteradas de trechos dos estatutos da UTF.

<sup>341</sup> Folheto sem título. 1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.8.



Os itens 10<sup>o</sup> e 11<sup>o</sup>, por sua vez, introduziram temáticas efetivamente novas no bojo das reivindicações faveladas. Ambos apontavam, ainda que por caminhos distintos, para uma mesma direção: a transferência de funções desempenhadas pelo Estado para os próprios favelados. Apesar da existência de órgãos públicos incumbidos dessas questões, existem algumas evidências de que os favelados poderiam estar insatisfeitos com a atuação dessas instâncias. Se a repercussão negativa do levantamento preliminar do primeiro censo realizado nas favelas cariocas, já havia feito com que a Prefeitura do Distrito Federal reduzisse pela metade o número de favelados no documento final, quando, em 1950, o IBGE passou a ocupar-se do recenseamento dessa população, os números apresentados eram significativamente menores do que os presentes nas estimativas do movimento dos favelados<sup>342</sup>. Independentemente de qual das cifras estivesse mais próxima da realidade, o que se busca ressaltar aqui é a possibilidade de que os favelados enxergassem um esforço contínuo do poder público para diminuir seus números, o que, por sua vez, poderia justificar menores investimentos.

A ação policial, embora constituísse uma das formas mais frequentes de intervenção do Estado nas favelas, tampouco era vista com bons olhos. Em documentos do período, é possível localizar inúmeros exemplos de situações em que os favelados preferiam recorrer a outras instâncias, como a Fundação Leão XIII e as associações de moradores, para dirimir suas querelas, evitando, sempre que possível, a interferência da polícia em seu cotidiano<sup>343</sup>. Mais diretos no repúdio às ações policiais foram os moradores da favela do Esqueleto que, pouco antes da realização do I Congresso dos Trabalhadores Favelados, organizaram um encontro em sua associação com o objetivo explícito de pleitear a criação da guarda das favelas. Nas palavras de Antonio Emídio, um dos moradores,

“Todos sabem que só raramente a polícia penetra nas favelas e quando o fazem (sic) é com aparatos, chegando, por vezes, a humilhar seus habitantes de vida pacata. Além do mais, ninguém melhor do que os próprios favelados

---

<sup>342</sup> O recenseamento da Prefeitura, conduzido entre 1947 e 1948, partiu de uma estimativa inicial (baseada em pesquisas em algumas favelas) de 280.000 favelados, para chegar ao número final de 138.837. Já o levantamento do IBGE, em 1950, apontou para a existência de 169.305 moradores nessas áreas, ao passo que o anteprojeto de lei da UTF, elaborado em meados da década de 1950, estimava em 450.000 os favelados cariocas. **PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Censo das Favelas... Op. Cit.** pp.6-7.; **IBGE. As favelas do Distrito Federal... Op. Cit.** p.27 (tabela 1); “Lei de proteção aos trabalhadores favelados”. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.24.

<sup>343</sup> **SAGMACS.** “Aspectos humanos da favela carioca”. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 13/04/1960. pp.25; 33; 35. Em livro já mencionado, Sidney Chalhoub demonstrou como essa aversão à polícia já encontrava-se fortemente enraizada nas parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora desde, pelo menos, o início do século. **CHALHOUB, Sidney.** *Trabalho, lar... Op. Cit.*

conhece os verdadeiros maus elementos”<sup>344</sup>.

Ao longo do próprio Congresso, além de proporem a criação da Guarda das Favelas, os partícipes deliberaram pelo envio de uma carta – assinada pelo Secretário do conclave – ao Ministro da Guerra, Marechal Henrique Teixeira Lott, solicitando que interviesse junto às autoridades policiais a fim de evitar as blitzes nas favelas que vinham sendo anunciadas, argumentando que “a família favelada” já havia tomado para si a “incumbência de expulsar os vadios, os elementos julgados marginais, perigosos”<sup>345</sup>.

O item 19º, por fim, trazia uma proposta portadora de um impacto potencialmente elevado sobre a cartografia dos movimentos dos favelados, ao propor “a fundação de um órgão congregador das favelas”. Desde 1954, esse papel vinha sendo cumprido exclusivamente pela UTF – que agregava, também, entidades de posseiros do sertão carioca, como já discutido –, entidade pioneira nesse tipo de proposta. As associações de favelados que, por alguma razão, optassem por não aderir a ela, mantinham-se fora de qualquer estrutura federativa, ainda que pudessem entabular outros tipos de contatos com suas congêneres de outras favelas, inclusive as entidades de base da UTF. A partir do Congresso dos Trabalhadores Favelados, essa situação complexificou-se um pouco mais.

### ***3.4- A fundação da Coligação dos Trabalhadores Favelados: oficialização da conexão com o Ministério do Trabalho.***

Fundada, a partir de deliberação do I Congresso, no auditório do Ministério do Trabalho em 19/11/1959, a Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro (CTF) propunha-se, basicamente, a desempenhar as tarefas até então levadas a cabo pela UTF, especialmente no que diz respeito à articulação das associações de diferentes favelas em suas lutas pela permanência e pela realização de obras de urbanização. Apesar disso, também é possível encontrar distinções entre as duas entidades que se colocavam como federações de associações de favelas, especialmente por meio da análise de seus estatutos.

---

<sup>344</sup> “Congresso de favelados vai mostrar ao prefeito que SERFHA não existe!”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 02/04/1959. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.9.

<sup>345</sup> “Correspondência do Congresso dos Trabalhadores Favelados ao Ministro da Guerra Marechal Henrique Teixeira Lott”. 21/09/1959. Arquivo Nacional, Fundo Secom/MJNI, Código de Referência: BR AN, RIO VV.0.JTA, CMJ.5442.

Um primeiro ponto em que é possível encontrar algumas dessas diferenças diz respeito ao que concerne à estrutura de funcionamento das entidades. Nessa seara, as inovações da CTF se deram principalmente no sentido de permitir uma maior autonomia das associações de base em relação à direção central. Foram reduzidos os poderes do presidente e do secretário-geral (sendo excluída, por exemplo, a necessidade de que esse aprovasse as contas das entidades locais), além de terem sido eliminadas as prerrogativas do Conselho de referendar as direções localmente eleitas e de destituí-las a seu julgamento. Outro objeto de transformações foi a composição do Conselho, que, na CTF, passou a ser unicamente composto pelos delegados eleitos diretamente nas bases, ao passo que, na UTF, esses delegados formavam o Conselho ao lado de outros dez sócios eleitos diretamente pela Assembleia Geral<sup>346</sup>.

No que tange aos temas diretamente concernentes ao cotidiano dos favelados – como luta pela permanência, obtenção de serviços públicos e de obras de infraestrutura –, grande parte das disposições dos estatutos do CTF foi inteiramente copiada do documento da UTF. Entretanto, uma análise mais cuidadosa pode, também aí, encontrar algumas significativas distinções entre os dois estatutos, especialmente em torno da forma como cada um deles concebia a relação entre as entidades e movimentos dos favelados e o aparato estatal. Para a UTF, o Estado aparecia, fundamentalmente, como destinatário de suas manifestações (por leis, verbas, serviços, obras, etc), numa relação que era apresentada em termos de pleitos e reivindicações. Nos estatutos da Coligação tal tipo de relação se manteve, passando, no entanto, a ser acompanhado por outra concepção, expressa já no artigo II, que afirmava a predisposição a “colaborar com os Poderes Públicos”<sup>347</sup>.

Nesse sentido, ainda mais revelador é o item J do artigo III do mesmo documento, que afirmava, dentre outras coisas, a intenção de

“(...) pleitear também, a condição de Órgão de Utilidade Pública, para os devidos fins, o que importa ser reconhecido esse direito, dando à Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro, as prerrogativas de – órgão único e controlador – e lhe *seja, para isso, outorgado em lei essa autoridade em defesa dos Trabalhadores e Moradores em Favelas*” (itálico)

---

<sup>346</sup> “Estatutos da Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro”. *Diário Oficial*. Seção I – Parte I. p.1470.; “Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados”. Registrados sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958. p.4.

<sup>347</sup> “Estatutos da Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro”. *Diário Oficial*. Seção I – Parte I. p.1469.

meu)<sup>348</sup>.

Mais do que simples detalhes casuais na redação do documento, essas novidades indicava\m uma tentativa de profunda reorientação da relação entre o movimento dos favelados e o Estado. Em parte, a aproximação em relação ao Estado já estava prevista no anteprojeto de lei elaborado pela UTF. Aquele documento previa que a entidade deveria selecionar os favelados que receberiam financiamento da Secretaria de Viação e Obras para a realização de obras em seus barracos, que a União designaria um representante para atuar junto ao Estado na fiscalização da aplicação da lei que resultaria do ante projeto e, por fim, afirmava, em seu artigo 6º, que “É considerada de utilidade pública a U.T.F., concedendo-se-lhe a subvenção mínima anual de Cr\$ 500.000,00”<sup>349</sup>. Nessas formulações, no entanto, a parceria era proposta em termos da constituição de mecanismos que permitissem à UTF interferir na operacionalização da política pública que a própria União propunha. Em certo sentido, a demanda da nomeação de um fiscal da UTF indicava, inclusive, um nível de desconfiança da associação em relação ao cumprimento da lei pelos ocupantes de cargos públicos, algo certamente derivado da experiência das diversas desapropriações decretadas, mas não efetivadas.

No documento da CTF, entretanto, além de passar a ser visto como um potencial aliado, com que se deveria colaborar, e não mais como mero responsável por viabilizar o atendimento às reivindicações do movimento, o Estado aparecia, também, como legitimador da autoridade da Coligação. Passava-se, dessa forma, de uma esfera institucional e administrativa, para outra, diretamente relativa à dinâmica política do próprio movimento. Trata-se, em suma, de uma explícita transferência da soberania dos favelados, não estando mais seus fóruns deliberativos aptos a escolher politicamente sua entidade representativa de acordo com as posições adotadas e o desenrolar dos conflitos sociais. Em lugar dessa liberdade, o aparelho estatal assumiria a prerrogativa de escolher quem deveria ser seu interlocutor – uma vez que continua sendo receptor das reivindicações –, possibilitando, portanto, o amortecimento dos conflitos, uma vez que nenhuma burocracia de qualquer governo optaria por conferir esse poder a seus adversários políticos.

Esse tipo de simbiose entre Estado e entidades dos trabalhadores não constituía,

---

<sup>348</sup> “Estatutos da Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro”. *Diário Oficial*. Seção I – Parte I. p.1469.

<sup>349</sup> “Lei de proteção aos trabalhadores favelados”. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.24-26.

em absoluto, um elemento novo na experiência dos trabalhadores brasileiros. Com efeito, desde os anos 1930, foi sendo imposta uma estrutura muito similar a essa para o sindicalismo nacional<sup>350</sup>, a qual, certamente, constituiu o modelo para a proposta inscrita nos estatutos da CTF, na medida em que já previa a necessidade do reconhecimento oficial das entidades pelo Estado, além de estipular a unicidade na representação por categoria, algo replicado no desejo da CTF de se tornar o “*órgão único e controlador*” (itálico meu). A inspiração oriunda do modelo já implementado pelo Ministério do Trabalho<sup>351</sup> pode ser aferida em outra proposição inovadora – para o movimento dos favelados – presente no item K do mesmo artigo III do documento inaugural da Coligação:

“Reivindicar junto ao Governo, Câmaras Legislativas, Prefeito, Senado, autoridades superiores civis e militares, a criação do Hospital do Trabalhador Favelado e também de uma Colônia de Férias, desfrutando desses benefícios, as Entidades unicamente filiadas, citadas no art. 2º destes Estatutos, seus familiares, cujo parentesco é extensivo à Esposa, Mãe viúva e filhos até a idade de 21 (vinte e um) anos”<sup>352</sup>.

Nesse ponto, a referência óbvia são os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's), que ofereciam assistência médica e serviços variados a determinadas categorias de trabalhadores, como comerciários (IAPC), ou industriários (IAPI), entre outros. Ainda que uma parcela importante dos favelados já tivesse contato com a estrutura sindical estatal e os IAP's, já que encontravam-se inseridos no mercado de trabalho formal, conforme discutido no capítulo 1, é igualmente verdadeiro que outros atuavam inteira ou predominantemente em empregos não mediados pelo registro na carteira de trabalho, o que implicava na impossibilidade do acesso à assistência previdenciária e à sindicalização oficial. Caso efetivadas, as propostas da CTF cumpririam o papel de permitir à totalidade dos favelados o acesso a espaços e relações análogas àquelas experimentadas pelos formalmente empregados.

Embora extremamente significativa, a inserção da explícita mediação estatal não

---

<sup>350</sup> A construção dessa estrutural sindical de tipo corporativista foi estudada, dentre outros, por **VIANNA, Luiz Werneck**. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.; **COSTA, Sérgio Amad**. *Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

<sup>351</sup> O Ministério do Trabalho, instância priorizada para esse contato com os favelados, não era, naquele momento, totalmente estranho às discussões especificamente pertinentes àquela parcela do proletariado. Em 1952, a Comissão Nacional de Bem-Estar Social, à época vinculada ao Ministério, realizou conferências acerca do tema das favelas, as quais indicaram a necessidade de mais estudos para a realização de um planejamento a nível nacional para lidar com a questão. **LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth**. “*Favelas e comunidade... Op. Cit.*”. pp.205.206.

<sup>352</sup> “Estatutos da Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro”. *Diário Oficial*. Seção I – Parte I. p.1469.

constituiu a única novidade política apresentada pelos estatutos da Coligação. Igualmente inovadoras foram as fortes referências às posições políticas nacionalistas. Nos estatutos da UTF, a nação aparece apenas como uma moldura, jamais referida diretamente, mas presente como espaço delimitador da luta que se buscava travar, fosse por constituir a unidade onde vigorava o arcabouço legal tomado como baliza para a formulação de reivindicações – com destaque para a Constituição –, ou por demarcar o espaço da jurisdição do governo federal, um dos destinatários das demandas. No documento da CTF, entretanto, aparecem referências imediatas à nação e ao nacionalismo, como exemplificado pelo artigo II, que afirma

“(…) o intuito de reivindicar e colaborar com os Poderes Públicos e demais Associações de Bairros, em benefício dos Trabalhadores Favelados, e de *sua subordinação a interesses nacionais*” (itálico meu)<sup>353</sup>.

De acordo com essa concepção, os trabalhadores passariam a ficar não apenas organizativamente atrelados ao Estado, como também politicamente “subordinados” ao interesse nacional. Segundo essa formulação, as reivindicações da classe trabalhadora deveriam ser avaliadas de acordo com a sua compatibilidade com interesses supostamente compartilhados pela totalidade do país<sup>354</sup>, e não mais apenas com as demandas da própria classe, numa gritante limitação de sua independência política. Considerando que a defesa dos trabalhadores no bojo de uma relação conciliatória entre as classes sociais constituía o centro do projeto político que animava o PTB desde sua fundação – com maior ou menor radicalidade, a depender de cada conjuntura específica –, não pode ser mera coincidência o fato desse tipo de posição aparecer num documento do movimento dos favelados precisamente no momento em que militantes daquele partido passavam a atuar com mais organicidade nesse mesmo movimento. A abertura para esse tipo de postura era alargada, ainda, pelo desenvolvimento da postura tática do PCB, que, ao longo da década de 1950, passara de uma posição inicial extremamente confrontacionista, para outra, publicizada em 1958 pela *Declaração de Março*, a qual

---

<sup>353</sup> “Estatutos da Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro”. *Diário Oficial*. Seção I – Parte I. p.1469.

<sup>354</sup> Quanto a isso, talvez seja oportuno lembrar a advertência de Marx de que “A população [ou a nação] é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída”. **MARX, Karl**. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2011. p.54. De resto, conforme analisado no capítulo 2, o projeto inicial de estatutos da UTF demonstravam uma clara percepção dos favelados da não uniformidade dos interesses nacionais, na medida em que mencionava a necessidade dos favelados lutarem contra os “que socialmente os oprimem”. “Projeto de estatutos da UTF”. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.27.

enfaticava a necessidade de estreita cooperação com a chamada burguesia nacional naquela etapa da revolução brasileira, da qual o PTB era considerado como o principal representante político<sup>355</sup>.

Apesar desse intento de moderação das reivindicações, a proposta do PTB não era dirigida no sentido de desorganizar a classe trabalhadora enquanto tal e, por isso, não havia qualquer esforço aparente para dissolver os laços estabelecidos entre os favelados e outras parcelas do proletariado. Nesse sentido, cabe lembrar que sua estrutura organizativa conferia maior autonomia para as entidades de base do que aquela da UTF, constituindo um avanço nos mecanismos de participação. Afinal, o prestígio petebista junto aos trabalhadores constituía um de seus principais diferenciais em relação à maioria dos demais partidos legalmente permitidos a funcionar, podendo lhe conferir importantes dividendos eleitorais. A tarefa do partido era encontrar o equilíbrio possível entre essa defesa dos trabalhadores – passando por incentivos à sua organização – e a moderação relativa de suas ações e reivindicações. Nos estatutos da CTF, tal orientação se expressou pela continuidade da defesa de demandas relativas à totalidade dos trabalhadores, já presentes nas mobilizações da UTF, tais como: lei de reforma agrária, incentivo à sindicalização, reivindicação de melhorias em aglomerados habitacionais não favelizados, defesa da permanência dos posseiros nas terras devolutas e prestação de assessoria jurídica para assuntos trabalhistas<sup>356</sup>.

### ***3.5- O rápido esvaziamento da Coligação dos Trabalhadores Favelados.***

Apesar dos organizadores do Congresso dos Trabalhadores Favelados e elaboradores dos estatutos da Coligação terem mesclado antigas reivindicações e processos em curso a novos tópicos e propostas inéditas, uma avaliação precisa da aceitação dos resultados alcançados por parte do conjunto do movimento dos trabalhadores favelados é bastante difícil, em função da escassez de fontes acerca do

---

<sup>355</sup> Existe um amplo debate acadêmico em torno da avaliação história das idas e vindas táticas do PCB ao longo do período 1945-1964. Para tal, ver: **ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de.** “*Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64*”. In: **MAZZEO, Antonio Carlos; LAGO, Maria Izabel (orgs.).** *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. pp.83-122.; **SEGATTO, José Antonio.** “*O PCB e a revolução nacional-democrática*”. In: **MAZZEO, Antonio Carlos; LAGO, Maria Izabel (orgs.).** *Corações vermelhos... Op. Cit.* pp.123-134.; **MAZZEO, Antonio Carlos.** *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.; e **LONER, Beatriz Ana.** *O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”*: um estudo. Dissertação de Mestrado. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História, 1985.

<sup>356</sup>“Estatutos da Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro”. *Diário Oficial*. Seção I – Parte I. p.1469.

desenrolar do congresso e da atuação posterior da CTF. Sem a cobertura constante do movimento dos favelados pela *Imprensa Popular*, tendo o periódico comunista sido extinto em 1958 em função de divergências internas ao PCB, o acompanhamento de tais atividades torna-se bastante complicado<sup>357</sup>. No dossiê da DPS intitulado “1º Congresso dos Trabalhadores Favelados”, por exemplo, cerca de 2/3 dos recortes de jornais tratam dos meses de abril e maio de 1959, período de preparação do conclave. Poucas são as reportagens dedicadas a noticiar o andamento subsequente do congresso.

Por sua vez, o semanário *Novos Rumos*, editado pelo PCB a partir de 1959, apresenta um perfil bastante distinto da *Imprensa Popular*. Para além de não mais adotar uma periodicidade diária, o novo veículo de imprensa dos comunistas buscava reportar acontecimentos de grande parte do país, reduzindo o espaço dedicado aos eventos da cidade do Rio de Janeiro. Ademais, o hebdomadário dedicava mais atenção a discussões teóricas e intervenção em grandes debates, do que ao suporte à organização mais cotidiana dos movimentos em que os militantes comunistas encontravam-se inseridos. Por conta dessa orientação, ainda que possam ser encontradas, em *Novos Rumos*, referências à atuação da Coligação e ao tema das favelas, elas certamente aparecem com uma frequência bastante reduzida quando comparada à cobertura da UTF em meados dos anos 1950 pela *Imprensa Popular*. Por fim, consultas à coleção do jornal *Última Hora* – o periódico de grande circulação mais próximo politicamente das posições reformistas então adotadas pela corrente majoritária do PTB – depositada na Biblioteca Nacional resultaram em um volume de reportagens acerca da CTF igualmente reduzido.

Embora torne qualquer hipótese explicativa mais difícil de ser sustentada, a rarefação dos registros pode, ela mesma, constituir uma importante pista. Afinal, se não foram sobejamente noticiadas, é possível que as plenárias do congresso não tenham atraído uma atenção política muito significativa, tanto em meio aos moradores das favelas, quanto em relação ao ambiente político mais amplo.

Uma das poucas reportagens encontradas com menções diretas às sessões plenárias apresenta um panorama do encontro realizado no salão da Escola Unidos de São Carlos, em outubro de 1959. Além dos delegados locais, a reportagem de *Novos Rumos* listou representantes de apenas outras sete favelas (Braz de Pina, Barreira do

---

<sup>357</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. “*Imprensa Popular*”. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira (orgs.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Consultado em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 21/01/2013.



Vasco, Telégrafos, Honório Gurgel, Borel, Juramento e Cabritos)<sup>358</sup>. Trata-se de uma presença relativamente pequena, especialmente se considerarmos que havia sido noticiada a inscrição de 57 delegações para o conclave<sup>359</sup>.

As sessões de abertura e encerramento, diferentemente da plenária no São Carlos, foram marcadas por públicos mais amplos, de acordo com as notícias publicadas naquele momento e os convites distribuídos. Seu caráter solene, mais do que deliberativo, implicando na presença de representantes de entidades da sociedade civil (como a Igreja Católica, os sindicatos, etc) e de instâncias diversas do aparelho estatal não permite que seja feita qualquer extrapolação dessa audiência para as sessões do congresso propriamente ditas<sup>360</sup>.

Dos encontros relacionados ao Congresso, aquele que parece ter atraído maior presença de favelados foi a assembleia de fundação da CTF – que não foi uma plenária como as demais, posto que foi realizada nas dependências do Ministério do Trabalho, e não em uma favela, mas aconteceu como fruto das deliberações do conclave –, que contou com a presença de representantes de 23 favelas, conforme já mencionado. Entretanto, em seu funcionamento posterior à sua fundação, a Coligação também encontrou grandes entraves à sua atuação e efetiva capilarização entre os favelados e ela afiliados. Nísia Lima, por exemplo, aludiu à “dificuldade de mobilização das associações de moradores e mesmo do conselho de representantes”<sup>361</sup>. Em janeiro de 1962, a entidade tentou reanimar a participação em seus fóruns pela realização, na favela João Cândido, de uma reunião preparatória ao II Congresso dos Trabalhadores Favelados<sup>362</sup>. Como mais um indício dos problemas enfrentados, não há qualquer evidência de que o congresso tenha ultrapassado a etapa do planejamento. Como forma de explicar esse esvaziamento da entidade pouco após sua fundação, a mesma Nísia Lima arrolou dois fatores: de um lado, “a interferência de questões partidárias nas atividades da entidade” e, de outro, “as divergências quanto à atitude a adotar diante da proposta do governo de realizar melhorias nas favelas através das associações de

---

<sup>358</sup> “Congresso dos Favelados”. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro. 16 a 22/10/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.36.

<sup>359</sup> “Congresso dos trabalhadores favelados começa amanhã”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 30/05/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.32.

<sup>360</sup> “Congresso dos favelados”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 02/06/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.21.; Documento sem título [Convite para a solenidade de encerramento do 1º Congresso de Trabalhadores Favelados]. 1960. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.3.

<sup>361</sup> LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.145.

<sup>362</sup> “Esqueleto! cem barracos demolidos hoje”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 11/01/1962. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.3.

moradores”<sup>363</sup>.

Para sustentar a primeira das razões, a autora menciona entrevistas que realizou para sua pesquisa, identificando apenas um depoente, mas sem citar qualquer trecho de sua entrevista<sup>364</sup>. Com ainda menos referências a evidências documentais, Fortuna e Fortuna apresentaram o mesmo envolvimento em assuntos partidários como causa do enfraquecimento da entidade<sup>365</sup>. Como a atuação de partidos políticos de forma muito próxima ao movimento dos favelados era uma prática comum desde, pelo menos, meados da década de 1940, com os CPD's do PCB, para que essa hipótese de Lima, Fortuna e Fortuna fosse convincente, seria necessário que analisassem as transformações ocorridas no início dos anos 1960, explicitando de que forma concreta o envolvimento com questões partidárias prejudicava a CTF. Uma vez que nenhum dos autores mencionados se dedicou a essa empreitada e na impossibilidade de examinar (ou por não ser citada, ou por não estar disponível) a documentação oral, escrita, ou de qualquer outra natureza que os tenha subsidiado na construção dessa interpretação, a avaliação de suas conclusões, no bojo desse trabalho, fica virtualmente inviabilizada.

Um pouco diferente é a situação do segundo elemento mencionado por Lima para explicar o ocaso da CTF. De acordo com o depoimento a ela prestado por Anphilóphio de Araújo,

“O Lacerda, como governador, fez uma reunião no Palácio da Guanabara, convidando todos os representantes das favelas para essa reunião. Eu, como presidente da favela, achava que devia participar da reunião, mas a minha diretoria não foi de acordo comigo. O Amintas, por exemplo. Fiz uma reunião e disse que iria à reunião saber do assunto. Amintas se levantou e disse que não queria traição, que não queria traidores ali. Procurei fazer ver a ele, que não se tratava de traição, mas de tratar de nossos problemas”<sup>366</sup>,

Assim, fica evidenciado como a política proposta por Lacerda – a qual será mais detidamente analisada no próximo capítulo – criou clivagens no movimento, havendo aqueles que a rejeitavam de saída e outros, como o próprio depoente, que buscaram algum tipo de relação pragmática com seus promotores – sem hipotecar a eles, necessariamente, seu apoio político –, mesmo tendo participado da campanha da chapa

---

<sup>363</sup> LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* pp.124; 145.

<sup>364</sup> Infelizmente, não obtive sucesso ao solicitar à professora Nísia Lima a cessão de suas entrevistas para incorporação ao corpo documental analisado nessa dissertação.

<sup>365</sup> FORTUNA, Affonso A. P.; FORTUNA, João Paulo P. “Associativismo na favela”. In: Revista da Administração Pública, Vol.8, Nº 4, Rio de Janeiro, out./dez., 1974. p.104.

<sup>366</sup> Citado por LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.147.

derrotada, encabeçada pelo petebista Sérgio Magalhães<sup>367</sup>.

Outros documentos, no entanto, comprovam que antigos partícipes das agitações em torno da CTF se tornaram ativos defensores de Lacerda, mesmo na fase de seu governo em que adquiriram maior destaque as remoções de favelas. Tal foi o caso de Aristófanes Monteiro de Souza, que após participar – na companhia de Anphilóphio, dentre outros – de uma comissão que compareceu, em 1959, à Câmara de Vereadores em nome da organização do Congresso dos Trabalhadores Favelados, teceu grandes elogios à atuação do governo Lacerda nas favelas, por ocasião da posse da diretoria da UTF, em 1963<sup>368</sup>. Ainda mais interessante é o fato de que só podemos tomar conhecimento do discurso de Aristófanes – que parece ter sido rechaçado pela maioria da audiência – por meio de um relato policial do evento de posse da diretoria, escrito a partir de uma denúncia do próprio Aristófanes, de que haveria “elementos comunistas infiltrados na atual diretoria” da UTF<sup>369</sup>. Dessa forma, fica patente que além de apoiar um conjunto de políticas públicas implementadas nas favelas cariocas, Aristófanes partilhava de uma convergência política mais ampla em relação ao governador, abraçando, também, o seu anticomunismo.

Aos fatores apresentados por Lima para a compreensão das dificuldades encontradas pela CTF, é preciso agregar, pelo menos, mais um, diretamente atinente à dinâmica do próprio movimento. Trata-se da convivência entre duas entidades com propósitos praticamente idênticos e programas bastante similares, apesar de suas nuances: a União dos Trabalhadores Favelados e a Coligação dos Trabalhadores Favelados. Até agora, a existência concomitante dessas duas instituições pouco foi interrogada pela literatura dedicada aos estudos do associativismo favelado. De um modo geral, a CTF é apresentada, sem maiores problematizações, como uma espécie de continuadora da UTF.

Com efeito, é possível identificar muitos elementos que sugerem algum nível de relação entre os dois organismos. Em primeiro lugar, cabe destacar a presença – relatada pelos agentes policiais – de Magarinos Torres, uma das principais lideranças da UTF, no ato de 1º de maio de 1959, em que se celebrou uma reunião preparatória ao Congresso dos Trabalhadores Favelados, que já trazia em seu temário inicial a proposta de

---

<sup>367</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.146-149.

<sup>368</sup> “Continuam os preparativos para o Congresso dos Favelados”. *A Notícia*. Rio de Janeiro. 22/04/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.35.; Documento sem título. [Comunicado interno da Secretaria de Segurança Pública]. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.17.

<sup>369</sup> Documento sem título. [Comunicado interno da Secretaria de Segurança Pública]. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.15.

fundação de uma nova federação.

Além disso, um dos favelados mais envolvidos com a Coligação fundada por ocasião do Congresso foi Manoel Gomes, um dos membros da comissão encarregada da redação de seus estatutos, tendo sido também o presidente de sua primeira diretoria provisória, empossada em dezembro do mesmo ano. Seu envolvimento com a CTF perdurou ao longo dos anos subsequentes, tendo ele sido eleito suplente da diretoria ungida pelo pleito de 1963<sup>370</sup>. No mesmo ano, evidenciando sua contínua militância no âmbito da UTF, Gomes foi o principal orador da cerimônia de posse da nova diretoria da entidade em 21 de abril<sup>371</sup>.

A cópia de trechos inteiros dos estatutos da UTF para o documento análogo a regular que regulava a atuação da CTF constituiu outro testemunho da proximidade entre as duas organizações. A aferição dessa conexão pode ser asseverada a partir de elementos ainda mais explícitos, como a carteirinha de filiação à UTF que pertenceu a Magarinos Torres, na qual se pode ler a inscrição “U.T.F. Filiada à Coligação dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro”<sup>372</sup>.

Outros elementos, no entanto, sugerem que algum nível de descontinuidade também tenha se feito presente a partir da fundação da última, especialmente no que tange às entidades de base. Um importante aspecto a ser considerado diz respeito às associações presentes na assembleia que originou a CTF. Nessa reunião, estiveram presentes representantes de 23 favelas, número que perfaz pouco mais da metade das 42 localidades signatárias, menos de dois anos antes, dos estatutos da UTF<sup>373</sup>. Se considerarmos, ademais, que das 23 fundadoras da CTF, apenas 13 haviam assinado os estatutos da UTF, restam 29 favelas vinculadas à União que optaram por não tomar parte da Coligação, ainda que muitas delas tenham se inscrito no Congresso dos Trabalhadores Favelados. Não há, por fim, quaisquer indicações de que a UTF tenha encerrado suas atividades com a fundação da Coligação, ainda que, provavelmente, o

---

<sup>370</sup> “Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada aos dezenove dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e nove”. *Diário Oficial*. Seção I – Parte I. p.1468.; “Favelados elegem diretoria”. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro. 04 a 10/12/1959. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 00013. p.10.; “Boletim reservado” [S.T.]. 08/03/1963. APERJ. Polícias Políticas. Setor: Boletim Reservado. fl.21.

<sup>371</sup> Documento sem título. [Comunicado interno da Secretaria de Segurança Pública]. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.15-18.

<sup>372</sup> [Carteirinha de associado à UTF]. APERJ. Polícia Políticas, Prontuário GB 47.727: Antoine de Magarinos Torres.

<sup>373</sup> “Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada aos dezenove dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e nove”. *Diário Oficial*. Seção I – Parte I. p.1469.; “Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados”. Registrado sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958. pp.11-14.

ritmo de sua atuação tenha sido significativamente reduzido<sup>374</sup>.

Considerando que muitos autores apontaram a interferência partidária como uma das razões para o enfraquecimento da Coligação, uma primeira hipótese a ser examinada para explicar a coexistência das duas federações passa por eventuais disputas dos partidos. Tal possibilidade, no entanto, parece pouco provável se considerarmos que o final dos anos 1950 foi marcado por uma grande aproximação entre o PCB, partido mais diretamente envolvido nas agitações da UTF nos anos anteriores, e o PTB, partido que tinha na CTF seu primeiro canal de comunicação mais estruturado com o movimento dos favelados<sup>375</sup>. Em face à tática de “frente única” aplicada pelos dois partidos no conjunto do cenário político-social, não há porque imaginar que as diretrizes para seus militantes no movimento dos favelados fossem distintas, indicando a manutenção de entidades apartadas, cada uma sob a influência de uma agremiação partidária. Corroborando essa posição, é possível mencionar que o semanário *Novos Rumos*, editado pelo PCB, publicou um artigo noticiando a eleição da primeira diretoria provisória da Coligação dos Trabalhadores Favelados e elogiando o Congresso que a originara. Nas palavras do jornalista de *Novos Rumos*:

“O temário do Congresso é uma verdadeira carta de defesa dos interesses dos trabalhadores favelados, tendo por objetivo a proteção de seus direitos e a solução de seus problemas<sup>376</sup>”.

As loas tecidas pelo periódico pecebista à Coligação recém-fundada poderiam, então, indicar um afastamento do partido em relação à UTF. Conforme discutido no capítulo anterior, alguns desentendimentos ocorreram entre o PCB e Magarinos Torres, que, mesmo quando já iniciados os anos 1960, manteve-se como uma das principais lideranças da UTF. Também essa hipótese, no entanto, pode ser facilmente descartada. Apesar de ter se aproximado do deputado Tenório Cavalcanti na passagem da década de 1950 para 1960 – inclusive defendendo sua candidatura para o governo da Guanabara em 1960, em lugar de Sérgio Magalhães, sustentado pela aliança PTB/PCB –, Magarinos não se afastou muito dos setores mais à esquerda do bloco nacionalista e reformista. Naquela conjuntura, quem se deslocou ao longo do espectro político foi o

---

<sup>374</sup> Essa avaliação também padece da dificuldade com relação às fontes que foi expressa nas pp.17-18 desse trabalho a partir da análise da atuação da CTF.

<sup>375</sup> Sobre a aliança PCB/PTB, cf. DELGADO, **Lucília de Almeida Neves**. *PTB: do getulismo...Op. Cit.* pp.260-274; e ALMEIDA, **Lúcio Flávio Rodrigues de**. “Insistente desencontro... Op. Cit.”. pp.115-122.

<sup>376</sup> “Favelados elegem diretoria”. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro. 04 a 10/12/1959. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 00013. p.10.

próprio Tenório, que, apesar de seu anticomunismo, deixou a UDN para ingressar no PST ao final dos anos 1950, tendo apoiado a posse e o governo de Jango e sido eleito deputado federal, em 1962, em campanha conduzida em dobradinha com o sindicalista pecebista Batistinha<sup>377</sup>.

Magarinos, por seu turno, apesar de ter concorrido à uma cadeira na Assembleia Constituinte da Guanabara pelo PRT<sup>378</sup>, em 1960, manteve, nos anos subsequentes, uma atuação política próxima de importantes figuras do PTB e do PCB, como Roland Corbisier e Adão Pereira Nunes<sup>379</sup>. No momento da eclosão do golpe que instalou a ditadura em 01/04/1964, essa posição de Magarinos ainda se verificava, uma vez que se dirigiu à rádio Mayrink Veiga, de onde transmitiu “(...) a palavra de ordem do Deputado Leonel Brizola; também a palavra de ordem da União dos Trabalhadores Favelados (...)”. De acordo com seu pronunciamento, a determinação da agremiação teria sido a seguinte:

“(...) associados de todas as favelas do Estado da Guanabara, se mantenham com seus rádios sintonizados com a Mayrink Veiga, e cumprindo (determinações) ordens do CGT, permaneçam em suas casas, obedientes à greve geral decreta[da]. Organizem-se em grupo de onze, sob a chefia de um chefe e sub-chefia de outro trabalhador. (...) A determinação dos trabalhadores favelados é de apoio à legalidade, na defesa do Mandato do Presidente João Goulart, contra os golpistas, contra a ameaça do Governador Carlos Lacerda em luta contra o Fascista que não respeita o lar dos trabalhadores favelados. (...) Se o Sr. Ministro da Guerra ordenar os trabalhadores favelados em defesa da legalidade do Mandato de Jango, estarão prontos para qualquer sacrifício e cumprimento de qualquer ordem.

As armas chegarão às nossas mãos para defesa do homem que traz a defesa da Carta do Pensamento de Getúlio, e os favelados não se esquecem de que Vargas sacrificado pelos gorilas, lembrou-se dos trabalhadores pobres no seu último instante de vida (...)”<sup>380</sup>.

Se, portanto, Magarinos manteve uma linha de atuação próxima ao bloco

---

<sup>377</sup> “Tenório, aos 'candangos de Copacabana': 'No meu governo os ricos comerão menos’. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 25/07/1960. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.7.; “Tenório esconde na 'Fortaleza' testemunha para salvar Bandeira”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 10/08/1960. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.16.; **BELOCH, Israel**. “*Tenório Cavalcanti*”. In: ; **ABREU, Alzira (orgs.)**. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Consultado em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 23/01/2013.

<sup>378</sup> Sua propaganda eleitoral foi publicada em: “Para deputado Magarinos Torres”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 03/10/1960. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.6. Além disso, no momento da campanha Magarinos assinava uma coluna no jornal *Luta Democrática*, de propriedade de Tenório Cavalcanti. Cf. “Coluna do Trabalhador Favelado (Direção de Magarinos Torres, Candidato a Deputado nº 343 pelo PRT)”. *Luta Democrática*. Rio de Janeiro. 06/09/1960. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.58.

<sup>379</sup> “Favelas”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 25/04/1962. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.3.; “Polícia espancam advogado e destroem favela no Leblon”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 16/03/1964. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.11.

<sup>380</sup> “Pronunciamento do Dr. Magarinos Torres – Advogado dos Favelados”. APERJ. Polícia Políticas, Prontuário GB 47.727: Antoine de Magarinos Torres. fl.22.

PCB/PTB, inclusive, encampando a proposição de um de seus componentes mais radicais, os Grupos dos Onze, de Leonel Brizola, o PCB, por sua vez, também não parece ter se afastado da UTF. Em outro artigo publicado por *Novos Rumos*, desta feita em 1963, a UTF do Borel era apontada como modelo de organização a ser seguida pelos moradores do morro do Salgueiro<sup>381</sup>.

Diante desse conjunto de evidências, parece indiscutível o fato de que tanto Magarinos, quanto a UTF e a CTF mantiveram-se, ao longo dos primeiros anos 1960, num mesmo bloco político, ainda que, evidentemente, houvesse especificidades em seus posicionamentos e atividades. Entretanto, numa conjuntura também marcada por ofensivas políticas do governador Carlos Lacerda no sentido de desorganizar politicamente os favelados, a coexistência das duas organizações a partir da fundação da Coligação, passando pelo compartilhamento de militantes como Manoel Gomes, deve ser incluída no rol dos fatores que explicam o enfraquecimento praticamente simultâneo das duas federações. De certa forma, organizando cronologicamente os eventos, é, inclusive, possível asseverar que a divisão do movimento em entidades com existência simultânea e propósitos convergentes tenha funcionado como um dos fatores a propiciar as divisões verificadas a partir do início do governo Lacerda.

### ***3.6- O PTB e os novos caminhos abertos para o movimento dos favelados.***

Conforme explicitado ao longo desse capítulo, o advento do Congresso dos Trabalhadores Favelados e da Coligação dos Trabalhadores Favelados acarretaram importantes transformações na dinâmica do movimento e das organizações dos favelados. A principal dessas mudanças diz respeito, indubitavelmente, às formas pelas quais o movimento se relacionava com o Estado.

Em um primeiro momento, o balanço dos termos propostos para essa relação pode parecer contraditório. Por um lado, o temário do Congresso indicava um esforço de transferência, ao menos parcial, de algumas atividades típicas do aparato estatal para os próprios favelados, como o policiamento. Por outro, os estatutos da Coligação reivindicavam o reconhecimento oficial pelo Estado da entidade como representante única dos favelados. Tais diferenças, entretanto, longe de refletirem qualquer contradição na ação dos favelados, indicam que o movimento encontrava-se atravessado

---

<sup>381</sup> “Salgueiro sem água, esgoto e urbanização vai se unir para resolver seus problemas”. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro. 20 a 26/12/1963. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 00013. p.6.

por um importante debate, referente à delimitação do tipo de relação desejado com as diversas instâncias do aparelho estatal (vinculadas aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas da federação).

Em se tratando de um movimento social cujas principais demandas eram a realização de obras de infraestrutura urbana e o direito de ocupação do espaço, ambos normatizados pelo Estado, esse não era, evidentemente, um debate novo, mas no final dos anos 1950, passou por desdobramentos inéditos. Se a concepção que entendia como nociva a maior parte das intervenções estatais no espaço das favelas pela via da força policial já havia sido delineada em anos anteriores e era bastante presente na experiência cotidiana dos trabalhadores favelados, o mesmo não pode ser dito da nova relação entabulada com o Ministério do Trabalho. Ao mesmo tempo, surgia uma inovadora compreensão de que o Estado, especialmente aquele Ministério, poderia ser não apenas um interlocutor do movimento, como alvo de suas reivindicações, mas também um ponto de apoio para a sua organização e para a legitimação de suas entidades.

Essa mudança de compreensão coincidiu com o esforço de setores do PTB para se estabelecerem como partícipes efetivos do movimento dos trabalhadores favelados, buscando ampliar o apoio a seus políticos e projetos em meio a essa parcela do proletariado. No bojo de sua estratégia para o movimento, a articulação das associações de favelados ao Ministério do Trabalho adquiria fundamental importância. Entretanto, como afirmou Alexandre Fortes ao analisar o histórico de atrelamento dos sindicatos de trabalhadores ao Estado,

“(…) a contradição da estrutura sindical desde então tem sido o fato de que ela só serve como fonte de legitimidade para o poder com vitalidade associativa, enquanto tem se demonstrado impossível que a desenvolva sem se tornar o catalisador de conflitos que a doutrina corporativista pretendeu negar”<sup>382</sup>.

Assim, a difusão das concepções sustentadas por esse novo setor do movimento passava, necessariamente, por sua aceitação por um conjunto mais amplo dentre os engajados no movimento. Tal difusão, por sua vez, só poderia ser alcançada por meio da atuação em fóruns reconhecidos por uma parte significativa do movimento e pela sua articulação com demandas historicamente sustentadas pelos favelados.

---

<sup>382</sup> FORTES, Alexandre. “Reverendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)”. In: \_\_\_\_\_ [et al.]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas: EdUNICAMP, 1999. p.41.



Diferentemente do que ocorrera no campo sindical, a construção do atrelamento do movimento favelado ao Ministério do Trabalho não poderia, portanto, ser conduzida a partir da imposição estatal, pela via legal, da obrigatoriedade do registro junto ao Ministério, para posterior assimilação pelo movimento. A conjuntura de relativa democracia, especialmente num momento de ascensão das manifestações dos trabalhadores, como o foram os últimos anos do governo JK, impunha que a vinculação àquela agência estatal fosse construída pelo caminho inverso, isso é, a partir da própria base do movimento. Não à toa, os contatos iniciais foram feitos por uma figura-chave do Ministério, atuando, também, por meio da associação de servidores daquele órgão, a ASTIC.

Outros elementos característicos daquele momento histórico, no entanto, atuaram no sentido de facilitar o desenlace desse processo. Dentre esses, é possível destacar a crescente afirmação, ao longo dos anos 1950, da aliança entre PTB e PCB, o partido até então mais organicamente envolvido com as mobilizações da classe trabalhadora de modo geral e, especificamente, de sua parcela favelizada. Essa aliança, além de facilitar o contato dos petebistas com os quadros do PCB já atuantes entre os favelados, se deu em torno de um programa nacionalista e reformista, que trazia a defesa de algumas das reivindicações fundamentais do movimento dos trabalhadores favelados, como a realização da reforma agrária, tida como capaz de fixar os trabalhadores no campo, diminuindo a pressão para a favelização das grandes cidades.

Um bom exemplo da acolhida do programa nacionalista pelos favelados organizados foi a deliberação do Congresso de 1959 pelo envio de uma moção de apoio ao presidente Juscelino Kubitschek em sua querela com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em torno das condições para a obtenção de um empréstimo pelo governo brasileiro junto ao Fundo<sup>383</sup>. Nos anos seguintes, a participação no movimento dos favelados continuou a render importantes dividendos políticos para o PTB, o que ficou patente no apoio conferido pela Coligação dos Trabalhadores Favelados ao governo do presidente João Goulart em junho de 1963, num momento de intensa polarização política nacional<sup>384</sup>. A continuidade de tal apoio, no entanto, precisava ser constantemente reafirmada por meio do atendimento de parte das reivindicações dos favelados, ou, pelo menos, do suporte às suas lutas, como o fez Abelardo Jurema,

---

<sup>383</sup> “Congresso de favelados apoia governo contra FMI”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 17/06/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.22.

<sup>384</sup> “Ronda”. *Última Hora*. 29/06/1963. Rio de Janeiro. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.8.

Ministro da Justiça de Jango, em março de 1964, ao prometer apoio da polícia militar aos moradores das favelas Getúlio Vargas e Ramos ameaçados de despejo pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda<sup>385</sup>. A parceria com o PCB e a disposição de estabelecer concessões programáticas e práticas ao movimento funcionavam, portanto, como elementos capazes de facilitar a penetração do PTB e, como consequência, tornar factível a aproximação das organizações dos favelados ao Estado.

Esse estímulo à organização e mobilização dos favelados, entretanto, trazia embutido o risco de que suas demandas ultrapassassem o programa petebista – em consonância com a observação de Alexandre Fortes acerca da estrutura sindical –, colocando em xeque aspectos fundamentais da estrutura política do país, os quais o PTB preferiria deixar intocados, apesar de sua defesa da realização de determinadas reformas. Assim, ao mesmo tempo que estimulava o avanço das mobilizações dos favelados, com o objetivo de ampliar o apoio político entre esses trabalhadores, o PTB precisava atuar para conter essas manifestações dentro dos limites colocados pelo sistema político-social então vigente no país. Era justamente nesse ponto que o Ministério do Trabalho desempenharia sua função primordial, tendo sido chamado a atuar numa conjuntura bastante precisa.

Às mobilizações que desembocaram na promulgação da Lei das Favelas, o governo de Juscelino Kubitschek (do qual o PTB participava com importantes cargos, como a vice-presidência) respondeu inicialmente com a criação, em 1956, do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), pelo prefeito Negrão de Lima, nomeado por JK. Embora instituído com o objetivo declarado de trabalhar junto aos favelados, sem imposições do poder público, o SERFHA, em seus primeiros anos, concentrou suas ações na repressão às obras nas favelas consideradas irregulares, tendo sido prontamente rechaçado por importantes setores do movimento dos favelados<sup>386</sup>. Logo em seguida, em janeiro de 1957, o braço policial entrou em ação, fechando as sedes da UTF e detendo alguns de seus dirigentes<sup>387</sup>. Entretanto, com o

---

<sup>385</sup> “Jurema vai destacar PM para garantir o lar dos favelados”. *Última Hora*. 10/03/1964. Rio de Janeiro. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.2.

<sup>386</sup> Segundo reportagem de *Novos Rumos*, em fins de 1959, estaria sendo preparado, por moradores de diversas favelas, um memorial contra o diretor do SERFHA por não realizar as melhorias prometidas. “As verbas da favela não sobem o morro”. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro. 25/09 a 01/10/1959. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 00013. p.11.

<sup>387</sup> Sobre a criação do SERFHA, cf. **LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth**. “Favelas e comunidade... *Op. Cit.*”. p.211. Sua atuação desde sua criação até os primeiros anos da década de 1960 será objeto de uma análise mais cuidadosa no capítulo 4 desse trabalho. As batidas policiais nas sedes da UTF, por sua vez, foram noticiadas em: “Políciais fecharam (U.T.F.R.J.) detendo associados”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 25/01/1957. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.41.;”Explorava os favelados e dava orientação

crescimento das manifestações dos trabalhadores ao longo do mandato presidencial de JK, o governo viu-se obrigado a alterar a forma como se dirigia ao proletariado.

No caso do movimento dos favelados, essa mudança se expressou pela passagem da estratégia essencialmente repressiva para outra, calcada no diálogo mais direto com o movimento dos favelados, na qual o Ministério do Trabalho passaria a desempenhar papel-chave. Dispondo de um elevado montante de recursos (simbólicos, financeiros, estruturais, de pessoal, etc), a máquina ministerial poderia ser dirigida no sentido de incentivar e fornecer suporte àqueles militantes e entidades que atuassem de forma próxima à linha política defendida pelos ocupantes dos principais cargos governamentais, marginalizando aqueles que adotassem uma postura distinta.

Num saldo final, essa política, conforme testemunham variados episódios já mencionados ao longo desse capítulo, permitiu ao PTB colher apoio político junto aos favelados em diversos momentos. Paralelamente, estimulou a continuidade da organização dessa parcela do proletariado em fóruns próprios, mas sem negligenciar os contatos com outros setores e organizações da classe trabalhadora e, de forma mais ampla, do bloco político nacionalista e reformista, que contava também com entidades de estudantes, frentes parlamentares, setores das classes médias e, até mesmo, frações da própria burguesia, entre outros. Entretanto, a disseminação de novas concepções acerca da relação possível dos favelados com o Estado não poderia deixar de apresentar novos rumos para o movimento. Se está correta a afirmação de Alexandre Fortes de que a estrutura conectada ao Ministério do Trabalho necessitava da ação das lideranças da classe trabalhadora para adquirir real eficácia, não menos verdadeiro é o fato de que esse atrelamento tendia a conduzir as mobilizações para determinados canais de atuação em detrimento de outros. Nesse sentido, a realização do Congresso dos Trabalhadores Favelados e a fundação da Coligação, ambas em 1959, representam a abertura de um novo caminho para o associativismo dos favelados, o qual seria, na conjuntura seguinte, trilhado por outras forças políticas, com interesses distintos daqueles sustentados pelo PTB. O próximo capítulo será, pois, dedicado à análise desses desdobramentos.

---

comunista à União”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 25/01/1957. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.54.; “Interditada a União dos Trabalhadores Favelados”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. 25/01/1957. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.43A.; “Vasculhada e fechada pela polícia a 'União dos Trabalhadores Favelados’”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 25/01/1957. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.27.

## Capítulo 4

### As políticas públicas de controle dos favelados

#### 4.1- *Escovando o Estado a contrapelo.*

O esforço, descrito no capítulo anterior, de intervenção do Estado no movimento e na organização dos favelados pela via do Ministério do Trabalho, embora tenha assumido uma forma inédita, não configurou um intento pioneiro de controle estatal dessa parcela do proletariado. Com efeito, o exame das conjunturas anteriores a 1959 revela sucessivas tentativas, entabuladas por órgãos os mais diversos, de estabelecer esse controle. Em 1971, ao elaborarem um balanço das políticas públicas direcionadas às favelas nas quatro décadas anteriores, Anthony e Elizabeth Leeds apontaram que

“(...) nos anos 1960, a política relativa à favela, apesar de marcada por variações externas na forma, é essencialmente a continuação de uma política de controle, que remonta, pelo menos, aos anos 1930. Por vezes, esse controle reveste-se de adornos mais populistas – por exemplo, na forma de “urbanização” *in loco* das favelas, mas em outros momentos aparece sob uma forma mais repressiva, como, por exemplo, a remoção total das favelas e rigorosa supervisão administrativa das unidades habitacionais e governamentais de ‘emergência’ chamadas ‘parques proletários’. A natureza da solução política particular varia diretamente com relação à ideologia nacional reinante e à ordem política. Assim, quando um regime mais populista controla a comunidade política, então tende a surgir uma política relativa à favela mais comprometida com soluções ‘sociais’ e ‘humanas’, ao passo que o regime militar e outros regimes elitistas tenderam a produzir políticas mecânicas, administrativas e repressivas. Ambos os conjuntos de política, todavia, podem ser vistos como objetivando um controle governamental sobre as massas”<sup>388</sup>.

Embora o argumento geral apresentado pelo casal Leeds em sua síntese analítica se aproxime bastante de uma exata compreensão da dinâmica da atuação do Estado no período 1930-1964, parece haver pelo menos, uma significativa ressalva a ser feita, simultaneamente atinente a aspectos metodológicos e interpretativos da análise. Tal senão refere-se à opção dos antropólogos estadunidenses por analisar a evolução das políticas públicas quase que exclusivamente a partir do prisma de uma sucessão de governos que implementam programas elaborados previamente. Nessa abordagem, a dinâmica social mais ampla aparece apenas como um tênue pano de fundo, não mais que contextualizando as opções políticas e administrativas tomadas pelos gestores.

---

<sup>388</sup> LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. “Favelas e comunidade... Op. Cit.”. p.188.

O percurso que seguirei aqui difere desse de maneira significativa. Retomando o processo de organização classista dos favelados ao lado das demais parcelas da classe trabalhadora analisado ao longo do capítulo 2, minha proposta de análise, agora, será centrada na interpretação dessas diversas políticas públicas como uma resposta a esse processo. Entretanto, dada a profusão de atitudes tomadas pelas mais diversas instâncias do Estado em relação às favelas entre os anos de 1930 e 1964, um exame exaustivo dessas políticas públicas escapa aos objetivos do presente trabalho. Sendo assim, minha atenção será concentrada àquelas iniciativas que implicavam em formas estruturadas de intervenção estatal nos movimentos e organizações dos favelados.

Nesse sentido, é interessante perceber como cada momento de avanço na articulação dos favelados como parcela do proletariado foi acompanhado de perto por reorientações importantes nos métodos daquilo que os Leeds denominaram de “controle social”. Sob essa perspectiva, as sucessivas políticas públicas aparecem muito mais como respostas dos ocupantes dos cargos-chave do Estado – frequentemente elaboradas e conduzidas em íntima associação com setores da sociedade civil – às questões colocadas pela dinâmica dos conflitos sociais, do que apenas como tentativas de diferenciação em relação a governantes anteriores e/ou adversários na arena eleitoral. Trata-se, em suma, de um esforço para, seguindo as observações de Walter Benjamin acerca do papel do historiador vinculado ao materialismo histórico, “escovar a história a contrapelo”, isso é, interromper o “cortejo de triunfo que conduz os dominantes”, pondo em relevo a ação dos dominados na construção dos rumos da história, inclusive nos momentos de suas derrotas<sup>389</sup>.

#### ***4.2- Do controle autoritário ao controle negociado.***

No pós-1930, a primeira política pública que, partindo de uma concepção mais estruturada do fenômeno da favela, propôs uma intervenção coerente para lidar com o que era compreendido como o “problema” das favelas foi encarnada pelos Parques Proletários Provisórios. Em 1941, o médico Vitor Tavares de Moura, então dirigente do Albergue da Boa Vontade, foi designado pelo Secretário da Saúde e Assistência do Distrito Federal, Jesuíno Carlos de Albuquerque, para dirigir os inquéritos de uma

---

<sup>389</sup> O texto de Benjamin foi replicado em **LÖWY, Michael.** *Walter Benjamin: aviso de incêndio.* Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gaignebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005. p.70.

comissão encarregada de estudar a realidade de algumas favelas e propor soluções para as condições nelas verificadas. Como resultado do trabalho da comissão, em maio de 1942 foram inaugurados os dois primeiros Parques Proletários Provisórios, localizados na Gávea e no Caju. No final de 1943, com o terceiro parque já construído na Praia do Pinto, o programa já havia deslocado para suas habitações entre 7 e 8 mil pessoas, oriundas de quatro favelas destruídas<sup>390</sup>.

Já em 1944, no entanto, ficaram bastante evidentes as limitações da política dos Parques Proletários Provisórios: as habitações definitivas para as quais os inicialmente transferidos deveriam ser remanejados nunca foram construídas; o orçamento disponível para o programa não chegava sequer a se aproximar do montante necessário para realojar os já mais de 100.000 favelados do Rio de Janeiro mesmo nas precárias casas de madeira dos Parques Provisórios; os próprios Parques passaram a parecer-se cada vez mais com favelas, devido à deterioração das construções e ao aumento, vegetativo e clandestino, de sua população<sup>391</sup>. Entretanto, para os objetivos aqui perseguidos, mais do que uma avaliação dos resultados concretos alcançados pelo projeto, importa assinalar a emergente concepção que informava o modo como a questão das favelas deveria ser encarado pelo poder público.

Em termos legais, os Parques Provisórios não passavam de um esforço para por em prática algumas diretrizes emanadas do Código de Obras de 1937 (o Decreto 6.000, mencionado no capítulo 1), o qual resolvia que as favelas deveriam ser substituídas por “núcleos de habitação de tipo mínimo”<sup>392</sup>. A efetivação dessas determinações, no entanto, teve que aguardar o advento de uma nova conjuntura, emergida no início dos anos 1940, quando a iniciativa dos Parques Proletários poderia articular-se com a estratégia política mais ampla que era desenhada por ocupantes de postos-chave na burocracia estado-novista. Afinal, foi no mês de janeiro de 1942, poucos meses antes da inauguração dos primeiros Parques, que o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, passou a ocupar dez minutos semanais da programação da *Hora do Brasil* transmitida pela Rádio Nacional – procedimento esse intensificado a partir de 1944, com emissões diárias a partir da Rádio Mauá –, com o intento de

---

<sup>390</sup> **PARISSE, Luciano.** *Favelas do Rio...* *Op. Cit.* pp.65-76.

<sup>391</sup> Em sua tese de doutoramento, Rafael Gonçalves apontou para o fato, frequentemente negligenciado por outros autores, de que em 1947, já após a queda do Estado Novo, foi inaugurado um quarto Parque Proletário, na localidade denominada Amorim. **GONÇALVES, Rafael Soares.** *Les favelas...* *Op. Cit.* p.96. Essa inauguração, no entanto, ocorreu em um momento em que a política dos Parques já se esgotava e pode ser tida como seu último suspiro.

<sup>392</sup> Citado por **PARISSE, Luciano.** *Favelas do Rio...* *Op. Cit.* p.32.

“divulgar pelo processo mais rápido e amplo as medidas governamentais em matéria de legislação social”<sup>393</sup>.

Para além do objetivo declarado por Marcondes, tais transmissões colocavam em prática um nítido esforço para aproximar a classe trabalhadora em relação ao regime vigente, como forma de reforçar sua legitimidade política junto a uma parcela significativa da população. Em sentido similar, as transferências dos moradores de favelas para os Parques Proletários não constituíam, aos olhos dos promotores da iniciativa, como Vitor Tavares de Moura, um fim em si mesmo. Tratava-se, ao contrário, de um meio para afastar aquele contingente populacional de ambientes anti-higiênicos e educá-lo em novas práticas, contribuindo, assim, com os objetivos do Estado Novo, notadamente aqueles de produzir um trabalhador mais saudável e, por extensão, produtivo, bem como um cidadão politicamente docilizado e satisfeito com o regime político vigente<sup>394</sup>. Assim sendo, embora inequivocamente regida por determinações de ordem particular – como a dinâmica política própria do Distrito Federal e o crescente interesse da imprensa pelo tema das favelas, entre outras – a implementação da política dos Parques Proletários articulava-se também a elementos da dinâmica político-social mais ampla, dentre os quais se destaca esse esforço de aproximação da classe trabalhadora ao governo varguista, a qual poderia ser alcançada tanto pela ênfase na sistematização e propaganda (via propagação radiofônica, por exemplo) da legislação social, quanto por políticas complementares, como o oferecimento de condições de moradia que, supostamente, responderiam a anseios dos trabalhadores favelizados.

Nesse quadro, o processo educativo, iniciado com a mudança do local de moradia, era complementado por rígidas normas de conduta nos Parques (fechamento dos portões às 22 horas, obrigatoriedade dos moradores portarem carteiras de identificação, etc), e, pelo menos no caso do Parque Provisório N° 1, da Gávea, por palestras diárias do administrador acerca dos valores morais que deveriam ser adotados pelos residentes<sup>395</sup>, conformando um padrão de *controle autoritário* dos favelados. Apesar da conjuntura de fechamento político e do esforço de propaganda emanado do governo, os Parques Proletários Provisórios não conseguiram produzir uma unanimidade ideológica em torno do governo sequer entre seus habitantes, conforme evidenciam a participação de moradores em campanha contra o candidato apoiado por

---

<sup>393</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção... Op. Cit.* pp.211-212.

<sup>394</sup> VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela... Op. Cit.* pp.61-63.

<sup>395</sup> LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *“Favelas e comunidade... Op. Cit.”*. pp.196-197.

Vargas nas eleições presidenciais de 1945, o Marechal Eurico Dutra, e a resistência aos métodos empregados pelos administradores dos parques por parte de residentes filiados ao PCB<sup>396</sup>.

O final do Estado Novo e a emergência de um regime político marcado por traços mais democráticos, associados ao potencial eleitoral demonstrado pelo PCB<sup>397</sup> em paralelo com sua evidente capacidade de mobilização dos favelados, especialmente por meio da atuação dos Comitês Populares Democráticos, constituíram um primeiro sinal da necessidade de elaboração de outras formas de controle dos trabalhadores favelados, mais adequadas ao novo momento. Na mesma conjuntura, intensificavam-se também as ofensivas de interesses imobiliários em relação aos terrenos favelizados, tendo 16 favelas sido noticiadas, nos anos 1947 e 1948, como objeto de tentativas de despejos judiciais. Objetivando garantir sua permanência, os moradores mobilizaram-se por meio de cartas a autoridades, esforços de publicização, via imprensa, de sua situação e organização de mais entidades locais<sup>398</sup>.

A resposta à intensificação mobilizatória dos trabalhadores comportou múltiplas dimensões, das quais duas merecem destaque: em primeiro lugar, cabe assinalar que a 15 de março de 1946, antes mesmo da promulgação da Constituição naquele mesmo ano, o presidente Dutra editou o Decreto-Lei 9.070, restringindo severamente o direito de greve<sup>399</sup>; e, em segundo lugar, em maio do ano seguinte culminou a ofensiva contra o PCB, encerrada com a cassação do registro do Partido, a qual foi logo seguida pela retirada dos mandatos de seus parlamentares em janeiro de 1948<sup>400</sup>. No que tange especificamente às favelas – em meio à proliferação, nos primeiros anos do governo Dutra, de comissões federais e municipais cujos resultados práticos foram escassos em termos de formulação de políticas públicas abrangentes –, inaugurou-se o momento do *controle negociado*, conceituado por Luiz Antonio Machado da Silva. De acordo com o antropólogo, tal etapa seria marcada pelo esforço estatal para controlar os favelados por

---

<sup>396</sup> **GONÇALVES, Rafael Soares.** *Les favelas...* Op. Cit. p.99.

<sup>397</sup> O saldo das eleições de 1945 afigurou-se bastante positivo para o PCB, tendo o partido alcançado cerca de 10% dos votos para a presidência da República com um candidato pouco conhecido, Yedo Fiúza, além da eleição de quatorze deputados federais e um senador (Luiz Carlos Prestes). No pleito municipal de 1947, os pecebistas conseguiram formar a maior bancada entre todos os partidos inscritos no Distrito Federal, com 18 vereadores eleitos, o que, entretanto, não lhes assegurava a maioria absoluta das 50 cadeiras da casa. Para os resultados de 1945, cf. **DELGADO, Lucília de Almeida Neves.** *PTB: do getulismo...* Op. Cit. p.40.; os números referentes ao pleito de 1947 podem ser consultados em **MOTTA, Marly Silva da.** *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75).* Rio de Janeiro: FGV, 2000. pp.23-24.

<sup>398</sup> **FISCHER, Brodwyn.** *A poverty...* Op. Cit. pp.265-266.

<sup>399</sup> **VIANNA, Luiz Werneck.** *Liberalismo e sindicato...* Op. Cit. pp.268-271.

<sup>400</sup> **RODRIGUES, Leôncio Martins.** “O PCB...” Op. Cit. p.413.



meio do diálogo com suas associações, evitando a simples imposição de soluções a partir das instâncias estatais<sup>401</sup>.

Nos limites estabelecidos por essa nova moldura política, outra iniciativa de maior envergadura foi tomada em janeiro de 1947, com o estabelecimento da Fundação Leão XIII. Fruto de um acordo entre o Cardeal conservador Dom Jaime de Barros Câmara e o prefeito Hildebrando de Gois, a Fundação, atuando em constantes parcerias com distintos órgãos públicos, mas dotada de recursos independentes, substituiu o imediatismo que marcava a política dos Parques Provisórios

“por uma solução a longo prazo que priorizasse a 'promoção humana dos favelados'”. [Sua proposta era] “resolver o 'problema das favelas contando com os próprios favelados, carentes apenas de orientação adequada para que atingissem esse objetivo’”. [Entretanto,] “a fundação passou progressivamente a atuar como instrumento auxiliar dos órgãos da burocracia estatal, assumindo, entre outras, as funções de controle da distribuição da energia elétrica”<sup>402</sup>.

A intenção política por trás dessa proposta de atuação da Fundação Leão XIII ficou bastante clara por meio do seguinte slogan, utilizado no período de seu surgimento: “Precisamos subir o morro antes que os comunistas dele desçam”<sup>403</sup>. O método empregado para a consecução desse fim último era alicerçado pela instalação de centros sociais, creches, ambulatórios e outras estruturas em favelas selecionadas – de forma astuta, foram privilegiadas favelas grandes e bem conhecidas, levando os Leeds a estimarem que “(...) na época, talvez 100.000 pessoas estivessem sendo 'salvas' do comunismo”<sup>404</sup> –, permitindo a educação do favelado sem a necessidade de removê-lo para outra moradia<sup>405</sup>. Essa reeducação deveria ser mediada também pela atuação de associações de moradores, cuja fundação era incentivada pelos funcionários da Leão XIII. O papel atribuído pela Fundação às associações era o de organizar, sob orientação da própria Leão XIII, a população de determinada favela para a resolução,

<sup>401</sup> **SILVA, Luiz Antonio Machado da.** “*A continuidade... Op. Cit.*”. pp.228-229. Embora utilize o conceito de Machado da Silva, me afasto de sua formulação em dois pontos: de um lado, aplico-o unicamente à ação de instâncias estatais e/ou entidades vinculadas às classes dominantes; de outro, entende a política de remoções adotada a partir de 1962 como um rompimento com o controle negociado.

<sup>402</sup> **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados... Op. Cit.* pp.74-76.

<sup>403</sup> **SAGMACS.** “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte I. p.38.

<sup>404</sup> **LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth.** “*Favelas e comunidade... Op. Cit.*”. p.199.

<sup>405</sup> Uma síntese do projeto de atuação da Fundação pode ser consultada em **FUNDAÇÃO LEÃO XIII. Como trabalha a Fundação Leão XIII.** Notas e relatório de 1947 a 1954. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955. pp.9-19.

fundamentalmente pela via da autoconstrução, dos problemas enfrentados a nível local, especialmente aqueles relativos ao acesso a serviços básicos, como água, esgoto e eletricidade<sup>406</sup>. Talvez a atribuição que tenha ensejado a criação do maior número de associações tenha sido a de gerenciamento do fornecimento local de energia elétrica, repassada à Leão XIII pela Prefeitura em 1947. Inicialmente, a postura da Fundação foi a de somente fornecer a energia às comunidades que se organizassem em associações, as quais, apesar da participação de moradores, ficavam sob sua estreita direção. Já em 1950, no entanto, reclamações constantes de moradores quanto aos racionamentos realizados levaram a Fundação a transferir o controle direto das associações para os próprios, ficando a Leão XIII como “órgão de consulta e orientação indireta”<sup>407</sup>.

Esse breve esboço de seu modelo de atuação já nos permite delinear, ao menos, duas importantes distinções em relação à prática que orientava o funcionamento dos Parques Provisórios. De um lado, não há mais a ênfase na remoção imediata do favelado, como condição *sine qua non* para sua reeducação. De acordo com a concepção sustentada pela Leão XIII, esse processo educativo poderia ser levado a cabo no próprio ambiente da favela – ainda que a remoção se mantivesse no horizonte das ações planejadas, sendo apenas deslocada para um momento bastante posterior do processo de reeducação. Decorre daí a segunda novidade trazida à tona pela atuação dessa Fundação: a noção de que a participação do favelado era fundamental para a superação das dificuldades enfrentadas pelo mesmo. Dessa forma, era substituído o tipo de intervenção educativa característico dos Parques Provisórios, em que os moradores eram tomados como meros receptores de diretrizes administrativas, morais, etc, sem qualquer espaço para sua interferência no processo. Não se tratava, entretanto, de possibilitar uma real autonomia às ações dos moradores, uma vez que a Fundação se arrogava o papel de orientadora dos mesmos, estando presente de forma bastante incisiva em todas etapas do processo de consecução das melhorias locais.

Esse modelo de valorização da participação tutelada e canalização das energias dos moradores para a realização de obras pelos próprios trazia consigo importantes consequências políticas, bastante bem sintetizadas por Rute Maria Rios, ao afirmar que

“Nesta posição [da Fundação], está implícito o pressuposto de que não compete aos governos ou aos empregadores a melhoria das condições de vida e moradia da população favelada, mas sim aos indivíduos.

---

<sup>406</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.34-35.

<sup>407</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.42-46.

Ora, no momento em que ocorre essa inversão de um assunto público em problemas do indivíduo, a ação educativa decorrente, ou seja, a mobilização da população em função da resolução destes problemas, sugere que a solução está na capacidade e esforço dos indivíduos em resolvê-lo, e não na transformação das condições estruturais que determinam a existência da favela”<sup>408</sup>.

Obliterado por um discurso enfatizando a participação e a realização de melhoramentos locais, encontra-se, portanto, um procedimento dirigido ao afastamento dos favelados do engajamento em questões políticas mais amplas, em plena consonância com os esforços governamentais para dificultar as ações em outros canais de mobilização de trabalhadores, como os sindicatos e o PCB. Essa transformação da prática de intervenção pública nas favelas, alcançada pela parceria entre Estado e Igreja – constantemente enfatizada pela própria Leão XIII<sup>409</sup> –, não foi, entretanto, capaz de eclipsar totalmente os mecanismos de resistências dos trabalhadores favelizados.

Mesmo com as dificuldades no estabelecimento de atividades políticas mais abrangentes, o espaço das próprias favelas foi tornado palco de importantes conflitos, muitos dos quais tinham a própria Fundação Leão XIII como antagonista dos moradores. Tais contendas parecem ter alcançado maior desenvolvimento nos locais e momentos em que a Leão XIII tentou impedir a realização de obras de melhoramento em barracos de favelados, tomando para si a tarefa de fiscalizar a aplicação de uma das disposições do Código de Obras, que tornava ilegal esse tipo de intervenção, bem como a construção de quaisquer novos barracos nas favelas existentes<sup>410</sup>. As respostas dos favelados a esse tipo de proibição podiam assumir formas mais discretas, como a realização noturna desses melhoramentos, ou a organização coletiva para contraposição à Leão XIII, como ocorreu na fundação da União de Defesa e Melhoramento da Barreira do Vasco<sup>411</sup>.

Em maio de 1948, essa linha de atuação da Fundação Leão XIII recebeu um importante apoio ideológico, ainda que indireto, por meio do advento da chamada “Batalha do Rio de Janeiro”, uma campanha jornalística desencadeada pelo então

---

<sup>408</sup> **RIOS, Rute Maria Monteiro Machado.** “*Amando de modo especial os menos favorecidos, 1945-1954*”. In: **VALLA, Victor Vincent (org.).** *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985.* Petrópolis: Vozes/ Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde coletiva, 1986. p.52.

<sup>409</sup> **FUNDAÇÃO LEÃO XIII.** *Como trabalha...* Op. Cit. pp.71-72; 77-78.

<sup>410</sup> **PARISSE, Luciano.** *Favelas do Rio...* Op. Cit. p.32.

<sup>411</sup> **SAGMACS.** “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte I. pp.23; 34. O próprio relatório produzido pela Leão XIII menciona, de passagem, episódios de resistência de moradores à implementação de seus projetos, ainda que procure sempre reduzir sua importância e creditá-los à desinformação dos favelados, a qual seria sempre superada com o avanço dos trabalhos da Fundação. **FUNDAÇÃO LEÃO XIII.** *Como trabalha...* Op. Cit. pp.19; 41; 54; 121.

jornalista Carlos Lacerda nas páginas do *Correio da Manhã* e rapidamente encampada também pelo diário *O Globo* e pela rádio *Mayrink Veiga*. Entre os analistas que se debruçaram sobre o tema, parece consensual a afirmação de que um dos objetivos principais de Lacerda tenha sido o de atacar a administração de Dutra, optando, para isso, por criticar os trabalhos da Comissão Interministerial nomeada pelo próprio, a qual propusera, no dia anterior à publicação do artigo inicial da Batalha, um conjunto de medidas repressivas voltadas para o controle das favelas, combinadas com planos de realocação de seus moradores na Baixada Fluminense<sup>412</sup>.

Contrapondo-se a esse tipo de abordagem da questão, Lacerda propunha um método distinto, ainda que explicitamente orientado para o mesmo fim, qual seja, a redução da influência comunista entre os moradores de favelas. Como alternativa à repressão aberta e à remoção, Lacerda advogava a necessidade de certas concessões sociais, especialmente no que dizia respeito à liberação de pequenas melhorias urbanísticas nas favelas, como forma de possibilitar ao favelado o desenvolvimento do potencial que o permitiria, por suas próprias forças, deixar a favela, ascendendo em direção a melhores condições de habitação. Para o jornalista, o êxito dessa empreitada dependeria, simultaneamente, de uma atuação menos burocrática dos poderes públicos e do seu estabelecimento de parcerias com indivíduos e entes privados<sup>413</sup>. Sintomaticamente, Lacerda fez pouquíssimas menções a formas concretas pelas quais os próprios favelados poderiam participar da concepção do plano para seu “salvamento”, contrariando a avaliação de Parisse acerca do caráter “democrático” da iniciativa<sup>414</sup>. Os mesmos eram apenas exortados, ironicamente, por artigos publicados em jornais que tendiam a circular muito mais entre as classes médias e dominantes, do que entre trabalhadores pobres, a tomarem parte dessa ampla parceria proposta.

Em termos concretos, a Batalha auferiu poucos resultados, tendo motivado apenas a criação, pelo governo Dutra, de uma nova Comissão em julho de 1948, apoiada por sete subcomissões, de cujo trabalho resultou a retomada das propostas repressivas muito similares às que Lacerda criticara em seus artigos do período. Entretanto, se as ideias de Lacerda tiveram, naquela conjuntura, um limitado poder de intervenção nas políticas diretamente conduzidas pelo Estado, as mesmas serviram

---

<sup>412</sup> **PARISSE, Luciano.** *Favelas do Rio... Op. Cit.* pp.113-114.

<sup>413</sup> **SILVA, Maria Lais Pereira da.** “A ‘Batalha do Rio de Janeiro’: combatentes e combatidos nas favelas cariocas, 1947-1948”. In: *Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – 5 séculos de cidade no Brasil*. Natal, PPGAU/UFRN, 2000. pp.9; 13.

<sup>414</sup> **GONÇALVES, Rafael Soares.** *Les favelas... Op. Cit.* p.117.

como importante instrumento de legitimação ideológica das ações levadas a cabo pela Fundação Leão XIII desde o ano anterior em parceria com o mesmo Estado, enfatizando a percepção de que “(...) as contradições que dia a dia [os favelados] observam e padecem na cidade (...) são superáveis dentro do sistema capitalista, por intermédio da ajuda, da iniciativa privada, do esforço individual e do desenvolvimento comunitário”<sup>415</sup>.

Por fim, é importante salientar que esse momento histórico assistiu, também, à consolidação de um padrão de relacionamento clientelista de muitos políticos com moradores de determinadas favelas, que, ao mesmo tempo em que se beneficiava das brechas abertas pelo *controle negociado*, contribuía para reforçar esse tipo de relação entre Estado e favelados. Aproveitando-se da maior tolerância das políticas públicas em relação à permanência das favelas e à realização de obras de melhoramentos, esses políticos se colocavam como intermediários capazes de atuar em prol da instalação de determinado serviço público (água, eletricidade, etc) em dada favela em troca de votos e apoio político<sup>416</sup>. Embora não constituísse uma forma oficializada de ação dos agentes do Estado, esse tipo de interação foi recorrente nas décadas subsequentes, funcionando como complemento para políticas formalizadas – tal como aquelas implementadas pela Fundação Leão XIII – e como justificativa para a adoção de outras, conforme será discutido em outro momento.

#### ***4.3- Os anos 1950: primeiros ajustes do modelo do controle negociado.***

Mesmo com o renovado suporte ideológico conferido pela Batalha do Rio de Janeiro, o início dos anos 1950 presenciou um paulatino arrefecimento do ritmo de expansão das atividades da Fundação Leão XIII. Uma possível razão para esse enfraquecimento passa pela constatação de que a atuação da Fundação não estava sendo suficiente para conter os movimentos dos favelados<sup>417</sup>, que vinham crescentemente se articulando desde a redemocratização e ganhavam os jornais nas “guerras pelas terras” que adentravam a década de 1950 em outro patamar. Decisiva para essa mudança foi, sem dúvida, a primeira intervenção direta do poder público pelos favelados ocupantes

---

<sup>415</sup> **RIOS, Rute Maria Monteiro Machado.** “*Amando de modo... Op. Cit.*”. pp.58-59.

<sup>416</sup> **GONÇALVES, Rafael Soares.** *Les favelas... Op. Cit.* pp.120-123.

<sup>417</sup> Uma compreensão similar desse momento foi externada por **BURGOS, Marcelo Baumann.** “*Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*”. In: **ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.).** *Um século... Op. Cit.* p.29.

de uma área sob litígio, com a determinação, em maio de 1949, do prefeito Mendes de Moraes de desapropriar em favor do Estado as terras ocupadas pela favela do Jacarezinho<sup>418</sup>. Fruto da pressão política exercida pelos moradores da localidade em conexão com alguns parlamentares de variadas tendências políticas e advogados, associada à repercussão midiática de todos os conflitos ocorridos nos anos anteriores, essa desapropriação inscreveu claramente no arco de possibilidades a obtenção de vitórias concretas por parte dos favelados organizados.

No esteio dos acontecimentos do Jacarezinho, outras ações de desapropriação de terrenos ocupados por favelas foram propostas pelo Legislativo, como foi o caso do Turano, ainda no final de 1949. Apesar de aprovada a desapropriação também desse morro, a Câmara Municipal e a Prefeitura não destinaram os recursos necessários à sua concretização<sup>419</sup>. A partir daí, é possível afirmar que os intensos debates legislativos acerca de desapropriações ocorridos nos anos seguintes funcionaram de forma a ganhar tempo em meio à ausência de soluções de longo prazo. Com efeito, a demora dos procedimentos políticos, burocráticos e legais permitia gerar um horizonte de expectativa nos favelados, que então seriam levados a canalizar suas atenções para esses trâmites<sup>420</sup>. Outras iniciativas do Legislativo na mesma conjuntura que contribuíram para manter em suspenso os conflitos envolvendo favelas, evitando solucioná-los de forma definitiva, foram: a instalação da CPI das Favelas e a promulgação da chamada Lei das Favelas. Tendo funcionado entre 1955 e 1956, a CPI se dedicou à análise de títulos de propriedade apresentados por proponentes de ações de despejo contra favelados. Embora tenha verificado que, em muitos casos, os documentos apresentados não comprovavam a propriedade, a CPI só tomou medidas práticas para a desapropriação das terras ocupadas pela favela de Vila Vintém. Mesmo essa determinação, no entanto, embrenhou-se pelos meandros da burocracia estatal, tendo sua efetivação bastante dificultada<sup>421</sup>.

---

<sup>418</sup> **FISCHER, Brodwyn.** *A poverty... Op. Cit.* pp.271-276.

<sup>419</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.277-279.

<sup>420</sup> Apenas em 1954, foram decretadas, pelo menos, três desapropriações (nas favelas de Santa Marta, União e Dendê). Em todos esses os casos o poder público atuou no sentido de protelar a implementação da medida deliberada. “Desapropriado ontem o Morro de Santa Marta”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 06/05/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.35.; “‘Ocupada’ a Câmara dos Vereadores”. *O Jornal*. Rio de Janeiro. 02/07/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.60.; “Sancionada ontem a desapropriação das favelas despejadas”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 06/07/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.67.

<sup>421</sup> “Constituída a comissão das favelas”; “Serão estudados os documentos de posse dos grileiros de favelas”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 12/04/1955; 30/04/1955. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.147; 155.; “Grileiros denunciados na Comissão de Inquérito”; “Os favelados do Vintém preparam a

Aproximadamente no mesmo momento em que funcionava a CPI, o Legislativo debatia aquela que ficou conhecida como Lei das Favelas. Proposta pelo senador Moura Brasil (PSD) e emendada pelo deputado federal Bruzzi de Mendonça (PRT), a lei, aprovada em setembro de 1956, proibia por dois anos quaisquer despejos de favelados, além de conceder créditos às prefeituras do Rio de Janeiro, de São Paulo, Recife e Vitória para enfrentarem a questão das favelas. Na avaliação de Rafael Gonçalves,

“Esses artigos [5 e 6], ao garantirem a propriedade dos favelados, provocaram a gradual ruptura de todos os laços formais entre esses últimos e os auto-proclamados proprietários das favelas. Essa iniciativa, por certo, objetivou entravar os despejos judiciais, mas, na prática, tornou a ocupação dos favelados ainda mais precária e provisória, posto que, de acordo com o artigo 6, eles ficavam obrigados a deixar as favelas no momento em que as primeiras habitações populares fossem colocados à sua disposição. [Assim, a lei] (...) ao manter uma frágil paz social, consolidou a natureza precária e provisória das favelas<sup>422</sup>”.

Tanto a CPI, quanto a Lei das Favelas podem, portanto, ser compreendidas como respostas à fase inicial do ciclo de mobilizações que conheceu uma importante inflexão com o caso do Jacarezinho e redundara na fundação da UTF e suas disputas contra os despejos em 1954-1956, tendo, ambas, contribuído para o arrefecimento dos conflitos então colocados, sem, no entanto, solucioná-los de forma duradoura. Observando o mesmo processo a partir do poder Executivo, verifica-se que, em março 1952, o prefeito João Carlos Vital criou o Serviço de Recuperação de Favelas, no que parece ter sido mais um esforço no sentido de protelar, em meio à ascensão das mobilizações dos favelados, resoluções mais definitivas dos problemas relacionados às favelas. Dessa forma, enquanto discursivamente o órgão reconhecia abertamente a possibilidade de urbanização *in loco* das favelas, na prática, realizava poucas obras com essa finalidade e não descartava as remoções – tendo realizado algumas, inclusive com apoio da Fundação Leão XIII –, ressaltando apenas que medidas seriam tomadas com o fito de

---

festa da vitória”; “É grilo o despejo da Vila do Vintém”; “Uma vitória dos favelados do Arará”; “Será desapropriada a Favela do Vintém”; “Revisão de desapropriações [na coluna “Morros e favelas”]”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 30/07/1955; 13/10/1955; 23/12/1955; 08/02/1956; 11/02/1956; 15/05/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fls.200; 193; 177; 152; 150; 119.; “Desapropriada ontem a “Favela do Vintém”; “Diziam-se os donos da favela. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 09/10/1955; 25/03/1956. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fls.46; 40.

<sup>422</sup> Tradução minha para os seguintes trechos: “Ces articles, quoiqu'il en soit, du fait de garantir la propriété des *favelados*, ont graduellement provoqué la rupture de tout lien formel entre ces derniers et les soi-disant propriétaires des *favelas*. Cette initiative a, certes, voulu enrayer les évictions judiciaires mais, en fait, elle a rendu l'occupation des *favelados* encore plus précaire et provisoire, car, d'après l'article 6, ils étaient obligatoirement censés de quitter les *favelas* au moment où les premiers logements sociaux seraient mis à leur disposition”; “(...) tout en maintenant une fragile paix sociale, a consolidé la nature précaire et provisoire des *favelas*”. GONÇALVES, Rafael Soares. *Les favelas... Op. Cit.* pp.143-145.

garantir a proximidade dos favelados de seus locais de trabalho<sup>423</sup>. Essa aparente contradição pode ser explicada pela necessidade do governo Vargas, sob cerrada oposição udenista, de ampliar suas bases de apoio em meio à classe trabalhadora, sem, no entanto, abandonar os esforços de conciliação com parcelas significativas das classes dominantes<sup>424</sup>. No campo sindical, a ofensiva de Vargas em busca da ampliação de sua sustentação política pelos trabalhadores assumiu a forma, também em 1952, da convocação de eleições para os sindicatos sob intervenção estatal e da extinção da exigência de atestado de ideologia para participação em eleições sindicais. Por fim, no ano seguinte, tal esforço alcançou sua máxima expressão na nomeação, por Vargas, de João Goulart para o Ministério do Trabalho, incumbindo-o de uma tarefa

“(…) bastante complexa e por vezes contraditória: se aproximar dos trabalhadores, através da via da concessão e do incentivo mobilizador e, ao mesmo tempo, procurar desarmá-los, antecipando-se às suas ações, neutralizando-as e apaziguando-as por meio do diálogo preventivo e de concessões possíveis”<sup>425</sup>.

O Serviço de Reabilitação de Favelas, entretanto, não teve vida longa, sendo substituído, em 28 de janeiro de 1953, por uma Comissão das Favelas, que tampouco produziu muitos resultados concretos. Essa comissão, por sua vez, deu lugar ao SERFHA (Serviço Especial de Reabilitação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas), um órgão criado em 28 de agosto de 1956 pelo prefeito Francisco Negrão de Lima, apontado por Juscelino Kubitschek, mas que em seus primeiros anos de existência experimentou escassez não apenas de dotações orçamentárias, como também de poder de atuação<sup>426</sup>. Por conta dessas limitações, atuou inicialmente como um ponto de apoio para a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião – a qual farei referência mais detida logo adiante –, especialmente na fiscalização e repressão a obras irregulares nos barracos<sup>427</sup>.

Ainda nesse primeiro momento, sua medida de maior repercussão foi a proibição da cobrança de aluguéis em barracos e favelas, em 1959, por meio de um comunicado publicado por diversos jornais cariocas:

“Visando coibir a especulação e o abuso que se efetiva contra a população pobre desta cidade, residente em nossas favelas, esclarece a

<sup>423</sup> SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas... Op. Cit.* p.131.

<sup>424</sup> LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *“Favelas e comunidade... Op. Cit.”*. pp.204-205.

<sup>425</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo... Op. Cit.* pp.119; 133.

<sup>426</sup> PARISSE, Luciano. *Favelas do Rio... Op. Cit.* p.206.

<sup>427</sup> SAGMACS. *“Aspectos humanos... Op. Cit.”*. Parte I. p.38.



SERFHA que não é permitida a cobrança de alugueres de barracos devendo ser suspenso todo e qualquer pagamento que venha sendo feito a qualquer título a exploradores que financiam ou promovem a construção dessas habitações, sem a devida licença dos órgãos competentes.

O Poder Público não está obrigado a reconhecer qualquer direito que decorra de uma construção clandestina e que se efetiva contra as leis que regulam o assunto.

Por outro lado, o SERFHA informa que está a disposição das vítimas desses exploradores, através do seu Serviço de Assistência Judiciária e Auxílios para prestar a assistência que se fizer necessária em defesa de seus direitos, no Posto de Atendimento, sito à Avenida Antônio Carlos (aterro), diariamente, das 8 às 17 horas<sup>428</sup>.

Tendo sido elaborado menos de um ano após o término do vigor do impedimento de despejos de favelados estabelecido pela Lei das Favelas, esse comunicado do SERFHA deve ser compreendido como um esforço de prorrogação de alguns dispositivos da supracitada lei, e, portanto, como uma faca de dois gumes. Por um lado, fornecia mais uma arma para que os favelados dispusessem de recursos extras para outras despesas familiares, como alimentação, vestuário, etc, além de inviabilizar uma das mais frequentes justificativas para os pedidos de despejo judicial em favelas, justamente, o atraso em pagamentos de aluguéis. Por outro, colocava a possibilidade de extinção de um dos elementos – os recibos informais dos sucessivos aluguéis pagos – frequentemente considerados pela Justiça como comprobatórios da longa ocupação de determinados terrenos por favelados, o que apoiava seus pleitos em embates judiciais pela permanência dessas ocupações. Ademais, o comunicado fazia menção direta ao estatuto ilegal das favelas, inclusive, trazendo à baila “as leis que regulam o assunto”, dentre as quais se destacava o já mencionado Decreto 6.000, que, em última análise, apontava para a necessidade de remoção dos favelados<sup>429</sup>.

Em função desse caráter contraditório, o comunicado do SERFHA não se mostrou suficiente para uniformizar a posição do judiciário quanto aos casos envolvendo disputas em torno de aluguéis em favelas, havendo magistrados que admitiam direitos de locadores e locatários. A recusa do pagamento por parte de muitos inquilinos, ademais, ocasionou, por vezes, respostas violentas dos alegados

---

<sup>428</sup> [Reprodução de nota do SERFHA]. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 25/06/1959. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.36.

<sup>429</sup> A conexão do comunicado do SERFHA com o Decreto 6.000 foi, naquele momento, evocada, por exemplo, por uma reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*, que se baseava em entrevista com Ildefonso de Sá, Diretor do Departamento Jurídico do SERFHA. “Serviço de Favelas abre guerra contra grileiros: favelado não paga aluguel”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 26/06/1959. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.50.

proprietários, contribuindo para o aprofundamento das tensões sociais<sup>430</sup>. Por fim, o comunicado tampouco implicou numa redução dos pedidos de despejo, podendo, inclusive, tê-los acentuado, uma vez que o impedimento da cobrança de aluguéis poderia motivar os supostos proprietários a buscar novas formas de explorar lucrativamente os terrenos<sup>431</sup>.

Em meio a essa sucessão de medidas administrativas, uma proposta de atuação sistemática alicerçada na intervenção direta e cotidiana na vida dos favelados só tornaria a aparecer em 1955 – não por acaso, no ano imediatamente posterior ao surgimento da UTF –, com a fundação da Cruzada São Sebastião, uma instituição capitaneada pelo bispo auxiliar Dom Hélder Câmara. De certa forma, sua proposta de atuação constituía um aprofundamento da linha de trabalho da Fundação Leão XIII – e também defendida pelos artigos de Carlos Lacerda na Batalha do Rio de Janeiro –, na medida em que se também alicerçava numa concepção de educação do favelado para a ascensão social, por meio da valorização da participação do próprio<sup>432</sup>. Apesar disso, teoricamente, havia sutis, porém significativas diferenças. Baseando-se, ainda que de forma não explícita no ideário do desenvolvimento de comunidades, a Cruzada deixava de conceber os favelados como indivíduos dotados de menos recursos sociais e, portanto, necessitados de uma ação assistencial, tal como o fazia a Leão XIII, para conceituá-los como virtualmente já equipados para a ascensão social, econômica e cultural, dependendo a efetivação dessa potencialidade da viabilização de uma educação comunitária tornada possível no bojo do processo de urbanização e integração com os demais bairros da cidade<sup>433</sup>.

Em seu empreendimento de maior envergadura, a remoção de parte dos moradores da favela da Praia do Pinto para um conjunto de 910 apartamentos (o Bairro São Sebastião) construído nas proximidades da favela, no bairro do Leblon, teve que ser deixado de lado o intento inicial dos organizadores da Cruzada de só efetuar a transição para os apartamentos após um longo processo de prévia educação. Tal opção redundou

---

<sup>430</sup> **GONÇALVES, Rafael Soares.** *Les favelas...* *Op. Cit.* p.144.

<sup>431</sup> **SILVA, Maria Lais Pereira da.** *Favelas cariocas...* *Op. Cit.* p.140.

<sup>432</sup> Algumas razões para a coexistência de duas instituições vinculadas à Igreja atuando simultaneamente em meio às favelas cariocas foram aventadas por Rute Rios, que enfatizou o arrefecimento da atuação da Fundação Leão XIII, bem como a existência de reflexos de disputas partidárias no clero católico, sendo a Leão XIII mais vinculada a membros da UDN, ao passo que a Cruzada teria sido encampada por políticos do PSD e do PTB. **RIOS, Rute Maria Monteiro Machado.** “*O desenvolvimentismo e as favelas: adaptar o favelado à vida urbana e nacional, 1955-1962*”. In: VALLA, Victor Vincent (org.). Educação e favela. Op. Cit. pp.63-64.

<sup>433</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.64-69.

da aceitação de uma vultosa soma de dinheiro colocada à disposição da Cruzada pelo governo Café Filho (e entregue pelo governo de Juscelino Kubitschek, que também proveu a Cruzada de outras fontes de financiamento), sob a condição de que a construção das unidades habitacionais começasse imediatamente<sup>434</sup>. Em função dessa inversão do cronograma originalmente concebido, a Cruzada precisou recorrer à Fundação Leão XIII<sup>435</sup> para auxiliá-la no processo de educação e remoção dos moradores para o conjunto, evidenciando que as duas entidades não nutriam relações de oposição<sup>436</sup>.

Os autores consultados que mais detidamente analisaram o trabalho da Cruzada, Luciano Parisse e Rute Rios, convergem na afirmação de que nessa empreitada no Leblon a participação dos favelados esteve bastante restrita. Quanto a isso, é preciso observar que, de um lado, os favelados foram excluídos de qualquer participação no planejamento dos apartamentos para os quais seriam levados, e, de outro, os métodos empregados na organização do dia-a-dia do conjunto limitavam significativamente suas possibilidades de intervenção. Ao conselho de moradores, por exemplo, teriam sido atribuídas atividades centradas muito mais em questões de vigilância e repressão, do que em discussões e deliberações acerca de formas de aproveitamento coletivo do espaço, tentando aproximar as práticas dos moradores daquelas típicas de condomínios da classe média e dos dominantes. O amoldamento dos comportamentos tinha outro ponto de sustentação no chamado “Decálogo dos Cavaleiros de São Sebastião”, que estabelecia normas de conduta, tais como evitar o excesso de bebida alcoólica, a prática do jogo de azar, a obediência a Deus e, de forma clara e ostensiva, o afastamento em relação ao comunismo<sup>437</sup>.

Em outras favelas, sem a pressão para a imediata remoção, a atuação da Cruzada experimentou cursos distintos. No Morro Azul, além de obras de urbanização local, a verba da entidade destinou-se à construção de um prédio dotado de 48 apartamentos. Outras localidades, por seu turno, presenciaram as instalações de redes de água e outros melhoramentos de menor monta. No Parque Alegria, um caso mais específico, a urbanização foi levada a cabo pela própria população favelada, responsável por construir suas casas de alvenaria sob a direção da Cruzada em terrenos cedidos pela

---

<sup>434</sup> **PARISSE, Luciano.** *Favelas do Rio... Op. Cit.* pp.177-179.

<sup>435</sup> A Leão XIII já desenvolvia atividades naquela favela, pelo menos, desde o ano de 1952. **FUNDAÇÃO LEÃO XIII.** *Como trabalha... Op. Cit.* p.127.

<sup>436</sup> **RIOS, Rute Maria Monteiro Machado.** “*O desenvolvimentismo... Op. Cit.*”. p.64.

<sup>437</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.73-74.

Estrada de Ferro Central do Brasil<sup>438</sup>. Embora a justificativa do órgão para a adoção de procedimentos tão distintos estivesse fundada na especificidade de cada favela, não deixa de ser significativo o fato de que o montante de verbas empregado em cada situação (Praia do Pinto, Morro Azul e Parque Alegria) guardasse relação direta com o nível de valorização imobiliária da área em que cada uma das favelas se situava.

A abertura à participação da população local, por sua vez, parece ter tido uma correlação inversa com essa valorização, na medida em que foi bastante mais elevada no Parque Alegria do que na Praia do Pinto. Essa participação, entretanto, expressou-se em grande parte sob a forma de força de trabalho empregada para o cumprimento de determinações técnicas emanadas da própria Cruzada e sempre orientada pela noção de que essa mudança de comportamento (trabalho coletivo, habitação de uma moradia de melhor qualidade, etc) constituiria a chave para a integração do favelado com a cidade e sua ascensão econômico-social<sup>439</sup>. É, ainda, importante salientar que mesmo nos locais em que a atuação da Cruzada não retirava os favelados de seu local de moradia, os moradores eram estimulados pela entidade a atuar de forma repressiva – tal como no conjunto do Leblon –, exercendo determinadas atividades típicas da força policial, conforme ocorreu também nas favelas de Parada de Lucas e Rádio Nacional<sup>440</sup>. Mais uma vez, se tratava de uma participação estimulada a partir dos princípios e necessidades estabelecidos pela própria Cruzada, que deixava pouco ou nenhum espaço para a interferência dos moradores na definição das atividades a serem priorizadas e dos métodos empregados.

Uma iniciativa mais abrangente que dá uma importante medida dos limites da participação encorajada pela Cruzada foi a realização do Congresso dos Favelados, em janeiro de 1957. Além do discurso de abertura proferido por Dom Hélder Câmara ter situado claramente o comunismo como inimigo maior a ser enfrentado – num momento em que o apoio do PCB à UTF era diariamente reiterado por seu principal veículo de comunicação, o diário *Imprensa Popular* –, denotando, a despeito de seu alegado apoliticismo, o caráter político conferido ao conclave, parte significativa dos representantes de favelas presentes ao encontro foram escolhidos, não por seus supostos representados, mas por padres com atuação local<sup>441</sup>.

---

<sup>438</sup> **PARISSE, Luciano.** *Favelas do Rio... Op. Cit.* pp.183-184.

<sup>439</sup> **RIOS, Rute Maria Monteiro Machado.** “*O desenvolvimentismo... Op. Cit.*”. pp.69-70; 75-76.

<sup>440</sup> **SAGMACS.** “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte I. p.35.

<sup>441</sup> O discurso de Dom Hélder foi transcrito por **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados... Op. Cit.* pp.90-91. Quanto ao método de escolha dos delegados, cf. **PARISSE, Luciano.**

O rápido apoio externado pelos jornais *O Globo* e *Correio da Manhã*<sup>442</sup> ao discurso de Dom Hélder, precisamente os mesmos que haviam sustentado a Batalha de Lacerda, evidencia que a atuação da Cruzada não atendia a demandas emanadas exclusivamente do clero, na medida em que diversos outros setores organizados na sociedade civil estavam interessados no enfraquecimento da ação comunista e na desorganização da classe trabalhadora e, especificamente, de sua parcela favelizada. Ademais, a própria realização de obras para alojar os favelados removidos, apesar de suscitar críticas de agentes do ramo imobiliário por impedir a exploração de terrenos altamente valorizados, como o do Leblon, em empreendimentos extremamente lucrativos e voltados para camadas dotadas de elevado poder aquisitivo, fornecia oportunidades de auferimento de lucros para empresas construtoras, com as quais o próprio Dom Hélder estabeleceu contato<sup>443</sup>.

É importante salientar que essa aproximação em relação a interesses privados não contrariou a afirmação de Nísia Lima de que a “(...) Cruzada, à semelhança do que já ocorrera com a Fundação Leão XIII, [atuou] como uma agência implementadora da política governamental para as favelas”<sup>444</sup>. A sustentar tal avaliação, pode-se citar não apenas a doação das verbas que possibilitaram a construção do conjunto no Leblon, como a cessão, por Juscelino Kubitschek, do direito de aforamento de terras na Avenida Brasil, que seriam urbanizadas e loteadas pela Cruzada com o objetivo de obter verbas para custear suas atividades. Além disso, a aproximação entre Cruzada e aparelho estatal expressou-se também pela nomeação de Reinaldo Reis, coordenador do SERFHA, para a Comissão de Finanças da entidade católica<sup>445</sup>. Por fim, a Cruzada atuou, assim como a Fundação Leão XIII, em tentativas de proibição da realização de reformas não-autorizadas nos barracos dos moradores de favelas, esforçando-se, portanto, para fiscalizar o cumprimento das determinações do Código de Obras<sup>446</sup>.

Num esforço de síntese analítica da atuação da Cruzada, é possível percebê-la como a primeira ofensiva mais sistemática especialmente direcionada para o combate ao ciclo de lutas dos trabalhadores favelados, que, desde 1954, era marcado pela contínua e acelerada ascensão e, principalmente, pela obtenção de importantes vitórias, ainda que

---

*Favelas do Rio... Op. Cit.* p.181.

<sup>442</sup> LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.91.

<sup>443</sup> Para as críticas, cf. GONÇALVES, Rafael Soares. *Les favelas... Op. Cit.* pp.115-116; para as articulações de Dom Hélder, veja-se SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas... Op. Cit.* p.137.

<sup>444</sup> LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.92.

<sup>445</sup> PARISSE, Luciano. *Favelas do Rio... Op. Cit.* pp.178-179.

<sup>446</sup> SAGMACS. “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte I. p.24.

parciais. Como visto, no momento em que a Cruzada foi anunciada, as mobilizações dos moradores já haviam conseguido pressionar a Câmara de Vereadores a decretar diversas desapropriações, mesmo que muitas delas não tivessem sido efetivamente aplicadas. Esses resultados pareciam deixar bastante claro, naquela conjuntura, que o emprego de métodos repressivos, com destaque para as investidas policiais, associado à atuação de caráter assistencialista típica da Fundação Leão XIII, seria insuficiente para desorganizar a resistência favelada.

Diante desse quadro, o caminho trilhado por aqueles ameaçados, imediatamente e no longo prazo, por essas mobilizações passou pela articulação das ações da Igreja, de ocupantes de postos-chave no Estado (Café Filho e JK, para citarmos apenas os presidentes) e de outras agências representativas dos interesses das classes dominantes na sociedade civil (como parte significativa da imprensa). Por si só, a confluência desses esforços já evidencia o grau de importância política então assumida por esses embates. No bojo deles, as medidas implementadas por Dom Hélder e pelos demais promotores da Cruzada visaram à canalização das energias dos trabalhadores favelados em direção a atividades que, na visão dos Cruzados, descartassem qualquer nível de enfrentamento, como as obras de melhoramentos urbanos. Subjacente a essas ações, jaziam os objetivos de afastar os favelados dos movimentos de cunho mais marcadamente reivindicativo, apartá-los de outros segmentos e formas organizativas da classe trabalhadora e neles inculcar a percepção de que a melhoria de sua situação de vida deveria passar, necessariamente, pela cooperação com o Estado e as demais entidades operacionalizadoras de suas políticas, com destaque para a própria Igreja.

Em nenhum episódio, a profundidade e o sentido dessa articulação, bem como a resistência a ela oposta pelos trabalhadores favelados, ficam tão evidentes quanto no processo de remoção dos moradores da favela da Praia do Pinto para o conjunto da Cruzada. O interesse da Prefeitura do Distrito Federal em dispor das terras ocupadas pelos favelados para outras finalidades já se tornara evidente, pelo menos, desde maio de 1954, quando um canal foi bloqueado, por ordem do próprio prefeito, com o fito de impedir o escoamento de águas de chuvas, inundando a favela, numa tentativa de tornar a permanência no local inviável. A imediata reação dos atingidos foi organizar diversos protestos, com apoio de favelados do Borel, Santa Marta e União, até que uma retroescavadeira da Prefeitura fosse enviada para o local, garantindo a vazão das águas.

Provavelmente por conta dos contatos entabulados nesse processo de luta, em novembro de 1954 alguns moradores da Praia do Pinto recebiam ativistas de outras

favelas, com o objetivo de debater formas de financiar o Departamento Recreativo e Esportivo da UTF, além de discutir o projeto de lei redigido pela entidade. Aprofundando ainda mais seu processo de organização, no mês seguinte, os moradores da favela fundaram o Centro Pró-Melhoramentos da Favela da Praia do Pinto, contando, segundo documentação produzida pela DPS, com o apoio de Magarinos Torres.

Vê-se, portanto, que além de ocupar uma área altamente valorizada pelo capital imobiliário, a favela da Praia do Pinto passava imediatamente antes da fundação da Cruzada, por um momento de escalada organizativa de seus moradores, inclusive aproximando-se nitidamente da UTF. Conjugavam-se, aí, duas boas razões para que fosse essa a favela escolhida para a primeira remoção organizada pela nova entidade da Igreja: impulsionar as atividades do ramo imobiliário e desorganizar os favelados. A própria *Imprensa Popular*, vocalizando a política comunista, não deixou de denunciar tanto a valorização dos imóveis circunvizinhos pela remoção, mesmo que parcial, da favela, quanto o descontentamento dos moradores em relação ao modo como o processo de sua mudança estava sendo conduzido. Dentre as inquietações mencionadas pelo periódico, chama a atenção, por exemplo, a preocupação dos moradores que seriam removidos com a garantia de espaços para o funcionamento das entidades que mantinham em seu cotidiano, como escolas de samba, igrejas e clubes de futebol, que, como vimos, também tinham grande importância política.

Em dezembro de 1955, a mesma *Imprensa Popular* noticiava a atuação de uma Comissão de Moradores, que buscava garantir que todos os habitantes da favela recebessem da Cruzada novas moradias, provavelmente, reverberando o temor de que aqueles não deslocados para o conjunto em construção fossem removidos para áreas mais afastadas. A resposta da entidade não tardou, mas foi apresentada por meio de uma de suas parceiras principais naquela conjuntura, a força policial. Com efeito, tanto em dezembro de 1955, quanto em janeiro de 1956, foram reportadas pelo jornal comunista realizações de “razzias”, grandes batidas policiais, em que amplo aparato (centenas de soldados, helicópteros, etc) era mobilizado para invadir os barracos e revistar os moradores, sob a justificativa do combate à criminalidade. Dessa forma, a polícia não só contribuía para a estigmatização dos favelados como criminosos, legitimando, perante a opinião pública, sua remoção, como amedrontava os próprios moradores, desencorajando suas ações de resistência, o que foi admitido até mesmo por uma autoridade policial que afirmou que “essas batidas são mais para assustar o povo das

favelas do que propriamente para prender criminosos”<sup>447</sup>. Aparentemente com os mesmos fins, em maio de 1956 surgiam notícias acerca da intensificação da presença cotidiana da polícia na favela.

Por fim, ainda antes da inauguração do conjunto, ocorrida em janeiro de 1957, um incêndio cujas causas permaneceram obscuras atingiu a favela, deixando desabrigadas 1.000 pessoas, além de ter destruído completamente a sede da Escola de Samba Independentes do Leblon, precisamente um dos motivos da desconfiança inicial dos moradores em relação aos planos da Cruzada. Em maio de 1957, a propensão da favela da Praia do Pinto à combustão manifestou-se uma vez mais, sendo que dos 300 barracos destruídos, apenas cerca de 20 teriam sua reconstrução permitida pelas autoridades, tornando bastante palpável para aqueles que permaneciam na favela o medo da remoção para áreas afastadas<sup>448</sup>.

#### ***4.4- Os anos 1950: formulação de alternativas.***

Os embates verificados nas tentativas de despejo de favelas, a resistência de moradores às ações da Cruzada e o reflorescimento de determinadas tensões a partir do comunicado do SERFHA evidenciavam, em conjunto, que os ajustes propostos ao longo dos anos 1950 para o modelo do controle negociado não só não eram capazes de erradicar os conflitos anteriormente verificados, como se tornavam, eles mesmos, fontes de novas disputas. Em função desse diagnóstico, a segunda metade da década de 1950, mesmo momento em que a maioria desses ajustes era aplicada, alguns setores sociais envolvidos com a questão das favelas cariocas passaram a buscar outras abordagens que implicassem em alterações mais drásticas do próprio modelo.

Uma das alternativas mais sistematizadas foi elaborada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado (IPEME), fundado em 1957. A rigor, as posições do

---

<sup>447</sup> SAGMACS. “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte I. p.35.

<sup>448</sup> O relato sobre as disputas envolvendo a favela da Praia do Pinto foi construído com base nos seguintes documentos: “Recua o prefeito ante o protesto dos favelados da Praia do Pinto”; “Departamento recreativo e cultural”; “Cresce a organização dos moradores das favelas”. *Imprensa Popular*: Rio de Janeiro. 25/07/1954; 02/11/1954; 07/12/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fls.70; 88; 96.; “Boletim Reservado 222”. 08/12/1954. APERJ. DPS. Dossiê 1046: UTF, fl.14.; “Os moradores da Praia do Pinto farão respeitar seus direitos”; “O povo exige a abolição da 'Guerra' às favelas”; “Expectativa na Praia do Pinto: crescem os edifícios em construção mas não estão tranquilos os favelados”; “Novo assalto da polícia contra a Praia do Pinto”; “Protestam os favelados” [na coluna “Morros e favelas”]; “Em meio aos escombros dos barracos desfilam as famílias desabrigadas”; “Ainda sem teto os moradores da Favela da Praia do Pinto”. *Imprensa Popular*: Rio de Janeiro. 15/12/1955; 30/12/1955; 31/12/1955; 25/01/1956; 05/05/1956; 16/08/1956; 11/05/1957. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fls.68; 92; 124; 162; 172-173; 181.



IPEME não correspondiam a inovações no pensamento acerca das favelas, caracterizando-se, antes, por um esforço para dotar de um verniz acadêmico e científico ideias anteriores, mas enfraquecidas pela relativa tolerância em relação ao desenvolvimento das favelas que se tornara hegemônica. A reativação dessas ideias naquela conjuntura estava diretamente ligada a interesses de frações das classes dominantes brasileiras, algo evidente nos objetivos colocados para o Instituto, como o de

“(...) colaborar (...) com a Indústria, o Comércio e as Classes dirigentes em geral, oferecendo-lhes um serviço altamente especializado, que vem sendo, cada vez mais, compreendido e utilizado pelas classes produtoras, correntes políticas e governantes deste país”<sup>449</sup>.

Outro elemento importante para a confirmação desses laços é a presença de indivíduos estreitamente vinculados ao capital imobiliário na operacionalização dos trabalhos do IPEME. A direção do Instituto, por exemplo, ficou a cargo do sociólogo Jacques-Marie de Mahieu e de Walter Rocha, corretor de imóveis. Além disso, em suas publicações acerca das favelas, o IPEME contou com o apoio de Augusto Luiz Duprat, então à frente do Instituto de Engenharia Legal. Por fim, os dois inquéritos realizados, *Favelas e favelados do Distrito Federal* (1957) e *A vida mental dos favelados do Distrito Federal* (1958), foram encomendados, respectivamente, por Carlos Calderato, diretor da Construtora Atlântida, e Santos Bahdur, empresário do ramo imobiliário<sup>450</sup>.

O primeiro trabalho de pesquisa resultou, por meio de inquéritos estatísticos realizadas com 1.000 favelados, numa tipologia das favelas cariocas, divididas entre aquelas consideradas “úteis”, ou “parasitárias”. Na categoria de “parasitárias”, estavam incluídas as favelas daqueles setores numerados como 1 e 3 da cidade (respectivamente a Zona Sul e a região da Grande Tijuca e São Cristóvão). Como justificativa para o rótulo a elas atribuído, as favelas do setor 1 eram caracterizadas pela maior presença de marginais, pela precariedade exacerbada de seus barracos e por um baixo percentual de trabalhadores regulares, ao passo que as do setor 3 seriam marcadas pelos mesmos traços, em proporção levemente atenuada. Já as favelas do restante da cidade (setores 2,

---

<sup>449</sup> INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS DE MERCADO (IPEME). *Favelas e favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, 1957. p.3.

<sup>450</sup> IDEM. *Ibidem*. p.3.; IDEM. *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, 1958. p.5; BITTENCOURT, Danielle Lopes. “O morro é do povo...”. *Op. Cit.* p.38 (nota 61); CARNEIRO, Alan. “Voga Publicidade”. In: ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico da Propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/ABP, 2007. p.249.

4 e 5), consideradas “úteis”, apresentariam índices significativamente mais elevados de regularidade laboral de seus moradores e de qualidade das construções, ao mesmo tempo em que comportavam uma reduzida criminalidade<sup>451</sup>.

Deixando de lado possíveis questionamentos à veracidade das cifras apresentadas pelo estudo, é importante salientar que as explicações para as diferenças verificadas entre as favelas dos distintos setores derivavam, no bojo daquela análise, invariavelmente de considerações acerca de caracteres individuais dos moradores das favelas, sendo raramente acionados os determinantes estruturais que condicionavam suas escolhas. No caso da qualidade das construções, por exemplo, não há qualquer referência à maior incidência da repressão do poder público à realização de obras nas favelas da Zona Sul como um fator inibidor da realização de melhorias nos barracos desse setor<sup>452</sup>.

Como consequência desses diagnósticos, o estudo do IPEME propunha algumas soluções comuns a todas as favelas (detenção de seu crescimento, intensificação da ação policial) e outras específicas para determinados grupos. Assim, as favelas dos setores 2 e 5 (grosso modo abrangendo a Região Portuária e o ramal ferroviário da Leopoldina) deveriam ser urbanizadas *in loco*, ao passo que os moradores das favelas dos setores 1, 3 e 4 (correspondendo esse último ao arco suburbano localizado após a Grande Tijuca e servido pela Estrada de Ferro Central do Brasil) deveriam ser removidos para áreas mais próximas das zonas industriais<sup>453</sup>. Dado esse conjunto de proposições, não é difícil perceber como o estudo do IPEME inseria-se numa longa tradição de concepção do espaço urbano como sendo fundamentalmente segregado e hierarquizado. A proposta de remoção das favelas localizadas nas áreas mais atrativas ao capital imobiliário para localidades limítrofes do município atendia plenamente aos interesses econômicos dos promotores da pesquisa.

Entretanto, na publicação dos resultados desse estudo inicial, as considerações de ordem econômica não se encontravam completamente divorciadas de preocupações políticas, como evidencia a percepção das favelas como “um verdadeiro caldo de cultura para os agitadores sociais”<sup>454</sup>. Não à toa, o estudo subsequente do IPEME – compreendido como complementar ao anterior<sup>455</sup> – foi largamente dedicado ao exame

---

<sup>451</sup> IPEME. *Favelas e favelados...* Op. Cit. pp.38-40.

<sup>452</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. *Les favelas...* Op. Cit. p.131.

<sup>453</sup> IPEME. *Favelas e favelados...* Op. Cit. pp.40-42.

<sup>454</sup> IDEM. *Ibidem*. p.37.

<sup>455</sup> IDEM. *A vida mental...* Op. Cit. p.5.

das questões mais diretamente atinentes a essa dimensão.

Partindo de pressupostos extremamente racistas – como, por exemplo, o de que o “subconsciente” do favelado “carrega[ria] não apenas as tendências surgidas do seu substrato étnico, mas, também as que nasceram ao longo dos séculos ou milênio de uma vida ancestral rica em formas psíquicas sempre muito peculiares e amiúde antagônicas” –, a pesquisa apresentava os favelados como avessos ao associativismo e incapazes de formularem ideias próprias, mas disponíveis para o recrutamento político por líderes e grupos exteriores. Aos olhos dos pesquisadores, particularmente preocupante seria o êxito dos comunistas nesse recrutamento, o qual, por ainda ser constituído por laços frágeis, estava em tempo de ser revertido. Para tal, no entanto, seria necessário tanto o afastamento do favelado dos bairros ricos, onde percebia, pelo contraste, sua situação social; quanto a facilitação do seu acesso à propriedade privada, uma vez mais, em locais distantes dos mais valorizados pelos agentes do mercado imobiliário<sup>456</sup>.

Com esse estudo, a justificativa econômica anteriormente apresentada para o avanço da segregação social no espaço urbano ganhava sua contraparte política, apelando diretamente aos setores anticomunistas, temerosos de que os favelados “descessem dos morros assaltando a Cidade e o País”<sup>457</sup>. Note-se, ainda, que essa abordagem tinha a vantagem adicional de, apresentando como praticamente nula a capacidade de reflexão própria dos favelados, legitimar sua exclusão dos processos de elaboração e implementação das políticas públicas voltadas para eles.

Também em meados dos anos 1950, outra alternativa para a questão das favelas emergiu. A partir de encomenda do jornal *Estado de São Paulo*, o escritório carioca da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), entidade vinculada ao movimento internacional *Économie et Humanisme*, liderado pelo Padre Lebreton, levou a cabo uma minuciosa pesquisa em quase duas dezenas de favelas cariocas, cujos resultados foram publicados pelo periódico em dois volumosos cadernos nos dias 13 e 15/04/1960<sup>458</sup>.

---

<sup>456</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.14; 31-33.

<sup>457</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.34.

<sup>458</sup> Os interesses políticos envolvidos na encomenda dessa pesquisa por um jornal paulista, assim como a trajetória de Lebreton – pesquisador do Centro Nacional da Pesquisa Científica na França, redator, nos anos 1950 da bula Encíclica Papal *Populorum Progressio* e fundador do Instituto Internacional para a Pesquisa e o Treinamento para o Desenvolvimento Harmônico (IRFED) –, as características principais do *Économie et Humanisme* – preocupada em elaborar uma “terceira via” entre capitalismo e socialismo, a partir de “uma ética fundamentada na comunidade de base” – e a metodologia empregada no estudo da SAGMACS foram discutidos por **VALLADARES, Lícia do Prado.** *A invenção da favela... Op. Cit.* pp. 78-104. O fato de um francês como Lebreton ter se interessado pela questão habitacional no Brasil não deve ser tomada como surpreendente, dado que no mesmo período as periferias das grandes cidades francesas,

No bojo do estudo da SAGMACS – cuja coordenação técnica coube ao sociólogo José Arthur Rios<sup>459</sup> –, a favela foi tratada como um problema estrutural, decorrente do subdesenvolvimento que marcaria a formação social brasileira. Dentro desse quadro, as favelas seriam constantemente alimentadas por migrantes oriundos de zonas rurais, ampliando constantemente seu contingente populacional, o que tornaria qualquer proposta de construção de novos apartamentos para todos os favelados – como sustentado pela Cruzada São Sebastião e pela Fundação Leão XIII – uma “solução utópica”, também em função das limitações orçamentárias<sup>460</sup>.

Associada à incapacidade dessas entidades de resolverem seus problemas, a situação dos favelados seria agravada por sua própria condição individual, caracterizada pela manutenção dos valores e hábitos rurais de sua origem, os quais entravariam sua plena adequação à vida urbana. Além disso, nas cidades, esses migrantes encontrariam um proletariado desprovido de qualquer consciência de classe, entabulando, em seu cotidiano nas favelas, apenas relações de solidariedade sem qualquer sociabilidade mais aprofundada e construindo primordialmente formas espontâneas de associação, incapazes de resolverem seus problemas de habitação, acesso a serviços, etc, de forma sustentada. Sintetizando essa análise, o estudo chega a afirmar, na conclusão de seu segundo fascículo, que

“É a falta, exatamente, dessa consciência de classe que constitui a lacuna mais alarmante na formação política dessa população. O proletariado brasileiro não se constituiu como classe e, por isso, não encontrou seu partido, não descobriu seus líderes, não identificou seus objetivos. Massa amorfa, presa a interesses de sobrevivência imediata, não tem como escapar à demagogia e se entrega gostosamente aos demagogos”<sup>461</sup>.

Como se vê, o resultado projetado para dessa situação era a grande

---

também habitadas majoritariamente pela classe trabalhadora, passavam por um importante ciclo de intervenção estatal na questão habitacional. Para uma síntese desse processo, cf. **FOURCAUT, Annie**. “*Qu'elle était belle la banlieu...*”. *L'Histoire*, N° 315, Décembre 2006. Disponível em <http://www.histoire-sociale1.univ-paris1.fr/article%20d%27Annie%20Fourcaut.pdf>. Acesso em 15/10/2012.

<sup>459</sup> José Arthur Rios, nascido em 1921, formou-se pela primeira turma de Ciências Sociais da então denominada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Já em 1947, completou seu mestrado na Universidade Estadual de Louisiana, nos Estados Unidos. Retornando ao Brasil em 1950, teve importante atuação na Campanha Nacional de Educação Rural no segundo governo de Vargas e dirigiu o escritório carioca do *Économie et Humanisme*, antes de integrar o governo Lacerda na Guanabara, conforme será discutido mais adiante. Posteriormente, lecionou em diversas universidades, como PUC-Rio, UFRJ e Santa Úrsula, com uma produção intelectual marcadamente antimarxista. Cf., por exemplo, **RIOS, José Arthur**. “*Raízes do marxismo universitário*”. Disponível em: <http://www.endireitar.org>. Acesso em 20/02/2013.

<sup>460</sup> **SAGMACS**. “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte I. p.39.

<sup>461</sup> **SAGMACS**. “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte II. p.35.

vulnerabilidade – tanto mental, quanto prática – dos favelados à ação dos políticos demagogos, que se colocavam – inclusive, por meio da coação – como intermediários para a obtenção dos serviços e da infraestrutura urbana por eles desejada<sup>462</sup>. No entanto, estando inserida na moldura geral fornecida pela política de contenção das favelas – definida, centralmente, pelos entraves colocados à sua consolidação–, a ação desses demagogos tampouco seria capaz de promover uma transformação efetiva da favela em bairro, estando, ao contrário, limitada à obtenção de melhorias pontuais desvinculadas de qualquer afirmação mais geral de seus direitos de permanência e acesso a serviços e infraestrutura urbanos.

A solução proposta pela SAGMACS passava pela transformação da forma pela qual a administração pública lidava com a questão, apontando para a necessidade do desenvolvimento de um plano diretor e de um zoneamento capazes de dotar a organização da cidade de maior racionalidade, articulando os diferentes problemas a serem atacados (habitação, transporte, serviços, entre outros). Paralelamente, deveria desempenhar papel-chave a valorização do que enxergavam como sendo a vontade individual dos favelados de ascenderem socialmente, a qual teria livre vazão a partir da eliminação dos intermediários em suas relações com o Estado, fossem esses os políticos demagogos, ou as entidades que atuavam segundo um “paternalismo ingênuo”, como a Leão XIII e a Cruzada. Somente dessa forma, as favelas poderiam formar suas próprias associações e lideranças, responsáveis por encaminhar ao Estado as demandas dos moradores de forma mais efetiva e autônoma e, inclusive, por implantar parcelas significativas dos melhoramentos necessários para a transformação da favela em bairro, por meio da ajuda mútua<sup>463</sup>.

Esse modelo, no entanto, não deveria ser aplicado a todas as favelas, conforme explicitou o próprio relatório da SAGMACS, uma vez que

“No período de trinta anos, em que o problema vem sendo abundantemente ventilado, tem havido uma demagogia pró e contra as favelas. As fórmulas da contenção, do despejo, da expulsão dos favelados têm sido e ainda são, volta e meia, adotadas. Provocam, na sua indiscriminação, a reação contrária, não menos demagógica, de preservação de todas as favelas. Há favelas, no entanto, que podem e devem ser imediatamente destruídas. A política, entretanto, tem que ser inflexível e não fugir às normas traçadas, por simples capricho ou influências eleitorais. O SERFHA é o órgão natural dessa política e devia ser investido de toda autoridade para conduzi-la”.

---

<sup>462</sup> SAGMACS. “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte I. p.39.; Parte II. pp.27; 31; 35.

<sup>463</sup> SAGMACS. “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte I. pp.39-40.

Dessa forma, também partindo da crítica ao modelo de controle negociado então existente, a SAGMACS rascunhava uma proposta alternativa distinta daquela apresentada pelo IPEME. Ambas, no entanto, alicerçavam-se no apagamento das organizações constituídas pelos favelados nas décadas anteriores e de seus laços com outras parcelas do proletariado, bem como na deslegitimação de suas ações políticas mais recentes, que, no caso da SAGMACS, desembocava na consideração da atuação de Magarinos como equivalente a dos políticos demagogos<sup>464</sup>, ignorando sua atuação como intelectual orgânico e a construção de sua candidatura a partir dos fóruns da UTF. A partir desse diagnóstico compartilhado, o IPEME desqualificava totalmente a capacidade elaborativa dos favelados, tornando impossível qualquer grau de participação na determinação das políticas públicas, ao passo que a SAGMACS buscava valorizar seu potencial supostamente represado, tornando-os partícipes do processo de urbanização. Há que se atentar, no entanto, para o fato de que mesmo essa proposta estabelecia claros limites à participação permitida, dado que os favelados não poderiam atuar, por exemplo, na escolha entre remoção e urbanização, prevalecendo, portanto, uma racionalidade e decisões alheias a eles.

Sendo assim, é possível afirmar que se, de um lado, o IPEME propunha o completo abandono do modelo de controle negociado, de outro, a SAGMACS acenava com a possibilidade de reformulá-lo drasticamente, ainda conservando seus traços fundamentais. Apesar dessas distinções, por ora, importa, sobretudo, salientar que ambas as propostas eram, na passagem da década de 1950 para a seguinte, inscritas no arco de possibilidades da ação estatal a partir das formulações acima examinadas.

#### ***4.5- A primeira etapa do governo Lacerda na Guanabara: o Estado como responsável direto pelo controle negociado.***

Em meio a conflitos sociais, disputas jurídicas, debates legislativos e formulação de novos projetos, o tema das favelas alcançou o alvorecer dos anos 1960 em grande evidência. Apesar de todos os esforços envidados nos anos anteriores, as ações da Fundação Leão XIII, Cruzada São Sebastião e do SERFHA, não se mostravam suficientes para alcançar os objetivos políticos a que se propunham. No mesmo

---

<sup>464</sup> SAGMACS. “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte II. p.31.

momento, a cidade do Rio de Janeiro passava por importantes reformulações administrativas, advindas da transferência da capital federal para Brasília. Assim, a realização de eleições para a escolha do governador do recém-criado estado da Guanabara e para a composição de sua Assembleia Constituinte criaram a oportunidade para o avanço do debate acerca dos rumos a serem tomados para a reorientação das ações do poder público em relação às favelas.

O texto final da Constituição, aprovado em março de 1961, expressou, de certa forma, o impasse relativo alcançado pelas forças em pugna nos anos anteriores, sem propor drásticas alterações do modelo vigente. Nesse sentido, o artigo 66º, devotado às favelas, trazia as seguintes determinações:

“A lei criará um órgão especial incumbido de estudar os problemas da habitação popular, principalmente do tipo “favela”, bem como de planejar e executar, em coordenação com os diferentes órgãos estaduais ou não, suas soluções.

§1º – Para manutenção e funcionamento do órgão a que se refere o artigo, o orçamento consignará dotação correspondente a três por cento (3%) da arrecadação tributária.

§2º – As favelas serão assistidas e higienizadas, provisoriamente, com a criação de escolas primárias, centros médicos, centros recreativos e de orientação profissional e doméstica. Será estimulada a criação de vilas operárias, com total isenção de impostos, para remoção das favelas irre recuperáveis”<sup>465</sup>.

Dessa forma, ainda que tenha feito referência à provisoriedade das favelas e claramente determinado a remoção, pelo menos, daquelas consideradas “irrecuperáveis” – não alterando, conforme percebido por Gonçalves, o estatuto jurídico das favelas<sup>466</sup> –, o texto constitucional atendeu a uma das principais reivindicações do deputado comunista (eleito pelo PTB) Hércules Correia, referente à reserva de 3% da arrecadação tributária para o trato da questão da habitação popular. Significativamente, no entanto, a Assembleia optou por descartar duas outras propostas de Correia – a concessão de facilidades para melhoramentos nos barracos e a obrigatória desapropriação de favelas ameaçadas de despejo –, também apresentadas pelo deputado como emanadas do próprio movimento dos favelados, a exemplo dos 3%<sup>467</sup>.

---

<sup>465</sup> *Constituição do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Aurora, 1961. p.38 BN. Obras gerais, Anexo II, 646, 3, 9.

<sup>466</sup> **GONÇALVES, Rafael Soares.** *Les favelas... Op. Cit.* p.152.

<sup>467</sup> Veja-se o artigo assinado pelo próprio Hércules, “As favelas e a Constituição”. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro. 27/01 a 02/02/1961. BN. Periódicos, PR-SPR 00013. p.6. De resto, cumpre observar que as propostas apresentadas pela deputado estavam em consonância com os itens *F* e *J* do artigo IIIº dos estatutos da Coligação dos Trabalhadores Favelados, que defendiam, respectivamente, a desapropriação de terrenos e a dotação de verbas públicas para obras de urbanização das favelas e melhoramentos dos

Para o primeiro governador eleito da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN), o tema das favelas também adquiria importância estratégica. Sua opção inicial, no entanto, passava pela proposição de mudanças mais significativas ao modelo de controle negociado então vigente. Por meio de uma reorganização administrativa, Lacerda alçou o aparato estatal à condição de gestor prioritário desse controle, deslocando as entidades ligadas à Igreja Católica da posição de destaque até então por elas ocupada. Dessa forma, o governador aproximava de si a gestão dessas áreas tão sensíveis, buscando aprofundar um deslocamento político iniciado, pelo menos, em sua campanha eleitoral para aquele posto.

Com efeito, a despeito das posições conservadoras e da concentração da base de apoio de seu partido, a UDN, em meio às classes médias e aos dominantes, Lacerda efetuara um claro movimento em busca da conquista de votos dos trabalhadores<sup>468</sup>. No bojo dessa estratégia, ocupavam papel de destaque as favelas cariocas, uma vez que Lacerda já se posicionara publicamente sobre elas, desde a Batalha do Rio de Janeiro, inclusive advogando que as mesmas haviam assumindo a posição de um dos principais problemas da cidade. Assim, ao longo da campanha, foram tomadas algumas atitudes visando à obtenção de apoio dessa parcela da população, o que redundou na adesão de algumas lideranças do movimento de favelados à sua candidatura<sup>469</sup>. Outro importante elemento nessa busca de popularização do candidato Lacerda foi o apoio da UDN à candidatura de Jânio Quadros à presidência, a qual foi veementemente defendida nos fóruns do partido pelo próprio Lacerda<sup>470</sup>. A avaliação implícita parecia ser a de que o ex-prefeito da capital e ex-governador do estado de São Paulo, onde conseguira uma sólida rede de apoio em meio a setores do sindicalismo e às sociedades de bairros<sup>471</sup>, poderia emprestar uma forma e um conteúdo mais assimiláveis a fatias da classe trabalhadora ao partido tradicionalmente identificado com o combate ao getulismo, uma

---

barracos. “Estatutos da Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro”. *Diário Oficial*. 27/01/1960. Biblioteca do Ministério da Fazenda. Seção 1, Parte 1. p.1.469.

<sup>468</sup> **MOTTA, Marly Silva da.** *Saudades da Guanabara...* Op. Cit. pp.46-49.

<sup>469</sup> Um dos líderes favelados que mais entusiasticamente aderiu à campanha de Lacerda foi José Américo Maia Filho, que tinha participação destacada nas iniciativas dos moradores da favela João Cândido. Cf., por exemplo, “Favelados preparam plano de mobilização geral e comício na esplanada ainda este mês”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 02/04/1959. APERJ. DPS. Dossiê 1042: 1º Congresso de Trabalhadores Favelados, fl.25., ou “Líder de favela diz que favelados são pobres mas não querem tinta da PDF”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 07/10/1959. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.48.

<sup>470</sup> **LACERDA, Carlos.** *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. pp.202-211.

<sup>471</sup> **PEREIRA NETO, Murilo Leal.** *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: UNICAMP, 2011. pp.437-442.; **DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo.** “O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)”. In: CADERNOS AEL: populismo e trabalhismo. Vol.11, N<sup>os</sup> 20/21, 2004. pp.98-112.



referência ainda bastante forte em meio ao proletariado<sup>472</sup>.

Embora essa movimentação de Lacerda possa lhe ter rendido votos importantes numa campanha decidida por uma diferença de pouco mais de 20.000 sufrágios em relação ao candidato do PTB, Sérgio Magalhães, mais importante para a vitória do udenista parece ter sido a candidatura de Tenório Cavalcanti, de forte penetração em setores da classe trabalhadora, que carregou parte importante de potenciais eleitores do petebista<sup>473</sup>. Apesar das dificuldades de Lacerda em angariar apoio eleitoral de parcela significativa dos trabalhadores, o que é amplamente comprovado pela distribuição geográfica de seus votos, uma vez eleito governador, o jornalista procurou aprofundar os esforços de penetração no que eram considerados bastiões de seus adversários políticos<sup>474</sup>.

Com esse objetivo, apenas em 1961, primeiro ano de seu governo, Lacerda inaugurou as nove primeiras Regiões Administrativas da Guanabara, as quais deveriam descentralizar a administração, facilitando o atendimento das necessidades locais, ao mesmo tempo em que forneciam um seguro ponto de apoio em áreas tradicionalmente ligadas a políticos do PTB e do PSD<sup>475</sup>. Ainda em 1961, no mês de junho, Lacerda editou uma medida buscando ampliar sua popularidade em meio à maioria dos favelados, proibindo a cobrança de aluguéis referentes a barracos cujos títulos de propriedade não estivessem registrados junto ao SERFHA<sup>476</sup>. Dando continuidade a esse esforço, o próprio Lacerda visitou, em fevereiro de 1962, a favela João Cândido para ouvir as reivindicações dos moradores e anunciar que parte dos recursos obtidos em um empréstimo junto ao BID seria aplicada na urbanização de algumas favelas cariocas<sup>477</sup>.

No bojo dessa estratégia, adquiriu especial importância a nomeação de José

---

<sup>472</sup> Tomando como referência a viagem realizada por uma comissão de representantes de diversas favelas cariocas para se encontrarem em São Paulo com Jânio Quadros, ainda candidato, é possível afirmar que as gestões de Lacerda para a articulação das duas candidaturas mostraram-se corretas do ponto de vista das possibilidades de aproximação em relação a essa parcela do eleitorado. **SILVA, Maria Lais Pereira da.** *Favelas cariocas...* *Op. Cit.* pp.212-213 (nota 325).

<sup>473</sup> **MOTTA, Marly Silva da.** *Saudades da Guanabara...* *Op. Cit.* pp.48-53.

<sup>474</sup> **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados...* *Op. Cit.* p.139.

<sup>475</sup> **PEREZ, Maurício Dominguez.** *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960.* Rio de Janeiro: Odisséia, 2007. pp.166-167.

<sup>476</sup> **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados...* *Op. Cit.* p.133. Há fortes indícios, no entanto, de que essa medida não tenha sido suficiente para coibir esse tipo de cobrança. Cf., por exemplo, o depoimento de Quincas, morador do Salgueiro, publicado em “Salgueiro sem água, esgoto e urbanização vai se unir para resolver seus problemas”. *Novos Rumos.* Rio de Janeiro. 20 a 26/12/1963. BN. Periódicos, PR-SPR 00013. p.06.

<sup>477</sup> “Dinheiro do BID é também para favelas”. *Tribuna da Imprensa.* Rio de Janeiro. 21/02/1962. Casa de Oswaldo Cruz (COC). Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v5.

Arthur Rios<sup>478</sup>, logo no início do governo, para assumir a Coordenação dos Serviços Sociais, tornando-o, assim, responsável por organizar as intervenções do nascente estado da Guanabara em suas favelas. Àquela altura, Rios já era considerado um dos maiores especialistas no tema das favelas cariocas (principalmente, por conta de sua participação na pesquisa da SAGMACS), sendo a sua indicação uma tentativa de legitimação e aprofundamento da estratégia política adotada por Lacerda desde sua candidatura<sup>479</sup>.

Uma vez empossado, Rios não tardou a colocar em prática todo o programa de ação delineado pelo estudo que coordenara, com o objetivo declarado de eliminar a mediação exercida pelo que considerava serem políticos demagogos na relação entre os favelados e o Estado. Para isso, desempenhou papel central o SERFHA, órgão incumbido do incentivo à fundação de associações de moradores nas favelas. Em depoimento concedido em 2000, Rios afirmou que esse trabalho se desenrolava da seguinte forma:

“Eu não me metia na eleição da diretoria [das associações], essa vinha eleita, apenas punha à disposição um funcionário meu, um advogado, que fornecia os termos jurídicos para a criação das associações e os termos do convênio que elas firmavam com a Coordenação dos Serviços Sociais. Era um sistema desenhado para garantir jurídica e politicamente o trabalho de renovação das favelas”<sup>480</sup>.

Embora faça questão de frisar sua ausência de interferência no processo eleitoral das associações, o discurso de Rios deixa claro que havia outros mecanismos que lhe permitiam um elevado grau de influência nos rumos dessas entidades. Tais engrenagens ficaram particularmente evidentes no estatuto-padrão imposto pelo SERFHA, sob sua direção, às associações de moradores. Por meio de suas disposições, as associações se comprometiam a:

---

<sup>478</sup> Note-se que a aproximação de Lacerda em relação ao sociólogo já contava com alguns capítulos anteriores, como a publicação da pesquisa da SAGMACS, também, pela *Tribuna da Imprensa*, quando o periódico ainda pertencia ao jornalista udenista, além do convite do mesmo para que Rios pleiteasse uma vaga à Assembleia Constituinte da Guanabara. Aceitando a sugestão, Rios concorreu pelo Partido Libertador (PL), mas não conseguiu se eleger. **PÉREZ, Maurício Dominguez.** *Lacerda na Guanabara...* *Op. Cit.* pp.255-256.

<sup>479</sup> **SILVA, Luiz Antonio Machado da.** “A partir do... *Op. Cit.*”. pp.53-54.

<sup>480</sup> **RIOS, José Arthur.** “Depoimento”. In: **FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs.).** *Capítulos da memória do urbanismo carioca. Depoimentos ao CPDOC/FGV.* Rio de Janeiro: FGV / Folha Seca, 2002. p.70. No mesmo depoimento, no entanto, Rios deixa entrever que seu princípio de não-intervenção era por vezes relativizado, ao afirmar, na mesma página, que “De vez em quando, como era natural, [as associações] derrapavam para a política, para favorecer a um ou outro, e eu tinha que chamá-las e dizer: ‘Olhem, isso não é possível, porque nossa linha de trabalho não é político-eleitoral’”.

- “1- Cooperar com a Coordenação de Serviços Sociais na realização de programas educacionais e de bem-estar.
- 2- Cooperar na urbanização da favela, recolhendo quaisquer contribuições dos residentes para a melhoria do local, responsabilizando-se pela utilização de tais contribuições e submetendo-se à supervisão da Coordenação.
- 3- Contribuir para a substituição progressiva dos barracos por construções mais adequadas e cooperar através da mobilização de trabalho para a realização de outros trabalhos de emergência na favela – Operação Mutirão – conforme os planos técnicos e a orientação desta Coordenação.
- 4- Cuidar das construções e melhorias feitas na favela.
- 5- Solicitar a autorização da Coordenação para a melhoria de casas, especificando as necessidades de reparo e manutenção.
- 6- Impedir a construção de novos barracos, vindo, quando necessário, a esta Coordenação para apoio policial.
- 7- Cooperar com a Coordenação para realocar os moradores removidos das favelas.
- 8- Encaminhar à Coordenação as necessidades e reivindicações da favela relativas a serviços públicos, manutenção, saneamento, polícia e higiene.
- 9- Na favela, manter a ordem, o respeito pela lei e, de um modo geral, garantir o cumprimento das determinações da Coordenação e do Governo.
- 10- Dirigir todos os pedidos de assistência médica, hospitalar e educacional para a Coordenação”<sup>481</sup>.

Como se vê, esse estatuto-padrão conferia um caráter eminentemente ambíguo às associações, na medida em que passavam a atuar simultaneamente como representantes da Coordenação dos Serviços Sociais na favela (já que tinham, por exemplo, que “garantir o cumprimento das determinações da Coordenação e do Governo”) e dos favelados em relação a essa mesma Coordenação (recolhendo suas “necessidades e reivindicações”). Um aspecto menos salientado que emergiu da relação entre as associações e a Coordenação foi o fato de que essa, na prática, acabava por ocupar o lugar dos “políticos demagogos” tão criticados por Rios desde o estudo da SAGMACS<sup>482</sup>. Buscando intermediar os contatos dos favelados com a polícia, as redes hospitalar e educacional e outros órgãos encarregados de serviços infra-estruturais, a Coordenação colocava-se igualmente em posição de aplicar certos filtros a essas demandas. Dessa forma, em algum nível, reforçava-se a estigmatização dos favelados como incapazes de lidar com os meandros da moderna burocracia estatal, ideia que emergira no bojo das teorias da marginalidade examinadas no capítulo 1. A participação dos moradores por meio de sua associação, por sua vez, ficava significativamente restrita a aspectos ligados à vigilância e à fiscalização do espaço das favelas e ao trabalho nos mutirões de reformas mencionados no item 3.

<sup>481</sup> “Forma padrão de acordo entre o SERFHA e as Favelas”, documento reproduzido por **LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth.** *“Favelas e comunidade... Op. Cit.”*. pp.248-249.

<sup>482</sup> **SAGMACS.** “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte II. pp.27-35.

De forma complementar e de acordo com o mesmo estatuto-padrão, a Coordenação – na prática, por intermédio do SERFHA – se obrigava a:

“1- Fortalecer a associação da favela e a nada fazer nas favelas ou vilas operárias sem anúncio ou acordo prévio.

2- Desenvolver um plano permanente de bem-estar para a favela com relação a melhorias no local, suas habitações e a situação de seus habitantes.

3- Supervisionar a utilização dos recursos recolhidos pela associação e aplicados para melhorias na favela.

4- Substituir progressivamente os barracos por construções mais adequadas com a ajuda dos próprios favelados.

5- Autorizar a melhoria dos barracos existentes, tendo sido os reparos aprovados pela associação.

6- Dar assistências às necessidades e reivindicações da favela, procurando a ajuda de outros organismos, mas sempre em cooperação com as associações.

7- Impedir qualquer violência da parte dos detentores de falsos títulos de propriedade contra os favelados.

8- Impedir a exploração dos favelados sob qualquer forma, especialmente com relação ao aluguel de barracos e ao fornecimento de eletricidade.

9- Estimular a criação de cooperativas pela associação, de modo a combater a exploração do favelados por intermediários.

10- Atender aos pedidos de assistência médica, hospitalar e educacional sempre que a associação levá-los à Coordenação, dentro dos limites dos recursos existentes”<sup>483</sup>.

Desse conjunto de atribuições, parece ser possível extrair dois vetores a orientarem as ações da Coordenação. Por um lado, apresentava-a como defensora dos favelados (impedindo “qualquer violência” contra eles ou a sua “exploração (...) sob qualquer forma”). Por outro lado, estabelecia um rigoroso controle do órgão público sobre as deliberações das associações de moradores, as quais dizia respeitar. Esse controle fica evidente, por exemplo, no item 5, que estabelece que melhorias em barracos aprovadas pelas associações deveriam ser autorizadas pela Coordenação antes de efetivadas, ou na supervisão das finanças das associações, estabelecida pelo item 3. Quanto à efetiva autonomia possibilitada às associações pelo acordo com a Coordenação, cumpre ainda atentar para o item 2, que afirma claramente que seria essa, e não aquelas, a responsável pela elaboração dos planos a serem implementados nas favelas.

Sintetizando esses elementos, é possível afirmar que o tipo de atuação proposto pela gestão de José Arthur Rios às associações de favelados trazia consigo – tal como anteriormente ocorrera com as abordagens da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião – importantes limitadores do escopo da participação que se pretendia

---

<sup>483</sup> “Forma padrão... Op. Cit.”. pp.249-250.

estimular, atualizando, portanto, a lógica do controle negociado. Se é inegável que essa abordagem resultou na realização de importantes melhoramentos infra-estruturais em diversas localidades, fica igualmente patente que a Coordenação jamais agiu no sentido de alterar o arcabouço jurídico que enquadrava as ações do poder público nas favelas, atuando, em muitos aspectos, de forma a reforçar essa moldura como fica expresso pelo impedimento da construção de novos barracos, uma determinação do Decreto 6.000.

A ênfase nas obras como eixo de intervenção da Coordenação e, mais especificamente, do SERFHA contribuía, ademais, para direcionar os debates dos favelados em torno de sua relação com o Estado, apresentado como responsável principal pela potencial resolução dos problemas por eles enfrentados. Quanto a isso, é importante perceber que o I Congresso dos Trabalhadores Favelados e a Coligação dele resultante já haviam aberto importantes brechas pelas quais a política de Rios pode se inserir em meio aos favelados, na medida em que legitimavam a interferência direta de determinados órgãos estatais – com destaque para o Ministério do Trabalho – nos movimentos e organizações dos moradores de favelas. Já estando relativamente difundido esse tipo de concepção, o esforço do SERFHA deveria se dar apenas no sentido de apresentar-se como mais uma das instâncias estatais capazes de entabular esse tipo de relação de forma legítima. Como consequência dos possíveis êxitos dessa empreitada, apesar das reiteradas declarações de Rios acerca do apoliticismo de seu trabalho, essa penetração, incidindo num sistema político ainda marcado pelo personalismo, poderia contribuir para o fortalecimento da própria figura de Lacerda junto às populações residentes nas áreas que recebessem as melhorias.

Entretanto, não era sobre uma população dispersa e atomizada que a atuação do SERFHA e da Coordenação do Serviço Social incidia. Pelo contrário, conforme exposto no capítulo 2, os favelados do Rio de Janeiro, desde meados da década de 1950, sustentavam um processo de contínua mobilização coletiva, o que traz à baila a necessidade de examinarmos a política de Rios sob o prisma de sua relação com essa movimentação. Nessa seara, é pertinente observar que a própria estrutura assumida pela interação entre o SERFHA e os favelados, orientada por uma interlocução dos técnicos com cada associação de forma individualizada tendia a canalizar suas energias para essa linha de diálogo<sup>484</sup>, estabelecendo um claro contraponto ao modelo de interação horizontal das associações para o exercício de pressão conjunta sobre o Estado,

---

<sup>484</sup> Esse aspecto da prática do SERFHA sob a direção de Rios foi corretamente salientado por **LIMA, Nísia Verônica Trindade**. *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.151.

colocado em prática desde o advento da UTF. Um dos resultados alcançados com esse tipo de relação poderia ser, portanto, o da fragmentação dos favelados em movimento, fomentando o desenvolvimento de uma contratendência ao processo de aglutinação anteriormente examinado.

Numa avaliação dos resultados políticos alcançados por essa iniciativa, é preciso salientar que sua atuação encontrou acolhida em importantes setores dos favelados, tendo resultado, segundo o próprio Rios, na fundação de cerca de 50 associações de moradores<sup>485</sup>. Paralelamente ao trabalho de estabelecimento de novas associações de favelados, esforçando-se por mantê-las afastadas daquelas já existentes e coletivamente mobilizadas, a equipe de José Arthur Rios conseguiu também suscitar divisões entre aqueles que já vinham atuando em conjunto. Em sua pesquisa, Nísia Lima localizou evidências importantes de que a Coligação dos Trabalhadores Favelados, dirigida por setores próximos ao PCB e ao PTB, passou a experimentar fortes divergências internas relacionadas à participação, ou não, nos mutirões e demais iniciativas do SERFHA<sup>486</sup>, conforme já discutido no capítulo 3.

Para além disso, a atuação do SERFHA sob a gestão de Rios não se limitou a provocar divisões e atuar diretamente em favelas cuja movimentação anterior dos moradores fosse relativamente mais frágil. Evidenciando uma faceta menos explorada pela maior parte de bibliografia devotada ao assunto, o órgão envolveu-se, na mesma conjuntura, em uma encarniçada luta pela desmobilização de entidades já estabelecidas pelos próprios favelados, como foi o caso do núcleo da UTF na favela da Maré.

#### ***4.6- O caso da Maré: competição política ou fragmentação da organização da classe trabalhadora?***

Antes de 1930, a ocupação da região da Maré ainda era bastante rarefeita e motivada pela existência de três pequenos portos nas proximidades, concentrando-se no entorno do Morro do Timbau, em função da profusão de manguezais no restante da área. Foram esses núcleos originais que resultaram nas duas favelas mais antigas da área da Maré – a qual, compreende, na verdade, diversos núcleos –, a do Timbau e a da Baixa do Sapateiro. Já na década de 1940, com a abertura da Avenida Brasil, o bairro vizinho de Bonsucesso experimentou um significativo crescimento industrial, atraindo

---

<sup>485</sup> RIOS, José Arthur. “Depoimento”. Op. Cit. p.68.

<sup>486</sup> LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados...* Op. Cit. pp.145-148.

mais moradores para a Maré<sup>487</sup>.

Em 1947, a favela hoje conhecida como Morro do Timbau passou a ser controlada por um quartel do exército que se mudara para um espaço existente entre a Avenida Brasil e o morro. Inicialmente, o sargento encarregado das relações com os moradores teria estabelecido uma rígida restrição ao influxo de novos moradores, além de ter iniciado o recolhimento de uma taxa mensal de todos os moradores. No mesmo momento, iniciou-se a difusão da ocupação das porções mais lodosas da área, possivelmente como resposta às regras e condições impostas pelos militares. A ocupação dessas áreas, no entanto, demandava grande esforço, havendo a necessidade dos próprios moradores aterrarem o espaço onde seria levantado o barraco, ou, nas franjas dos aterros já realizados por outros, edificarem palafitas<sup>488</sup>.

Apesar dessas alternativas, ao longo de toda a década de 1950, o controle exercido pelos militares tendeu a se aprofundar ainda mais, chegando eles a destruírem os barracos em que fossem realizadas obras de alvenaria e a expulsarem seus moradores. No episódio mais extremado desse autoritarismo, o exército chegou a iniciar, em fins de 1955, a construção de uma cerca de arame farpado em torno de toda a favela. O projeto, no entanto, acabou restrito à separação entre a favela do Timbau e a da Baixa do Sapateiro, por conta dos protestos dos moradores da primeira<sup>489</sup>.

Pouco antes do episódio da cerca, as relações entre os moradores do Timbau e os militares já haviam passado por, pelo menos, mais um importante estremecimento. Em junho de 1954, começaram a circular rumores de que a Prefeitura Militar e o Ministério do Exército expulsariam todos os favelados da região, os quais foram seguidos por algumas ações concretas de derrubada de barracos<sup>490</sup>. Rapidamente, a população local passou a se movimentar para garantir sua permanência, no que foi apoiada por parlamentares como o vereador comunista Aristides Saldanha e o deputado Breno Silveira, que, àquela altura, já trocara a UDN pelo PSB. Pressionados pelas mobilizações, os militares se envolveram em negociações de bastidores com o Legislativo e rapidamente recuaram de seu intento<sup>491</sup>.

---

<sup>487</sup> **VAZ, Lilian Fessler (coord.).** *História dos bairros da Maré.* Espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré. Rio de Janeiro: SR-5/UFRJ/CNPq, 1994. pp.2-3 (Histórico Geral).

<sup>488</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.12-14; 19-25; 28-32 (Histórico Geral).

<sup>489</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.5-10 (Morro do Timbau); “Campo de concentração para 15 mil favelados”. *Imprensa Popular.* Rio de Janeiro. 11/10/1955. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.194.

<sup>490</sup> “Pagam os favelados aluguel até de Cr\$ 300,00”. *Imprensa Popular.* Rio de Janeiro. 17/06/1954. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.46.

<sup>491</sup> **FISCHER, Brodwyn.** *A poverty... Op. Cit.* pp.286-287.; “Comício no morro”. *Imprensa Popular.* Rio de Janeiro. 17/06/1954. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.45.

A despeito do desenrolar menos belicoso do que o verificado em outras favelas ameaçadas de despejo no mesmo momento, uma das decorrências mais imediatas desse conflito foi a percepção dos moradores locais de que precisavam se organizar coletivamente de maneira mais estruturada, tanto para fazer frente a ameaças desse tipo, quanto para obter melhoramentos urbanos. Em relatório de pesquisa coordenada por Lilian Vaz, a fundação da primeira associação de moradores do Timbau é localizada, a partir de testemunhos orais, em 1954, sendo, no entanto, situada em momento posterior ao episódio da cerca de arame farpado<sup>492</sup>. Como essa cronologia vai de encontro a alguns dados obtidos a partir da *Imprensa Popular*, não foi possível determinar exatamente o momento do surgimento da associação. Qualquer que tenha sido a data exata, importa, para os presentes objetivos, salientar que um dos incentivadores da fundação da associação foi precisamente, Magarinos Torres, o advogado da UTF<sup>493</sup>.

Magarinos tornou a aparecer com destaque na região da Maré no final dos anos 1950. O estabelecimento de uma exata cronologia desse segundo momento é, no entanto, bastante complicado, em função de uma série de desencontros entre a memória local, tal como capturada pela pesquisa coordenada por Vaz, e depoimentos prestados por diversos moradores locais em inquéritos policiais envolvendo o advogado, que foram abertos em 1962. O mais provável é que, a partir dos contatos anteriormente estabelecidos, Magarinos tenha sido chamado, em 1958, para defender de ameaças de expulsão pelo SERFHA os moradores de outra favela da Maré, então conhecida como Parque João Araújo (e hoje denominada Parque Major Rubens Vaz)<sup>494</sup>.

No ano seguinte, no entanto, o advogado teria se engajado em uma nova empreitada, organizando a ocupação, por uma parcela dos moradores da Baixa do Sapateiro – desejosos de escapar à precariedade ali reinante – de uma área adjacente, denominada Parque União, até então apenas esporadicamente ocupada<sup>495</sup>. Na promoção dessa ocupação,

“(…) inicia-se através de Margarino (sic) Torres e sua equipe a demarcação dos lotes e o arruamento atual do Parque União. Margarino Torres teve esse cuidado, pois desejava criar um bairro de boas condições de habitabilidade e circulação. (...) Margarino exigia dos ocupantes dos lotes uma taxa de 3 mil cruzeiros na época, carteira de trabalho indicando que o indivíduo estava em exercício. O dinheiro do pagamento dos terrenos era

---

<sup>492</sup> **VAZ, Lilian Fessler (coord.)**. *História... Op. Cit.* pp.9-12 (Morro do Timbau).

<sup>493</sup> “Comício no morro”. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro. 17/06/1954. APERJ. DPS. Dossiê 293: UTF, fl.45.

<sup>494</sup> **VAZ, Lilian Fessler (coord.)**. *História... Op. Cit.* p.4 (Parque Rubens Vaz).

<sup>495</sup> **IDEM**. *Ibidem*. pp.10-12 (Baixa do Sapateiro). ; pp.1-2 (Parque União).



destinado para as benfeitorias do Parque e o pagamento dos honorários de Margarino”<sup>496</sup>.

Além dessa triagem inicial, Magarinos exercia, ainda de acordo com os depoimentos colhidos por Vaz, amplo controle em aspectos da vida cotidiana, proibindo a construção de casas de jogos de azar e prostituição, proibindo a frequência de “maus elementos” à região, limitando a propriedade de cada morador a um terreno e incendiando barracos construídos sem sua autorização<sup>497</sup>. Apesar desse controle, Magarinos não era capaz de evitar a eclosão de conflitos relacionados à permanência e ao cotidiano dos moradores do Parque União<sup>498</sup>. Em grande parte das vezes, tais conflitos opunham os moradores a agentes do Estado, que para lá rumavam com o objetivo de derrubar barracos supostamente ilegais. Tal foi o caso, por exemplo, do dia 6 de novembro de 1961, quando, de acordo com registro policial feito pelas vítimas e reportagem publicada na *Última Hora*, um grupo formado por funcionários do SERFHA e guardas da polícia de vigilância derrubara oito barracos<sup>499</sup>. Em reação à atitude, Magarinos solicitou ao Comissário de Polícia Néelson a alocação permanente de guardas para resguardarem os barracos do local. De início, chama a atenção o fato do SERFHA, então já sob o comando de José Arthur Rios, ter atuado de forma a reprimir construções na favela. Conforme afirmação do próprio sociólogo, sob sua gestão, a remoção de favelas e barracos só deveria ocorrer “sob perigo iminente como desabamento, incêndio, inundação”<sup>500</sup>.

Ora, se o SERFHA não ordenou as demolições com base em necessidades “técnicas”, o que poderia ter motivado sua atuação de forma contrária aos princípios que seu diretor sustentava publicamente? Para responder a essa questão, será necessário acompanhar um complexo processo envolvendo diversos agentes em uma incrível sequência de eventos.

---

<sup>496</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.3-4 (Parque União).

<sup>497</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.4 (Parque União).

<sup>498</sup> A maioria dos jornais do início da década de 1960 referia-se ao local desses acontecimentos sob a forma genérica de favela da Maré – um local que, como vimos, abarcava diversas favelas. Em outras fontes consultadas – como a documentação policial –, há referências ao Bairro Desembargador Magarinos Torres, que teria sido nomeado em homenagem ao pai do advogado. Na memória coletada por Vaz, no entanto, o Parque Magarinos Torres aparece como sendo o atual Parque Rubens Vaz, onde Magarinos atuara antes de organizar a ocupação do terreno adjacente. Por conta desses desencontros entre as diversas fontes de referência, optei por manter o nome atual do local, me referindo a ele como Parque União.

<sup>499</sup> “SERFHA ameaça derrubar toda a favela: Polícia vai impedir”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 07/11/1961. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.2. Na reportagem, a favela onde decorreu a ação é denominada “Nova vida”, mas inúmeras coincidências – como o número de barracos, a data e a referência à proximidade em relação à entrada da Ilha do Governador – entre o relato jornalístico e aquele apresentado aos policiais indicam tratar-se do mesmo episódio.

<sup>500</sup> **RIOS, José Arthur.** “*Depoimento*”. Op. Cit. p.69.

Embora as demolições comandadas pelo SERFHA tenham continuado em curso, adentrando o ano subsequente<sup>501</sup>, o processo se complexificou ainda mais a partir do momento em que o núcleo da Maré acompanhado mais de perto por Magarinos deixou de ser marcado por conflitos apenas com *instituições supralocais*, para empregarmos a noção desenvolvida por Leeds<sup>502</sup>. Em determinado ponto, também os moradores locais se envolveram em conflitos opondo diferentes grupos de favelados, que se relacionam com a trama acima introduzida. Um episódio em que esse tipo de conflito emergiu foi a destituição do presidente do núcleo local da UTF. De acordo com outro registro policial, datado de fins de fevereiro de 1962 – portanto, pouco mais de três meses após a ação do SERFHA –, essa troca de liderança teria originado os embates descritos a seguir:

“Às 20 horas, JOSÉ VASCONCELOS, res. À Av. Brasil, 2020 digo, 7020 (entrada da Ilha do Governador) solicitou-me providências em virtude da sua casa ter sido revistada durante a sua ausência, ontem, cerca das 13,15 hs., por indivíduos que se diziam policiais, o que também aconteceu na casa de FLORISBELA DOS SANTOS. Apurando o fato, esclareci que os moradores do local, receberam permissão do gov. fed. Que habilitaram-no, digo, do gov. federal para habitarem-no e daí surgiu uma associação cooperativa que denominaram UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS DO BAIRRO DESEMBARGADOR MARGARINO (sic) TORRES, que está legalmente registrada no Livro A, nº 4, sob o nº 5.565 do Reg. Civil das Pessoas Jurídicas e publicado no D.O. I, em 2/1/1958. Foi presidente dessa associação JOÃO ALEXANDRINO DA SILVA, o qual estaria desservindo os seus companheiros, e, antecipando a sua demissão, exonerou-se. Dessa data, ALEXANDRINO passou a hostilizar os demais, digo, demais e ultimamente aliou-se ao det. Amintas, do Posto Policial de Ramos, Jurisdição do 21º D.P. e ontem culminou c/ a delegacia policial linhas atrás (sic), nada colhendo e nem comunicando o ocorrido a esta delegacia, ocasionando, assim, um mal estar dentre os moradores simultaneamente tivemos conhecimento de que Alexandrino tem promovido um ambiente de terror através (sic) de porte de arma e de auxílio de seus parentes que estariam, também, portando facas e outros instrumentos ofensivos. Além disso ameaçou de morte RAQUEL SOUZA DOS ANJOS e de (sic) ALBENES MANOEL DOS SANTOS porque não se submeteram à (sic) ALEXANDRINO que os compelia à assinatura de um papel em branco assume caráter mais sério, a ameaça que Alexandrino teve feito ao soldado da P.M.E.G. ALBERTO CANELA do 6º B.I. e de nº 5.551, ameaça feita em presença dos indivíduos que se diziam policiais são testemunhas destes fatos e outros: JOSÉ BENJAMIN DA SILVA; NELSON HENRIQUE DE LIRA; JOÃO PEDRO DE ARAUJO; JOSÉ DE LIMA; JOVENTINO MUNIZ DA SILVA, este resid. à r. 29 de julho, 331, em Bonsucesso e todos os demais mencionados nesse registro, poderão ser localizados por intermédio de D.

---

<sup>501</sup> Em janeiro de 1962, foram feitas diversas incursões à Maré com o objetivo de demolir barracos na área de atuação da UTF. Em um dos episódios, o funcionário encarregado dos trabalhos do SERFHA afirmou que agia a mando direto do governador Carlos Lacerda. Para algumas dessas ações de demolição, cf. “Governador volta a investir contra favelados”. *Última Hora*. 23/01/1962. Rio de Janeiro. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v7.; “Polícia militar garante demolição total da favela”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 25/01/1962. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v7.

<sup>502</sup> LEEDS, Anthony. “Poder local... Op. Cit. ”. pp.38-39..

JANDIRA SANTOS DA COSTA, resid. na r. Roberto Silveira, n.37, dentro do conjunto já citado (...)”<sup>503</sup>.

Além de evidenciar a existência de clivagens dentre os moradores daquela favela, essa denúncia traz à tona o procedimento da polícia em relação ao conflito estabelecido. Quanto a isso, destaca-se o fato de que o denunciado como agressor, João Alexandrino da Silva<sup>504</sup>, mantinha contato próximo com um policial, Amintas, o qual era capaz, inclusive, de abandonar os procedimentos cabíveis em face das denúncias dos moradores, para beneficiar seu aliado (mesmo em caso de ameaças contra outro policial, o soldado Alberto Canela). A partir de determinado momento – cujo ponto exato é impossível de determinar –, portanto, agentes da polícia passaram a colaborar não apenas com órgãos do governo, como o SERFHA, em embates contra o conjunto dos moradores, mas a estabelecer alianças também com grupos específicos dentre aqueles. Para além da evidenciação desse tipo de laço, a denúncia traz à tona alguns pequenos detalhes, que devem ser por ora assinalados, para posterior discussão. Com esse intuito, ressalto o nome do autor da denúncia, José Vasconcelos (também conhecido pela alcunha de Zé Russo), bem como o fato de que parentes de Alexandrino estariam ameaçando moradores pelo uso de facas.

Todos esses nomes e elementos tornariam a aparecer ainda outra vez em 1962, quando

“(...) Magarinos Torres se envolve em duas pendengas judiciais. A primeira, movida contra o advogado, acusando-o de obter lucros com a exploração ilegal do terreno, promovendo a venda de bens da União, além de se envolver no assassinato do operário Eufrásio Severino da Silva, que teria em seu poder fichas fornecidas pelo SERFHA para um levantamento dos moradores da favela, o que teria sido a causa de seu assassinato. O segundo inquérito trata da defesa de Magarinos e da exigência de punição de seus detratores, bem como de uma ação de manutenção de posse do terreno movida contra o SERFHA”<sup>505</sup>.

Sem dúvida, a denúncia mais grave e que recebeu maior atenção da imprensa foi a relativa à participação de Magarinos, como mandante, do assassinato do operário.

---

<sup>503</sup> “Delegacia do 19º Distrito Policial – Parte diária de 21 para 22 de fevereiro de 1962”. APERJ. Polícias Políticas. Setor: Distritos, 2. Dossiê: 19. fls.6-5.

<sup>504</sup> De acordo com denúncia de Magarinos Torres, o “desserviço” prestado por Alexandrino aos demais membros do núcleo da UTF seria o roubo de dinheiro da entidade. Citado por **FISCHER, Brodwyn**. “*Democracy, thuggery and the grassroots: Antoine Magarinos Torres and the União dos Trabalhadores Favelados in the age of carioca populism*”. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Disponível em: <http://www.nuevomundo.revues.org/64840#ftn17>. §27. Acesso em 17/02/2013.

<sup>505</sup> **AMOROSO, Mauro**. *Caminhos do lembrar... Op. Cit.* pp.135.

Como bem percebeu Fischer<sup>506</sup>, a versão mais coesa das acusações a Magarinos pode ser encontrada no depoimento prestado por João Alexandrino da Silva, então operário do SERFHA, à polícia. De acordo com ele, esse novo imbróglio teria começado com o questionamento de alguns moradores acerca do destino que Magarinos estaria dando ao dinheiro recolhido junto aos associados da UTF, já que não percebiam os prometidos melhoramentos na infraestrutura do local. Simultaneamente, estaria se desenvolvendo um incômodo tanto pelas pressões de Magarinos para que os moradores comparecessem às atividades políticas por ele organizadas, quanto pelas violentas punições aplicadas pelo advogado e seu bando de capangas armados aos que não concordavam em colaborar<sup>507</sup>. Como resultado das ameaças de Alexandrino de que denunciaria Magarinos, este teria passado a ameaça-lo, numa escalada de intimidações que culminara com o assassinato de seu primo, Eufrásio, em 11 de abril.

Posteriormente, essa versão da história foi corroborada por mais 29 depoentes, alguns dos quais adicionaram outros detalhes, como Aluísio Manuel Cardoso, que afirmou ter visto o momento em que Zé Russo entregou a arma do crime a Magarinos, pouco após o assassinato<sup>508</sup>. Embora o elevado número de pessoas a corroborarem essa versão deva ser levado em consideração, alguns elementos de seus depoimentos e de relações que mantinham merecem ser destacados. Dos 29, oito eram moradores não da Maré, mas da favela Mata Machado, outro espaço em que a UTF e Magarinos mantinham sólida atuação desde meados dos anos 1960. Desses, um era um padre com quem Magarinos e outros moradores daquela favela já haviam tido um importante embate em 1958<sup>509</sup>. Outros seis eram guardas da Polícia de Vigilância, tendo cinco deles servido ao SERFHA no momento imediatamente anterior aos eventos da Maré. Chamados para atestar a prática de ações violentas por Magarinos em outra favela, o que daria mais credibilidade à denúncia da Maré, nenhum desses depoentes foi inquirido quanto às razões por não ter prestado queixa anteriormente contra o advogado,

---

<sup>506</sup> **FISCHER, Brodwyn.** “*Democracy, thuggery... Op. Cit.*”. § 20-22.

<sup>507</sup> Cf. seu depoimento no inquérito N° 8/62, iniciado em 01/03/1962 a partir da denúncia de que Magarinos e outros estariam vendendo ilegalmente terras de propriedade do governo federal. “Inquérito N° 8/62”. APERJ. Polícias Políticas. Setor: Inquéritos. Notação 17. É interessante notar que apenas dois dias após a abertura do inquérito, as opiniões de Alexandrino foram largamente repercutidas pelo jornal *O Globo*, o qual publicou uma matéria construída a partir de suas alegações, embora seu depoimento oficial só tenha ocorrido no dia 19 do mesmo mês. “Afirma que o advogado se diz defensor da favela para explorar os favelados”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 03/03/1962. APERJ. Polícias Políticas. Prontuário 47.727/GB. fl.15.

<sup>508</sup> “Ventura pedirá prisão de Magarino e ‘Russo’”. [Jornal não identificado] APERJ. Polícia Políticas. Prontuário 47.727/GB. fl.21.

<sup>509</sup> “Inquérito N° 189/58”. APERJ. Polícias Políticas. Setor: Inquéritos. Notação 17.

embora quase todos já residissem na Mata Machado há alguns anos.

Além dos seis oriundos da Mata Machado, um guarda da Polícia de Vigilância residente na Maré testemunhou no mesmo processo. Pelo menos mais um morador local que depôs contra Magarinos e os dirigentes do núcleo da UTF também possuía proximidade com um órgão estatal interessado no caso, sendo irmão de um funcionário do SERFHA. Esses depoimentos foram, entretanto, precedidos por outros três, de moradores da favela João Cândido, que afirmavam ter ido comprar terrenos na Maré. Quanto a esses, cabe destacar que, pelo menos, dois eram dirigentes do Centro Social daquela favela, cujo principal líder apoiara Carlos Lacerda já nas eleições de dezembro de 1960<sup>510</sup>.

Para além dessas observações individualizadas, do conjunto de depoimentos acusatórios sobressaem alguns outros elementos. Em primeiro lugar, destaco o fato de que mesmo que todos tenham sido unânimes em afirmar que Magarinos não fornecia recibos das vendas de terrenos<sup>511</sup>, muitos disseram ter assinado fichas na sede da associação de moradores local. Tais fichas, no entanto, ao que tudo indica, não foram procuradas pela polícia para serem anexadas ao inquérito como provas adicionais. Além disso, em alguns depoimentos são mencionadas – com objetivo de incriminar os acusados – ligações clandestinas para abastecer os moradores de água, que acabam evidenciando a realização de melhorias locais, que contradizem a versão de que tais obras jamais fossem levadas a cabo pela UTF e por Magarinos. Outro elemento recorrente nos depoimentos é o relato de que barracos seriam derrubados pelo grupo de Magarinos, por conta do não pagamento de dívidas ou de divergências políticas, mas apenas um depoente cita o nome de uma pessoa cujo barraco teria sido demolido. Mais uma vez, não há indicação de que a polícia tenha buscado esse indivíduo para interrogá-lo. Por fim, chama a atenção o fato de que todos os depoentes residentes na Maré – com exceção de Alexandrino – teriam ali chegado, no máximo, dois meses antes da abertura do inquérito, o que torna plausível a versão de Magarinos acerca do caráter premeditado da chegada dessas pessoas, a qual apresento a seguir.

Em sua resposta, veiculada tanto nos processos em que era acusado de grilagem

---

<sup>510</sup> “Dinheiro do BID é também para favelas”. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro. 21/02/1962. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOE LE-DP-PP-03.v5.

<sup>511</sup> Sobre a difusão da prática de registro das transações informais e seus possíveis usos políticos, ver **CONN, Stephen**. “*The squatters’ rights of favelados*”. In: *Ciências Econômicas e Sociais*. Vol.3, Nº 2, Osasco: Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, Dezembro de 1968. pp.103-104.

e de ser mandante do assassinato<sup>512</sup>, quanto no processo de calúnia que abria como reação à sua implicação no caso do assassinato, Magarinos argumentou, com suporte de diversos aliados dentre os moradores do Parque União, que Alexandrino e alguns poucos outros moradores (responsáveis pela introdução de capangas na região) estariam participando em um amplo complô liderado por Carlos Lacerda. Nessa trama, estariam mancomunados, além do governador, os responsáveis pelo SERFHA, parte da alta hierarquia da Igreja, alguns moradores locais e agentes da polícia, além dos grileiros com os quais se confrontava desde meados dos anos 1950 na disputa pelas terras do Borel. Indicando que a armação teria se iniciado por conta do intento de apropriação daquelas terras para a instalação de uma fábrica de processamento de lixo<sup>513</sup>, Magarinos argumentou que a organização e a força alcançadas pelo núcleo local da UTF ao longo do embate teria aumentado ainda mais o montante das fichas em jogo. A partir daí, ao lado do interesse econômico, haveria, também, o esforço político para inviabilizar o funcionamento de uma entidade favelada de base calcada na autonomia e na democracia.

Quanto à acusação de assassinato, Magarinos afirmou que Zé Russo matara Eufrásio após uma briga, em que o último insultara e ameaçara o primeiro com uma faca. Os disparos configurariam, então, uma reação de autodefesa do assassino. Nesse ponto, parece útil retomar um detalhe do incidente registrado na polícia em fevereiro, quando Zé Russo afirmara que *parentes* de Alexandrino estariam ameaçando alguns moradores com o uso de facas. Conforme ficamos sabendo no depoimento desse, Eufrásio era seu primo, o que alimenta a versão de Zé Russo de que teria sido ameaçado antes de efetuar os disparos, o que, por sua vez, contribui para debelar a hipótese de que o assassinato teria sido planejado anteriormente<sup>514</sup>.

Sobre o dinheiro arrecadado, Magarinos afirmava, desde antes do assassinato de Eufrásio, que não se referia à compra de terrenos, os quais, aliás, seriam de propriedade da Marinha, não cabendo, portanto, interferência do governo estadual. Em suas palavras:

“A acusação de que os terrenos estariam sendo vendidos (...) não é verdadeira. Esse dinheiro é uma contribuição estabelecida pela associação,

---

<sup>512</sup> Ver, principalmente, “Inquérito N° 8/62”. APERJ. Polícias Políticas. Setor: Inquéritos. Notação 17.; “Inquérito N° 13/62”. APERJ. Polícias Políticas. Setor: Inquéritos. Notação 17.

<sup>513</sup> “Favelados da ‘Maré’ resistem às ameaças”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 19/03/1962. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.5.

<sup>514</sup> **FISCHER, Brodwyn**. “*Democracy, thuggery... Op. Cit.*”. § 27.

para transformar a favela num bairro operário. Essas importâncias são depositadas em bancos em nome da União dos Trabalhadores Favelados, da qual todos participam como sócios. Uma escola já foi construída, colocaram-se 2 quilômetros de encanamento, várias ruas foram aterradas e montada uma assistência médica, paga pela associação. Ainda estamos planejando colocar luz elétrica, tentando para isso obter um gerador”<sup>515</sup>.

Como visto no capítulo 2 desse trabalho, a prática de cotização dos associados para a realização de obras locais era procedimento comum em favelas onde havia núcleos atuantes da UTF. Além disso, a afirmação de Magarinos de que a verba era depositada em contas da UTF poderia ser verificada de forma relativamente fácil pela polícia, o que não consegui descobrir se foi efetivamente feito. Outro elemento que pode ajudar a relativizar as acusações de apropriação lançadas contra o advogado comunista podem ser recolhidos na entrevista concedida por seu sobrinho, Antônio Eugênio, a Mauro Amoroso e no livro de Manoel Gomes, onde são feitas alusões às dificuldades financeiras constantemente enfrentadas por Magarinos<sup>516</sup>.

Tratando da totalidade das versões apresentadas pelos dois grupos para a série de incidentes, Brodwyn Fischer chamou a atenção para o fato de que tanto o relato de Alexandrino, quanto o de Magarinos, possuíam como um importante trunfo sua plausibilidade. Esse estatuto, por sua vez, derivava das referências que faziam a elementos comuns no universo das favelas cariocas do período, como o comportamento abusivo de autoridades e a atuação de grileiros na promoção da ocupação de terras, entre outros<sup>517</sup>.

Apesar dos indícios disponíveis não apontarem para uma solução definitiva dos inquéritos no momento de sua realização, visto que Magarinos não foi preso, nem suas acusações de corrupção tiveram maiores consequências para os denunciados, no embate entre as duas versões plausíveis, uma delas saiu-se vencedora. Trata-se, evidentemente, da versão apresentada por Alexandrino e outros moradores, secundada por membros do clero católico, por uma vasta gama de veículos de imprensa e privilegiada como linha de investigação pela polícia. A partir dessa vitória, consolidou-se uma memória coletiva local em que a figura de Magarinos é associada unicamente à demarcação dos terrenos e sua venda inicial. Um aspecto importante dessa memória consolidada é a significativa escassez de menções à atuação do núcleo local da UTF, confirmando o caráter seletivo

---

<sup>515</sup> “Favelados da ‘Maré’ resistem às ameaças”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 19/03/1962. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.5.

<sup>516</sup> **AMOROSO, Mauro**. *Caminhos do lembrar...* Op. Cit. pp.128-129; **GOMES, Manoel**. *As lutas...* Op. Cit. p.48.

<sup>517</sup> **FISCHER, Brodwyn**. “*Democracy, thuggery...* Op. Cit.”. § 23; 28.

da memória de que falou Michael Pollak<sup>518</sup>. Com efeito, a maior parte dos relatos de moradores tende a concentrar seu foco em ações quase unicamente atribuídas a Magarinos, quer para elogiá-las, quer para criticá-las, apagando a participação de significativa parcela dos favelados no início dos anos 1960. De acordo com os registros colhidos pelos pesquisadores ligados ao site [www.favelatemmemória.com.br](http://www.favelatemmemória.com.br), o próprio episódio da disputa entre os dois blocos parece ter caído no esquecimento, obliterando-se, também, um momento de fundamental importância para a produção de aspectos dessa mesma memória<sup>519</sup>. Diante desse quadro, é bastante significativo que a memória coletada pela pesquisa liderada por Lilian Vaz tenha enfatizado não só a atuação de Magarinos em detrimento da UTF, como o tenha feito pelo prisma do rígido controle que ele exerceria sobre a ocupação local.

Entretanto, ao contrastarmos a memória registrada nas últimas duas décadas de pesquisa ao processo de lutas verificado na década de 1960, não parece ser possível tratá-los de forma apartada. De certa forma, o triunfo dessa memória constitui mais do que uma decorrência posterior de uma cadeia de eventos cuja importância esteve encerrada em si mesma. Pelo contrário, conectando-a ao histórico levantado nos tópicos anteriores desse capítulo, o episódio da Maré aparece como mais um momento de uma longa trajetória de esforços articulados entre agências estatais e elementos vinculados às classes dominantes para a contenção do movimento associativo dos favelados dentro de limites considerados aceitáveis. Em todo o período 1945-1964, a instituição que conseguiu se contrapor de maneira mais veemente a esses intentos de controle fora, precisamente, a UTF, que tinha em Magarinos uma de suas principais figuras públicas. Sendo assim, o apagamento da UTF local da memória coletiva<sup>520</sup> inicia-se com a produção de sua desarticulação efetiva, a qual se revestia de capital importância para os operadores do controle negociado sobre as favelas. Por sua vez, o claro investimento

---

<sup>518</sup> POLLAK, Michael. “*Memória e identidade social*”. In: *Estudos Históricos*. Vol.5, Nº 10, Rio de Janeiro, 1992. p.203.

<sup>519</sup> Ao digitar o termo “Maré” no campo de busca oferecido pelo site, fui remetido para 39 itens, englobando artigos de pesquisadores e depoimentos de moradores. Desse total, apenas cerca de 10% dos textos disponíveis faz alguma referência a Magarinos e ainda mais raras são as menções à UTF local. Não encontrei qualquer alusão às ações do SERFHA, ou a Alexandrino e Zé Russo. Resultados similares foram encontrados por **GONÇALVES, Rafael; AMOROSO, Mauro**. “*Memória hagiográfica e movimentos sociais urbanos: a militância política de Antoine de Magarinos Torres Filho nas favelas cariocas*”. Trabalho apresentado no IX Encontro Regional Sudeste de História Oral: Diversidade e Diálogo, São Paulo, FFLCH/USP, 2011. *Mimeo*. pp.1; 6.

<sup>520</sup> As seguidas manobras discursivas de indivíduos e entidades relacionadas à classe dominante para apagar as mobilizações dos favelados foram discutidas por **BITTENCOURT, Danielle Lopes**. “*O morro é do povo...*”. *Op. Cit.* pp.46-54. Essa autora, no entanto, conferiu menos atenção à análise das formas de promoção da desorganização das associações de favelados e dos embates daí surgidos.



político nessa desarticulação coloca em xeque toda a capacidade da memória mais recentemente registrada funcionar como versão fidedigna dos acontecimentos realmente ocorridos décadas atrás.

Nesse sentido, não pode ser tratado como mera coincidência o fato de uma das ofensivas das classes dominantes, nesse caso, por meio do governo da Guanabara, contra a UTF ter ocorrido no mesmo momento em que essa mesma administração estadual apresentava, via SERFHA, uma possibilidade de organização para o associativismo favelado. A afirmação da intencionalidade dessa articulação pode ser corroborada, ainda, por outros elementos. Em entrevista, o principal responsável pelo SERFHA quando dos eventos do Parque União, José Arthur Rios, reconheceu que seu trabalho, para Carlos Lacerda, consistia em uma forma de conquistar parcela do eleitorado das favelas, então mais vinculado ao PTB e ao PCB<sup>521</sup>.

No mesmo depoimento, o sociólogo lembrou que sua proposta de mutirões teria sido rejeitada em ida ao Borel – principal foco de atuação da UTF –, quando teria sido apedrejado<sup>522</sup>. Como principal grupo a se contrapor ao programa que representava o carro-chefe do SERFHA e da política de Rios e Lacerda para as favelas cariocas, apresentando, inclusive, uma alternativa, sob a forma da organização federativa das associações de moradores, a UTF colocava-se como alvo prioritário das ações dos agentes do governo da Guanabara. Além disso, quando fora coordenador do estudo da SAGMACS, Rios externara publicamente sua opinião de que Magarinos seria um político demagogo como outro qualquer, chegando a qualificar, no relatório, seus métodos de terroristas<sup>523</sup>. Dessa forma, sob sua ótica, afastá-lo dos favelados do Parque União poderia ser configurado como mais um passo para a construção da independência dos favelados que apresentava como horizonte principal de sua gestão. Sendo assim, mesmo supondo-se que não concordasse com os objetivos eleitorais do governador, Rios tinha motivos de outra ordem para desejar a desarticulação da UTF<sup>524</sup>.

Indícios de que Rios poderia estar interferindo na dinâmica dos moradores da Maré já eram publicizados desde antes da ocorrência do assassinato, conforme

---

<sup>521</sup> Depoimento concedido a Mauro Amoroso e citado em **AMOROSO, Mauro**. *Caminhos do lembrar...* Op. Cit. p.139.

<sup>522</sup> **IDEM**. *Ibidem*. p.138.

<sup>523</sup> **SAGMACS**. “Aspectos humanos... Op. Cit.”. Parte II. p.31.

<sup>524</sup> Note-se, quanto a isso, que suas ações nesse sentido não se limitaram à Maré. Em julho de 1961, o *Jornal do Brasil* publicou reportagem em que dois policiais afirmavam terem auxiliado, por ordem pessoal de Rios, o SERFHA na destruição do barraco de um militante da UTF na favelada da Vila da Cachoeira. “Favelados vão reerguer o barraco”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 19/07/1961. p.5. Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br/jornal-do-brasil/030015>. Acesso em 02/02/2013.

denúncias de moradores, veiculadas pela reportagem da *Última Hora* que tratou do episódio da derrubada dos oito barracos pelo SERFHA em novembro de 1961:

“Denunciaram os favelados a pressão que vêm sofrendo, por parte de um cidadão de nome Severino Ricardo, presidente do Centro Pró-Melhoramentos do Parque Proletário da Maré. Pretende, a viva força, segundo afirmam, fazê-los ingressar na tal entidade. Como não o fizessem, conseguiu do SERFHA a demolição das habitações, tendo os funcionários da repartição oficial ameaçado derrubar tudo, mesmo com as famílias no interior dos cômodos”<sup>525</sup>.

Não consegui obter maiores informações acerca do Centro Pró-Melhoramentos do Parque Proletário da Maré, o que impede a afirmação de que existissem vínculos diretos entre seus promotores e José Arthur Rios. Entretanto, não deixa de ser significativa a percepção de moradores de que o SERFHA estaria atuando em algum nível de parceira com uma entidade organizativa rival da UTF.

Um último aspecto concernente ao envolvimento de José Arthur Rios com a Maré diz respeito à construção do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda, do qual Rios já afirmou ser o “autor intelectual”<sup>526</sup>. Inicialmente, o CHP fora concebido como área de triagem para moradores removidos de outras favelas, antes de serem encaminhados para conjuntos habitacionais definitivos<sup>527</sup>. Com o tempo, porém, a provisoriedade tornou-se permanente com o alongamento da estada dos moradores para lá encaminhados, e a Nova Holanda adquiriu características comumente atribuídas às favelas. O que pretendo salientar, no entanto, é outro aspecto, referente à opção pela construção do conjunto na Maré, no mesmo momento em que o núcleo da UTF e Magarinos organizavam a ocupação da área vizinha.

Lembremo-nos, de início, que havia sido, justamente, esse processo de organização que conferira ao Parque União características (ruas e calçadas largas, escassez de becos, profusão de espaços livres, etc<sup>528</sup>) que o destacavam em relação às demais favelas da Maré, algumas das quais marcadas pelo precário recurso a palafitas. Numa conjuntura marcada pelo esforço governamental para o combate à UTF, a instalação da Nova Holanda – com algumas características urbanísticas similares

---

<sup>525</sup> “SERFHA ameaça derrubar toda a favela: Polícia vai impedir”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 07/11/1961. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.2.

<sup>526</sup> **RIOS, José Arthur**. “Depoimento”. Op. Cit. p.70.

<sup>527</sup> **VAZ, Lilian Fessler (coord.)**. *História...* Op. Cit. pp.2-4 (Nova Holanda).

<sup>528</sup> **IDEM**. *Ibidem*. p.1 (Parque União).

àquelas do Parque União<sup>529</sup> – nas proximidades desempenharia o papel de artifício de contrapropaganda, evidenciando que também o poder público seria capaz de prover habitações em melhores condições que a maioria daquelas existentes na Maré, o que tornaria supérfluo qualquer esforço mais combativo de organização. O aspecto propagandístico do empreendimento foi reforçado tanto pela rápida transferência de moradores para o CHP – antes mesmo de estarem concluídas todas as obras –, quanto pela presença de Lacerda no momento em que a energia elétrica da Nova Holanda foi ligada, já com algumas famílias residindo<sup>530</sup>. Diante do conjunto de evidências acima arrolado, parece-me lícito supor que a propaganda produzida por meio do CHP da Nova Holanda fosse dirigida não apenas aos favelados que eram para lá removidos, mas igualmente para aqueles que já habitavam suas imediações.

Outros agentes que atuaram nos processos da Maré contra Magarinos e a UTF também tinham suas razões para desejar sua derrocada. Se as motivações de Alexandrino parecem óbvias, destacando-se sua expulsão do núcleo da UTF, é preciso ressaltar que, por parte da Igreja, a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião haviam sido criadas com o nítido objetivo de moderar a atuação política dos favelados, que tinha na UTF, provavelmente, sua expressão mais radicalizada<sup>531</sup>. Mais especificamente, Dom Hélder Câmara, o principal organizador da Cruzada, que já tinha tido contato direto com militantes da UTF no caso já examinado da Praia do Pinto, certamente recordava das acusações feitas pelo advogado, no bojo do processo judicial, de que ele se apropriara privadamente de verbas destinadas à urbanização de favelas<sup>532</sup>. Quanto à Leão XIII, embora não tenha sido diretamente atacada por Magarinos, não deixou de se envolver no processo, atuando na viabilização da remoção de favelados para a Nova Holanda<sup>533</sup>. O caráter eminentemente político da participação do clero no processo ficou patente, também, pelo depoimento concedido pelo padre Francisco de Assis, da igreja do Alto da Boa Vista, no âmbito do inquérito policial, em que acusou Magarinos de ser “estelionatário, homicida e *pregador da doutrina marxista*” (itálico

---

<sup>529</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.6 (Nova Holanda).

<sup>530</sup> **TRINDADE, Cláudia Peçanha da.** *Entre a favela e o conjunto habitacional: Programa de Remoção e Habitação Provisória (1960-1970).* Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2006. p.86; “Nova Holanda ganha hoje luz elétrica”. *Tribuna da Imprensa.* Rio de Janeiro. 15/05/1962. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v7.

<sup>531</sup> Esse ponto foi lembrado, também, por **AMOROSO, Mauro.** *Caminhos do lembrar... Op. Cit.* pp.136-137.

<sup>532</sup> Citado por **IDEM.** *Ibidem.* p.136.

<sup>533</sup> **VAZ, Lillian Fessler (coord.).** *História... Op. Cit.* p.3 (Nova Holanda).

meu), misturando elementos criminais e ideológicos e tomando esses como aqueles<sup>534</sup>.

Com a argumentação desenvolvida até esse ponto, não tenciono atuar como advogado de Magarinos, Zé Russo e outros partícipes do núcleo da UTF no Parque União. Como também percebeu Fischer, a determinação do grau de veracidade em cada relato dos acontecimentos desse caso constitui trabalho virtualmente impossível, dadas as fontes disponíveis<sup>535</sup>. Em função da grande quantidade de moradores que criticou seus métodos, não descarto que Magarinos efetivamente tenha adotado, na Maré, uma conduta distinta daquela que exibiu em outros núcleos da UTF, com destaque para o Borel. Por ora, posso apenas conjecturar quanto a quais teriam sido as razões para tal transformação: talvez fosse a forma por ele encontrada para reagir ao enfraquecimento da UTF ao nível da cidade como um todo; ou talvez tenha sido uma alternativa face a dificuldades possivelmente encontradas na tentativa de estabelecer um controle comunitário sobre o espaço – nos moldes do processo de que tomara parte no Borel –, sem que houvesse uma comunidade já previamente estabelecida; outra possibilidade seria relativa à uma presumível alteração de suas concepções políticas, em direção à compreensão da necessidade de um enfrentamento mais direto em relação ao Estado. Não se deve descartar, evidentemente, um cenário em que esse três elementos – e ainda outros – estejam articulados para a explicação de seu comportamento político. De qualquer forma, uma afirmação mais precisa dependeria de pesquisas adicionais, que escapam ao escopo desse trabalho.

Entretanto, em face dessas dificuldades analíticas, optar por colocar em pé de igualdade os comportamentos dos dois grupos em conflito, afirmando se tratar de uma disputa entre “(...) atores com propostas para a implementação de projetos políticos para as favelas (...)”, entendidos como “(...) sujeitos políticos concorrentes (...)”<sup>536</sup>, ou que

“(...) estruturas de poder de base eram raramente democráticas – ou apenas democráticas – e havia uma difundida crença de que as instituições democráticas formais e legais eram corruptas, repressivas e infiltradas por redes privadas de poder”<sup>537</sup>,

---

<sup>534</sup> Como os funcionários da polícia política recortaram a notícia da página do jornal que divulgou o conteúdo de seu depoimento, não pude determinar qual veículo de comunicação a publicou. De qualquer forma, o recorte está disponível em APERJ. Polícias Políticas. Prontuário 47.727/GB. fl.16.

<sup>535</sup> FISCHER, Brodwyn. *“Democracy, thuggery... Op. Cit.”*. § 17.

<sup>536</sup> AMOROSO, Mauro. *Caminhos do lembrar... Op. Cit.* p.138.

<sup>537</sup> Tradução minha para o seguinte trecho: “(...) ‘grassroots’ power structures were rarely democratic – or only democratic – and formal democratic and legal institutions were widely believed to be corrupt, repressive, and infiltrated by private power networks”. FISCHER, Brodwyn. *“Democracy, thuggery... Op. Cit.”*. § 30.

implica deixar de abordar uma série de questões significativas para a análise aqui proposta. De um lado, a primeira postura deixa entrever, por meio da metáfora da competição, a percepção de que todos os agentes estavam orientados para um mesmo fim, quando os propósitos eram diametralmente opostos. Enquanto uns buscavam fazer avançar a organização da classe trabalhadora – ou, na pior das hipóteses, pelo menos, atuavam encarnando, de certa forma, experiências recentes de organização autônoma dessa classe –, outros apostavam em esforços para atrelá-la a um projeto imposto a partir do Estado, do qual resultaria a fragmentação da organização classista. De outro lado, a segunda posição pouco explica acerca das condições em que cada agente teria adotado comportamentos julgados antidemocráticos. Ao desconsiderar condicionantes estruturais relativos à distribuição do poder político institucional, dos recursos econômicos, do acesso aos meios de comunicação de grande circulação, etc, essa interpretação abandona a percepção de que alguns – com todas as contradições que podemos verificar – se esforçavam para estabelecer efetivos mecanismos decisórios de base, ao passo que outros objetivavam, precisamente, restringi-los, pela subordinação dos destinos de milhares de trabalhadores aos ditames daqueles que ocupavam os cargos mais elevados na hierarquia estatal. Adicionalmente, por via indireta, essa última linha de argumentação corre o risco de levar água para a tese, cada vez mais disseminada na historiografia recente, de que o golpe de 1964 teria sido uma reação a um golpe igualmente antidemocrático, então em plena preparação por parte de setores da esquerda do espectro político<sup>538</sup>.

Partindo de uma problematização distinta, minha abordagem, aqui, orientou-se para a elaboração de uma alternativa interpretativa, baseada na reconstrução do comportamento dos agentes que se antagonizavam a Magarinos e à UTF, fossem eles os depoentes dos inquiridos, ou representantes de instituições públicas e privadas. Por meio dessa abordagem, espero ter demonstrado que as alegações dos primeiros conferem espaço para uma série de indagações – muitas das quais não tendo sido feitas, à época, pela polícia, provavelmente não poderão mais ser respondidas a contento –, ao passo que o envolvimento dos segundos com os eventos narrados não se deu de forma fortuita, constituindo, pelo contrário, o desdobramento de um processo de cerceamento da

---

<sup>538</sup> A tese dos dois golpes foi esposada, por exemplo, por **GASPARI, Elio**. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.51. Uma versão mais sofisticada – e bastante influente atualmente – foi formulada por **FIGUEIREDO, Argelina Cheibub**. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Trad. de Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p.197. Fundamentais críticas a essa vertente historiográfica podem ser encontradas em **MELO, Demian**. “*A miséria da historiografia*”. In: *Revista Outubro*. Nº 14, São Paulo, 2º semestre de 2006. pp.120-129.

organização da parcela favelizada da classe trabalhadora que se iniciara, pelo menos, em 1947, com a Fundação Leão XIII. Embora seja despropositado imaginar que qualquer um de seus inimigos tenha sido diretamente responsável pelo episódio do homicídio, é evidente que esse momento permitiu uma inflexão de forças no processo de disputa política então em curso. A brecha aí aberta possibilitou que Lacerda, Rios, os funcionários do SERFHA, agentes policiais e a Igreja aprofundassem os ataques que já efetivavam contra a organização dos favelados, alcançando resultados favoráveis à suas intenções<sup>539</sup>, o que é evidenciado pelo fato de que após o episódio da Maré, a UTF – já enfraquecida pelas razões discutidas no capítulo 3 – subsistiu praticamente apenas no Borel, onde após o golpe de 1964 foi obrigada a alterar seu nome para União dos Moradores do Morro do Borel (UMMB)<sup>540</sup>.

#### ***4.7- A demissão de José Arthur Rios: início da segunda etapa do governo Carlos Lacerda.***

Apesar dos significativos êxitos de sua política – tanto no estímulo à fundação de novas associações, quanto na participação na ofensiva contra a UTF –, José Arthur Rios foi demitido de seu cargo pelo governador Carlos Lacerda em maio de 1962. O conjunto da bibliografia que se debruçou sobre o tema da demissão de Rios já elencou uma miríade de fatores para explicar a decisão de Lacerda. A conjugação dessa variedade de elementos pode ser melhor compreendida a partir de sua relação com a dinâmica político-partidária daquele momento. Se desde o início de seu governo

---

<sup>539</sup> Na consecução desse objetivo, também grande parte da imprensa desempenhou importante papel, ainda que os veículos de comunicação tivessem interesses menos diretos nos eventos. Apesar disso, na cobertura do caso, a imensa maioria dos periódicos conferiu maior destaque às versões contrárias ao grupo de Magarinos do que àquelas por esse apresentadas, chegando, em alguns casos, a já tratar o advogado como culpado de ser o mandante do homicídio e das acusações de estelionato, mesmo antes do término dos procedimentos judiciais. No prontuário de Magarinos elaborado pelos investigadores do DOPS/GB, é possível consultar uma série de reportagens com esse teor de diversos jornais, como *A Notícia*, *O Dia*, *Correio da Manhã* e *O Globo*. APERJ. Polícias Políticas. Prontuário 47.727/GB. fls.13-21. Não se pode, ademais, menosprezar o papel desempenhado pela polícia na condução das investigações, na medida em que selecionou as denúncias que se tornariam inquiridos, privilegiou linhas de investigação, atuou diretamente na repressão aos favelados, etc. Essa parcialidade policial já foi assinalada por **FISCHER, Brodwyn**. “*Democracy, thuggery... Op. Cit.*”. § 28.

<sup>540</sup> **AMOROSO, Mauro**. *Caminhos do lembrar... Op. Cit.* p.43. Note-se, ainda, que mesmo após a demissão de Rios, o enfrentamento da UTF pelo governo Lacerda não foi deixado de lado. Em 12 de junho de 1962, por exemplo, técnicos do governo da Guanabara desistiram de fazer uma inspeção para levantar os principais problemas enfrentados pelos moradores do Morro do Borel por conta, segundo os próprios técnicos, da presença de Magarinos, que poderia capitalizar politicamente a presença deles no local. “Relatório da visita realizada à favela do Morro do Borel, a 12-6-62, pelo engenheiro Luis Fernando Barbosa Moreira e auxiliares técnicos Eusébio Simões Torres e Gil Moreira”. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOE LE-DP-PP-03.v1.

Lacerda enfrentava dificuldades em garantir a aprovação pela Assembleia Legislativa de seus projetos prioritários, a posse de João Goulart, principal dirigente do PTB e, portanto, grande adversário político de Lacerda, na presidência da república em setembro de 1961 complicou ainda mais sua situação no tabuleiro político<sup>541</sup>. Desse momento em diante, uma das grandes marcas do governo Lacerda passaria a ser justamente o embate constante, estimulado por ambas as partes, com o governo federal liderado por Jango.

Um novo ingrediente foi adicionado em maio de 1962, quando o Supremo Tribunal Federal determinou que os constituintes eleitos pela Guanabara não poderiam continuar atuando como deputados na Assembleia Legislativa e que deveriam ser convocadas eleições para esse cargo em outubro do mesmo ano. Coincidindo esse pleito, na Guanabara, com as escolhas de dois senadores, 21 deputados federais e do vice-governador, estavam dadas, a cinco meses do pleito, as condições para a elevação da temperatura da disputa, com vistas à obtenção da maioria desses cargos<sup>542</sup>.

Ainda que para Lacerda o saldo geral dessas eleições tenha sido de derrota, em dezembro do mesmo ano o governador anunciou sua intenção de concorrer à presidência nas eleições marcadas para 1965<sup>543</sup>. O momento do anúncio, pouco após um desempenho apenas razoável de seus correligionários nas urnas, pode ser um indicativo de que Lacerda já acalentava tais planos há mais tempo, aproveitando para fazer a divulgação num momento em que essa notícia poderia colaborar para abafar a repercussão daqueles resultados.

Se partirmos da compreensão de que esse projeto presidencial já acompanhava Lacerda desde antes do pleito de outubro de 1962<sup>544</sup>, alguns fatores comumente mencionados para explicar a demissão de José Arthur Rios ganham novos contornos. O casal Leeds, por exemplo, aponta que uma das razões para sua queda teria sido decorrente de pressões de políticos clientelistas que mantinham currais eleitorais em favelas, os quais estariam sendo ameaçados pela atuação do SERFHA<sup>545</sup>. Ora, se de fato ocorria esse conflito de interesses, certamente os políticos mais próximos a Lacerda que se sentissem prejudicados rapidamente iniciariam gestões para derrubar Rios. A questão, portanto, é deslocada para uma interrogação acerca do motivo para Lacerda ter cedido a

---

<sup>541</sup> **MOTTA, Marly Silva da.** *Saudades da Guanabara...* Op. Cit. p.69.

<sup>542</sup> **IDEM.** *Ibidem.* p.71.

<sup>543</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.71-81.

<sup>544</sup> Essa hipótese é sustentada, também, por **LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth.** “*Favelas e comunidade...* Op. Cit.”. p.217.

<sup>545</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.213-214.

essas pressões justamente naquele momento. Assim, a demissão de Rios pode ter correspondido a um esforço de Lacerda para atender a interesses de políticos no Legislativo, com o objetivo de desentravar o andamento de suas propostas e viabilizar a montagem de suas chapas para as eleições de outubro.

A essa análise dos Leeds, Maria Lais Pereira da Silva adiciona a observação de que a demissão de Rios teria sido motivada, também, por pressões oriundas do setor imobiliário, bem como por disputas em torno da utilização dos recursos advindos do chamado Fundo do Trigo, vinculado ao programa estadunidense da Aliança para o Progresso<sup>546</sup>. O próprio Rios, em depoimento já mencionado, corroborou a afirmação de que agentes do capital imobiliário estariam, naquele momento, ávidos por explorar comercialmente terrenos ocupados por favelas. Apontando essa como causa principal para sua saída, Rios chegou mesmo a afirmar que membros do governo o pressionavam constantemente com o fito de atender a esses interesses<sup>547</sup>. Mais uma vez, a opção do governador por atender a essas reivindicações naquele momento parece indicar seu esforço para estabelecer e/ou reforçar alianças com políticos, nesse caso, aqueles ligados às empresas do ramo imobiliário, como também para, possivelmente, obter suporte financeiro em futuras campanhas eleitorais.

O dinheiro oriundo do Fundo do Trigo, por sua vez, era o produto de um acordo celebrado entre o Departamento de Estado dos Estados Unidos, por meio da AID, e o governo da Guanabara. Na avaliação de Motta, esse acordo, ao lado de outros celebrados no mesmo contexto, constituía uma evidência clara das preferências políticas, no Brasil, dos governantes daquele país, uma vez que

“O acirrado anticomunismo de Lacerda favoreceu muito o acesso aos empréstimos externos das agências internacionais de financiamento, em boa parte controladas pelos Estados Unidos. A vitória da revolução socialista em Cuba, em 1959, implicou uma mudança na política externa norte-americana com relação à América Latina. Em agosto de 1961, durante a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi criado um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina denominado Aliança para o Progresso. A ascensão do 'esquerdista' João Goulart à Presidência da República, em setembro de 1961, reforçou a posição do governador carioca como receptor de recursos oferecidos pelos norte-americanos”<sup>548</sup>.

De acordo com Nísia Lima, reforçando as posições de Silva, as oportunidades de

---

<sup>546</sup> SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas... Op. Cit.* pp.144-145.

<sup>547</sup> RIOS, José Arthur. “*Depoimento*”. *Op. Cit.* p.69; 72-73.

<sup>548</sup> MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara... Op. Cit.* p.59.



utilização dessa verba do Fundo do Trigo com fins mais imediatamente eleitorais, e não para o financiamento da Operação Mutirão e outras iniciativas do SERFHA, como queria Rios, teria contribuído para fortalecer as pressões para apeá-lo do cargo<sup>549</sup>.

A partir desses dados, pode-se afirmar que, em um momento de grande polarização política, marcado por embates diretos com o governo federal, a demissão de José Arthur Rios por Lacerda foi inserida no bojo de uma reorientação estratégica do governador, buscando fortalecer suas posições junto aos setores sociais mais abastados, que tradicionalmente forneciam sua base de apoio, deixando de lado seus esforços para a conquista de maior apoio junto às parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora. Essas conclusões adquirem ainda mais força se considerarmos que mesmo um analista conservador, abertamente engajado numa tentativa de reabilitação da figura de Lacerda, como Perez, admite que a dispensa de Rios esteve associada à busca por uma política que pudesse alcançar resultados visíveis a curto prazo<sup>550</sup>, provavelmente como forma de turbinar o desempenho eleitoral de seus aliados em 1962 e o seu próprio, em 1965.

De forma a complementar esse quadro, não se pode deixar de mencionar o fato da demissão de Rios ter ocorrido num momento em que seu projeto de penetração no movimento associativo já encontrara relativo sucesso – lembrando que, de acordo com sua estimativa, teriam sido fundadas 50 entidades em vinculação ao SERFHA –, além de já ter sido dado o passo inicial da grande ofensiva contra a UTF, por meio dos acontecimentos da Maré. Paradoxalmente, os sucessos alcançados nas diferentes frentes de atuação abertas pelo sociólogo nas favelas cariocas podem, portanto, ter funcionado como mais um fator a condicionar seu afastamento do posto da Coordenação dos Serviços Sociais. Nessa linha de raciocínio – cuja plena afirmação demandaria ainda mais pesquisas –, a opção de Lacerda pela busca de viabilidade de curto prazo seria entendida como condicionada à sua percepção de que o meio favelado estaria relativamente neutralizado em termos de manifestações políticas radicalmente contrárias a seu projeto político mais amplo.

Após a demissão de Rios, o ano de 1962 guardara para seu final, a aprovação,

---

<sup>549</sup> **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados...* *Op. Cit.* pp.140-141. Essa leitura foi exarada, também, pelo PCB no próprio momento da demissão de Rios, conforme o seguinte trecho: “Enquanto isso, os grandes e os pequenos dramas das favelas são contados com as palavras frias das crônicas policiais. (...) Assim, os homens e as mulheres vão aprendendo as lições da vida e da morte de seus filhos. Aprenderam com a Cruzada São Sebastião. Aprenderão com a Fundação Leão XIII, que, aliás, já tem gente falando em liberdade, negocia com a sorte de um milhão de pessoas por dólares americanos, da Aliança Para o Progresso, para fins eleitorais”. “Ainda as favelas”. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro. 08 a 14/06/1962. BN. Periódicos, PR-SPR 00013. p.06.

<sup>550</sup> **PEREZ, Maurício Dominguez.** *Lacerda na Guanabara...* *Op. Cit.* p.258.

pela Assembleia Legislativa, da reforma administrativa que o governo de Lacerda propusera ainda em junho de 1961<sup>551</sup>. Atuando no quadro acima delineado, Lacerda aproveitou os últimos meses do ano para reformular também o arcabouço institucional responsável pelo tratamento dispensado às favelas, mantendo a proposta de fortalecer suas posições no embate contra Jango<sup>552</sup>. A partir dali, ficava extinto o SERFHA, tendo suas atribuições sido transferidas para órgãos subordinados à recém-criada Secretaria de Serviços Sociais, posta sob o comando da ex-deputada udenista Sandra Cavalcanti. Essa Secretaria teria sob seu comando, ainda, em uma nova empresa, a Companhia de Habitação Popular (COHAB), criada como sociedade de capital misto em resposta à instalação, pelo governo federal, do Conselho Federal de Habitação, para construir casas para um público de baixa renda. O trato cotidiano direto com as favelas ficou, então, dividido entre a Fundação Leão XIII – a partir daquele momento revalorizada por sua nova posição de subordinação à COHAB – e as administrações regionais, criadas pelo próprio Lacerda desde o início de seu mandato<sup>553</sup>.

Sob o comando de Cavalcanti, a Secretaria do Serviço Social, especialmente por meio da COHAB, iniciou – apesar da promessa de campanha de Lacerda de “ajudar o favelado a melhorar a favela”<sup>554</sup> – um período marcado por remoções de diversas favelas para conjuntos habitacionais construídos em bairros periféricos, com grande aporte de verbas oriundas dos acordos internacionais firmados com aval dos EUA, como Vila Aliança e Vila Kennedy<sup>555</sup>. Discutir os meandros da política de remoções, bem como as formas encontradas para que a população favelada aceitasse seus termos – passando, muitas vezes, pela chantagem aberta<sup>556</sup> –, ou as iniciativas de resistência desenvolvidas por esses favelados<sup>557</sup>, escapa aos objetivos desse trabalho. Já existe,

---

<sup>551</sup> **IDEM.** *Ibidem.* pp.178-179.

<sup>552</sup> Os momentos mais tensos dessa disputa política foram inventariados por **MOTTA, Marly Silva da.** *Saudades da Guanabara...* *Op. Cit.* pp.70-71; 83-85.

<sup>553</sup> A síntese da nova arquitetura institucional do governo da Guanabara foi elaborada a partir de **LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth.** “*Favelas e comunidade...* *Op. Cit.*”. pp.214-216; 222-225.

<sup>554</sup> “Folheto de campanha eleitoral de 1960”. Coleção Carlos Lacerda, UNB, Brasília. Citado por **PEREZ, Maurício Dominguez.** *Lacerda na Guanabara...* *Op. Cit.* p.255.

<sup>555</sup> De acordo com Valla e Gonçalves, entre 1962 e 1965 (já sem o comando de Sandra Cavalcanti, que deixou a Secretaria de Lacerda em outubro de 1964 para assumir a presidência do BNH) a COHAB teria sido responsável pela remoção de cerca de 42.000 favelados. **VALLA, Victor Vincent; GONÇALVES, Jorge Ricardo.** “*O período autoritário de remoções: destruindo a autoconstrução para ensinar a auto-ajuda*”. In: **VALLA, Victor Vincent (org.).** *Educação e favela.* *Op. Cit.* pp.90-91.

<sup>556</sup> “Fizemos uma reunião na Igreja de Santa Teresinha, ao lado do túnel do Pasmado. Eu lhes disse: ‘Vocês só vão se quiserem. Se não quiserem, outras favelas estão querendo ir. Mas, fiquem sabendo, não vamos fazer qualquer melhoria na favela do Pasmado. (...) Não vamos gastar dinheiro para vocês ficarem num lugar onde não têm como progredir na vida’”. **CAVALCANTI, Sandra.** “*Depoimento*”. In: **FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs.).** *Capítulos...* *Op. Cit.* p.86.

<sup>557</sup> Em muitas favelas ameaçadas de remoção, a luta dos moradores em favor de sua permanência levou a

outrossim, uma profícua e variada bibliografia acerca do tema, que pode ser consultada<sup>558</sup>. Por ora, ressaltamos, apenas, que a política de remoções, tal como aplicada pelo governo Lacerda e seus sucessores guarda inúmeras semelhanças com o caminho de ação proposto pelos estudos do IPEME, anteriormente escrutinados.

Para os presentes intentos, importa, sobretudo, salientar a mudança de atitude do governo Lacerda em relação aos favelados, expressa pela substituição de José Arthur Rios por Sandra Cavalcanti. A partir daí, não se trataria mais de buscar, principalmente, a domesticação das entidades dos favelados, passando-se, também, a atender de forma mais direta a interesses dos tradicionais aliados de Lacerda. Nesse sentido, o programa de remoções articulou-se com o zoneamento industrial proposto pelo governador no final de 1961, auxiliando os industriais a obterem, nas cercanias de seus empreendimentos, a força de trabalho que demandavam<sup>559</sup>.

A opção por uma estratégia de enfrentamento dos favelados por meio das remoções, entretanto, não prescindiu de intervenções estatais nas organizações dos próprios moradores de favelas. Afinal, a tarefa de convencê-los a aceitar as remoções poderia ser facilitada caso suas entidades não participassem ativamente da organização da resistência. As táticas adotadas com essa finalidade, entretanto, foram bastante distintas do procedimento típico da gestão de Rios. De um lado, as regiões administrativas e a Fundação Leão XIII passaram a receber as reclamações cotidianas dos favelados, instalando-se como intermediárias entre eles e os demais órgãos estatais capazes de prestar os serviços solicitados. De outro lado, a partir de 1963, surgiram em muitas favelas as comissões de luz, que deveriam, de forma subordinada à Comissão Estadual de Energia (CEE), organizar a distribuição da energia entre os favelados. Um traço marcante dessas comissões era a necessidade, imposta pela própria CEE, de que seus membros não fossem dirigentes das associações de moradores locais<sup>560</sup>. Dessa forma, à fragmentação do movimento entre as favelas (com cada uma delas sendo levada a encaminhar suas reivindicações individualmente à região administrativa ou à Leão XIII), passava a ser associado um esforço de divisão interna das populações

---

enfrentamentos físicos, tal como na Praia do Pinto. “Sandra apedrejada na Praia do Pinto”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 24/03/1964. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v8.

<sup>558</sup> Posições diversas acerca do tema podem ser encontradas em: **VALLADARES, Lícia do Prado**. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.; **ZALUAR, Alba**. *A máquina e a revolta... Op. Cit.* pp.64-86; **PEREZ, Maurício Dominguez**. *Lacerda na Guanabara... Op. Cit.* pp.245-270.

<sup>559</sup> **MOTTA, Marly Silva da**. *Saudades da Guanabara... Op. Cit.* pp.62-63.

<sup>560</sup> **LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth**. “*Favelas e comunidade... Op. Cit.*”. p.228.

favelizadas, estimulando-se rivalidades entre os líderes das comissões de luz e das associações de moradores.

Esses mecanismos, entretanto, não foram suficientes para debelar toda e qualquer forma de resistência às políticas públicas por parte dos trabalhadores favelados. A construção de um sistema elétrico atrelado a uma comissão de luz, por exemplo, foi terminantemente rejeitada pelos moradores e pela Associação da Favela Macedo Sobrinho

“(...) com base no fato de que isso dividiria a comunidade e quebraria a autonomia da associação. Essa última, eles o disseram, já tinha tido muitos problemas de fações sem que acrescentasse à arena política da favela outra base de poder independente e competitiva, controlada de fora. Eles julgaram preferível manter as linhas de eletricidade privadas frequentemente exploradoras a perder a autonomia arduamente conquistada”<sup>561</sup>.

Já no combate às remoções, a entidade que mais se destacou foi, indubitavelmente, a FAFEG. Fundada em janeiro de 1963<sup>562</sup>, a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, constituía justamente o tipo de entidade agregadora na qual Rios viria a afirmar que “não havia muito a fazer”<sup>563</sup>, por conta da atuação do SERFHA sob seu comando. Em parte, a viabilização da organização da FAFEG pode ter se valido do método de trabalho de Rios que, segundo o próprio, recebia em reuniões periódicas grupos de 15 associações para estabelecer as prioridades de cada uma delas<sup>564</sup>. Sendo assim, é possível que os encontros de lideranças de diferentes favelas nessas reuniões tenham ensejado o estabelecimento de contatos dos quais poderia nascer a percepção da necessidade de vinculação a uma entidade federada<sup>565</sup>.

Considerando-se essa origem, a FAFEG constituiu um exemplo importante das contradições emergidas das políticas de controle e mobilização da classe trabalhadora ao longo do período 1945-1964. Se, de um lado, a sua estrutura escapava ao que era proposto pelo Estado naquele momento, de outro, seus primeiros esforços foram todos devotados ao trabalho em amplo diálogo com o governo da Guanabara, tendo em vista a obtenção de melhorias locais pelos canais abertos pela própria administração estadual. Essa postura era, ainda, reforçada pela posição política assumida por parte de suas

---

<sup>561</sup> IDEM. *Ibidem*. p.228 (nota 38).

<sup>562</sup> FORTUNA, Affonso A. P.; FORTUNA, João Paulo P. “Associativismo... Op. Cit.”. p.104.

<sup>563</sup> Citado por LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.146.

<sup>564</sup> RIOS, José Arthur. “Depoimento”. Op. Cit. p.68.

<sup>565</sup> Essa posição foi apresentada, dentre outros, por LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* pp.183-184.

lideranças iniciais, vinculadas ao Movimento de Rearmamento Moral (MRM), de tendência anticomunista<sup>566</sup>. A articulação do MRM com o complexo IPES/IBAD<sup>567</sup> e o rápido apoio recebido pela FAFEG de empresas multinacionais, como a McCann Erikson, CDTC e a Ducal, evidenciam que essa entidade surgida por fora da estrutura proposta pelo governo estadual se alinhou politicamente a esse mesmo governo, numa conjuntura em que a questão urbana ganhava cada vez mais relevância política no plano nacional, com a apresentação ao Congresso Nacional, pelo Conselho Federal de Habitação, vinculado ao presidente Jango, de um projeto de profunda reforma das políticas urbanas<sup>568</sup>.

A partir do momento em que a opção de Lacerda pelas remoções foi tornando-se mais clara, a FAFEG alterou sua linha prioritária de atuação, passando a opor-se frontalmente a essa política. Nos anos seguintes a 1964, quando da realização de seu I Congresso, essa oposição passou a ser enquadrada, cada vez mais, numa leitura crítica em relação à totalidade da situação política do país, a ponto de as eleições de 1967 terem dado a vitória à chapa presidida por Vicente Mariano, antigo militante da Coligação dos Trabalhadores Favelados. Assim, em novembro de 1968, ao reunir-se o II Congresso da entidade, as resoluções aprovadas – bem como os documentos produzidos em sua sequência – apontavam claramente para a necessidade de se conjugar as reivindicações específicas dos favelados (fim do controle estatal sobre suas associações<sup>569</sup>, abandono da política de remoções), com demandas atinentes ao conjunto da classe trabalhadora, como as relativas ao controle da inflação e à majoração dos salários<sup>570</sup>.

Nesse segundo momento, vê-se como a autonomia propiciada pela construção de uma entidade desvinculada do Estado – ainda que inicialmente animada por interesses conservadores – permitiu uma radical reorientação política dos favelados, no sentido de sua rearticulação com outras parcelas da classe trabalhadora e, até mesmo, da retomada

---

<sup>566</sup> **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados... Op. Cit.* pp.185-191.

<sup>567</sup> O papel do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e da Ação Brasileira de Ação Democrática (IBAD) na construção de um projeto político em favor das frações das classes dominantes ligadas ao bloco econômico multinacional e associado – e em sua posterior implementação sob o regime militar – foi estudado em detalhe por **DREIFUSS, René Armand.** *1964: a conquista... Op. Cit.*, principalmente os capítulos V-IX.

<sup>568</sup> **GONÇALVES, Rafael Soares.** *Les favelas... Op. Cit.* p.150.

<sup>569</sup> Esses mecanismos de controle haviam sido reforçados pela publicação, pelo governo federal, de um decreto e de uma portaria com essa finalidade em 1967. **FORTUNA, Affonso A. P.; FORTUNA, João Paulo P.** *“Associativismo... Op. Cit.”* pp.105-106.

<sup>570</sup> **LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados... Op. Cit.* pp.193-196; 207-208.; **LEEDS, Anthony.** *“Tipos de moradia... Op. Cit.”* p.165.

de métodos anteriormente característicos de seu próprio movimento, com destaque para a realização das plenárias do II Congresso da FAFEG em distintas associações de favelas espalhadas pela cidade, tal como ocorrera no I Congresso dos Trabalhadores Favelados, que dera origem à Coligação dos Trabalhadores Favelados, em 1959<sup>571</sup>. Tal movimento, descrito pela FAFEG, traz claros indícios de que, apesar de todos os esforços de desarticulação da classe trabalhadora, aí incluída sua parcela favelizada, é possível localizar importantes traços de continuidade com a dinâmica que o movimento assumia desde meados da década de 1950, caracterizada pelo recurso a organizações federadas e pelo estabelecimento de contatos com outras formas organizativas da classe trabalhadora. Mesmo num momento em que a UTF permanecia ativa, ainda que enfraquecida pelo brutal confronto da Maré, outras entidades seguiam a trilha aberta pelos “borelados”.

Embora não possa ser estabelecida uma linha de causação direta entre os dois episódios, não deixa de ser significativo que no mês seguinte à realização do II Congresso da FAFEG, tenha sido decretado o Ato Institucional N° 5, que levou a ofensiva estatal contra os trabalhadores a um novo patamar, inclusive, encetando um duro golpe contra aquela entidade, por meio da prisão de diversas de suas principais lideranças. Desarticulado esse foco de resistência, os anos posteriores testemunharam um contínuo avanço da política de remoções de favelas no Rio de Janeiro até 1974<sup>572</sup>.

#### ***4.8- Evolução e sentido do sistema de controle negociado.***

A proposta de analisar a sequência de políticas públicas para as favelas colocadas em prática desde o início dos anos 1940 até a eclosão do golpe de 1964 como uma sucessão de tentativas de controle dos favelados não se apresenta como original. Já na passagem dos anos 1970 para os 1980, Victor Valla coordenou uma equipe de pesquisadores na elaboração do estudo intitulado *Educação e favela*. Esse estudo, ainda de mais fôlego do que o proposto no presente capítulo, posto que estendeu sua investigação até o ano de 1985, foi elaborado a partir da perspectiva de que tais políticas públicas consistiriam em mecanismos de “educação popular” dos favelados pelo Estado

---

<sup>571</sup> LIMA, Nísia Verônica Trindade. *O movimento de favelados... Op. Cit.* p.194.

<sup>572</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. *Les favelas... Op. Cit.* p.188.

e outros agentes a ele associados<sup>573</sup>. Em função dessa opção analítica, pouca atenção foi dispensada pela equipe de pesquisa à observação da dinâmica dos movimentos sociais e políticos constituídos pelos favelados – e não para eles –, o que levou a afirmações desprovidas de lastro empírico, como a de que no período anterior a 1964 o conjunto desses movimentos seria “pouco organizado pela base”<sup>574</sup>.

Avaliando a recente produção de pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação do campo institucional da História, Paulo Knauss e Mario Sergio Brum identificaram a emergência de um enfoque comprometido “(...) com a afirmação dos habitantes das favelas, suas formas de organização e pensamento, como sujeitos sociais do processo histórico”, em contraposição a estudos anteriores, em que o “Estado é compreendido como instrumento das classes dominantes, em que suas ações ignoram a vontade e/ou os direitos das classes pobres”<sup>575</sup>. Indubitavelmente, tal virada historiográfica representa importantes avanços, na medida em que impulsiona a incorporação das formas de atuação de um importante segmento das classes subalternas à agenda social de pesquisas. Entretanto, há que se atentar para o risco, sempre presente, de, ao enfatizar as possibilidades de conquistas colocadas pela mobilização dos favelados, incorrer na reificação de determinadas formas de interação desses com o Estado, empiricamente verificadas ao longo da história.

Mais concretamente, é preciso compreender que as ações e mobilizações dos subalternos, dentre eles, os favelados, não constituem meros atos de vontade, estando, ao contrário, inseridas em um quadro de condicionantes estruturais – sociais, políticos, econômicos, culturais, etc –, no bojo do qual entabulam disputas e relações com outros agentes. Afirmar isso não significa, no entanto, que a todos esses agentes deva ser conferido um estatuto equivalente. Em sociedades divididas em classes sociais, como certamente é o caso daquelas em que prepondera o modo de produção capitalista, tal tratamento equivale a obliterar os mecanismos que geram as condições para a exploração econômica e a dominação política. Na articulação desses mecanismos, desempenha papel especialmente importante o aparelho estatal, o qual, embora não possa ser concebido como impermeável às demandas oriundas das classes dominadas,

---

<sup>573</sup> VALLA, Victor Vincent. “Repensando a educação popular e a favela”. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Educação e favela*. Op. Cit. pp.20-22.

<sup>574</sup> VALLA, Victor Vincent; GONÇALVES, Jorge Ricardo. “O período autoritário... Op. Cit.”. p.87.

<sup>575</sup> KNAUSS, Paulo; BRUM, Mario Sergio. “Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica”. In: MELLO, Marco Antonio da Silva [et al.]. *Favelas cariocas... Op. Cit.* pp.127; 130.

não deve, tampouco, ser considerado como um receptor social e politicamente neutro dessas reivindicações lançadas a partir das organizações da sociedade civil.

Diante dessa compreensão, talvez seja o caso de inscrever na atual agenda de pesquisas um esforço de reconciliação dos dois aspectos – as formas de ação dos favelados e o caráter de classe do Estado – mencionados por Knauss e Brum como característicos de duas gerações distintas de pesquisadores. Foi esse um dos objetivos do conjunto que compõe essa dissertação e, mais especificamente, deste capítulo.

Por meio do histórico elaborado em seus tópicos, procurei demonstrar que, no período 1945-1964, as principais forças político-partidárias vinculadas às classes dominantes buscaram dirigir o Estado no sentido de atuar sistematicamente de forma a produzir canais específicos de atuação para os favelados, sob os quais pudesse manter certo grau de controle, constituindo, pois, um modelo de *controle negociado*. Nesse sentido, esse controle não pode ser entendido como produto de um pacto, ou mera negociação, tendo, ao contrário, resultado de um processo conflituoso, em que, evidentemente, conquistas foram obtidas pelos subalternos, ao mesmo tempo em que entraves ao desenvolvimento subsequente do movimento eram elaborados.

Em sua primeira forma, o controle negociado assumiu a fisionomia de uma *organização estatal-assistencialista* dos trabalhadores favelados, expressa, principalmente, pela ação da Fundação Leão XIII, objetivando centralmente o apartamento organizativo de favelados e demais trabalhadores. Dessa forma, era justificada a negação, ao contingente de favelados não inseridos em relações formais de trabalho, do acesso aos programas habitacionais a cargo dos IAP's. Distingua-se, assim, uma parcela de trabalhadores dotados de direitos e aptos a acessarem políticas públicas relativamente consistentes, de outra, aos quais ainda seria necessário educar e fornecer assistência direta, antes que pudessem tornar-se cidadãos propriamente ditos.

O contínuo esforço de limitação das mobilizações dos trabalhadores favelados, no entanto, não impediu que esses formassem suas próprias alternativas organizacionais. Dentre essas, aquela que assumiu um caráter mais marcadamente combativo foi a que se consubstanciou na União dos Trabalhadores Favelados, a qual deve ser considerada como exemplar de um padrão de *organização autônoma* da classe trabalhadora, posto que restrita a seus membros, partidos e intelectuais orgânicos. Com efeito, a partir de 1954, os núcleos de base da UTF, atuando de forma articulada, obrigaram a uma reformulação da situação de “tolerância sem consolidação” que



marcava as favelas cariocas até aquele momento<sup>576</sup>, avançando na luta pela permanência e pela efetiva urbanização daqueles núcleos habitacionais.

Com a fundação da UTF, primeira entidade a buscar deliberadamente a articulação de moradores de diferentes favelas, bem como o contato desses com organizações da classe trabalhadora construídas em outros espaços, tal padrão estatal-assistencialista foi atualizado pela criação da Cruzada São Sebastião, em 1955. Essa nova roupagem, no entanto, não foi suficiente para estancar o crescimento da UTF, pelo menos, até 1958.

No ano seguinte, as ações de encapsulamento das entidades dos favelados assumiram um novo estatuto. Com a parceria estabelecida entre a candidatura de Magarinos Torres ao cargo de vereador – construída pelas entidades de base vinculadas à UTF – e a de José Talarico, que pleiteava uma vaga como deputado federal, foram abertas as portas para a penetração do Ministério do Trabalho no movimento dos favelados. O I Congresso dos Trabalhadores Favelados, fartamente apoiado por esse Ministério, marcou essa transição para um novo momento, em que até mesmo extratos da parcela mais combativa dos favelados passavam a encarar o Estado como um importante aliado em seu processo organizativo, o que se expressou na fundação da Coligação dos Trabalhadores Favelados, no bojo do referido congresso. A partir daí, podemos falar na gênese de uma *organização limitada pelo Estado*.

Com isso, tornava-se mais viável para aqueles setores sociais interessados em arrefecer decisivamente as manifestações dos favelados em níveis menos confrontacionistas apresentarem novas propostas para a gestão das favelas e das organizações de seus moradores, diretamente pela via do Estado, deslocando para um papel coadjuvante a mediação de instituições ligadas à Igreja, que conferiam certa forma de legitimação ideológica às encarnações iniciais do controle negociado. Tais propostas, apesar de terem em agências estatais suas principais implementadoras, foram prioritariamente formuladas no âmbito de entidades da sociedade civil vinculadas a frações específicas das classes dominantes, as quais travavam encarniçadas disputas pela efetivação de suas respectivas linhas de ação. Foi esse o caso, por exemplo, da proposta da SAGMACS, que, alicerçada num padrão de *organização fragmentada pelo Estado*, lastreou a atuação do SERFHA na gestão de José Arthur Rios, mas também da alternativa elaborada pelo IPEME, a qual apostava na promoção da *desorganização* dos

---

<sup>576</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. *Les favelas... Op. Cit.* pp.125-145.

favelados, principalmente por intermédio das remoções, só implementada em um momento posterior. Sobre essa interpenetração dos momentos da sociedade política e da sociedade civil na conformação do Estado ampliado brasileiro, Virgínia Fontes afirmou que

“A centralidade do Estado não pode – e não deve – ocultar as formas seletivas de sua ampliação e de incorporação crescente de uma sociedade civil composta sobretudo por setores dominantes. Produzem-se formas de hegemonia difusas e violentas, reafirmadas no cotidiano pela brutal coerção estatal e por aparelhos privados de hegemonia que as incentivam. É nesse terreno movente, onde se cruzam aparelhos privados de hegemonia e seu aparelhamento no Estado, que se desenvolve a história contemporânea, o que ocorre também no Brasil”<sup>577</sup>.

Ainda que parte do esforço consubstanciado nesse trabalho tenha sido devotado à demonstração da vitalidade associativa dos favelados cariocas, não se pode negar a diferença nos tratamentos dispensados pelo Estado, de um lado, às instituições ligadas ao proletariado, e aos subalternos de forma geral, e, de outro, aqueles organismos vinculados às classes dominantes, evidenciando, assim, a seletividade de que fala Fontes. Enquanto as figuras mais proeminentes desses eram guindadas à condição de formuladores e gerenciadores das políticas públicas, a atuação daquelas era constantemente constrangida a operar dentro de canais pré-estabelecidos, os quais implicavam em severas moderações das reivindicações apresentadas, que não deveriam ultrapassar as demandas por melhoramentos tópicos.

Esse quadro era, por fim, complementado por outro aspecto da atuação estatal presente na elaboração de Fontes, mas que não constituiu objeto de análise mais sistemática nesse trabalho<sup>578</sup>: a violência praticada contra os subalternos. Elemento sempre presente na experiência cotidiana dos favelados, a violência, especialmente aquela oriunda das forças policiais, podia assumir as formas mais diversas, desde a destruição de barracos até o fechamento das sedes da UTF, passando pelas grandes batidas policiais. Empregada em ampla articulação com os demais mecanismos de intervenção do poder público nas favelas, a violência policial traz constantemente à tona a percepção de que, em uma sociedade de classes, não há forma de produção de

---

<sup>577</sup> FONTES, Virgínia. “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil”. In: \_\_\_\_\_, *Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: BomTexto, 2005. p.232.

<sup>578</sup> Para uma análise do sentido da atuação policial nas favelas cariocas desse período, cf. PESTANA, Marco M. “Polícia e produção da instabilidade da favela: Rio de Janeiro, 1950-1964”. Texto apresentado ao II Seminário Internacional Mundos do Trabalho/VI Jornada Nacional de História do Trabalho, organizado pelo GT Mundos do Trabalho da ANPUH. Rio de Janeiro: FGV, 2012. *Mimeo*.

consenso – ou de controle negociado – que não se escore em ferramentas de coerção, também as produzindo<sup>579</sup>.

---

<sup>579</sup> A clássica formulação de Gramsci da relação entre consenso e coerção como simbolizada pelo centauro encontra-se em **GRAMSCI, Antonio**. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre Estado e Política. Vol.3. Op. Cit. p.33.

## **Considerações finais**

### **Sobre encruzilhadas históricas**

Por suas próprias características, o regime instalado com a chamada redemocratização ao final do Estado Novo e institucionalizado pela Constituição de 1946 operou a partir de um consentimento relativamente ativo dos subalternos, com destaque para os trabalhadores urbanos. Desde o princípio de sua articulação, a partir da revolução de 1930, o Estado de compromisso arquitetado em face da incapacidade do estabelecimento da plena hegemonia de qualquer fração das classes dominantes buscou se apoiar no crescente proletariado urbano, como demonstra a criação do Ministério da Indústria, Comércio e Trabalho, já em 1931. Com a ruptura de 1945-1946, não foram inteiramente abandonados nem a estrutura estatal então em funcionamento, nem a valorização ideológica da colaboração dos trabalhadores, associada a apelos para sua colaboração com a ordem vigente. Por sua vez, algumas das mudanças advindas dessa transição vieram a reforçar a importante posição a eles reservada. Destaca-se, nesse sentido, o retorno a procedimentos formalmente democráticos, os quais implicavam na necessidade da adoção de discursos e ações capazes de satisfazer, ao menos parcialmente, as crescentes massas urbanas como forma, por exemplo, de atrair seus sufrágios nas frequentes eleições realizadas para os cargos do Legislativo e do Executivo<sup>580</sup>. Dessa forma, além da burocracia estatal, também as forças políticas em disputa para dirigi-la passavam a se interessar pela interlocução com a classe trabalhadora.

Essa, no entanto, não se comportou como mero objeto da disputa envolvendo forças externas a ela, buscando, ao contrário, organizar-se e tomar parte ativa do processo político e dos enfrentamentos sociais. Com o objetivo de manter essa atividade dentro de marcos compatíveis com a organização social e com a acumulação econômica capitalista, as classes dominantes, associadas ao Estado, se esforçaram para bloquear os canais pelos quais as mobilizações dos trabalhadores pudessem se expressar de forma mais autônoma e radicalizada. Se os sindicatos vinham sendo atrelados à estrutura estatal desde os anos 1930, limitando o escopo de sua atuação, em menos de dois anos

---

<sup>580</sup> Em estudo acerca do sistema partidário vigente em 1946-1964, Maria do Carmo Campello de Souza salientou que, ao longo do período 1945-1964, o eleitorado cresceu continuamente. Cf. **SOUZA, Maria do Carmo Campello de.** *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

de regime democrático a ação partidária autônoma foi obstaculizada pela colocação do PCB na ilegalidade.

Embora a eficácia desses bloqueios não tenha sido absoluta – tendo os militantes de base e a direção do PCB continuado a atuar, e a estrutura sindical oficial sido em vários momentos ultrapassada por reivindicações e formas organizativas emergidas das lutas trabalhistas –, a classe trabalhadora rapidamente voltou-se, também, para outras formas de organização, as quais foram menos abordadas pela bibliografia devotada ao exame de suas lutas. Por seu contínuo crescimento, por sua grande evidência nos debates públicos do período e pelos constantes ataques a elas dirigidos por entes públicos e privados, as favelas se tornaram um dos mais profícuos pontos de apoio para as mobilizações do proletariado. Em consequência, também nessa seara, as classes dominantes, principalmente por intermédio do Estado, passaram a elaborar mecanismos visando à contenção dos trabalhadores.

Diferentemente do que ocorreu nos campos partidário – em que a ilegalidade do PCB, uma vez decretada, jamais foi revista – e sindical – cuja estrutura manteve-se virtualmente a mesma, sofrendo poucas alterações significativas, como o fim, em setembro de 1952, da exigência do atestado de ideologia –, o controle das organizações dos trabalhadores favelados foi sendo paulatinamente construído, tendo sofrido importantes inflexões ao longo do percurso até 1964, quando esse estudo se encerra. Ao analisar o processo de construção dessa intervenção, julguei pertinente empregar, com algumas ressalvas, a noção de *controle negociado*, desenvolvida por Luiz Antonio Machado da Silva como forma de sintetizar a coexistência da valorização, pelo Estado, das entidades dos favelados com o contínuo esforço de limitação de sua autonomia política.

Ao longo dos anos 1945-1964, esse controle negociado assumiu diversas formas, estando a transição entre elas sempre relacionada, de forma mais ou menos direta, às correlações de forças verificadas em cada conjuntura específica. Além do impacto dessa dinâmica, é possível associar os diferentes padrões de controle negociado aos principais grupos políticos que se digladiavam pela direção do Estado, os quais, por sua vez, se ligavam por uma série de mediações a distintas frações das classes dominantes. A intervenção direta do PTB no movimento dos favelados, por exemplo, assumiu a forma do apoio à sua organização em termos reivindicativos, vinculando-o ao Ministério do Trabalho. Esse padrão, por mim denominado de *organização limitada pelo Estado*, valorizava discursivamente o protagonismo da classe trabalhadora, ao passo em que

limitava concretamente sua independência organizativa e programática, coadunando-se com a prática desse partido na gestão da estrutura sindical ao longo de boa parte do período coberto por esse trabalho.

Já o PSD, por sua vez, enfatizou uma abordagem caritativa e assistencialista dos favelados, operacionalizada por parcerias entre o Estado e a Igreja Católica, que, com suas nuances, resultaram na Fundação Leão XIII e na Cruzada São Sebastião. Quanto a isso, é importante esclarecer que, embora alguns autores mencionem a conexão da primeira a políticos ligados à UDN, a mesma foi criada no governo do Marechal Dutra, eleito pelo PSD<sup>581</sup>, ao passo que a segunda, ainda que surgida no curto mandato de Café Filho, foi prontamente encampada pela gestão de JK, inclusive por meio de significativos aportes financeiros<sup>582</sup>. Essas iniciativas, por seu caráter de *organização estatal-assistencialista*, apontavam claramente para o predomínio de uma concepção mais paternalista no tratamento dispensado aos favelados, em que sua atuação era diretamente tutelada.

Por fim, a UDN, especialmente ao longo do período de Carlos Lacerda à frente do governo da Guanabara, optou por uma abordagem alicerçada num discurso tecnocrático, que visava à interdição da politização da questão das favelas. Em sua faceta mais amena, tal abordagem induziu à *organização fragmentada pelo Estado*, na medida em que enfatizava a cooperação direta entre a associação de cada favela e o governo estadual unicamente no sentido da obtenção de melhorias locais. Diante da crescente radicalização política associada ao avanço da crise orgânica do regime de 1946, a abordagem tecnocrática deu azo à emergência de um viés mais brutal e, na prática, rompeu com o controle negociado, resultando na ativa produção da *desorganização* dos favelados, por meio da repressão às suas entidades e da promoção de remoções forçadas.

Diante desse histórico, é possível afirmar que o tipo e o escopo da participação permitida aos subalternos – especialmente em um campo não regulado no momento da gênese do regime – foram objeto de constantes disputas entre os diferentes grupos políticos vinculados às classes dominantes. Portanto, além de respostas conjunturais, os diferentes projetos de *controle negociado* da mobilização dos favelados estiveram, também, associados a debates acerca da própria configuração do regime, especialmente, à forma pela qual o consentimento dos subalternos a ele poderia se expressar. Esse

---

<sup>581</sup> **RIOS, Rute Maria Monteiro Machado.** “*O desenvolvimentismo... Op. Cit.*”. pp.63-64.

<sup>582</sup> **PARISSE, Luciano.** *Favelas do Rio... Op. Cit.* pp.178-179.

embate de projetos não contou, entretanto, apenas com opções oferecidas pelos dominantes.

Embora em muitos casos tenham se valido de redes de interesses operadas por intermediários vinculados a outras classes – como políticos locais e operadores de agências estatais –, a parcela favelizada da classe trabalhadora não se furtou a elaborar propostas de *organização autônoma*, num sentido classista, com destaque para a União dos Trabalhadores Favelados. Em grande parte, conforme tentei demonstrar no capítulo 4, as correlações de forças que condicionaram as transições entre as diversas facetas assumidas pelo *controle negociado* foram fortemente caracterizadas pelos avanços e recuos auferidos por essas organizações autônomas.

Sem essas mobilizações, seriam impensáveis tanto a permanência de diversas favelas localizadas em áreas altamente valorizadas da cidade – ainda que esse quadro tenha sido parcialmente revertido com o advento da política sistemática de remoções –, quanto a democratização do direito à cidade, expressa, também, pelo crescente acesso a bens e serviços urbanos<sup>583</sup>. Sendo assim, se a favela, como estrutura urbana, desempenhou um papel inegavelmente funcional política, social e economicamente ao longo do período 1945-1964, os termos em que esse papel era desempenhado foram arduamente disputados naqueles anos, como ocorre em qualquer modo de dominação social de classes. Tal compreensão não implica, contudo, em afirmar que toda e qualquer movimentação dos favelados tenha se limitado a esses momentos de desenvolvimento normal da luta de classes, operando no âmbito das molduras do regime político e da acumulação econômica capitalista então vigentes.

Afinal, longe de constituir um caminho inescapável em direção à reprodução – ainda que ligeiramente transformada – do existente, a história é composta, também, por uma série de encruzilhadas, as quais são trilhadas, ou deixadas para trás, de acordo com o resultado das diversas batalhas da luta de classes. No caso dos favelados e suas entidades, essas encruzilhadas estiveram tão mais abertas quanto mais profundos foram seus vínculos com outras parcelas e organizações da classe trabalhadora. Nesse sentido, um objetivo central dessa pesquisa foi a percepção dos favelados como membros da classe trabalhadora, tanto em termos de sua posição de classe, quanto de sua ação de classe, contribuindo para a superação das dicotomias que seguem opondo o restante da cidade à favela e, conseqüentemente, os moradores de um e outra. Por meio da

---

<sup>583</sup> Sobre a ação dos favelados como uma ferramenta da obtenção de direitos e da construção da democracia, cf. **FISCHER, Brodwyn**. “*Democracy, thuggery... Op. Cit.*”. § 7-9.

discussão conceitual da natureza do capitalismo periférico, espero ter demonstrado que, se a experiência cotidiana dos favelados era marcada pela pobreza e pela rotatividade nos empregos – e mesmo entre o ter e o não ter emprego –, tais elementos derivavam diretamente da composição do modo de produção, sendo característicos, também, das experiências de diversos outros setores proletarizados.

Desse ponto de vista, faz pouco ou nenhum sentido tratar os favelados enquanto tais quando pensados a partir de seus locais de moradia, e como trabalhadores ao estudá-los nos espaços de labuta. É preciso, ao contrário, enfatizar o trânsito dos trabalhadores favelados por esses diferentes ambientes, buscando compreender de que formas as vivências extrapolam tais fronteiras. Participando de um processo mais amplo de desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores – potencializado precisamente por esse trânsito –, os favelados parecem ter aberto, pelo menos, três janelas para a superação da situação historicamente por eles vivenciada:

– Em termos de sua atuação política, demonstraram a possibilidade de deliberação e atuação em espaços distintos daqueles legalmente estabelecidos. Dialogando em suas entidades de base, sem a necessidade da intermediação de políticos profissionais eleitos, os trabalhadores favelados constituíram uma prática política calcada em ações diretas de massa capazes de influenciar as tomadas de decisões nos órgãos componentes da estrutura institucional, como no caso das desapropriações decretadas;

– Em algumas das favelas, com destaque para o Borel, assumiram, em larga medida, o controle direto da gestão do espaço urbano, evidenciando sua capacidade não só de elencar suas demandas, mas de operacionalizar a solução de alguns de seus problemas. Dessa forma, apontavam para a possibilidade dessa gestão se dar de forma independente de um Estado vinculado às classes dominantes;

– Por fim, questionaram, ainda que timidamente, os fundamentos da propriedade capitalista do solo, apontando outras formas de acesso a ela, que não passassem pela mediação mercantil, enfatizando, principalmente, sua condição de trabalhadores e o fato de darem um uso não especulativo ao espaço como forma de justificar o que entendiam ser seu direito de ocupação.



Se naquela quadra histórica essas vias alternativas de encaminhamento da sociabilidade foram fechadas pela ação das classes dominantes, a simples possibilidade de sua abertura deve servir para nos lembrar de que

“(...) não há um só instante que não carregue consigo *a sua* chance revolucionária – ela precisa apenas ser definida como uma chance específica, ou seja, como chance de uma solução inteiramente nova em face de uma tarefa inteiramente nova”<sup>584</sup> (itálico do autor).

Em outras palavras, mesmo em um momento, como o atual, de triunfo ideológico do individualismo neoliberal, de redução da cidadania aos direitos do consumidor, de criminalização da pobreza e de aprofundamento da segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro, a mobilização dos subalternos pode ser capaz de colocar a dominação social em xeque. Se o caso da UTF já evidenciou que é precisamente nos momentos de intensificação da luta de classes que sua organização tende a avançar de forma mais rápida e combativa, a atual ofensiva do capital sobre os trabalhadores, expressa nas favelas pelo projeto de cidade do qual as UPP's fazem parte, pode ser seguida por uma ampla retomada das lutas por uma efetiva democratização do espaço urbano, cujos germes já se encontram em espaços como os Comitês Populares da Copa do Mundo, organizados em diversas cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro<sup>585</sup>. Tal qual no ciclo da UTF, o grau de sucesso dessas lutas dependerá da capacidade dos subalternos de se constituírem como um sujeito coletivo, superando – o que não significa negação pura e simples – identidades parciais, como a de favelados, continuamente reafirmadas pelos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes e internalizadas por parcela significativa dos moradores dessas áreas. No bojo desse processo, a potencial abertura de novas encruzilhadas históricas poderá resultar na generalização da percepção de que a questão urbana encontra-se articulada com a dinâmica mais ampla de reprodução das relações sociais capitalistas, gerando respostas políticas contrapostas à totalidade dessas relações.

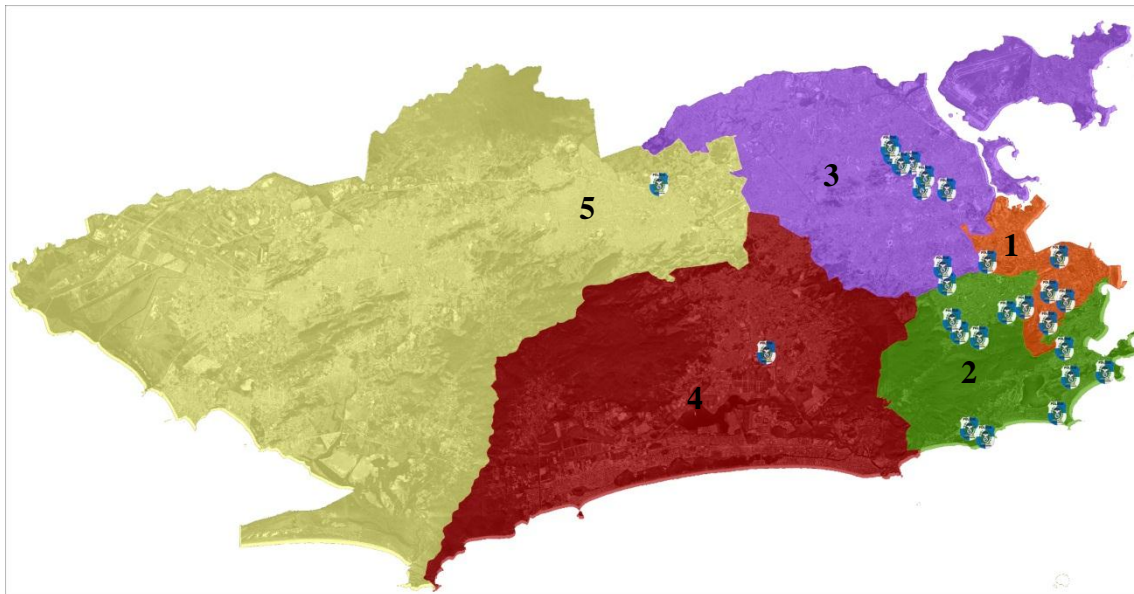
---

<sup>584</sup> Esse é um trecho da tese XVIIIa de Benjamin sobre a história, publicada em **LÖWY, Michael.** *Walter Benjamin... Op. Cit.* p.134

<sup>585</sup> Para alguns detalhes acerca da atuação desses Comitês, cf. **ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA.** *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil.* Disponível em [http://comitepopulario.files.wordpress.com/2011/12/dossie\\_violacoes\\_copa\\_completo.pdf](http://comitepopulario.files.wordpress.com/2011/12/dossie_violacoes_copa_completo.pdf). Acesso em 29/02/2012.

## Anexos

### Anexo A: distribuição geográfica das UPP's<sup>586</sup>

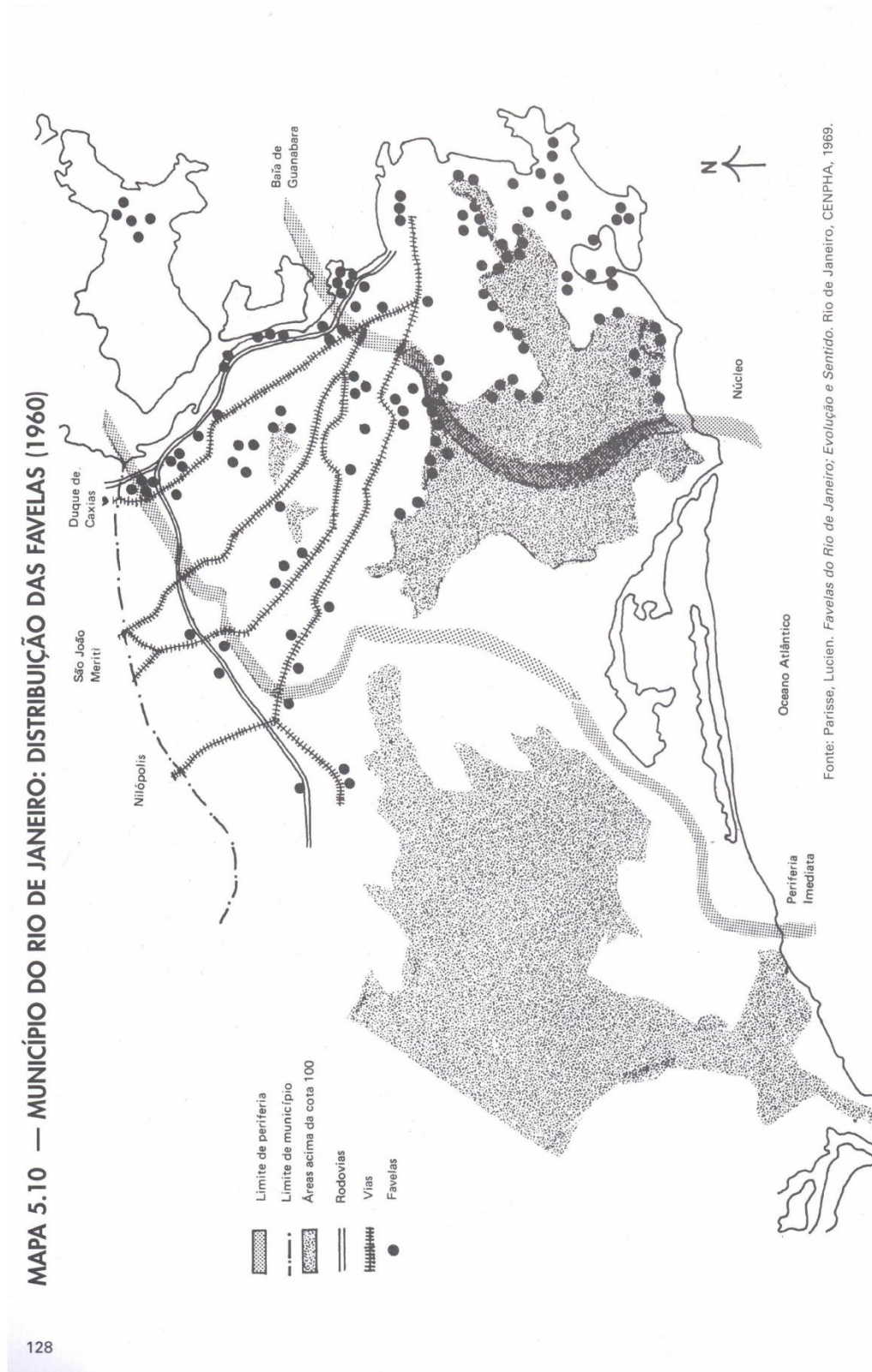


Legenda:

- 1: Área de Planejamento 1 (AP1): Central
- 2: AP2: Zona Sul e Grande Tijuca
- 3: AP3: Zona Norte
- 4: AP4: Barra e Jacarepaguá
- 5: AP5: Zona Oeste

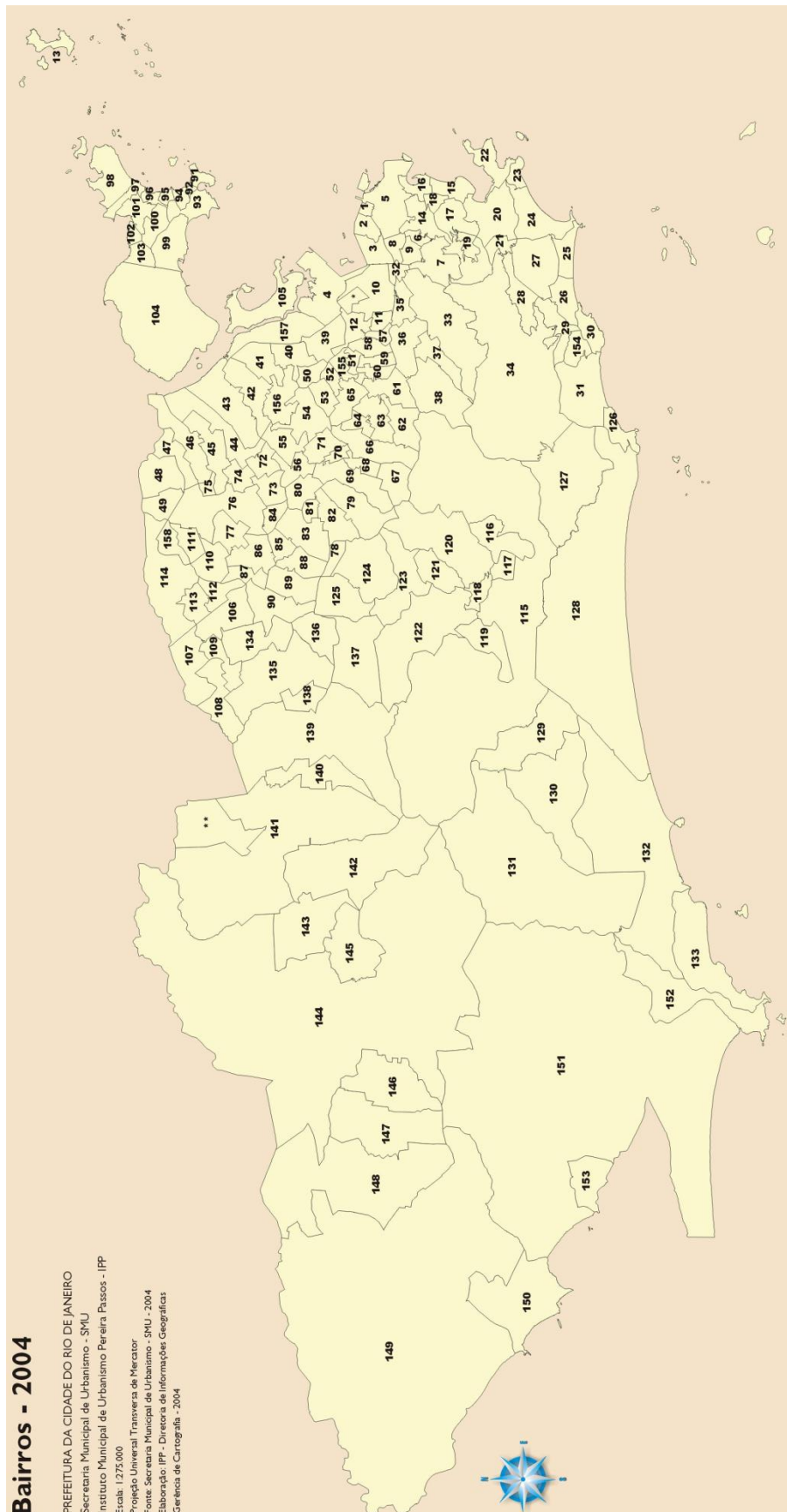
<sup>586</sup> Mapa produzido e cedido por Lucas Faulhaber.

## Anexo B: favelas no Rio de Janeiro em 1960



Retirado de **ABREU, Maurício de A.** *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2008. p.128.

## Anexo C: mapa do município do Rio de Janeiro dividido por seus bairros



001 - Saude	043 - Penha	064 - Todos os Santos	085 - Turiaçu	106 - Guadalupe	127 - Itanhangá	148 - Paciência
002 - Gamboa	044 - Penha Circular	065 - Cachambi	086 - Rocha Miranda	107 - Anchieta	128 - Barra da Tijuca	149 - Santa Cruz
003 - Santo Cristo	045 - Brás de Pina	066 - Engenho de Dentro	087 - Honório Gurgel	108 - Parque Anchieta	129 - Camorim	150 - Sepetiba
004 - Caju	046 - Cordovil	067 - Água Santa	088 - Osvaldo Cruz	109 - Ricardo de Albuquerque	130 - Vargem Pequena	151 - Guaratiba
005 - Centro	047 - Parada de Lucas	068 - Encarnado	089 - Bento Ribeiro	110 - Coelho Neto	131 - Vargem Grande	152 - Barra de Guaratiba
006 - Catumbi	048 - Vigário Geral	069 - Piedade	090 - Marechal Hermes	111 - Acari	132 - Recreio dos Bandeirantes	153 - Pedra de Guaratiba
007 - Rio Comprido	049 - Jardim América	070 - Abolição	091 - Ribeira	112 - Barros Filho	133 - Grumari	154 - Rocinha
008 - Cidade Nova	050 - Higienópolis	071 - Pilares	092 - Zumbi	113 - Costa Barros	134 - Doador	155 - Jacarezinho
009 - Estácio	051 - Jacaré	072 - Vila Kosmos	093 - Cascua	114 - Pavuna	135 - Vila Militar	156 - Complexo do Alemão
010 - São Cristóvão	052 - Maria de Graça	073 - Vicente de Carvalho	094 - Pitangueiras	115 - Jacarepaguá	136 - Campo dos Afonsos	157 - Complexo da Maré
011 - Mangueira	053 - Praca da Graça	074 - Vila da Penha	095 - Praia da Bandeira	116 - Anil	137 - Jardim Sulacap	158 - Parque Columbia
012 - Benfica	054 - Inhaúma	075 - Vista Alegre	096 - Cocotá	117 - Gardênia Azul	138 - Magalhães Bastos	* - Vasco da Gama
013 - Paqueta	055 - Engenho da Rainha	076 - Itrajá	097 - Bantários	118 - Cidade de Deus	139 - Realengo	** - Gerencio
014 - Santa Teresa	056 - Tomas Coelho	077 - Colégio	098 - Freguesia	119 - Curicica	140 - Padre Miguel	
015 - Flamengo	057 - São Francisco Xavier	078 - Campinho	099 - Jardim Guanabara	120 - Freguesia	141 - Bangu	
016 - Glória	058 - Rocha	079 - Quintino Bocaiuva	100 - Jardim Carioca	121 - Pechincha	142 - Senador Camará	
017 - Laranjeiras	059 - Riachuelo	080 - Cavalanti	101 - Taubá	122 - Taquara	143 - Santíssimo	
018 - Carrete	060 - Sampaio	081 - Engenheiro Leal	102 - Moneró	123 - Tanque	144 - Campo Grande	
019 - Cosme Velho	061 - Engenho Novo	082 - Casadoura	103 - Portuguesa	124 - Praça Seca	145 - Senador Vasconcelos	
020 - Botafogo	062 - Lins de Vasconcelos	083 - Madureira	104 - Galiato	125 - Vila Yaiquiere	146 - Inhoaíba	
021 - Humaitá	063 - Méier	084 - Vaz Lobo	105 - Cidade Universitária	126 - Jca	147 - Cosmos	* - sem número

Retirado de [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1314\\_bairros-2004.jpg](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1314_bairros-2004.jpg). Acesso em 14/04/2013.

## Bibliografia e fontes.

### ***1-Bibliografia.***

**ABREU, Mauricio de A.** “Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro”. In: Revista Espaço e Debates. São Paulo: NERU, Nº 37, 1994. pp.34-46.

\_\_\_\_\_. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2008.

**ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de (orgs.).** *Dicionário Histórico-Biográfico da Propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/ABP, 2007.

**ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de.** “Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64”. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. pp.83-122.

**ALVITO, Marcos.** *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

**AMOROSO, Mauro.** *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã*. Curitiba: CRV, 2011.

\_\_\_\_\_. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel*. Tese de Doutorado em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012.

**ARANTES, Érika Bastos.** *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

**BELOCH, Israel; ABREU, Alzira (orgs.).** *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Consultado em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 21/01/2013.



- BENCHIMOL, Jaime Larry.** *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.
- BITTENCOURT, Danielle Lopes.** “*O morro é do povo*”: *memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2012.
- BLOCH, Marc.** *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONDUKI, Nabil Georges.** “*Origens da habitação social no Brasil*”. In: Análise Social. Lisboa, Vol. XXIX (127), 1994 (3º). pp.711-732.  
\_\_\_\_\_. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BONILLA, Frank.** “*Rio’s favelas: the rural slum within the city*”. In: MANGIN, William. Peasants in cities: readings in the anthropology of urbanization. Houghton Mifflins. New York, 1970. pp.72-84.
- BURGOS, Marcelo Baumann.** “*Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*”. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). Um século de favela. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 25-60.  
\_\_\_\_\_. “*Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade*”. In: MELLO, Marco Antonio da Silva [et al.]. Favelas cariocas: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp.373 -391.
- CARVALHO, Wesley Rodrigues de.** *Saúde e política no Rio de Janeiro de Pedro Ernesto (1931-1936)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2012.
- CHALHOUB, Sidney.** *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2001.

- COELHO, Franklin Dias.** *História urbana e movimentos sociais: o movimento de reforma urbana (1950-1990)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 1996.
- CONN, Stephen.** “*The squatters’ rights of favelados*”. In: Ciências Econômicas e Sociais. Vol.3, Nº 2, Osasco: Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco, Dezembro de 1968. pp.50 -142.
- CONNIFF, Michael L.** *Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925-1945*. Trad. de Myriam Campello. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.
- COSTA, Sérgio Amad.** *Estado e controle sindical no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.
- D'ARAÚJO, Maria Celina.** *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DAVIS, Mike.** *Planeta Favela*. Trad. de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves.** *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DREIFUSS, René Armand.** *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, Adriano Luiz.** *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no Bairro da Mooca, 1942-1973*. Tese de Doutorado em História. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.
- \_\_\_\_\_; **FONTES, Paulo.** “*O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)*”. In: CADERNOS AEL: populismo e trabalhismo. Vol.11, Nºs 20/21, 2004. pp.83-123.
- FANON, Frantz.** *Os condenados da terra*. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de



Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

**FAULHABER, Lucas.** *Rio Maravilha.* Práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo. Niterói: EAU, 2012. Disponível em: [http://www.issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg\\_lucasfaulhaber](http://www.issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg_lucasfaulhaber). Acesso em 22/01/2013.

**FERREIRA, Jorge.** “*O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*”. In: (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp.59-124.

**FIGUEIREDO, Argelina Cheibub.** *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Trad. de Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

**FISCHER, Brodwyn.** *A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth-century* Rio de Janeiro. Stanford: Stanford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. “*Democracy, thuggery and the grassroots: Antoine Magarinos Torres and the União dos Trabalhadores Favelados in the age of carioca populism*”. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Disponível em: <http://www.nuevomundo.revues.org/64840#ftn17>. Acesso em 17/02/2013.

**FONTES, Virgínia.** “*Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil*”. In: Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: BomTexto, 2005. pp.201 -232.

**FORTES, Alexandre.** “*Reverendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)*”. In: \_\_\_\_\_ [et al.]. Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho. Campinas: EdUNICAMP, 1999. pp.19-49.

**FORTUNA, Affonso A. P.; FORTUNA; João Paulo P.** “*Associativismo na favela*”. In: Revista da Administração Pública. Vol.8, Nº 4, Rio de Janeiro, out./dez., 1974. pp.103-113.

**FOURCAUT, Annie.** “*Qu’elle était belle la banlieu...*”. *L’Histoire*. N° 315, Décembre 2006. Disponível em <http://www.histoire-sociale1.univ-paris1.fr/article%20d%27Annie%20Fourcaut.pdf>. Acesso em 15/10/2012.

**GASPARI, Elio.** *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

**GOMES, Angela de Castro.** *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

**GONÇALVES, Rafael Soares.** *Les favelas de Rio de Janeiro – histoire et droit XIX<sup>e</sup>–XX<sup>e</sup> siècles*. Paris: L’Harmattan, 2010.

\_\_\_\_\_; **AMOROSO, Mauro.** “*Memória hagiográfica e movimentos sociais urbanos: a militância política de Antoine de Magarinos Torres Filho nas favelas cariocas*”. Trabalho apresentado no IX Encontro Regional Sudeste de História Oral: Diversidade e Diálogo, São Paulo, FFLCH/USP, 2011. *Mimeo*.

\_\_\_\_\_; **AMOROSO, Mauro.** “*Da luta pelos direitos ao reconhecimento como dever: as ações e o legado da União dos Trabalhadores Favelados*”. Texto apresentado à Second International Conference of Young Urban Researchers, organizada pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 12-14/10/2011. Disponível em <http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/viewFile/183/46>. Acesso em 13/07/2012.

\_\_\_\_\_; **AMOROSO, Mauro.** “*A centralidade da UTF na reconstrução da memória dos movimentos associativos de moradores nas favelas cariocas*”. In: *Anais do XI Encontro Nacional de História Oral*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares#M>. Acesso em 10/02/2013.

**GRAMSCI, Antonio.** *Cadernos do cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Vol.1. 3ª ed. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo.

Jornalismo. Vol.2. 4ª ed. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre Estado e Política. Vol.3. 3ª ed. Trad. de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. O *Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Vol.5. Trad. de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

**GUIMARÃES, Valéria Lima.** *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular, 1945-1950*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

**HARVEY, David.** “*A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista*”. In: \_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. Trad. de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006. pp.41 -73.

**HOBBSAWM, Eric J.** “*História operária e ideologia*”. In: Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária. 4ª ed. revista. Trad. de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. pp.15-31.

**IASI, Mauro Luís.** *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*. São Paulo: Viramundo, 2002.

**KNAUSS, Paulo; BRUM, Mario Sergio.** “*Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica*”. In: MELLO, Marco Antonio da Silva [et al.]. Favelas cariocas: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp.121-140.

**KOVARICK, Lúcio.** *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

**LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth.** *A sociologia do Brasil urbano*. Trad. de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

**LEFEBVRE, Henry.** *O direito à cidade*. Trad. de Rubens Eduardo Frias. São Paulo:

Centauro, 2001.

**LIMA, Nísia Verônica Trindade.** *O movimento de favelados do Rio de Janeiro – políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

**LONER, Beatriz Ana.** *O PCB e a linha do “Manifesto de Agosto”*: um estudo. Dissertação de Mestrado. Campinas: Programa de Pós-Graduação em História, 1985.

**LÖWY, Michael.** *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gaignebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

**MANGIN, William.** “*Latin American squatter settlements: a problem and a solution*”. In: Latin American Research Review. Vol. 2, Nº 3, Summer 1967. pp.65-98.

**MARINI, Ruy Mauro.** “*Dialética da dependência*”. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini. Trad. de Marcelo Carcanholo. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp.137-180.

**MARX, Karl.** *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I. Vol.1. 22ª ed. Trad. de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I. Vol. 2. 21ª ed. Trad. de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro III. Vol.6. ed. Trad. de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2011.

**MATTOS, Marcelo Badaró.** *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio*

*de Janeiro do início do século*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 1991.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

\_\_\_\_\_ (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

**MATTOS, Romulo Costa.** *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2008.

\_\_\_\_\_. “Tentativas de remoção e resistência dos moradores de favelas na Primeira República: a atualidade de uma história”. In: Anais do VII Colóquio Internacional MarxEngels. Campinas: UNICAMP, 2012. pp.2-6. Disponível em [http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/index.php?texto=mesa](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/index.php?texto=mesa). Acesso em 10/02/2013.

**MAZZEO, Antonio Carlos.** *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

**MELO, Demian.** “A miséria da historiografia”. In: Revista Outubro. Nº 14, São Paulo, 2º semestre de 2006. pp.111-130.

**MENDONÇA, Sonia Regina de.** *Estado e economia no Brasil: Opções de desenvolvimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. *A industrialização brasileira*. 2ª ed. reformulada. São Paulo: Moderna, 2004.

**MOTTA, Marly Silva da.** *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

**OLIVEIRA, Francisco de.** “Expansão capitalista, política e Estado no Brasil: notas sobre o passado, o presente e o futuro”. IN: \_\_\_\_\_. A economia da dependência imperfeita. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980. pp.114 -134.

\_\_\_\_\_. “Crítica à razão dualista”. In: \_\_\_\_\_. Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. pp.25 -119.

**PARISSE, Luciano.** *Favelas do Rio de Janeiro*. Evolução – Sentido. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969.

**PEARSE, Andrew.** “Notas sobre a organização social de uma favela do Rio de Janeiro”. In: Educação e Ciências Sociais. Vol. 3, Nº 7, 1958. pp.9-32.

**PEREIRA, Luciana Lombardo Costa.** “Polícia política e caça aos comunistas: repressões e pressões sobre o movimento operário no Rio de Janeiro (1945-1964)”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2004. pp.161 -199.

**PEREIRA NETO, Murilo Leal.** *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: UNICAMP, 2011.

**PEREZ, Maurício Dominguez.** *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisséia, 2007.

**PERLMAN, Janice.** *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Trad. de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

**PESTANA, Marco M.** “Polícia e produção da instabilidade da favela: Rio de Janeiro, 1950-1964”. Texto apresentado ao II Seminário Internacional Mundos do Trabalho/VI Jornada Nacional de História do Trabalho, organizado pelo GT Mundos do Trabalho da ANPUH. Rio de Janeiro: FGV, 2012. *Mimeo*.

**PINHEIRO, Marcos César de Oliveira.** *O PCB e os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

**POLLAK, Michael.** “*Memória e identidade social*”. In: Estudos Históricos. Vol.5, Nº 10, Rio de Janeiro, 1992. pp.200-215.

**PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Lícia do Prado.** “*A desigualdade entre os pobres – favela, favelas*”. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. pp.459 -485.

**RIBEIRO, Luiz César de Queiróz.** *Dos cortiços aos condomínios fechados*. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR, UFRJ; FASE, 1997.

**RIOS, José Arthur.** “*Raízes do marxismo universitário*”. Disponível em: <http://www.endireitar.org>. Acesso em 20/02/2013.

**RIOS, Rute Maria Monteiro Machado.** “*Amando de modo especial os menos favorecidos, 1945-1954*”. In: VALLA, Victor Vincent (org.). Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis: Vozes/ Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde coletiva, 1986. pp.43 -61.

\_\_\_\_\_. “*O desenvolvimentismo e as favelas: adaptar o favelado à vida urbana e nacional, 1955-1962*”. In: VALLA, Victor Vincent (org.). Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis: Vozes/ Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde coletiva, 1986. pp.62-84.

**RODRIGUES, Leôncio Martins.** “*O PCB: os dirigentes e a organização*”. In: FAUSTO, Bóris (org.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política (1930-1964). 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1986. pp.361 -443.

**RUDÉ, George.** *The crowd in history*. London: Serif, 2005.

**SANTANA, Marco Aurélio.** *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001.

**SANTOS, Leonardo Soares dos.** “*Laços em movimento: as ligações dos posseiros do Sertão Carioca com outros movimentos sociais (1945-1964)*”. In: Achegas. Nº 33, Janeiro/Feveireiro de 2007. pp.55-70. Disponível em: [http://www.achegas.net/numero/33/leonardo\\_santos\\_33.pdf](http://www.achegas.net/numero/33/leonardo_santos_33.pdf). Acesso em 23/07/2012.

**SAVAGE, Michael.** “*Espaço, redes e formação de classe*”. In: Revista Mundos do Trabalho. Trad. de André Gomes de Assis e Francisco Barbosa de Macedo. Vol.3, Nº 5, janeiro-junho de 2011. pp.6-33. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2011v3n5p6>. Acesso em 28/01/2013.

**SEGATTO, José Antonio.** “*O PCB e a revolução nacional-democrática*”. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOVA, Maria Izabel (orgs.). Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003. pp.123-134.

**SILVA, Luiz Antonio Machado da.** “*A continuidade do ‘problema da favela’*”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp.220 -237.

\_\_\_\_\_. “*A política na favela*”. In: Dilemas. Vol.4, Nº 4, outubro/novembro/dezembro de 2011. pp.699 -716.

\_\_\_\_\_. “*A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje*”. In: MELLO, Marco Antonio da Silva [et al.]. Favelas cariocas: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp.51-63.

**SILVA, Maria Lais Pereira da.** *Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro: tensões e conflitos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

\_\_\_\_\_. “*A ‘Batalha do Rio de Janeiro’: combatentes e combatidos nas favelas cariocas, 1947-1948*”. In: Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – 5 séculos de cidade no Brasil. Natal, PPGAU/UFRN, 2000.

\_\_\_\_\_. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.



**SOUZA, Maria do Carmo Campello de.** *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

**THOMPSON, Edward P.** *A formação da classe operária inglesa*. 3 Vols. Trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. “*Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’*”. In: \_\_\_\_\_. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Trad. de Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva e Ligia Osorio Silva. Campinas: Unicamp, 2001. pp. 269-281.

\_\_\_\_\_. “*Folclore, antropologia e história social*”. In: \_\_\_\_\_. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Trad. de Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva e Ligia Osorio Silva. Campinas: Unicamp, 2001. pp.227 -267.

\_\_\_\_\_. “*A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*”. In: \_\_\_\_\_. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp.150-202.

\_\_\_\_\_. *Economia moral revisitada*. In: \_\_\_\_\_. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp.203-266.

**TÓRTIMA, Pedro.** “*A estrutura sindical e a ordem desenvolvimentista, 1956-1960*”. In: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe. 1930-1970. Rio de Janeiro: Access, 1992, pp. 266-307.

**TRINDADE, Cláudia Peçanha da.** *Entre a favela e o conjunto habitacional: Programa de Remoção e Habitação Provisória (1960-1970)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2006.

**VAINER, Carlos.** “*Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*”. Disponível em: <http://www.br.boell.org/web/51-1266.html>. Acesso em 22/06/2012.

**VALLA, Victor Vincent.** “*Repensando a educação popular e a favela*”. In:

\_\_\_\_\_. (org.). Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis: Vozes/ Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde coletiva, 1986. pp.15-27.

\_\_\_\_\_; **GONÇALVES, Jorge Ricardo**. “*O período autoritário de remoções: destruindo a autoconstrução para ensinar a auto-ajuda* In: VALLA, Victor Vincent (org.). Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis: Vozes/ Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde coletiva, 1986. pp.85 -111.

**VALLADARES, Lícia do Prado**. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

**VAZ, Lilian Fessler (coord.)**. *História dos bairros da Maré*. Espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré. Rio de Janeiro: SR-5/UFRJ/CNPq, 1994.

**VIANNA, Luiz Werneck**. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

**WEFFORT, Francisco Corrêa**. *O populismo na política brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

**WILLIAMS, Raymond**. *Marxismo e literatura*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

**WOOD, Ellen Meiksins**. “*Repensar a base e a superestrutura*”. In: Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico. Trad. de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003. pp.51-72.

**ZALUAR, Alba**. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_; **ALVITO, Marcos**. “*Introdução*”. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). Um século de favela. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. pp.7 -24.

## **2- Fontes.**

### **2.1- Documentação Policial.**

- *União dos Trabalhadores Favelados*. 1955-1963. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Fundo DPS, Dossiê 293.
- *1º Congresso dos Trabalhadores Favelados*. 1959-1960. APERJ. Fundo DPS, Dossiê 1042.
- *União dos Trabalhadores Favelados*. 1954-1963. APERJ. Fundo DPS, Dossiê 1046.
- *Prontuário 47.727/GB: Antoine de Magarinos Torres*. APERJ. Fundo Polícias Políticas. Setor: Prontuários.
- “Ofício do Diretor da Divisão de Polícia Política e Social”. 27/12/1956. APERJ. Fundo Polícias Políticas. Setor: Administração, 1 – Y/ Cont. Dossiê: 11.
- “Delegacia do 19º Distrito Policial – Parte diária de 21 para 22 de fevereiro de 1962”. APERJ. Fundo Polícias Políticas. Setor: Distritos, 2. Dossiê: 19. fls.6-5.
- “Boletim reservado” [S.T.]. 08/03/1963. APERJ. Fundo Polícias Políticas. Setor: Boletim Reservado. fl.21.
- “Inquérito N° 189/58”. APERJ. Polícias Políticas. Setor: Inquéritos. Notação 17.
- “Inquérito N° 8/62”. APERJ. Polícias Políticas. Setor: Inquéritos. Notação 17.
- “Inquérito N° 13/62”. APERJ. Polícias Políticas. Setor: Inquéritos. Notação 17.

### **2.2- Relato memorialístico.**

**GOMES, Manoel.** *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Muro, 1980.

### **2.3- Censos demográficos.**

- **PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL.** *Censo das Favelas. Aspectos Gerais*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Interior e Segurança – Departamento de Geografia e Estatística, 1949. Obtido na biblioteca do Instituto Pereira Passos.
- **FUNDAÇÃO IBGE.** *As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950*. Documentos Censitários. Série C, Número 9. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1953. Consultado em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20->

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD\\_1960\\_Favelas\\_do%20Estado%20da%20Guanabara.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_Favelas_do%20Estado%20da%20Guanabara.pdf). Acesso em 09/02/2012.

- **FUNDAÇÃO IBGE.** *Censo Demográfico de 1960. Favelas do Estado da Guanabara.* VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Especial, Volume IV. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1968. Consultado em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD\\_1960\\_Favelas\\_do%20Estado%20da%20Guanabara.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_Favelas_do%20Estado%20da%20Guanabara.pdf). Acesso em 09/02/2012.

#### **2.4- Depoimentos e entrevistas publicados.**

- **CAVALCANTI, Sandra.** “Depoimento”. In: **FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi** (orgs.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca. Depoimentos ao CPDOC/FGV.* Rio de Janeiro: FGV / Folha Seca, 2002. pp.78-102..
- **LACERDA, Carlos.** *Depoimento.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- **RIOS, José Arthur.** “Depoimento”. In: **FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi** (orgs.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca. Depoimentos ao CPDOC/FGV.* Rio de Janeiro: FGV / Folha Seca, 2002. pp.60-77.
- **TALARICO, José Gomes.** *Depoimento.* Rio de Janeiro: FGV, 1998.

#### **2.5- Periódicos.**

- “Vão fazer congresso os favelados” [na coluna “Flashes da Cidade”]. *Última Hora.* Rio de Janeiro. 12/02/1958. Biblioteca Nacional (BN). Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.9.
- “Moradores (Morro do Borel) recorrem a Jango Goulart!”. *Última Hora.* Rio de Janeiro. 12/08/1958. BN. Periódicos Microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.6.
- “Congresso de favelados vai mostrar ao prefeito que SERFHA não existe!”. *Última Hora.* Rio de Janeiro. 02/04/1959. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.9.
- “700 mil em congresso”. *Última Hora.* Rio de Janeiro. 20/04/1959. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.10.

- “Tenório, aos 'candangos de Copacabana': 'No meu governo os ricos comerão menos’”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 25/07/1960. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.7.
- “Tenório esconde na 'Fortaleza' testemunha para salvar Bandeira”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 10/08/1960. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.16.
- “Para deputado Magarinos Torres”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 03/10/1960. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.6.
- “SERFHA ameaça derrubar toda a favela: Polícia vai impedir”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 07/11/1961. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.2.
- “Esqueleto': cem barracos demolidos hoje”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 11/01/1962. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.3.
- “Governador volta a investir contra favelados”. *Última Hora*. 23/01/1962. Rio de Janeiro. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v7.
- “Favelados da 'Maré' resistem às ameaças”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 19/03/1962. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.5.
- “Favelas”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 25/04/1962. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.3.
- “Ronda”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 29/06/1963. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.8.
- “Jurema vai destacar PM para garantir o lar dos favelados”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 10/03/1964. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.2.
- “Policiais espancam advogado e destroem favela no Leblon”. *Última Hora*. Rio de Janeiro. 16/03/1964. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 02345 [1-65]. p.11.
- “Dinheiro do BID é também para favelas”. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro. 21/02/1962. Casa de Oswaldo Cruz (COC). Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v5.
- “Nova Holanda ganha hoje luz elétrica”. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro. 15/05/1962. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v7.

- “Polícia militar garante demolição total da favela”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 25/01/1962. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v7.
- “Sandra apedrejada na Praia do Pinto”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 24/03/1964. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v8.
- “Favelados vão reerguer o barraco”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 19/07/1961. p.5.  
Disponível em: <http://www.hemerotecadigital.bn.br/jornal-do-brasil/030015>.
- *Novos Rumos*. Rio de Janeiro. 1959-1964. BN. Periódicos microfilmados, PR-SPR 00013. Coleção completa.
- “PRF diz que assaltos em estradas da Baixada aumentaram com UPPs”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 02/10/2012. p.17.
- “Nas favelas, das TVs ao cartão de crédito”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 11/11/2012. p.40.
- “Rocinha: um ano após ocupação, integração com asfalto avança”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 12/11/2012. p.9.
- “Rocinha: PAC em ponto morto”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 17/11/2012. p.12.
- “Shopping na favela”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 12/02/2013. p.13.
- “Uma inteligência que chega atrasada”. *O Globo*. Rio de Janeiro. 22/02/2013. p.14.

## **2.6- Documentos do movimento dos trabalhadores favelados.**

- *Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados*. Registrados sob o nº 5.665 do livro “A” – 4, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e publicado no Diário Oficial (Seção I) de 2/1/1958.
- “Correspondência do Congresso dos Trabalhadores Favelados ao Ministro da Guerra Marechal Henrique Teixeira Lott”. 21/09/1959. Arquivo Nacional, Fundo Secom/MJNI, Código de Referência: BR AN, RIO VV.0.JTA, CMJ.5442.
- “Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada aos dezenove dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e nove”. *Diário Oficial*. Seção I – Parte I. pp.1468-1469.

- “Estatutos da Coligação dos Trabalhadores Favelados da Cidade do Rio de Janeiro”. *Diário Oficial*. Seção I – Parte I. pp.1469-1471.

## 2.7- Estudos, pesquisas e relatórios.

- **FUNDAÇÃO LEÃO XIII**. *Como trabalha a Fundação Leão XIII*. Notas e relatório de 1947 a 1954. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955.
- **INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS DE MERCADO (IPEME)**. *Favelas e favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, 1957.
- **IPEME**. *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, 1958.
- **SOCIEDADE DE ANÁLISES GRÁFICAS E MECANOGRÁFICAS APLICADAS AOS COMPLEXOS SOCIAIS (SAGMACS)**. “Aspectos humanos da favela carioca”. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 13 e 15/04/1960. 2 Partes.
- “Relatório da visita realizada à favela do Morro do Borel, a 12-6-62, pelo engenheiro Luis Fernando Barbosa Moreira e auxiliares técnicos Eusébio Simões Torres e Gil Moreira”. COC. Fundo Anthony Leeds. Localidades, BR RJCOC LE-DP-PP-03.v1.
- **ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA**. *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*. Disponível em [http://comitepopulario.files.wordpress.com/2011/12/dossie\\_violacoes\\_copa\\_compl\\_eto.pdf](http://comitepopulario.files.wordpress.com/2011/12/dossie_violacoes_copa_compl_eto.pdf). Acesso em 29/02/2012.

## 2.8- Legislação.

- *Constituição do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Aurora, 1961. p.38 BN. Obras gerais, Anexo II, 646, 3, 9.

## 2.9- Sites.

- [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1314\\_bairros\\_-\\_2004.jpg](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1314_bairros_-_2004.jpg). Acesso em 14/04/2013.
- <http://www.favelatemmemória.com.br>.
- <http://extra.globo.com/casos-de-policia/policiais-da-upp-de-manguinhos-recuperam-moto-roubada-7312595.html>. Acesso em 19/02/2013.
- <http://www.upprj.com/>. Acesso em 19/02/2013.

- <http://www.zap.com.br/imóveis/fipe-zap/>. Acesso em 19/02/2013.
- <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/desde+inicio+dos+ataques+fpram+272-+presos+e+51+mortos/n123783704797.html>. Acesso em 19/02/2013.
- <http://oglobo.globo.com/rio/em-tres-dias-preco-de-imovel-na-rocinha-aumenta-50-3255212>. Acesso em 29/02/2012.
- <http://oglobo.globo.com/rio/fim-do-gatonet-nas-favelas-faz-venda-de-assinaturas-se-multiplicar-3265146>. Acesso em 29/02/2012.
- <http://www.sidneyrezende.com/noticia/141936+santa+marta+atuacao+da+upp+-levanta+discussao+sobre+proibicao+de+bailes>. Acesso em 29/02/2012.
- [http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp). Acesso em 19/02/2013.
- <http://www.ricardo-gama.blogspot.com.br/2011/06/eike-batista-que-cedeu-jatinho-sergio.html>. Acesso em 19/02/2013.
- <http://www.esporte.uol.com.br/futebol/copa-2014/ultimas-noticias/2011/11/14/hotel-gloria-de-eike-batista-recebe-66-da-verba-liberada-do-programa-bndes-procopa-turismo.htm>. Acesso em 19/02/2013.
- <http://www.copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/07/empresa-de-eike-negocia-projetos-para-maracana-antes-de-governo-licitar-estadio.htm>. Acesso em 19/02/2013.